



Secretaria-Geral da Educação e Ciência

Património do Ensino & da Educação

***BAME** - Bibliotecas, Arquivos e Museus da Educação*

BAME

2023

Título:

BAME 2023

Autor:

Secretaria-Geral da Educação e Ciência

Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo

Edição:

1ª edição

Elaborado por:

Maria João Seguro

Imagens:

Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo

Autores dos artigos:

António Moura, José Miguel Gonçalves, Maria João Seguro, Pedro Maximino

Elaborado em:

2024

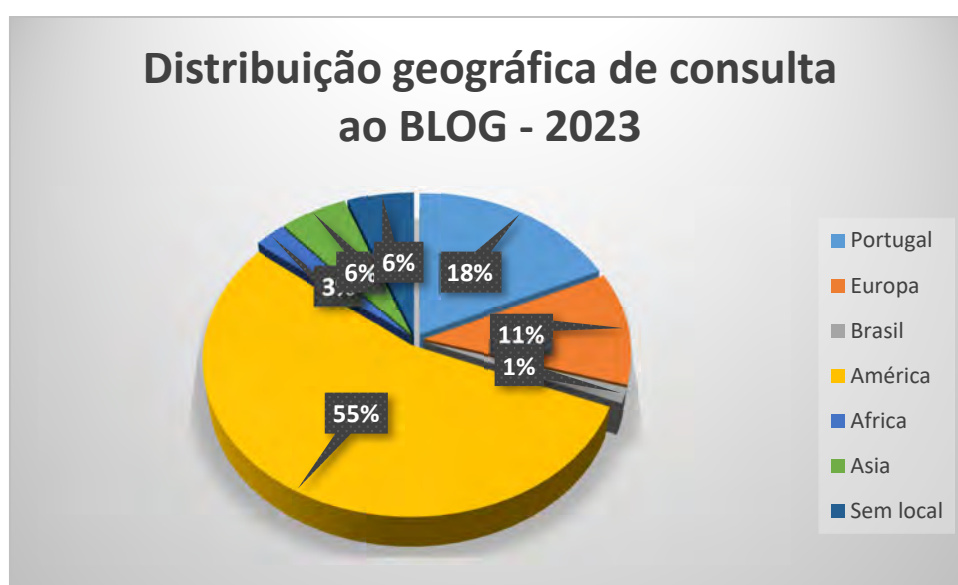
SUMÁRIO

Nota introdutória	01
Entradas do BLOGUE	02

Nota Introdutória

Apesar de, no ano de 2023, se ter verificado uma descida no número de consultas realizadas, o blogue “Património do Ensino & da Educação” (BAME) continua a ser o produto digital que a Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo disponibiliza com mais acessos anuais.

Os seus utilizadores encontram-se dispersos pelos “quatro cantos do mundo”, confirmando-se o forte interesse do bloco designado “América”, que se mantém como principal “cliente”, com cerca de 55% dos acessos.



Neste ano de 2023 houve uma forte aposta em áreas de atuação fora do âmbito da Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo, mas sempre dentro da temática relacionada com a educação e a ciência.

A apresentação do presente volume reforça a importância dos espólios à guarda das Secretaria-Gerais, bem como o seu importante papel na difusão da informação e do conhecimento produzidos nas áreas governativas a que dão suporte.

Mais uma vez, reiteramos o convite para que todos os seguidores deste Blogue, e os investigadores em áreas da educação, pedagogia e ciência, participem com artigos, ou fomentem a discussão sobre a informação disponibilizada.

Lisboa, 20 de agosto de 2024

2023/01/02

Invenções que mudaram o mundo: a vacina



(Imagem retirada da internet)

A vacina é uma preparação biológica utilizada como terapêutica preventiva para uma determinada doença. Uma vacina contém um agente patogénico semelhante à doença e ao ser introduzida no organismo estimula a resposta imunitária contra esse agente. O corpo humano retém uma memória imunológica para que possa reconhecer e destruir os microrganismos que provocam a doença. A vacinação é o método mais eficaz para prevenir a disseminação infecciosas e produzir imunidade generalizada.

Pensa-se que terá sido na China e na Índia que se fizeram as primeiras tentativas de imunização contra a varíola. Esta doença proliferou na Europa matando cerca de 30% dos infetados. Manifestava-se através de febre e vômitos, seguido de pústulas que se estendiam a todo o corpo. Os doentes que sobreviviam ficavam desfigurados e muitos cegavam.

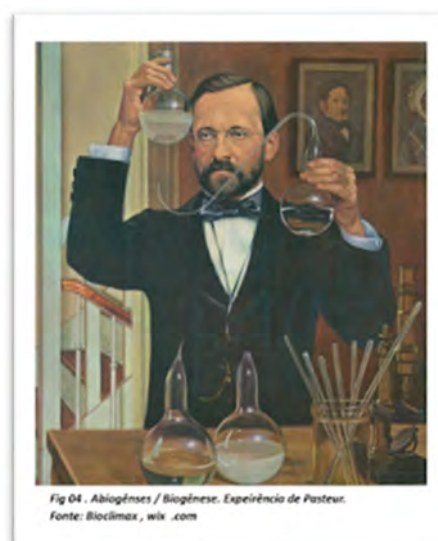
O método utilizado para prevenir esta doença era a variolação: obtinha-se uma amostra de varíola que era injetada no indivíduo através de uma agulha ou apenas esfregada na pele. Não se sabia porque é que isto sucedia, mas era notório o resultado.

Durante o século XVIII, o médico Thomas Dimsdale dedicou-se ao estudo desta doença e ao método de variação. Verificou que as pessoas inoculadas se tornavam, na sua maior parte, imunes à doença. Este médico foi chamado pela Imperatriz Catarina da Rússia para proceder à sua inoculação e do príncipe herdeiro, que foi um sucesso.

Edward Jenner, médico inglês, após anos de estudo e observação chegou à seguinte conclusão: quando ocorriam surtos de varíola, os indivíduos que ordenhavam as vacas não contraíam a doença. No entanto, eram portadores da doença chamada *cowpox*, ou varíola das vacas. Para testar a sua teoria, realizou uma experiência em 1769, inoculando o filho do seu jardineiro com o vírus da varíola das vacas, tendo tido sucesso. Apesar de não ter conhecimentos de imunologia, o médico propôs a disseminação da vacina.

Em 1799 foi criado um instituto de vacinação em Londres e em 1800, a Marinha Britânica adotou a vacinação. A partir do século XIX foram enormes os esforços para levar a vacina a toda a população. Em 1959, a Organização Mundial de saúde levou a cabo uma campanha de erradicação da doença que terminou em 1980.

A outra vacina que também merece destaque é a vacina da raiva, criada por Louis Pasteur através de um método científico. Pasteur conseguiu descrever o papel dos micro-organismos na transmissão de infeções. A raiva era causada



(Imagem retirada da internet)

pelo *Lyssavirus*, instalando-se no sistema nervoso e nas glândulas salivares, de forma que os humanos que fossem mordidos por cães com a doença acabavam por a contrair.

Em 1885, o investigador conseguiu isolar extratos da medula de um animal infetado que inoculou numa criança de oito anos mordida por um cão, Joseph Meister, que se tornou o primeiro sobrevivente da doença.

Em 1879, descobriu o *Bacillus anthracis* e em 1881, juntamente com Charles Chamberland, criaram uma vacina contra o carbúnculo.

Em 1887, Pasteur fundou o seu próprio Instituto, com o objetivo de proceder à investigação científica da patologia e transmissão de doenças e produção de vacinas. O trabalho aqui desenvolvido permitiu controlar doenças como a difteria, o tétano, a tuberculose, a poliomielite, a gripe ou a febre amarela. Em 1983 foi aqui isolado pela primeira vez o vírus do HIV.

Ao longo de todo o século XIX e XX foram feitos enormes progressos na área da vacinação, bem como na identificação de bacilos que mudaram a saúde da população mundial para sempre.

Em Portugal, Manuel Joaquim Henriques de Paiva publicou em 1801 uma obra sobre a vacina da varíola. Só em 1880 obra de Edward Jenner seria traduzida para português.

Em 1812 foi criada a Instituição vacínica na Academia Real das Ciências de Lisboa, com o incentivo de Bernardino António Gomes. A vacinação foi amplamente divulgada e a população estava consciente das suas vantagens. A esperança média de vida aumenta e a mortalidade diminui.

As descobertas de Pasteur tiveram eco em Portugal levando à criação de um gabinete de Microbiologia na Faculdade de Medicina de Coimbra em 1882. Em 1899 com instalações próprias, desenvolveu-se o Real Instituto Bacteriológico

de Câmara Pestana. A sua função era a preparação de soros para tratamento de doenças e de vacinas.

Em 1965 Portugal iniciou um Programa Nacional de Vacinação, apesar de algumas vacinas já serem obrigatórias. Também neste ano surgiu o Boletim Individual de saúde, onde se registavam as vacinas e as datas.

2023/01/05

Invenções que mudaram o mundo: o vidro



(Imagem retirada da Internet)

O vidro é um material sólido e amorfo, geralmente transparente e quebradiço. A produção do vidro resulta da junção das seguintes matérias primas: sílica, óxido de cálcio e óxido de sódio. Esta mistura é levada ao forno e cozida a 1200 ou 1400° C. Após perder a água, juntam-se aditivos e corantes. A partir daqui a temperatura baixa para 800 ou 400°C e o vidro fica pastoso e pronto a ser moldado.

Consoante o processo de fabrico e a utilização os vidros podem ser classificados em: vidro laminado, vidro prensado, vidro oco soprado, vidro para ótica, vidro orgânico ou vidro solúvel.

O fabrico do vidro é conhecido desde 5000 a. C. Era utilizado para impermeabilizar o interior de alguns objetos e obtido a partir de uma mistura de

soda natural ou das cinzas de algumas plantas ricas em alcalis, juntando-se calcário e areia de quartzo. Formava-se assim uma espécie de verniz que, depois de arrefecer se tornava sólido.

Progressivamente foram-se conhecendo as propriedades deste material, nomeadamente a maleabilidade, o ponto de fusão e as técnicas de moldagem. Na síria e Mesopotâmia encontravam-se os maiores centros de produção de objetos em vidro. A técnica foi difundida pelo mediterrâneo através de comerciantes, nomeadamente os Fenícios que inventaram a técnica do sopro no século I a. C.



(Imagem retirada da Internet)

O Império romano permitiu a expansão desta técnica por toda a Europa, criando objetos em vidro transparente ou colorido, decorados com figuras mitológicas, históricas ou figuras naturalistas. O mosaico colorido teve o seu apogeu nesta época.

Após a queda do Império Romano houve um declínio no fabrico do vidro, embora as técnicas não se tenham perdido. A aplicação de vidro em janelas, sobretudo em igrejas góticas, tornou-se uma prática frequente nos séculos XII e XIV. A este tipo de vidros chama-se vitral, constituídos por membranas translúcidas e coloridas.

O Renascimento colocou a cidade de Veneza no centro da produção artística até ao século XVII. A indústria concentrava-se na ilha de Murano, onde se produzia um vidro que permitia elaborar formas escultóricas requintadas. Murano foi o local escolhido para evitar o perigo de fogo e para preservar o segredo das técnicas utilizadas. A cidade de Nevers, em França também adquiriu grande prestígio.

Na época barroca, Praga, Nuremberga e Potsdam destacaram-se no fabrico deste material. Já no século XVIII, Inglaterra recuperou algumas das tradições romanas, surgindo as primeiras experiências de produção em série.

Durante o período da Arte Nova, o vidro tem um desenvolvimento exponencial, elevado a um nível artístico e criativo com Louis Tiffany, Émile Gallé ou René Lalique.

Em Portugal, a indústria vidraceira foi impulsionada por D. João V com a criação da Real Fábrica de Coína, posteriormente deslocada para a Marinha Grande. Com a nomeação de Guilherme Stephens para diretor em 1769, a Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande tornou-se uma das maiores e mais qualificadas da Europa, sendo uma das primeiras a produzir objetos em cristal.

2023/01/09

Invenções portuguesas que mudaram o mundo (Parte I)



Modelo de embarcação
ME/403910/58
Escola Secundária de Arouca

Modelo de caravela portuguesa executada por alunos da escola, no âmbito das aulas de Trabalhos Manuais. Este modelo de embarcação encontra-se elaborado em metal, podendo observar-se duas velas quadrangulares e o cordame do navio.

A Caravela

A caravela foi uma embarcação inventada pelos portugueses e utilizada nos séculos XV e XVI, na época dos descobrimentos. Esta palavra surgiu pela primeira vez em 1255 e desapareceu cerca de 1766.

Tratava-se de uma embarcação pequena, rápida, fácil de manobrar e capaz de navegar à bolina, ou seja, aproveitando a alteração dos ventos através das suas velas triangulares. Normalmente tinham cerca de 25 m de comprimento e 7 metros de largura, levando cerca de 20 marinheiros.



Astrolábio
 ME/400749/100
 Escola Secundária de Alcácer do Sal

Instrumento científico utilizado em contexto das práticas pedagógicas, nas aulas de Física. O astrolábio é um instrumento naval, utilizado para medir a altura e posição dos astros acima do horizonte. Durante muito tempo utilizado como instrumento para a navegação marítima com base na determinação da posição das estrelas no céu. Também era utilizado para resolver problemas geométricos, como calcular a altura de um edifício ou a profundidade de um poço. Era composto por um disco graduado, num anel de suspensão com um ponteiro.

O Astrolábio Náutico

O astrolábio é um instrumento que mede a altura dos astros. Resultou das teorias de vários matemáticos, sobretudo da Antiga Grécia.

Os portugueses adaptaram o astrolábio planisférico criando o astrolábio náutico, imprescindível para a navegação em alto mar. Só assim era possível determinar a latitude da embarcação e a altitude meridiana de uma estrela.



(Imagem retirada da Internet)

A Passarola

A Passarola é uma máquina voadora, um projeto de aeróstato, construída pelo Padre Bartolomeu de Gusmão (1685-1724), cujo alvará foi concedido por D. João V em 1709. Embora não exista qualquer prova da sua construção, a sua imagem surgiu em 1744. Supõe-se que Bartolomeu de Gusmão, perante a corte, tenha feito voar até ao teto um balão aquecido por ar, a 8 de agosto de 1709.

2023/01/12

Invenções portuguesas que mudaram o mundo (Parte II)



(Imagem retirada da Internet)

A bola de vento para microfones

Atribui-se ao engenheiro português Jaime Filipe a autoria de uma invenção difundida atualmente por todo o mundo, alterando a rádio e a televisão.

As emissões ao ar livre colocavam vários problemas na transmissão devido ao ruído do vento captado pelos microfones. Inicialmente, Jaime Filipe colocou um lenço à volta do microfone, mas aperfeiçoou a técnica. Pediu ajuda a um amigo que construiu uma esfera de arame na qual se aplicava um tecido. O resultado foi o esperado e o ruído desapareceu. Atualmente são fabricadas noutro tipo de material e têm o nome de *wind screen*.



(Imagem retirada da Internet)

O elevador para cadeira de rodas

Jaime Filipe, para além das bolas de vento, foi também o inventor do elevador para cadeiras de rodas, tendo mudado por completa a vida de milhares de pessoas em todo o mundo. Fundou em 1974 o Centro da Inovação para Deficientes Físicos.

Esta descoberta levou à atribuição de duas medalhas de ouro, uma em 1983 em Bruxelas e outra em 1984 em Genebra. O seu nome ficará para sempre ligado à engenharia de reabilitação.



(Imagem retirada da Internet)

A bengala eletrónica para cegos

Mais uma invenção do já conhecido engenheiro Jaime Filipe, a bengala eletrónica para cegos possui vários sensores que permitem ao seu utilizador conhecer o espaço em que se encontram. Foi distinguida com uma medalha de prata em Bruxelas em 1986.

2023/01/23

Invenções portuguesas que mudaram o mundo (Parte III)



(Imagem retirada da internet)

O multibanco

O Multibanco funciona como uma rede de caixas automáticas que permite realizar transações bancárias e outro tipo de funcionalidades, como por exemplo o levantamento de dinheiro. Portugal foi um dos últimos países a desenvolver este tipo de infraestrutura, mas uma vez implantada tornou-se a mais avançada de sempre.

Em 1985 surgiram as primeiras 12 caixas de Multibanco em Lisboa e no Porto. Atualmente existem mais de 13.000 terminais, a maior densidade de caixas automáticas por habitante na Europa.



(Imagem retirada da internet)

Os cartões de telemóvel pré-pagos

Os cartões pré-pagos são cartões carregados com um determinado montante que pode ser gasto em chamadas e mensagens. Este cartão pode ser carregado várias vezes, consoante a necessidade.

Apesar de se ter espalhado a todo o mundo, a TMN, atual MEO foi a inventora deste sistema de pagamento.



(Imagem retirada da internet)

A Via Verde

Este sistema surgiu em 1991 e foi criado pela Brisa – Autoestradas em parceria com a Universidade de Aveiro. Trata-se de um sistema de portagem eletrónica para evitar filas para efetuar o pagamento das portagens.

Em 1995 estendeu-se a todo o país e funciona da seguinte forma: é colocado um identificador no vidro do veículo que, ao passar na portagem com o equipamento instalado, faz a leitura automática. O veículo não para e o pagamento é debitado automaticamente. Atualmente já é usado em vários países em todo o mundo.

2023/01/26

Invenções portuguesas que mudaram o mundo (Parte IV)



(Imagem retirada da internet)

O Coloradd – Sistema de identificação para daltónicos

O *Coloradd* é um sistema de identificação de cores para daltónicos criado por Miguel Neiva, designer gráfico da Universidade do Minho. Existem cerca de 350 milhões de pessoas em todo o mundo com este problema.

O código é como um “alfabeto de cores”, baseando-se em cores primárias (magenta, amarelo e ciano) e nas cores que se formam a partir destas. A cada cor corresponde um símbolo que se pode aplicar diariamente. É usado em várias áreas: embalagens de comprimidos, pulseiras de hospitais, lápis de cor, mapas, semáforos, etc.



(Imagem retirada da internet)

O medicamento Zebinix (epilepsia)

Este medicamento para a epilepsia, comercializado desde 2010, foi criado pela farmacêutica portuguesa BIAL – Portela & Ca. Os estudos para o medicamento levaram 14 anos e custaram cerca de 300 milhões de euros.

2023/01/30

Exposição Virtual : "Álbuns de fotografias no Museu Virtual da Educação"

Um álbum de fotografias é uma coleção de fotografias, tradicionalmente um caderno ou livro com páginas em branco. Uma fotografia é considerada um documento, logo, os álbuns são em si mesmos um arquivo.

O interesse pela fotografia iniciou-se na Europa na segunda metade do século XIX. A união entre a fotografia e o álbum documenta, cataloga e organiza o mundo. Progressivamente, os álbuns tornam-se espaços de construção temáticos: aniversários, casamentos, festas, escolas, retratos, etc. Sendo um espaço em branco, o álbum é dotado de total liberdade criativa, onde se contam narrativas pessoais ou históricas em imagens. São associados a memórias de acontecimentos, com uma forte componente emocional, ou seja, são fragmentos da vida pessoal/institucional de cada um ou de uma instituição.

Para além de serem uma fonte de recordação pessoal, constituem preciosos documentos históricos que nos permitem reconstituir momentos do passado e complementar informações. Os álbuns fotográficos que se encontram nas escolas secundárias recolhem informações vitais para o estudo da educação em Portugal. As capas são cuidadas, identificadas e algumas em tecido bordado. O seu conteúdo relaciona-se com atividades escolares como atuações de alunos em peças escolares, exposições, atividades artísticas ou desportivas, viagens de estudo, almoços ou convívios. Temos igualmente fotografias dos edifícios e espaços escolares: instalações, salas de aula, oficinas, vistas panorâmicas, etc. Muitas vezes observam-se junto das fotos alguns recortes de jornal ou mesmo alguns desenhos.



Álbum de fotografias
 ME/402280/50
 Escola Secundária de Montemor-o-Novo

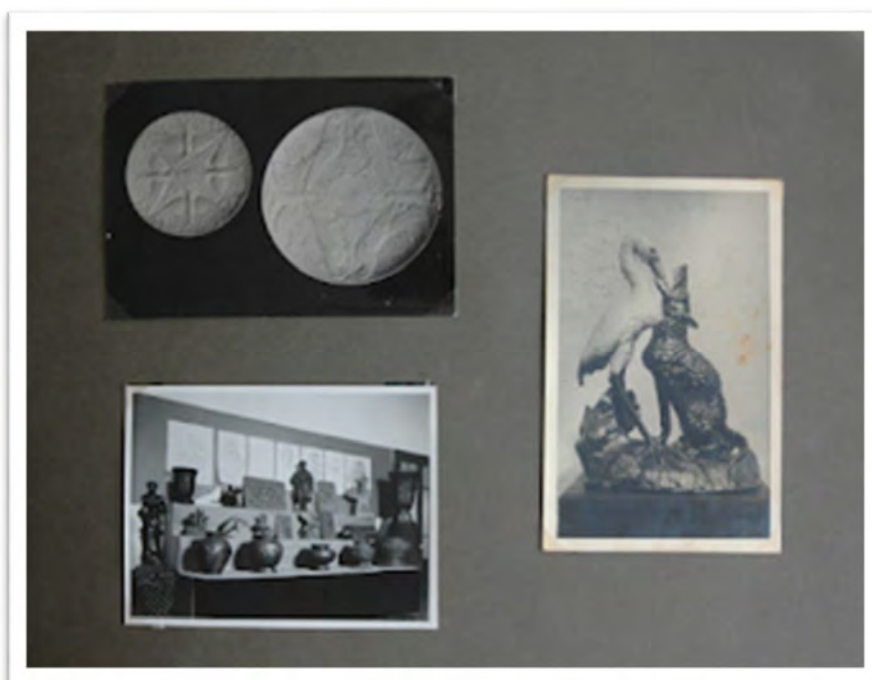
Álbum de fotografias com capa bordada, a ponto cruz, por aluna do antigo Curso de Formação Feminina. Contém, entre outras, fotografias da década de 60/70, relativas à antiga Escola Industrial e Comercial de Montemor-o-Novo, nomeadamente às instalações, salas de aula, oficinas, peças de teatro, atuações de alunos, exposições.



Álbum de fotografias
ME/402436/2383
Escola Secundária de Passos Manuel

Álbum de fotografias com inscrição na capa: "Liceu de Passos Manuel - Album de fotografias - Lisboa 1922". É constituído por uma capa de cartão com letras a dourado e folhas de papel com 41 fotografias de diferentes tamanhos. A temática diz respeito à escola e às atividades desenvolvidas: uma vista panorâmica do

exterior da instituição, salas de aula, exposições, ginásio e atividades desportivas.



Álbum de fotografias

ME/402618/3

Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro

Álbum de fotografias com capa bordada por uma antiga aluna da escola. Contém, entre outras, fotografias de bordados e de peças de cerâmica. Um papel manuscrito no interior do álbum dá as seguintes indicações: "Álbum com: 1- Bordados; 2 - Peças de vestuário; 3 - Peças de adorno em pano e em barro; 4 - Bandeira da Banda Comércio e Indústria - 1947; 5 - Peças de cerâmica na continuação do estilo bordaliano; 6 - Álbuns; 7 - Encadernações (livros com trabalhos dos alunos); 8 - Fotos com as entidades oficiais que fizeram a inauguração da exposição retratada neste álbum, destacando-se Dr. Leonel Sotto Mayor - Director da Escola, Dr. Aníbal Correia."



Álbum de fotografias

ME/ESDMF/189

Escola Secundária David Mourão Ferreira/SGEC

Conjunto de fotografias das instalações da Escola Comercial Veiga Beirão no "Palácio Marquez de Tancos", com perspetivas, alçados, interiores da escola, no período compreendido entre 1919 e 1932.



Álbum de fotografias
 ME/ESDMF/123
 Escola Secundária David Mourão Ferreira/SGEC

Álbum de fotografias da Escola Comercial D. Maria I, relativo à tarde cultural realizada no Teatro Nacional D. Maria I, a 6 de junho de 1954. Inclui recortes de jornal e desenhos dos figurinos, bem como fotografias do evento.



Álbum de fotografias
 ME/346779/68
 Escola Secundária com 3º Ciclo Clara de Resende

Álbum com diversas fotografias dos momentos assinaláveis da escola: festas, teatros, demonstrações de educação física, visitas de estudo, almoços de convívio, etc. Nas últimas páginas encontram-se algumas folhas soltas de um herbário.

2023/02/02

Educação e Monarquia: D. Afonso Henriques (1109?/1111? - 1185)

Educação é entendida como um processo contínuo que procura o desenvolvimento intelectual, físico ou moral de um indivíduo, com incidência no período da infância ou juventude. Pode igualmente entender-se como um conjunto de princípios ou valores que procuram a inserção do indivíduo em sociedade.

Este processo requer aquisição de conhecimentos que são transmitidos por alguém, ou seja, o ato de ensinar: a transmissão de conhecimentos e competências.

A educação é fundamental para a difusão do conhecimento e de aptidões essenciais para a formação do ser humano. Atualmente trata-se de um direito fundamental que tem por objetivo desenvolver a capacidade intelectual da população, bem como a sua formação nas diversas áreas: escolar, social, etc.

O ensino em Portugal seguiu desde cedo as tendências europeias, com algumas exceções. O presente conjunto de artigos pretende dar a conhecer o processo educativo ao longo dos vários reinados, iniciando-se com D. Afonso Henriques e terminando com D. Manuel II. Alguns destes reinados não denotam alterações em relação a períodos anteriores ou simplesmente não existem dados suficientes para se estabelecer uma linha educativa concreta.

Afonso Henriques (1109/1111 ? – 1185), “o Conquistador”, foi o primeiro rei de Portugal, reconhecido através da Bula *Manifestis Probatum* em 1179. Filho de D. Henrique, Conde de Portucale e de D. Teresa de Leão, Afonso Henriques tomou desde cedo a posição política de defesa da independência do Condado Portucalense, após a morte do seu pai.



(Imagem retirada da Internet)

Numa tentativa de se afastar da influência da nobreza mais ligada a Castela, o monarca deslocou a corte para Coimbra, financiando a fundação do Mosteiro de Santa Cruz. Nesta instituição recrutou vários intelectuais que considerou fundamentais para o seu governo como São Teotónio ou João Peculiar, Arcebispo de Braga.

Foi um estadista notável, com uma política de expansão territorial muito marcada. Rodeou-se de intelectuais, reconhecendo a importância da educação para o fortalecimento da nacionalidade e do governo do reino.

No que respeita à evolução do ensino em Portugal, pouco se sabe até ao século XI, havendo apenas referências à Sé de Braga e a um colégio/seminário junto da Sé de Coimbra. No início do século XII, existiam duas escolas, uma junto da Sé do Porto e outra no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Eram escolas episcopais, organizadas pela Igreja e que estavam orientadas para a formação

do clero. O ensino aqui ministrado alargou-se progressivamente a estudantes que não pretendiam seguir a vida eclesiástica.

Na época medieval, mais concretamente durante a primeira dinastia, a instrução era apenas ministrada aos que pretendiam seguir uma carreira eclesiástica. Apesar de instrumentos que facilitaram a difusão do saber, como o pergaminho por exemplo, a população mantinha-se analfabeta.

Nas escolas monásticas, lecionava-se em latim a Gramática, Retórica, Dialética (*trivium*), Aritmética, Música, Geometria e Astronomia (*quadrivium*), que preparavam a aprendizagem da Teologia.

O currículo das escolas episcopais era distinto visto que se inicialmente se procedia à aprendizagem da leitura e da escrita, a partir do Saltério e posteriormente se efetuava a aprendizagem da Gramática e de algumas noções elementares de Lógica, Retórica, Música e Aritmética. Apesar da existência de um ensino relativamente organizado em Portugal, o atraso em relação a outros países foi sempre bastante acentuado, situação atestada quer pela constante saída de estudantes, com o intuito de frequentar universidades estrangeiras, nomeadamente as de Salamanca, Paris, Montpellier, Pádua e Bolonha, quer ainda pela entrada de sacerdotes, com o intuito de impulsionarem as escolas portuguesas.

2023/02/06

Educação e Monarquia: D. Sancho I (1154 - 1211)

D. Sancho I (1154 – 1211), "o Povoador", foi o quinto filho de D. Afonso Henriques e D. Mafalda de Saboia e segundo rei de Portugal. O seu governo teve como principal objetivo a consolidação e povoamento dos vários territórios do país.

Iniciou-se na vida militar aos 12 anos, chefiando uma expedição a Cidade Rodrigo que fracassou. Foi armado cavaleiro aos 15 anos em 1170 e passou, desde essa época a coordenar a estratégia de conquista.

Ainda durante a vida de Afonso Henriques, D. Sancho partilhou o governo com a sua irmã, D. Teresa que se ocupava fundamentalmente das questões administrativas, enquanto o futuro monarca se dedicava às atividades bélicas.



(Imagem retirada da Internet)

A organização política, administrativa e económica do reino caracterizaram o seu reinado, quer através da criação de manufaturas, quer através do fortalecimento do comércio e da

concessão de cartas de foral. Os concelhos que se localizavam nas fronteiras receberam vários privilégios especiais. Diversos colonos estrangeiros fixaram-se no reino, bem como ordens religiosas.

Em 1189, Sancho I atacou o Algarve, tomando o castelo de Alvor e Silves. No entanto, em 1190, m novo ataque muçulmano recuperou estas cidades e ainda Alcácer, Palmela e Almada.

D. Sancho envolveu-se em querelas com Castela e viu as relações com a Santa Sé a deterioram-se pela recusa do pagamento anual de dois marcos-ouro. Incompatibilizou-se igualmente com o bispo do Porto e com o bispo de Coimbra.

No que respeita à educação, Sancho I tinha grande apreço pela arte e pela literatura, tendo escrito vários poemas. Durante o seu reinado alguns alunos frequentaram universidades estrangeiras, nomeadamente a Universidade de Bolonha que se destacava pelo ensino de Direito. Em 1192 concedeu uma quantia ao mosteiro de Santa Cruz para que os monges pudessem estudar em França.

2023/02/09

Educação e Monarquia: D. Afonso II (1185 - 1223)

D. Afonso II (1185 – 1223), “o Gordo”, foi o quarto filho de D. Sancho II e de D. Dulce. O seu reinado foi dedicado sobretudo à centralização do poder real e ao povoamento e organização do território.



(Imagem retirada da Internet)

A sua política abandonou o conflito bélico para dotar o país de um novo conceito de unidade. Em 1211 convocou Cortes pela primeira vez, em Coimbra, com representantes do clero e da nobreza. Nestas Cortes foi criado o primeiro conjunto de leis gerais do país numa tentativa de mitigar os abusos dos mais privilegiados, garantir o direito da propriedade e regular a justiça.

Entre 1216 e 1221 foram realizadas *Inquirições*, ou seja, “inquéritos” realizados por funcionários régios no sentido de apurar a situação jurídica das propriedades pertencentes ao clero e à nobreza. Também as *Confirmações* datam deste período e validavam as doações e privilégios concedidos anteriormente. Esta política gerou grande oposição e desagrado entre as ordens diretamente atingidas, nomeadamente as irmãs do rei que detinham inúmeras propriedades.

Afonso II teve uma relação conflituosa com o Papa, acabando mesmo por ser excomungado. O reconhecimento da independência de Portugal tinha obrigado Afonso Henriques a conceder inúmeros privilégios à Igreja, que se tornaram um peso enorme para a coroa. Assim, o Afonso II procurou retirar algumas destas prerrogativas e aplicar as receitas clericais. Só após a sua morte este conflito foi resolvido.

Não se conhecem medidas educativas específicas de vulto no seu reinado, tendo contribuído com algumas doações para o Mosteiro de Alcobaça, onde está sepultado.

2023/02/13

Educação e Monarquia: D. Sancho II (1202 - 1248)

D. Sancho II (1202 – 1248), o Capelo, era o filho mais velho de D. Afonso II e de D. Urraca de Castela. O seu reinado atravessou uma profunda crise económica devido a más colheitas, subida de preços, fome, pilhagens e saques. Este período conturbado levou à intervenção do Papa que colocou no trono o irmão do rei, Afonso, conde de Bolonha. Atendendo a estas circunstâncias as preocupações com a educação foram colocadas em segundo plano.

Sancho II subiu ao trono em 1223 com 13 anos e o governo do reino esteve inicialmente nas mãos da nobreza mais próxima da coroa que tentou reatar as boas relações com a Santa Sé e resolver os conflitos com as infantas irmãs do seu pai.



(Imagem retirada da Internet)

Foram feitas conquistas territoriais nas áreas do Algarve e Alentejo, sobretudo a cargo das Ordens Militares, como a de Santiago, que se tornam cada vez mais poderosas com as doações régias.

Ao nível da administração interna, Sancho II concedeu inúmeros forais, mas mostrou-se algo indeciso e descuidado: os nobres tornaram-se poderosos e causadores de distúrbios, aproveitados pela Igreja para se imiscuir na vida pública. Os conflitos entre a nobreza e o clero vão ser uma constante durante este reinado e o rei mostrou-se incapaz para os resolver.

O casamento de rei com D. Mécia Lopes em 1240, também contribuiu para a desconfiança da Igreja, uma vez que eram ainda primos afastados. Não resultaram filhos desta união.

O clero fazia queixas constantes à Santa Sé, alimentadas pelo Príncipe D. Afonso, irmão do rei. Estas questões atingiram o ponto de rutura com a excomunhão de D. Sancho II e com a sua deposição. O regente passou a ser o seu irmão D. Afonso que chega a Lisboa em 1245/46. Houve vários conflitos entre os dois e os respetivos apoiantes, mas D. Afonso vence.

Após a morte de D. Sancho II em 1248, D. Afonso declara-se rei de Portugal.

2023/02/16

Peça do mês de fevereiro/2023



Baroscópio

Baroscópio composto por um suporte metálico e um travessão de balança donde estão suspensos um balão de vidro e um contrapeso que o equilibra no ar. O balão de vidro é oco, possui um gancho de suspensão e 6 cm de diâmetro.

Está inventariado com o número ME/404652/249 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária de Pedro Nunes.

2023/02/20

Educação e Monarquia: D. Afonso III (1210 - 1279)

D. Afonso III (1210 – 1279), “o Bolonhês”, irmão de D. Sancho II, era o segundo filho de D. Afonso II e D. Urraca. Em 1227 partiu para França, tendo frequentado a corte de Luís IX. Casou em 1238 com D. Matilde, Condessa de Bolonha.

Após a sua chegada a Lisboa em finais de 1245 derrotou o seu irmão e subiu ao trono com o apoio da Santa Sé, terminando com os conflitos internos.

O seu maior feito foi a conquista definitiva do Algarve que ocorreu com a tomada de Faro em 1249, onde se destacaram as Ordens de Santiago e Calatrava. Não foi uma conquista pacífica pois gerou alguns problemas com Castela.



(Imagem retirada da Internet)

D. Afonso fez tudo ao seu alcance para resolver esta situação nomeadamente através da anulação do casamento com D. Matilde de Bolonha, tomando como esposa D. Beatriz, filha ilegítima de Afonso X. A questão ficou resolvida em 1267 através do Tratado de Badajoz que estabeleceu as fronteiras entre as duas nações.

Ao nível interno houve grandes preocupações com a fundação de novas povoações, concessão de forais e renovação de locais abandonados.

Lisboa foi elevada a capital do reino e foram convocadas as primeiras Cortes com representantes dos concelhos (Leiria, 1254). Em 1258, o monarca levou a cabo *Inquirições*, através das quais se reconheceram os abusos das classes privilegiadas. D. Afonso tomou medidas para reprimir estes abusos, o que resultou numa violenta reação do clero que apelou para a Santa Sé. Só em 1279, próximo da sua morte é que o monarca recuou nas medidas protecionistas e jurou fidelidade à Santa Sé.

A partir da segunda metade do século XII foram sendo adotadas várias medidas tendentes à reforma do ensino. Por iniciativa de Dom Estêvão Martins, pertencente ao Mosteiro de Alcobaça, houve a abertura das lições a pessoas que não pertenciam à Ordem. Em 1269 começou a funcionar uma das primeiras escolas públicas da Europa. O ensino incluía a aprendizagem do alfabeto, o estudo do Saltério e problemas simples de aritmética.

No que respeita ao ensino das artes plásticas, o ensino conventual proporcionou lições teóricas e práticas bastante incipientes. Uma das práticas correntes era tirar decalques de originais célebres. Nos finais do século XII foi-se afirmando uma mão de obra que tinha uma atividade autónoma que utilizava as técnicas tradicionais na conceção de determinadas obras. Estes mestres que trabalhavam na construção de monumentos religiosos, bem como a mão de obra que se especializou neste tipo de trabalhos constituíam uma população volante. lam de obra em obra, recolhendo e disseminando conhecimentos e experiências.

2023/02/23

Exposição Virtual : "O Barómetro no Museu Virtual da Educação"

O barómetro é um aparelho utilizado na área de meteorologia para medir a pressão atmosférica, ou seja, a pressão exercida pela atmosfera sobre a superfície terrestre. Existem basicamente dois tipos de barómetros: os de mercúrio e os aneroides (metálicos).

O primeiro barómetro foi inventado por Torricelli em 1643, baseado nos estudos prévios elaborados por Galileu. Era composto por um tubo de vidro cheio de mercúrio, fechado numa das extremidades. Ao inverter o tubo, Torricelli mergulhou a parte aberta num reservatório que também continha mercúrio. Ao efetuar esta experiência verificou que a coluna de mercúrio estabilizou a 760 milímetros devido à pressão atmosférica. Concluiu que a pressão atmosférica normal é de 760mmHg, sendo Hg o símbolo químico do mercúrio. Quanto maior fosse a pressão, mais elevada ficaria a coluna de mercúrio. Em 1666, Robert Boyle deu o nome de barómetro a este instrumento. Robert Hooke aperfeiçoou esta invenção através da introdução de um quadrante graduado e de uma agulha indicadora.

O barómetro aneroide não tem coluna de mercúrio, mas sim uma caixa metálica cuja tampa se estende e se comprime por ação da pressão atmosférica. Esta informação é transmitida a um ponteiro calibrado que determina a unidade de medida. É menos preciso que os barómetros de mercúrio, mas mais resistente.

Nesta exposição são apresentados alguns tipos de barómetros, comumente utilizados em contexto das práticas pedagógicas de física ou geografia. Entre estes inclui-se o barómetro de Torricelli, o de Fortin ou o de sifão e ainda o barómetro aneroide de Vidie.



Barómetro aneroide de Vidie

ME/400180/68

Escola Secundária Eng. Acácio Calazans Duarte

Instrumento utilizado em contexto das práticas pedagógicas nas aulas de Física. Trata-se de um barómetro aneroide de demonstração, que permite medir as variações da pressão atmosférica. É constituído por uma engrenagem leve e um ponteiro de latão que ampliam as variações de pressão, as quais podem ser lidas numa escala expressa em unidades de pressão. Este dispositivo está montado em caixa circular de metal, hermeticamente fechada, com mostrador em vidro.



Barómetro de Fortin
 ME/401250/2042
 Escola Secundária D. Dinis

O barómetro é um instrumento que permite medir a pressão atmosférica, podendo ser do tipo coluna de mercúrio ou do tipo aneroide (metálico). Foi inventado por Evangelista Torricelli em 1643, e funciona porque o ar tem peso. Torricelli observou que, se a abertura de um tubo de vidro fosse cheia com mercúrio, a pressão atmosférica iria afetar o peso da coluna de mercúrio no tubo e quanto maior fosse a pressão do ar, mais comprida ficava a coluna de mercúrio. Assim, a pressão pode ser calculada, multiplicando-se o peso da coluna de mercúrio pela densidade do mercúrio e pela aceleração da gravidade.



Barómetro de Torricelli
 ME/404652/328
 Escola Secundária de Pedro Nunes

O conjunto é composto pelas seguintes peças: 2 tubos graduados, de 10 em 10 cm desde 0 a 50 cm e em milímetros desde 50 cm a 84,5 cm, tendo de comprimento 84,5 cm e de diâmetro interno 6 mm; 1 tubo sem graduação ($c = 87$ cm; $d_i = 6$ mm); 1 tubo sem graduação ($c = 76$ cm; $d = 6$ mm), que se encontra partido (estes tubos têm no inventário anterior os seguintes números D.6.2, D.6.3, D.6.4 e D.6.5); um suporte para tubos de Torricelli (número D.6.6 no inventário anterior), composto por uma haste de ferro em que se cruzam duas garras a níveis diferentes, com três pinças cada uma para fixarem verticalmente 3 tubos de Torricelli; uma base de tripé com plataforma para uma tina retangular de vidro (20 cm x 6,5 cm x 5 cm), com o número D.6.7 no inventário anterior.



Barómetro de Sifão

ME/402436/1391

Escola Secundária de Passos Manuel

Instrumento utilizado nas aulas de Física. O barómetro de sifão com índice móvel e termómetro permite medir a pressão atmosférica. A coluna de mercúrio do barómetro sobe ou desce de acordo com a pressão atmosférica exercida sobre ela. Quando o mercúrio desce, a pressão atmosférica aumenta e quando o mercúrio sobe, a pressão atmosférica diminui. A variação da coluna de mercúrio é marcada numa escala.



Barômetro registador

ME/402047/95

Escola Secundária Latino Coelho

Instrumento utilizado em contexto das práticas pedagógicas de Física. Trata-se de um barômetro registador, também denominado de termógrafo, de grande precisão com caixa de madeira envidraçada, completo com folha de gráfico, tinta e pena. Este instrumento para além de medir a temperatura, regista continuamente os seus valores.



Barómetro e termómetro
ME/401766/44
Escola Secundária Filipa de Vilhena

Barómetro e termómetro de parede, oferta da *Drogaria Portuense*. O barómetro de parede é utilizado para leituras de pressão atmosférica e o termómetro para medição da temperatura.

2023/02/27

Educação e Monarquia: D. Dinis (1261 - 1325)

D. Dinis (1261 - 1325), “o Lavrador”, era filho de D. Afonso III e de D. Beatriz. Em 1282 casou com D. Isabel de Aragão, uma figura incontornável da história nacional pelas suas ações de caridade e pela sua atuação na política interna e externa.

D. Dinis não teve preocupações com a expansão territorial e dedicou-se à administração do reino e à centralização do poder real. Iniciou o processo de *Inquirições* em 1284 e manteve-as ao longo do seu reinado.

Em relação à Igreja, proibiu que as ordens e os clérigos adquirissem bens de raiz, mas defendeu os seus direitos devido aos problemas criados pelo sistema do padroado. Apoiou a Ordem de Santiago e transformou a Ordem dos Templários na Ordem de Cristo.

Em 1295 iniciou uma guerra com Castela que terminou com a assinatura do Tratado de Alcanises em 1297 e com a estabilização de fronteiras na Beira e no Alentejo.

Incrementou as feiras francas através da concessão de privilégios a diversas povoações. As exportações para a Flandres, Inglaterra e França foram apoiadas.

A agricultura foi outra das suas preocupações, procurando que a população explorasse as terras e facilitando a distribuição das mesmas.



(Imagem retirada da Internet)

Ao nível da cultura, D. Dinis deu um enorme impulso a esta área, sendo ele próprio autor de vários poemas. Ordenou o uso da língua portuguesa nos documentos oficiais e a sua corte tornou-se um dos maiores centros culturais da Europa.

Logo após a fundação da escola de Alcobça, foi criada a primeira universidade em Portugal com a participação de representantes do mosteiro de Alcobça, do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e do mosteiro de São Vicente Fora em Lisboa. D. Dinis apoiou o projeto e em 1290 fundou-se o Estudo Geral Português, a primeira Universidade da nação. O Papa Nicolau IV aprovou esta fundação.

D. Dinis concedeu inúmeros privilégios e apoio financeiro aos estudantes e à universidade. A Igreja também contribuiu financeiramente para o sucesso deste projeto de forma a pagar aos professores e a garantir menos custos para os alunos.

O modelo para a organização do estudo foi a Universidade de Bolonha e de Salamanca. Em Portugal eram ministrados cursos de Arte, Direito Canónico,

Direito Civil e Medicina. O ensino da Teologia estava reservado aos franciscanos e dominicanos.

Os graus atingidos pelos estudantes dependiam do número de anos que estudavam: 3 anos – bacharel; 4 anos – licenciado; 5 anos – mestre.

A universidade ficou em Lisboa até ao ano de 1309 quando transitou para Coimbra. Ao longo do século XIV alternou a sua sede entre Lisboa e Coimbra.

No que respeita à produção artística, entre os finais do século XIII e inícios do século XIV, os documentos mostram que se identificam individualmente os nomes dos arquitetos envolvidos nas obras. Individualiza-se o artista e a aprendizagem torna-se cada vez mais laica.

O ensino das artes ao nível conventual, em que os monges aprendiam as artes nos conventos e depois transmitiam esses conhecimentos, começou um declínio a favor do ensino oficial. Este ensino baseava-se no sigilo, para salvaguardar os interesses materiais.

O ensino oficial também vai ganhando importância, desenvolvendo-se paralelamente com a afirmação da burguesia. A vinda de artistas estrangeiros para Portugal contribuiu igualmente para a atualização dos artistas e do ensino das artes.

2023/03/02

Educação e Monarquia: D. Afonso IV (1291 - 1357)

D. Afonso IV (1291 - 1357), "o Bravo", era filho de D. Dinis e de D. Isabel de Aragão. A sua relação com o pai foi sempre bastante conflituosa, tendo incitado à guerra civil diversas vezes. A causa deve-se à preferência de D. Dinis pelo filho ilegítimo, D. Afonso Sanches, e pelo receio de perder o trono.

Em 1309 casou com D. Beatriz, filha de Sancho IV de Castela. Subiu ao trono em 1325 e convocou Cortes em Évora, onde foi tomada a decisão de desterrar Afonso Sanches e de lhe retirar todos os bens. Durante o seu reinado houve alguns conflitos com o seu meio-irmão e com D. Afonso XI de Castela.

A ameaça muçulmana sanou estes conflitos e D. Afonso obteve uma enorme vitória na Batalha do Salado em 1340.

As viagens marítimas também foram uma prioridade do seu governo, realizando-se as primeiras viagens às Canárias em 1336. O monarca desenvolveu a marinha portuguesa, subsidiando a construção de uma frota mercante e financiando viagens de exploração.



(Imagem retirada da Internet)

Ao nível interno reforçou a administração pública e a centralização do poder real com a criação dos juízes de fora: os magistrados passaram a ser nomeados pelo rei e não pelos membros dos concelhos. A nobreza foi proibida de exercer justiça e vinganças privadas, numa tentativa de reprimir os abusos senhoriais.

No que respeita ao ensino, reorganizou a universidade que foi transferida para Lisboa.

O final do reinado foi marcado por diversos problemas: maus anos agrícolas que causaram falta de cereais, um sismo em Coimbra em 1347 que causou enormes danos materiais e em 1348, a chegada da peste negra que dizimou grande parte da população.

Não se pode deixar de referir um dos factos que mais marcou este governo: o assassinato de Inês de Castro que provocou a rebelião do príncipe D. Pedro. Esta situação deveu-se à presença de grande número de nobres castelhanos em Portugal. Ao assumir o seu relacionamento com Inês de Castro, de origem castelhana, D. Pedro abriu espaço para o aumento de privilégios da nobreza espanhola. Preocupado com a ascensão ao trono de um dos filhos ilegítimos de D. Pedro em vez do seu filho legítimo D. Fernando, o rei D. Afonso tentou por todos os meios terminar o relacionamento do filho. A situação culminou com o assassinato de Inês de Castro.

2023/03/06

Educação e Monarquia: D. Pedro I (1320 - 1367)

D. Pedro I (1320 - 1367), o “Justiceiro”, era o quarto filho de D. Afonso IV e de D. Beatriz. Casou por procuração em 1336 com D. Constança Manuel, originária de Castela. Com a vinda da futura rainha para Portugal, em 1340, chegaram ao reino vários nobres castelhanos e um séquito que a acompanhava, onde se encontrava D. Inês de Castro. O relacionamento de D. Pedro com D. Inês e o seu assassinato provocou conflitos com D. Afonso IV até à resolução em 1335.

A partir de então, o monarca delegou grande parte dos seus poderes no infante D. Pedro, nomeadamente o poder judicial. Ainda príncipe, D. Pedro promulgou o *Beneplácito Régio* que proibia a divulgação de documentos pontifícios sem a autorização do rei. O clero reagiu e nas Cortes de Elvas em 1361 pediu a revogação do decreto. D. Pedro não acedeu para marcar a posição do Estado.



(Imagem retirada da Internet)

Subiu ao trono em 1357 e em 1360 anunciou o seu casamento com Inês de castro, realizado em segredo antes da sua morte.

O seu reinado foi marcado por uma rigorosa administração da justiça, independentemente da classe social e pela defesa do país contra a influencia do Papa. Segundo a documentação da época, foi um monarca que defendeu as camadas mais desfavorecidas, aplicando a justiça de forma brutal, a qualquer ordem social.

Não se preocupou com o crescente poder da nobreza, nem com a centralização do poder real. Deu início à “nacionalização” das Ordens Militares, entregando a Ordem de Avis ao seu filho D. João, futuro rei de Portugal.

Foi um reinado marcado pela ausência de guerras e por uma relativa prosperidade financeira. No que respeita a medidas educativas, não se conhecem medidas relevantes.

2023/03/09

Educação e Monarquia: D. Fernando (1345 - 1383)

D. Fernando (1345 - 1383), “o Formoso”, era o filho de D. Pedro I e de D. Constança. Subiu ao trono em 1367 numa época em que se travava em Espanha uma disputa pelo trono entre D. Pedro, filho legítimo de D. Afonso XI e D. Henrique, filho ilegítimo. D. Fernando tentou manter-se neutral, mas o assassinato de D. Pedro levou-o a intervir.

A paz foi assinada em 1371. D. Fernando comprometeu-se a casar com a infanta D. Leonor, filha de Henrique II. No entanto, não o fez e em 1372 casou com Leonor Teles. O monarca espanhol aceitou a situação. No entanto, o Duque de Lencastre, filho do monarca inglês apresentou-se com pretensões ao trono espanhol. O apoio de D. Fernando ao Duque de Lencastre levou o rei espanhol a invadir Portugal, chegando a Lisboa em 1373. A paz foi assinada em Santarém em março de 1373.

Depois da conclusão deste processo, a política de D. Fernando orientou-se para a administração do reino. Foram reparados vários castelos e construíram-se novas muralhas em Lisboa e no Porto.

Em 1375 foi promulgada a Lei das Sesmarias que tinha como objetivo impedir o pousio nas terras aráveis e aumentar o número de camponeses.



(Imagem retirada da Internet)

Também o comércio se desenvolveu, alargando-se as relações mercantis com o estrangeiro. Como tal, o investimento na marinha portuguesa foi bastante apoiado com diversas medidas, nomeadamente com a criação da *Companhia das Naus*. Aqui deviam ser registados todos os navios que pagavam uma percentagem dos lucros adquiridos em viagem. Esse montante servia para pagar eventuais prejuízos em navios que naufragassem ou avariassem.

Ao nível da educação, D. Fernando impulsionou a Universidade que em 1337 foi transferida para Lisboa. O Papa Gregório XI concedeu uma bula à Universidade que lhe permitia dar o grau de doutor, licenciado e bacharel nas faculdades autorizadas.

O final do reinado de D. Fernando foi marcado por várias guerras com Castela que terminaram em 1381 com negociações de paz. Em resultado destas, D. Beatriz, filha do monarca ficou obrigada a casar com o filho de D. João I de Castela. A situação alterou-se e a infanta acabou por casar com o próprio D. João que tinha enviuvado.

Com a morte de D. Fernando e não havendo um filho varão, Portugal estava em sério risco de perder a independência, tendo sido iniciada uma crise dinástica no período de 1383-85.

2023/03/13

Exposição Virtual: "O calorímetro no Museu Virtual da Educação"

O calorímetro é um instrumento científico, isolado termicamente do meio ambiente, utilizado para estudar a quantidade de calor transferida entre dois corpos com diferentes temperaturas. O calor é a energia transferida espontaneamente de um corpo para outro, devido à diferença de temperatura entre ambos. Verifica-se, então, que numa situação em que dois objetos a diferentes temperaturas são colocados em contato, atingem a mesma temperatura passado algum tempo – é o chamado equilíbrio térmico. Para que se possam estudar as trocas de calor será necessário possuir um recipiente adequado que permita medir o valor dessas trocas. Este recipiente tem o nome de calorímetro e facilita o contato térmico entre os corpos. Teoricamente qualquer recipiente que esteja termicamente isolado do exterior poderá funcionar como um calorímetro. Geralmente a medição do calor específico de uma substância faz-se por comparação com a água. Nesta exposição incluem-se alguns modelos específicos, como o calorímetro de Brix, de Joule, de Dewar ou de Weinhold. O objetivo é sempre o mesmo – medir a transferência de calor – através de diferentes métodos. Também se apresenta um calorímetro simples e um conjunto de calorímetro, estufa e acessórios.



Calorímetro de Brix
ME/400002/105
Escola Secundária Alves Martins

Instrumento utilizado para medir o calor latente de vaporização. Consta de uma retorta de vidro, de pequena capacidade e de um vaso calorimétrico, com agitador.



Calorímetro de Joule
ME/ESDJC/121
Escola Secundária D. João de Castro

Calorímetro de Joule utilizado nas aulas de Física com fins pedagógicos. O calorímetro de Joule é um instrumento que permite determinar a capacidade térmica específica de materiais sólidos e líquidos, assim como permite medir o equivalente termoeletrico. O calorímetro de Joule é composto por dois copos de alumínio isolados um do outro e uma tampa perfurada para o termómetro, o misturador e a espiral aquecedora.



Calorímetro de Dewar
ME/404652/346
Escola Secundária de Pedro Nunes

Calorímetro de Dewar, composto por vários elementos. Tem um vaso interior de latão polido exteriormente, de 500 ml de capacidade e um vaso exterior de metal polido interiormente, forrado exteriormente de cortiça, com base de madeira. Diâmetro de base: 13,2 cm; altura: 14,3 cm. No interior estão coladas três rolhas para nelas assentar o vaso de latão. A tampa é elaborada em material isolador com dois orifícios na periferia onde se enfiam dois espigões salientes do bordo do vaso exterior, para melhor vedação. A tampa tem mais três orifícios: um central, tapado com rolha, de 2,5 cm de diâmetro, para introdução do corpo em estudo; outro ($d = 1,5$ cm) com rolha de borracha furada para colocação do termómetro; e outro para enfiar a haste do agitador. Possui um agitador de latão, com haste de 19 cm e anel inferior circular para agitar. A estufa é um vaso cilíndrico de cobre, de 5 cm de diâmetro e 14 cm de comprimento, forrado exteriormente de cortiça, com dois pequenos tubos laterais, diametralmente opostos, cada um junto da sua base. Destinam-se à colocação de tubos de borracha, sendo um para a entrada do vapor que vem da caldeira e outro para a saída do mesmo. O vaso termina em 2 bocas mais estreitas, uma em cada base, para colocação de

rolhas. A rolha que ficar colocada a nível mais elevado é furada para a introdução de um termómetro. Do meio do vaso cilíndrico sai uma haste de latão com anel e parafuso para se fixar na haste de um suporte. A caldeira tem um vaso de cobre, cilíndrico, de 6,7 cm de base e 13 cm de altura, prolongado ao centro de uma das bases por um tubo de cobre, de 2,5 cm

de diâmetro e 9 cm de comprimento, tapado com uma rolha. Perto da extremidade deste tubo há um tubo de borracha que dirigirá o vapor da água aquecida para a estufa em que se aquece o corpo cujo estudo se está a efetuar no dispositivo calorimétrico. O vaso de cobre tem um tubo de vidro que serve de indicador do nível. Do mesmo vaso sai uma haste de latão com anel e parafuso para fixar na haste de um suporte. São 3 exemplares, com os números D.7.64, D.7.65 e D.7.66 do inventário anterior.



Calorímetro de Weinhold
 ME/404652/325
 Escola Secundária de Pedro Nunes

Consta normalmente de uma tina calorimétrica de parede dupla, que neste caso não existe, de uma estufa também de parede dupla ($a = 16,5 \text{ cm}$; $d = 9,5 \text{ cm}$) com tubuladura lateral e de um peso de 500 g. São 2 exemplares (números D.4.8 e D.4.9 no inventário anterior), cada um com os respetivos pesos de 500 g (números D.4.10 e D.4.11 no inventário anterior).



Calorímetro
 ME/402140/52
 ME/Escola Secundária Maria Lamas

Instrumento utilizado em contexto das práticas pedagógicas nas aulas de Mecânica/ Física. O calorímetro permite medir as quantidades de calor fornecidas ou recebidas por um corpo através da utilização de um termómetro aplicado a um recipiente isolador. Para medir a quantidade de calor, os corpos são mergulhados em água (que se encontra dentro deste recipiente). Com o termómetro, podemos determinar a variação da temperatura da água e, através

de um cálculo simples, avalia-se a temperatura recebida ou cedida pelo corpo, sendo o seu valor o simétrico do determinado para a água.



Conjunto de calorímetro, estufa e acessórios

ME/401857/234

ME/Escola Secundária de Gil Vicente

Tripé de ferro com um veio vertical, no qual estão presas duas caldeiras em cobre. Uma das caldeiras tem a forma cilíndrica e no topo apresenta um termómetro graduado de 0 a 300, a outra caldeira apresenta a forma de garrafa com pega e rolha de cortiça. Estas caldeiras encontram-se ligadas por um tubo maleável.

2023/03/16

Peça do mês de março/2023



Cavaquinho

Instrumento musical utilizado em contexto das práticas pedagógicas de Música. Trata-se de um cavaquinho, um cordofone de pequenas dimensões, não excedendo os 50 a 55 cm, de grande popularidade em Portugal. Tem uma caixa de duplo bojo, com quatro cordas presas a cravelhas de madeira dorsais. Pensa-se que é originário do Minho, com carácter lúdico e festivo, embora existam vários tipos de cavaquinhos.

Está inventariado com o número ME/401122/12 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária Carlos Amarante.

2023/03/20

Educação e Monarquia: D. João I (1357 - 1433)

D. João I (1357 - 1433), "O de Boa Memória" era filho bastardo de D. Pedro I e de Teresa Lourenço e foi o fundador da dinastia de Avis. Foi educado na Ordem de Cristo e nomeado Mestre da Ordem de Avis e Cavaleiro com apenas 6 anos.

Durante o reinado de D. Fernando, o seu meio-irmão, desempenhou alguns cargos políticos. Após a morte do rei em 1383 o país entrou num período de crise de sucessão: D. Beatriz, a herdeira do trono estava casada com o rei de Castela e D. João assume a chefia de um movimento nacionalista para evitar que Portugal ficasse nas mãos de um monarca estrangeiro. Até 1385 têm lugar vários conflitos, com invasões de Castela e o cerco de Lisboa.

Em abril de 1385 reúnem-se Cortes em Coimbra e, através da intervenção de D. João das Regras, o Mestre de Avis é aclamado rei. A situação prolonga-se até 1411, apesar da vitória portuguesa na Batalha de Aljubarrota em agosto de 1385.

D. João I casou com D. Filipa de Lencastre em 1387, na sequência da assinatura do Tratado de Windsor.

Após o período de lutas com Castela e recuperada a estabilidade, D. João tentou impor uma política de centralização do poder real, reduzindo privilégios da nobreza e do clero e convocando Cortes com frequência. Uma das figuras mais poderosas deste reino será D. Nuno Álvares Pereira que recebeu inúmeras recompensas.



(Imagem retirada da Internet)

Com D. João I inicia-se a conquista do Norte de África. Em 1415 ocorre a conquista da Ceuta e são armados cavaleiros os filhos do monarca, D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique. Apesar de se ter tornado uma empreitada extremamente dispendiosa, o rei decidiu manter a cidade, uma vez que isso lhe trazia prestígio internacional. Para fazer face às despesas, foram aplicados vários impostos, como as sisas. A partir de 1412, D. Duarte foi associado ao governo do reino.

Após o regresso de Ceuta, o infante D. Henrique dá início aos Descobrimentos: Porto Santo (1418), madeira (1419), Açores (1427), expedições às ilhas canárias e exploração da costa africana.

D. João I era um rei bastante culto, dado a sua formação na Ordem de Avis. Mandou redigir a Crónica Breve do Arquivo Nacional e traduzir o Novo Testamento e as vidas dos santos. Foi autor do Livro da Montaria, um manual de caça em 3 livros com 70 capítulos provavelmente redigidos entre 1415 e 1433.

Este gosto pela cultura foi transmitido aos seus filhos que ficaram conhecidos como a Ínclita Geração: D. Duarte foi poeta e escritor; D. Pedro foi um dos príncipes mais viajados e cultos do seu tempo; D. Henrique investiu na investigação relacionada com a navegação, a náutica e a cartografia; D. Isabel casou com o Duque da Borgonha e manteve uma corte erudita e refinada.

No que respeita ao ensino das artes, chegam artistas estrangeiros a Portugal, contribuindo para a atualização dos artistas nacionais. D. João I chamou os mais reputados arquitetos para a construção do Mosteiro da Batalha.

2023/03/23

Educação e Monarquia: D. Duarte (1391 - 1438)

D. Duarte (1391 - 1438), "o Eloquentes", era o filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre. Apesar de ter subido ao trono em 1433 já estava associado ao governo desde 1412. Casou com Leonor de Aragão em 1428.

Durante o seu reinado dá continuidade à política centralizadora do seu pai. Reúne Cortes em Santarém em 1434, promulgando a Lei Mental que determinava que os bens doados pela coroa só podiam ser herdados pelo filho varão primogénito. Através desta lei, que tem este nome por andar na mente de D. João I, a coroa recupera várias terras.

Nestas cortes foi possível avaliar a existência de um número verdadeiramente exorbitante de habitantes que eram analfabetos. Foi determinado que o juiz de uma região devia saber ler e escrever, a não que que não existisse ninguém capaz de o fazer.

O monarca reuniu cortes três vezes, duas em Évora (1435 e 1436) e em Leiria (1438). Reorganizou a administração interna, procedendo à compilação de toda a legislação do reino. Este processo só seria concluído com D. Afonso V.

A política de expansão marítima também tem continuidade, sob a liderança do Infante D. Henrique: em 1434 Gil Eanes passa o Cabo Bojador; em 1435 segue-se para Angra dos Ruivos e em 1436 Afonso Baldaia atinge o Rio do Ouro.



(Imagem retirada da Internet)

Quanto à expansão no Norte de África, D. Duarte é pressionado para continuar e em outubro de 1437 fez-se um ataque a Tânger que teve um resultado desastroso para os portugueses. Os mouros colocam como condição para a rendição a devolução de Ceuta, ficando o infante D. Fernando cativo. Após a convocar as Cortes de Leiria em 1438, D. Duarte foi obrigado a sacrificar a vida do seu irmão para continuar na posse de Ceuta.

Ao nível à educação, D. Duarte era um homem culto e escreveu o *Leal Conselheiro*, um tratado sobre ética e moral ou melhor, um manual prático de orientação ética para a monarquia e para a nobreza.

Escreveu igualmente o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, incompleto, mas que versa sobre hipismo e justa equestre medieval.

A partir do século XV tornou-se habitual as classes nobres recorrerem a um preceptor, geralmente estrangeiro para a educação dos jovens. A preocupação com um ensino de qualidade torna-se uma das preocupações dos privilegiados.

D. Duarte morre de peste em 1438 e deixa a sua mulher como regente até que Afonso V pudesse governar, uma vez que tinha apenas 6 anos. Isto originou vários conflitos com os irmãos do rei e D. Leonor acabou por ser afastada.

2023/03/27

Educação e Monarquia: D. Afonso V (1432 - 1481)

D. Afonso V, "o Africano" (1432 - 1481) era filho de D. Duarte e de D. Leonor de Aragão. O seu reinado divide-se em três períodos distintos: o primeiro vai desde a morte do seu pai, quando D. Afonso tinha apenas 6 anos, até à Batalha de Alfarrobeira em 1149. A regência ficou a cargo de D. Leonor, mas grande parte da população preferia D. Pedro, irmão de D. Duarte. Aquando das Cortes de 1439, o infante D. Pedro foi nomeado regente e D. Leonor foi exilada para Castela.

A educação de D. Afonso ficou a cargo do seu tio, um homem viajado e de grande cultura, tendo uma vertente claramente humanista.

Em 1446 realizaram-se as Cortes de Lisboa e o monarca, já com a maioridade, assumiu a coroa portuguesa auxiliado por D. Pedro. Nesta no mandou publicar as Ordenações Afonsinas, uma compilação de leis que tinha sido iniciada no reinado do seu pai.



(Imagem retirada da Internet)

D. Afonso, casou com D. Isabel de Lancastre, filha de D. Pedro, em 1147. A relação entre o monarca e o tio acabaram por se deteriorar e este é afastado do poder em 1448. Este conflito culminou com a Batalha de Alfarrobeira em 1449, em que D. Pedro foi morto.

Após a morte de D. Pedro, o rei acabou por ser manipulado pela nobreza e pelo clero, havendo um recuo no processo de centralização do poder real.

As campanhas do Norte de África marcaram o segundo período de reinado: em 1458 conquistou-se Alcácer Ceguer, Tânger e Arzila e em 1471, Larache.

Na terceira fase do seu reinado, D. Afonso V orientou-se no sentido da política peninsular: Henrique IV de Espanha morre e era casado com D. Joana de Portugal, sobrinha do monarca português. O plano era casar com a sobrinha e unir os dois reinos, contra a pretensão dos futuros Reis Católicos. Após vários conflitos armados, o rei português assinou o Tratado de Alcáçovas em 1476, em que renunciou aos direitos do trono espanhol.

A política de Descobrimentos foi liderada pelo infante D. Henrique até à sua morte em 1460. Em 1439 iniciou-se a povoação dos Açores. Em 1441 Nuno Tristão atinge o Cabo Branco, em 1443, a baía de Arguim e em 1444, a foz do rio Senegal. As ilhas de Cabo Verde são descobertas em 1456 e chega-se à Serra Leoa em 1460.

D. Afonso IV concedeu o comércio da Guiné a Fernão Gomes em 1469, tendo este a obrigação de descobrir todos os anos 100 léguas de costa. Em 1471 descobriu-se S. Tomé, Príncipe e Ano Bom. Em 1472, Álvaro Esteves passa o Equador e em 1474, João Vaz Corte Real chegou à Terra Nova (ilha do Canadá).

Em 1476, D. Afonso associou D. João, futuro rei ao governo do reino e veio a falecer em 1481.

Ao nível da educação, durante este período coexistiram formas de ensino distintas, consoante os grupos sociais, reproduzindo as desigualdades existentes: os níveis mais elevados contavam com a presença de um preceptor,

a burguesia recorreu às escolas públicas e os artesãos aprendiam os seus ofícios. No entanto, a instrução continuava a ser um monopólio da Igreja.

Na primeira metade do século XV a afluência ao Estudo Geral já era bastante elevada. Em 1443, D. Pedro decretou a criação de um novo Estudo Geral em Coimbra.

2023/03/30

Educação e Monarquia: D. João II (1455 - 1495)

D. João II "o Príncipe Perfeito" (1455 - 1495) era o filho mais novo de D. Afonso V e de D. Isabel. Casou com D. Leonor, sua prima.

Como era hábito, participou na governação do reino durante a vida do seu pai, tendo estado presente na conquista de Arzila (1471) onde foi armado cavaleiro. Entre 1475 e 1476 o seu pai delegou-lhe a regência do reino enquanto se ausentou nas lutas com Castela e com diligências diplomáticas.

O foco do seu reinado foram as descobertas e a luta contra a concorrência castelhana no que respeitava aos territórios conquistados e à exclusividade de navegação da costa africana. Esta política de *mare clausum*, levou à assinatura do Tratado de Toledo com Espanha em 1480, dividindo o Atlântico pelo paralelo das Ilhas Canárias.

D. Afonso V morreu em 1481 e D. João II teve uma enorme preocupação com a centralização do poder real e com o aumento de poder da nobreza, sobretudo a Casa de Bragança. O monarca reprimiu com violência algumas conspirações, o que fez com que muitos nobres se refugassem no estrangeiro. Foram reunidas Cortes em 1482, 1483 e 1490.



(Imagem retirada da Internet)

No plano da expansão, toda a costa ocidental africana é explorada, incluindo a travessia do cabo das Tormentas por Bartolomeu Dias em 1488. A partir de então, o monarca preparou uma viagem até à Índia, enviando emissários por terra para obterem o máximo de informações: Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva.

Entretanto, Cristóvão Colombo chega à América e D. João II reivindicou essas terras para a Corte Portuguesa, tendo em conta o Tratado de 1480. Castela opõe-se e seguem-se negociações entre as duas nações que culminam com a assinatura do Tratado de Tordesilhas em 1494. Ficou determinado que a linha que dividia a Terra em duas zonas de influência se localizava a 370 léguas a oeste da Ilha de Santiago em Cabo Verde. Uma vez que esta zona incluía o Brasil, supõe-se que já se conhecia o Brasil.

Ao nível da política externa, D. João II estabeleceu relações diplomáticas com vários países europeus, garantindo o sucesso da política de Descobertas.

Os últimos anos de reinado foram marcados pelo problema da sucessão: o infante D. Afonso, legítimo herdeiro, faleceu em 1491. O rei pretendia que D.

Jorge, seu filho ilegítimo herdasse o trono, mas a rainha opôs-se. O sucessor designado acabou por ser D. Manuel, irmão de D. Leonor.

No que respeita à educação e ensino, o desenvolvimento do comércio e da indústria levaram a inevitáveis alterações económicas e culturais: a intensificação das trocas comerciais com o estrangeiro e o aumento de cargos públicos. Estas alterações conduziram à procura de “mestres de saber ler”, recrutados entre estudantes, bacharéis ou clérigos.

Houve uma consciencialização da necessidade de instrução dos filhos, quer ao nível económico quer ao nível social e político. A ascensão social da burguesia necessita do apoio cultural que se baseia na educação. O ensino já não se faz exclusivamente na igreja, mas também na corte e nas casas nobres e burguesas. A maior parte dos alunos era do sexo masculino, mas a instrução também se alargou ao sexo feminino, sobretudo nas classes mais elevadas. A língua nacional afirmou-se, fixando-se por escrito na literatura. Essa mudança irá ocorrer ao longo do século XVI.

2023/04/03

Resumo do Artigo Liceu Diogo de Gouveia, Beja de Manuel Henrique Figueira (Parte 1)



Manuel Henrique de Figueiredo, em *Liceus de Portugal*, menciona várias datas referentes ao antigo Liceu Diogo de Gouveia (Beja), nomeadamente as da sua criação e início de funcionamento: 1836 (Decreto-lei de 17 de novembro); 1844 (Decreto-lei de 20 de setembro). O início de funcionamento foi no ano letivo de 1852-1853.

Designações desta entidade escolar:

- Nome de origem: Liceu Nacional de Beja;
- A partir de 1915: Liceu Nacional de Fialho de Almeida;
- A partir de 1919: Liceu Nacional Central de Fialho de Almeida;

- A partir de 1924: Liceu Nacional de Fialho de Almeida;
- A partir de 1925: Liceu Nacional Central de Fialho de Almeida;
- A partir de 1928: Liceu Nacional de Fialho de Almeida;
- A partir de 1937: Liceu Nacional de Diogo Gouveia;
- A partir de 1947: Liceu Nacional de Beja.

Na sua origem o liceu teve uma frequência masculina, só em 1880 teve as primeiras alunas a frequentá-lo. A partir do final do sec. XIX o liceu teve, definitivamente, frequência mista.

A sua localização foi, primeiramente, em instalações provisórias, a partir de 1852 foi instalado em casa particular e em algumas salas do Antigo Paço Episcopal (conhecido por Edifício do Colégio). Mais tarde, em 1863, passa a ocupar o andar superior e o quintal de um Palacete no Terreiro de S. Tiago. Em 1870 foi, outra vez, instalado num Palacete na Rua do Esquível (conhecido por Casa da Porta de Ferro). A partir de 1905 ocupa um prédio arrendado na Praça D. Manuel (atual Praça da Republica), finalmente, em 1937 foi realojado num edifício implantado no Campo das Freiras.

Reitores do Liceu:

- José Pedro Carvalho e Sousa - 1852-1863;
- Francisco Luís de Castro Soares da Cunha Rego - 1863-1864;
- José Ferreira Lima - 1864-1888;
- Francisco Xavier de Meneses (Reitor-interino) - 1888;
- Joaquim Augusto de Sousa Macedo - 1888-1896;
- Francisco Inácio de Mira - 1896-1897;
- José Virgolino Caeiro - 1897-1899;

- Joaquim Augusto de Sousa Macedo (Reitor-interino) - 1899;
- Henrique José Pereira - 1899-1900;
- Diogo Francisco Pereira de Castro e Brito - 1900-1901;
- João de Sousa Tavares - 1901-1903;
- João de Penha Salema Coutinho - 1903-1905;
- José Vicente Madeira (Reitor-interino) - 1905;
- Henrique José Pereira - 1899-1900;
- Diogo Francisco Pereira de Castro e Brito - 1900-1901;
- João de Sousa Tavares - 1901-1903;
- João de Penha Salema Coutinho - 1903-1905;
- José Vicente Madeira (Reitor-interino) - 1905;
- Henrique José Pereira - 1905-1906;
- Manuel Tomaz Soeiro da Silveira - 1906-1908;
- José Vicente Madeira - 1908-1910;
- José Joaquim Nunes - 1910-1911;
- Manuel Tomás Soeiro da Silveira - 1911;
- Raul Lupi Nogueira - 1911-1912;
- Manuel Tomás Soeiro da Silveira - 1912;
- José Joaquim Ferreira - 1912;
- Domingos António Vaz Madeira - 1912-1913;
- Manuel Tomás Soeiro da Silveira - 1913-1914;
- Domingos António Vaz Madeira - 1914-1916;
- João Manuel Ribeiro Queiroz - 1916-1917;
- Sebastião José Raposo - 1917-1919;
- Manuel Tomás Soeiro da Silveira (Reitor-interino) - 1919;

- Diogo Rosa Machado (Reitor-interino) - 1919;
- Francisco Romano Newton de Macedo (Reitor) - 1919;
- Manuel Tomás Soeiro da Silveira - 1912;
- José Joaquim ferreira - 1912;
- Domingos António Vaz Madeira - 1912-1913;
- Manuel Tomás Soeiro da Silveira - 1913-1914;
- Domingos António Vaz Silveira - 1914-1916;
- João Manuel Ribeiro Queiróz - 1916-1917;
- Sebastião José raposo - 1917-1919;
- Manuel Tomás Soeiro da Silveira (Reitor-interino) - 1919;
- Diogo Rosa Machado - 1919;
- Francisco Romano Newton de Macedo (Reitor) - 1919;
- Manuel Tomás Soeiro da Silveira - 1919-1924;
- José Maria Mendes Gameiro - 1924-1926;
- Eduardo Hermano Pereira Ferraz - 1926-1938;
- Sebastião José Raposo - 1938-1946;
- Alberto Vaz de Almeida Neves - 1946-1957;
- José Joaquim Galante de Carvalho - 1957-1961;
- Manuel Caldeira de Sousa - 1961-1970;
- José Barros Ferreira - 1970-1972;
- Manuel de Brito Camacho Duarte Colaço - 1972-1974.

Como verificamos anteriormente, Henrique de Figueiredo apresenta-nos uma listagem dos reitores que fizeram parte da escola até 1974, por sua vez, a Divisão de Serviços da Documentação e de Arquivo da Secretaria-Geral da Educação e Ciência apresenta-nos um fundo arquivístico de alguns desses mesmos reitores; cuja organização das séries documentais inventariadas segue

a estrutura adotada pela Portaria de Gestão de Documentos n.º 1310/2005, de 21 de dezembro.

Esta documentação¹ é, em si mesmo, um repertório de extrema importância para a avaliação pedagógica e inventariação de modos de ensino. Notamos que, grosso modo, esta documentação cujo cota e âmbito cronológicos apresentamos no quadro seguinte, são estruturas essenciais para reconstruir a história da escola e das políticas educativas adotadas:

Âmbito Cronológico:

Cota:

1937-[s.m.]-[s.d.] / 1938-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0003/00013
1938-[s.m.]-[s.d.] / 1939-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0009/00061
1956-[s.m.]-[s.d.] / 1957-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0053/00467
1950-[s.m.]-[s.d.] / 1951-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0037/00279
1948-[s.m.]-[s.d.] / 1949-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0033/00220
1949-[s.m.]-[s.d.] / 1950-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0035/00249
1958-[s.m.]-[s.d.] / 1959-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0056/00512
1951-[s.m.]-[s.d.] / 1952-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0039/00308
1957-[s.m.]-[s.d.] / 1958-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0055/00502
1944-[s.m.]-[s.d.] / 1945-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0023/00146
1959-[s.m.]-[s.d.] / 1960-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0059/00545
1954-[s.m.]-[s.d.] / 1955-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0049/00408
1946-[s.m.]-[s.d.] / 1947-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0028/00177
1955-[s.m.]-[s.d.] / 1956-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0052/00453
1953-[s.m.]-[s.d.] / 1954-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0045/00373
1941-[s.m.]-[s.d.] / 1942-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0014/00092
1936-[s.m.]-[s.d.] / 1937-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0063/00567
1942-[s.m.]-[s.d.] / 1943-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0014/00084
1952-[s.m.]-[s.d.] / 1953-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0044/00369
1947-[s.m.]-[s.d.] / 1948-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0030/00187

¹ Os *relatórios de reitor*, grosso modo, são uma apreciação das condições pedagógicas das instalações e do material de ensino; emissão de pareceres didáticos; estudo do rendimento do ensino em cada liceu e sua correlação com os professores; elaboração de estatísticas; classificação do serviço dos professores; realização de inquéritos e sindicâncias; instrução de processos movidos a professores, etc.

O edifício construído de raiz para o Liceu foi inaugurado a 20 de junho de 1936, projetado para 385 alunos (11 turmas), projetado pelo arquiteto Cristiano Silva. O edifício sofreu obras de ampliação e beneficiação em 1948, 1958 e nos anos 70. O novo edifício foi, certamente, uma afirmação pública da imagem educacional de Beja. No início do século XX, há, pois, uma grande viragem na história do Liceu, os anos trinta são, efetivamente, a consolidação plena do Liceu, afirma Henrique Figueira (2003: 199 ss.).

Destacam-se algumas associações ligadas ao Liceu, tais como:

- Associação Académica de Beja (criada no início do século);
- Associação dos alunos do Liceu Fialho de Almeida (existia em 1953-1936);
- Associação Escolar (1937/38 - 1941/42 data em que foi incorporada na M.P);
- Tuna Académica (criada no fim do século XIX, há referências frequentes à sua existência na década de 1910);
- Orfeão (encontra-se referências à sua existência entre 1937 e 1951);
- Associação dos Antigos Alunos do Liceu de Beja (1960, estatutos publicados em 1971).

FIGUEIRA, Manuel Henrique (2003). *Liceu Diogo de Gouveia (Beja)*. In: *Liceus de Portugal: histórias, arquivos, memórias*. Lisboa: Edições Asa, pp. 96-113.

2023/04/06

Recursos Bibliográficos usados na Elaboração do Analítico
Liceu Diogo de Gouveia, Beja de Manuel Henrique Figueira
(Parte 2)



Manuel Henrique Figueira no seu analítico *Liceu Diogo de Gouveia* (Beja), em *Liceus de Portugal*, descreve, sucintamente, 11 publicações periódicas publicadas pelo referido liceu, desde a sua criação até aos anos 60. Estas publicações tinham uma existência efémera e apenas serviam para moldar condutas e delinear conteúdos temáticos.

Publicações escolares:

- **Alma académica.** Beja: Liceu Diogo de Gouveia, 1937
- **A Arcádia.** Beja: Liceu Nacional de Fialho de Almeida, 1923
- **Capa e batina.** Beja: Liceu Nacional Central de Fialho de Almeida, 1927

- **Capas negras.** Beja: Liceu Nacional de Diogo Gouveia, 1938
- **Eco dos estudantes.** Beja: Liceu Nacional de Diogo Gouveia, 1946
- **Minerva.** Beja: Liceu Nacional Central de Fialho de Almeida, 1926
- **O Mocho.** Beja: Liceu Nacional Central de Fialho de Almeida, 1920
- **Mocidade.** Beja: Liceu Nacional de Fialho de Almeida, 1935
- **Novos.** Beja: Liceu Nacional de Fialho de Almeida, 1934
- **Novos e velhos.** Beja: Liceu Nacional de Beja, 1960-1966
- **Tentativa.** Beja: Liceu Nacional de Diogo Gouveia, 1946-1960

Bibliografia utilizada na elaboração do analítico:

ARQUIVO DA E. S. DIOGO GOUVEIA. “Cadernos com o resultado dos exames”. In: *Arquivo da E.S. Diogo Gouveia* (Beja), 1953.

ARQUIVO DA E. S. DIOGO GOUVEIA. “Livro de receita e da despesa do Liceu”. In: Beja: *Arquivo da E.S. Diogo Gouveia* (Beja), 1853.

ARQUIVO DA E. S. DIOGO GOUVEIA. “Livro de actas”. In: *Arquivo da E. S. Diogo Gouveia* (Beja), 1855. **ARQUIVO DA E. S. DIOGO GOUVEIA.** “Livro de matriculas”. In: *Arquivo da E. S. Diogo Gouveia* (Beja), 1852.

ARQUIVO DA E.S. DIOGO GOUVEIA. “Livro de exames”. In: *Arquivo da E. S. Diogo Gouveia* (Beja), 1852.

ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DO LICEU DE BEJA. *Estatutos.* Beja: Associação dos Antigos Alunos do Liceu de Beja, 1971.

ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DO LICEU DE BEJA. *Novos e velhos.* Beja: Jornal Comemorativo da II Festa de Confraternização dos Antigos Alunos do Liceu de Beja, 1960.

ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DO LICEU DE BEJA. *Novos e velhos.* Beja: Jornal comemorativo da III festa de confraternização dos Antigos Alunos do Liceu de Beja, 1966.

BOLETIM DA DIRECÇÃO-GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. “Estatística do ensino secundário (1895-1903)”. In: *Boletim da Direcção-Geral da Instrução Pública*, Supl. ao fasc.7-9 (1904).

GARRIDO, Manuel de Melo (1960). “*Uma sugestão.*” in: *Novos e velhos* (Jornal comemorativo da 2.ª festa de confraternização dos Antigos Alunos do Liceu de Beja), p. 9 (1960). **INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA.** *Estatísticas da educação.* Lisboa: INE, as. 1904-1964.

LABOR : revista trimestral de educação e ensino e extensão cultural. Aveiro: Liceu Vasco da Gama, n.º 75 (out. 1936).

LICEU NACIONAL DE BEJA. *Anuário do Liceu Nacional de Beja.* Beja: LNB, as. 1908/1909 - 1914/15.

LICEU NACIONAL DE BEJA. *Relatório do Liceu Nacional de Beja.* Beja: LNB, as. 937/38-1938/39 ; 1941/42-1942/43 ; 1946/47 ; 1959/60.

LICEU NACIONAL DE FIALHO DE ALMEIDA. *Relatório do Liceu Nacional de Fialho de Almeida.* Beja: LNFA, as. 1896/97-1897/98; 1935/36.

MESTRE, Joaquim Figueira (1991). *Olhares sobre a cidade.* Beja: Edições da Câmara Municipal de Beja.

NEVES, Alberto Vaz de Almeida (1949). “Subsídio para a história do Liceu de Beja”. In. *Relatório dos serviços do Liceu Nacional de Beja*, a. 1949/1950, pp. 192-304.

NÓVOA, António ; **BARROSO**, João (1999). “Ensino liceal”. In: *Dicionário de história de Portugal*. Lisboa: Livraria Figueirinhas, vol. 7, pp. 632-634.

PEREIRA, Nuno Teotónio (1996). “Arquitectura”. In: *Dicionário de história do Estado Novo*, vol. 1, pp. 61-64.

RAPOSO, Sebastião José (1945). “O liceu de Diogo de Gouveia” in: *Liceu de Portugal*, n. 41, pp. 392-398.

SARAIVA, António José ; **LOPES**, Óscar (1955). *História de literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora.

[S. n.] (1938). “Liceu Nacional de Jacinto de Matos, ex-Liceu Nacional Fialho de Almeida”. In: *Revista Oficial do Sindicato Nacional de Arquitectos*, n.º 1 (1983), pp. 5-11.

FIGUEIRA, Manuel Henrique (2003). *Liceu Diogo de Gouveia (Beja)*. In: *Liceus de Portugal: histórias, arquivos, memórias*. Lisboa: Edições Asa, pp. 114-117.

2023/04/10

Educação e Monarquia: D Manuel I (1469 - 1521)

D. Manuel I, "o Venturoso" (1469 – 1521) era filho do infante D. Fernando e de D. Brites, cunhado do anterior monarca. Casou com D. Isabel de Castela (1497), D. Maria de Castela (1500), mãe do futuro D. João III e com D. Leonor (1518).

Subiu ao trono em 1495 e continuou a política de centralização do poder real, mas de forma menos violenta que o seu antecessor. Realizaram-se Cortes em Montemor-o-Novo no início do seu reinado, onde se ordenaram Confirmações de doações e reformas dos tribunais superiores. Foram reunidas Cortes mais três vezes, em 1498, 1499 e 1502.

Em 1496, D. Manuel obrigou todos os judeus e mouros a serem batizados sob pena de serem forçados a deixar o país, vendo os seus bens confiscados ou arriscar uma pena de morte. Criou-se forma a distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos.

Entre 1512 e 1531 foram publicadas as Ordenações Manuelinas com o objetivo de substituírem as Ordenações Afonsinas, entretanto desatualizadas. Foram feitas reformas nos forais, na sisa e nos direitos alfandegários.



(Imagem retirada da Internet)

A política ultramarina segue a linha traçada por D. João II. D. Manuel deu continuidade à viagem à Índia preparada pelo seu antecessor: a armada chefiada por Vasco da Gama saiu de Lisboa em 1497 e chegou à Índia em 1498. Em 1500, Pedro Álvares Cabral faz a descoberta oficial do Brasil.

Todos os anos era enviada uma armada à Índia com o objetivo de consolidar o domínio português. Em 1505 D. Francisco de Almeida foi nomeado o primeiro Vice-Rei, controlando o monopólio da navegação e do comércio naquela região. Seguiu-se Afonso de Albuquerque que conquistou Goa.

Foram feitas variadas viagens a destinos diversos como Timor, Gronelândia e Labrador. No Norte de África conquistou-se Safim e Azamor.

No que respeita à política externa, D. Manuel optou por uma postura de neutralidade e diplomacia.

Ao nível cultural foi uma época de grande desenvolvimento, integrando-se no contexto europeu do Renascimento. As descobertas portuguesas e a nova visão do mundo, em muito contribuíram para o questionamento e do desafio artístico,

científico e filosófico. Foi um período de grande renovação e criação artística, bem como de desenvolvimento científico, com a vinda de vários mestres para Portugal. Surgiu o estilo manuelino, inspirado nas viagens de além-mar e destacam-se vários nomes de grande relevo.

Ao nível artístico, a escultura não se desenvolveu como uma arte independente em virtude do contexto político e religioso. A pintura manteve-se no ensino particular e individual, sem a existência de escolas para o efeito.

No contexto educativo, até 1513, a Universidade dispersou a sua atenção nos estudos de Teologia, Direito Canónico, Direito Civil e Medicina. No entanto, com os Descobrimentos, D. Manuel criou novos planos de estudo, nomeadamente a Cátedra de Astrologia. A Matemática foi nunca teve uma grande implementação nos Estudos Gerais. Foram concedidas várias bolsas de estudo.

A partir do século XVI iniciou-se uma nova fase no ensino em Portugal com o surgimento de instituições vocacionadas para crianças e jovens, divididos por idade, grupo e espaço. Pela primeira vez começaram a surgir preocupações pedagógicas relativamente ao sucesso na aprendizagem.

A educação da criança torna-se extremamente relevante, na medida em que é encarada como uma tábua rasa, ou seja, apta para receber todo o tipo de conhecimentos. Como tal, a idade em que começa este processo deve ser o mais precoce possível para que comecem a interiorizar a disciplina e as regras.

2023/04/13

Exposição Virtual "Ímanes no Museu Virtual da Educação"

Um íman é um tipo de material que cria à sua volta um campo magnético. Um campo magnético é criado por ação de correntes elétricas que variam em intensidade e direção.

São essencialmente de dois tipos: ímanes naturais, que são constituídos pelo mineral designado por magnetite; ou artificiais, constituídos por materiais ferromagnéticos como o ferro, o níquel ou o cobalto. Estes últimos podem ser magnetizados através da corrente elétrica. Existem ainda ímanes permanentes, em aço magnetizado, que perdem as suas propriedades quando aquecidos e os ímanes temporais que são temporariamente magnetizados por ondas eletromagnéticas.

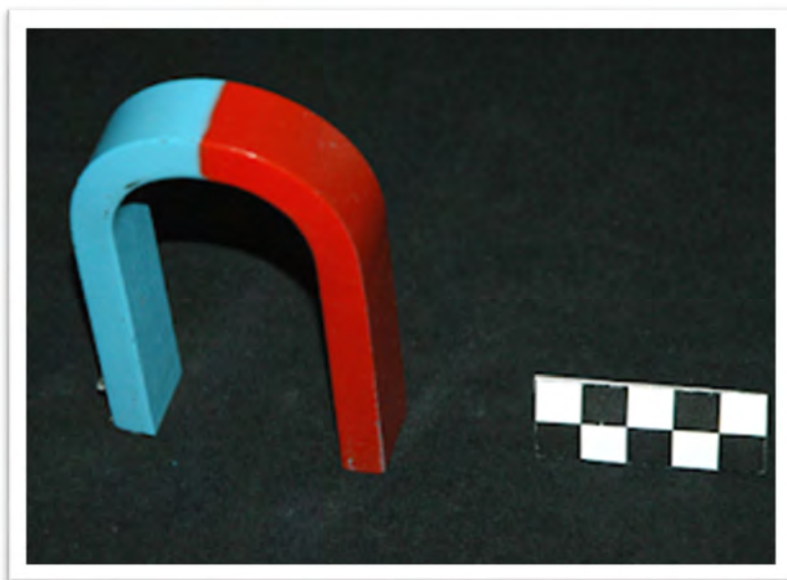
Existem alguns ímanes que são chamados de corretores e que se destinam a neutralizar o campo magnético terrestre. Utilizam-se em instrumentos de medida que necessitam nesta neutralização de efeitos perturbadores.

Os ímanes têm dois polos magnéticos, norte e sul, que os levam a orientar-se na direção sul-norte. No centro do íman estabelece-se uma linha em que as forças de atração são iguais e se anulam. O campo magnético de um íman é manifestado através da atração do ferro e de materiais que o contenham.

Uma das características dos ímanes é a inseparabilidade dos polos, ou seja, quando se divide um íman em partes menores, estas terão sempre um polo norte e um polo sul.

Existe uma interação entre ímanes, o que faz com que reajam de forma diferente: dois polos magnéticos diferentes, quando aproximados, serão atraídos; dois polos magnéticos iguais, despertarão uma repulsa entre os dois. Isto acontece devido à existência do campo magnético.

A sua forma é variável, podendo apresentar-se como uma barra, uma ferradura ou um círculo. O conjunto de ímanes apresentados nesta exposição, destinam-se a experiências no âmbito da Física.



Íman

ME/400610/42

Escola Secundária de José Afonso

Íman em forma de U, utilizado no Laboratório de Física para diversos fins. Um íman é um objeto feito de um material ferromagnético que é capaz de gerar um campo magnético à sua volta. Esse magnetismo é causado pelo spin dos eletrões que se encontram no interior da matéria.



Íman
 ME/401250/377
 Escola Secundária D. Dinis

Íman utilizado no Laboratório de Física para diversos fins. Um íman é um objeto feito de um material ferromagnético que é capaz de gerar um campo magnético à sua volta. Esse magnetismo é causado pelo spin dos eletrões que se encontram no interior da matéria.



Íman
 ME/401109/574
 Escola Secundária de Camões

Conjunto de dois imanes compridos e uma barra, utilizados no Laboratório de Física para diversos fins. Um íman é um objeto feito de um material ferromagnético que é capaz de gerar um campo magnético à sua volta. Esse magnetismo é causado pelo spin dos eletrões que se encontram no interior da matéria.



Íman

ME/805548/408

Escola Secundária João de Deus

Íman em forma de U fechado, com 5 lâminas, utilizado no Laboratório de Física para diversos fins. Um íman é um objeto feito de um material ferromagnético que é capaz de gerar um campo magnético à sua volta. Esse magnetismo é causado pelo spin dos eletrões que se encontram no interior da matéria.

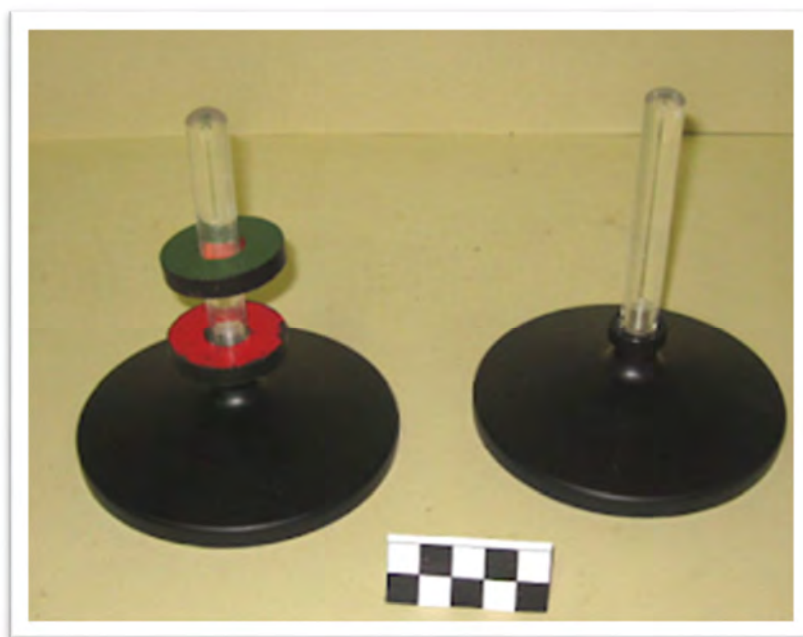


Íman

ME/805548/409

Escola Secundária João de Deus

Íman em forma de U fechado, com 20 lâminas, utilizado no Laboratório de Física para diversos fins. Um íman é um objeto feito de um material ferromagnético que é capaz de gerar um campo magnético à sua volta. Esse magnetismo é causado pelo spin dos eletrões que se encontram no interior da matéria.



Íman
ME/ESAD/187
Escola Secundária Afonso Domingues

Instrumento utilizado nas aulas de Física para as práticas pedagógicas. Trata-se de um conjunto de dois ímanes, um verde e um vermelho, que se encontram num suporte de base circular, em material não condutor. Um íman é um objeto feito de um material ferromagnético que é capaz de gerar um campo magnético à sua volta. Através deste instrumento é possível efetuar demonstrações de eletromagnetismo.

2023/04/17

Peça do mês de abril/2023

Diploma



Diploma de participação na Exposição de Ex-libris. O diploma apresenta uma decoração envolvente, no topo e laterais, de tipo floral com influência "Arte-Nova". No centro, em cima, um rosto feminino alado com elmo grego, representará Minerva (a sabedoria). À esquerda está o escudo nacional na esfera armilar, seguida de uma faixa a toda a largura com o título e data de atribuição do diploma. No texto seguinte é nomeada a biblioteca do liceu, com a data e a assinatura da comissão organizadora. Ao centro em baixo, está impressa a marca dos documentos da Imprensa Nacional da época.

Está inventariado com o número ME/401857/32 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária de Gil Vicente.

2023/04/20

Educação e Monarquia: D. João III (1502 - 1557)

D. João III "o Piedoso" (1502 - 1557) era filho de D. Manuel de D. Maria de Castela. Casou com D. Catarina de Áustria em 1527. A sua educação esteve a cargo de humanistas, físicos e cosmógrafos.

Ao nível da política interna continuou, à semelhança dos seus predecessores, a política de centralização do poder real. Convocou Cortes em 1525, 1535 e 1544 e promoveu a reestruturar a administração e a justiça.

Quando subiu ao trono, Portugal encontrava-se no apogeu da expansão, mas enfrentava enormes problemas, nomeadamente financeiros o que obrigou ao recurso a empréstimos e ao agravamento do défice. Tal facto deveu-se à extensão e dispersão do império ultramarino português que tinha enormes custos.



(Imagem retirada da Internet)

No Norte de África, D. João III decidiu abandonar as praças de Safim, Azamor, Alcácer Ceguer e Arzila. Avançou com a exploração e povoamento do Brasil através do sistema de capitanias. Mais tarde nomeou Tomé de Sousa governador geral desta colónia para que a administração estivesse mais centralizada.

As explorações no oriente prosseguem e chega-se à China e ao Japão. No entanto, a situação na Índia estava bastante inquietante com avanços, recuos e a pressão constante dos turcos.

Ao nível interno vivem-se momentos difíceis com fome e epidemias.

As relações externas caracterizaram-se por uma intensa atividade diplomática com Espanha através de alianças e casamentos. No que respeita ao conflito entre Espanha e França, Portugal teve uma política de neutralidade. As relações comerciais com Inglaterra, Flandres e países do Báltico são mantidas. O entendimento com a Santa Sé teve um reforço de destaque, com a introdução da Inquisição em Portugal.

O final do reinado de D. João III foi marcado por uma crise dinástica. O príncipe D. João seria o herdeiro do trono, mas faleceu antes da sua esposa, D. Joana, filha de Carlos V dar à luz. D. João morre em 1554 e o seu herdeiro é o neto, D. Sebastião que tinha apenas 3 anos.

No plano cultural é notório o apoio à cultura humanista e aos intelectuais como Gil Vicente, Garcia de Resende, Sá de Miranda, Bernardim Ribeiro, Luís de Camões, Pedro Nunes ou Garcia de Resende. Dever-se-á destacar o trabalho de João de Barros, cuja preocupação pelo ensino básico o levou a criar a *Cartilha de Aprendizagem*.

A universidade é transferida para Coimbra e são fundados vários colégios que alargam a rede de ensino em Portugal, através da ação dos Jesuítas. A missionação também fará parte deste processo, salientando-se São Francisco Xavier no Oriente e o Padre Manuel da Nóbrega no Brasil.

Ao nível das Artes, o ensino nas oficinas de arquitetura começou a ter alguma metodologia, facilitada pelo uso de tratados impressos. A arquitetura exigiu uma normalização, mais cedo que outras áreas uma vez que implicava uma maior responsabilidade social. Podemos referir a presença em Portugal de Andrea Contucci, artista italiano que difundiu novas técnicas, entre 1485 e 1495.

A pintura, apesar da tendência para se manter o ensino particular individual, começou a ser ministrada nas oficinas dos mestres. Estes recebiam um aluno, transmitindo-lhe todas as técnicas, bem como a leitura e a escrita. Em troca, o aluno executava algumas obras no atelier. Sabe-se que em Lisboa existia a oficina de Jorge Afonso que funcionou como uma escola.

2023/04/24

Educação e Monarquia: D. Sebastião (1554 - 1578) e a Crise Dinástica

D. Sebastião I, “o Desejado” (1554 – 1578), era filho do príncipe D. João e de D. Joana de Áustria e neto de D. João III. Quando o seu avô morreu, e sendo ele ainda menor, a regência ficou entregue à sua avó, D. Catarina. A sua mãe, D. Joana, voltou para Castela de acordo com o contrato nupcial com o príncipe.



(Imagem retirada da Internet)

Durante o período da regência, foi dada continuidade à política de D. João III, com o abandono das praças no Norte de África. D. Catarina foi acusada de ser favorável às influências da corte espanhola. Nas Cortes de Lisboa de 1562 abandona a regência que passa para o Cardeal D. Henrique, tio de D. Sebastião. D. Catarina continua como tutora do monarca que recebeu uma educação cuidada.

Em virtude da sua tenra idade, D. Sebastião era um monarca bastante influenciável. Após a defesa da praça de Mazagão, o rei pretende continuar as campanhas no Norte de África. Ao fazer 14 anos, em 1568, fica responsável pelo governo e reorganiza o exército.

A grande questão que preocupa o país é o facto de D. Sebastião não ter casado, nem ter deixado qualquer sucessor. Antes de se lançar em empreendimentos militares de risco, a Corte alerta-o para este problema. A situação é ignorada pelo monarca que deixa a regência a D. Henrique e parte numa viagem pelo Norte de África em 1572. Aproveitando os conflitos na zona do Magrebe, D. Sebastião apoia uma das facções e tenta recuperar as praças que tinham sido perdidas.

Desta forma, o rei prepara o exército e lança-se à conquista de África. Acaba por ser derrotado em Alcácer Quibir, onde o rei morre, bem como grande parte dos jovens militares. Está lançado o problema da sucessão do trono português.

O cardeal D. Henrique, “o Casto”, sucede a D. Sebastião e sobe ao trono em 1578. A sua preocupação era a resolução do problema dinástico. D. Henrique era filho de D. Manuel e de D. Maria de Castela e foi educado para seguir a carreira eclesiástica. Em 1540 tornou-se arcebispo de Évora, transformando a cidade num importante polo cultural. Em 1574 foi o responsável pela fundação da Universidade de Évora.



(Imagem retirada da Internet)

Durante a sua regência, focou-se na organização administrativa e económica do reino. Após a subida ao trono de D. Sebastião, continuou a apoiá-lo na governação. O seu afastamento deveu-se à diferença de opiniões face às campanhas militares africanas, relativamente às quais D. Henrique era completamente contra.

O cardeal acabou por falecer em 1580 sem ter resolvido o problema da sucessão, nomeando uma regência de cinco governadores.

Um dos candidatos ao trono foi D. António, Prior do Crato, que chegou a ser eleito rei em 19 de junho de 1580 pelo povo. Era filho natural do infante D. Luís I e neto de D. Manuel I. Professou na Ordem de Malta e foi-lhe atribuído o priorado do Crato, embora levasse uma vida mundana. Em 1568 foi nomeado governador de Tânger, tendo participado na Batalha de Alcácer Quibir.

O seu adversário era Filipe II de Espanha. D. António esperava o apoio de Inglaterra e França, mas tal não aconteceu e foi derrotado na Batalha de Alcântara. Portugal perde a independência.

No que respeita ao esforço educativo, não existem informações relevantes, uma vez que se tratou de um período conturbado da história nacional. Há uma referência ao nível do ensino das artes, em 1572, com a existência de dois oficiais, um pintor a óleo e um pintor a têmpera, que avaliavam o trabalho dos artistas. O exame era pintar uma imagem que lhes fosse contada. Só depois de aprovado é que o pintor podia exercer.

2023/04/27

Educação e Monarquia: D. Filipe I (1527 - 1598)

D. Filipe I (1527-1598), “o Prudente”, era o filho do imperador Carlos V e de D. Isabel de Portugal. Em 1543 casou com D. Maria, filha de D. João III, que faleceu ao dar à luz. Foi nomeado rei de Portugal nas Cortes de Tomar em 1581, onde jurou manter os privilégios e liberdades em Portugal. Esteve dois anos a residir no país e posteriormente regressou a Madrid deixando no governo o sobrinho, o cardeal Alberto da Áustria.



(Imagem retirada da Internet)

O governo de Filipe I deixou Portugal numa situação de relativa autonomia. No entanto, o país foi bastante afetado pelas políticas de conflito entre Espanha e Inglaterra. Os nossos portos nas colónias e os nossos navios foram várias vezes atacados.

Filipe I fez uma renovação na administração pública e incentivou os estudos artísticos. Criou a *Aula de Risco do Paço da Ribeira* em 1594, embora não fosse

um ensino totalmente público. Os alunos só podiam ser admitidos quando já tivessem alguma prática, o que implicava o ensino particular, em casa. O primeiro mestre de arquitetura foi Filipe Terzio e posteriormente Nicolau de Frias. Durante o século XVII o ensino da arquitetura esteve entregue a três famílias: os Frias, os Tinocos e os Turrianos.

2023/05/01

Educação e Monarquia: D. Filipe II (1578 - 1621)

D. Filipe II (1578-1621), “o Pio”, era filho de Filipe I de Portugal e de D. Ana de Áustria. Em 1598 subiu ao trono e em 1599 casou com Margarida de Áustria. Desde cedo foi influenciado pelo Duque de Lerma, D. Cristóvão de Moura, seu ministro. O Duque foi elevado a Marquês de Castelo Rodrigo e a Vice-Rei de Portugal.

A administração do Duque foi tendente ao desenvolvimento da marinha e à abertura dos portos ao comércio inglês e holandês. Apesar de ser um reinado marcado pela estabilidade, houve um reforço do poder com a redução da autonomia concedida a Portugal.



(Imagem retirada da Internet)

O aumento de impostos em 1611, a nomeação de cada vez mais funcionários espanhóis para a administração portuguesa, o apoio à nobreza, os ataques constantes às colónias, bem como a saída de cristãos-novos do país, geraram uma grande insatisfação. A situação económica e financeira em Espanha estava numa fase bastante difícil e os conflitos armados em que o país se envolveu agravaram este contexto.

Ao nível administrativo devem destacar-se as *Ordenações Filipinas*, uma compilação de leis iniciada por Filipe I, mas que entraram em vigor a partir de 1603. Este código foi validado por D. João IV após a independência.

No que respeita à educação as informações de que dispomos não trazem qualquer alteração de vulto.

2023/05/04

Exposição virtual: " A Lâmpada no Museu Virtual da Educação"

A lâmpada é um objeto de vidro, com um formato alongado ou de bolbo que produz luz artificial, por combustão, eletricamente ou por descarga. Ou seja, é um dispositivo que transforma energia elétrica em energia luminosa.

A iluminação que tem por base a corrente elétrica divide-se em 3 tipos de dispositivos: lâmpada de incandescência, lâmpada de descarga e lâmpada de arco. A lâmpada de incandescência consiste numa ampola de vidro hermética, no interior da qual se encontra um filamento e que se encontra cheia de um gás inerte que se torna incandescente por ação da corrente elétrica. Atualmente já caíram em desuso na Europa.

Na lâmpada de descarga, também designada por fluorescente, existem eletrodos e a energia luminosa obtém-se a partir de uma descarga elétrica num gás. A lâmpada de arco funciona através de uma corrente elétrica que percorre o intervalo entre dois eletrodos de carbono, mantidos com uma diferença de potencial elevada.

Atualmente o tipo de lâmpadas mais utilizadas são as LED (Light Emitting Diodes), com maior durabilidade e menor consumo de eletricidade. Não emitem calor e preservam o ambiente.

Nesta exposição são apresentados alguns modelos de lâmpadas com utilização diferente da produção de luz. É o caso da Lâmpada de Davy, criada para ser utilizada nas minas de carvão, apesar da presença de metano ou de outros gases inflamáveis, ou da lâmpada de arco voltaico. São instrumentos utilizados nas práticas pedagógicas de Física. As máquinas para testar lâmpadas também constam, utilizadas para experiências na área da Eletricidade, bem como a ligação de lâmpadas em série e em paralelo.

A lâmpada é um objeto de vidro, com um formato alongado ou de bolbo que produz luz artificial, por combustão, eletricamente ou por descarga. Ou seja, é um dispositivo que transforma energia elétrica em energia luminosa.

A iluminação que tem por base a corrente elétrica divide-se em 3 tipos de dispositivos: lâmpada de incandescência, lâmpada de descarga e lâmpada de arco. A lâmpada de incandescência consiste numa ampola de vidro hermética, no interior da qual se encontra um filamento e que se encontra cheia de um gás inerte que se torna incandescente por ação da corrente elétrica. Atualmente já caíram em desuso na Europa.

Na lâmpada de descarga, também designada por fluorescente, existem elétrodos e a energia luminosa obtém-se a partir de uma descarga elétrica num gás. A lâmpada de arco funciona através de uma corrente elétrica que percorre o intervalo entre dois elétrodos de carbono, mantidos com uma diferença de potencial elevada.

Atualmente o tipo de lâmpadas mais utilizadas são as LED (Light Emitting Diodes), com maior durabilidade e menor consumo de eletricidade. Não emitem calor e preservam o ambiente.

Nesta exposição são apresentados alguns modelos de lâmpadas com utilização diferente da produção de luz. É o caso da Lâmpada de Davy, criada para ser utilizada nas minas de carvão, apesar da presença de metano ou de outros gases inflamáveis, ou da lâmpada de arco voltaico. São instrumentos utilizados nas práticas pedagógicas de Física. As máquinas para testar lâmpadas também constam, utilizadas para experiências na área da Eletricidade, bem como a ligação de lâmpadas em série e em paralelo.



Lâmpada monocromática
ME/152481/98
Escola Básica e Secundária de Canelas

Projeto que consiste numa lâmpada montada em caixa cilíndrica de metal com tubo que permite regular a altura e direção.



Lâmpada de Davy
 ME/400117/24
 Escola Secundária D. Pedro V

Lâmpada de Davy utilizada no Laboratório de Física para fins pedagógicos. A Lâmpada de Davy é uma lâmpada de segurança que contém uma vela no seu interior, ficando a dever-se a sua invenção a Sir Humphry Davy em 1815. Foi criada para ser utilizada nas minas de carvão, permitindo que fossem exploradas áreas a grande profundidade apesar da presença de metano ou de outros gases inflamáveis. Para explodir, o gás deve ser aquecido até à sua temperatura de ignição, pelo que se esse aquecimento for evitado, não é possível dar-se a combustão. Davy conseguiu evitar esse aquecimento ao rodear a chama da lâmpada de gaze metálica, o que permitiu espalhar o calor por uma vasta área de modo a que a temperatura da rede seja sempre inferior à temperatura do gás.



Lâmpada de arco voltaico
 ME/400348/124
 Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho

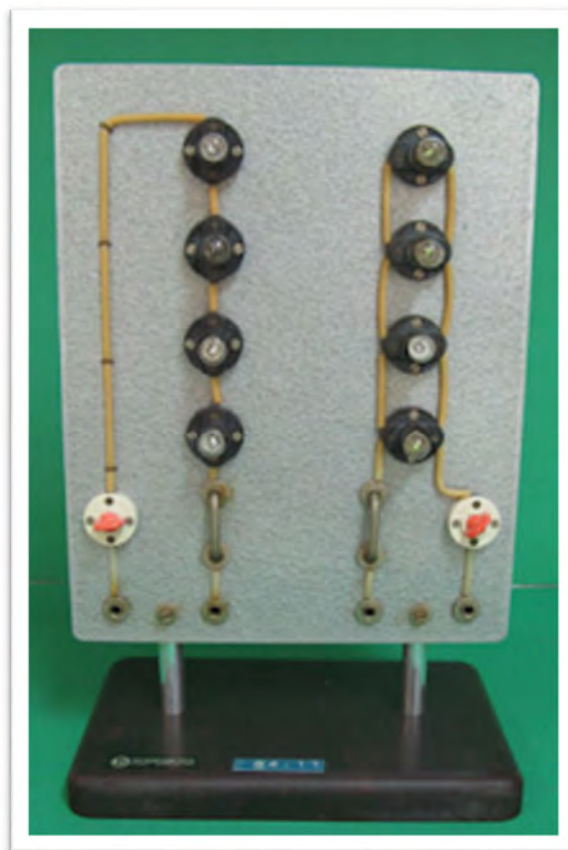
Lâmpada de arco, ou arco voltaico, assente em base de madeira, com dispositivo para descarga elétrica entre dois carvões, sobre espelho côncavo. O dispositivo que permite a descarga é constituído por dois contactos em latão, cada um dos quais ligados, pela parte inferior da base, a um dos dois tubos cilíndricos, também em latão, colocados paralela e verticalmente sobre a base. No tubo mais pequeno apresenta-se inserido um dos cilindros de carvão terminando em ponta. O mais alto contém um tubo mais fino, que, com um sistema de mola permite

fazer subir ao descer uma haste horizontal a ele ligada por um parafuso e onde se insere o carvão superior. Podendo deslocar-se na haste maior, existe, ainda, um espelho côncavo, refletor.



Aparelho para testar lâmpadas
ME/400956/25
Escola Secundária Augusto Gomes

Instrumento utilizado em contexto das práticas pedagógicas nas aulas de Física. Trata-se de um suporte de lâmpadas constituído por uma base da qual se ergue um pino metálico, onde está inserida uma placa redonda com três cores, vários bornes para ligação de condutores elétricos e três lâmpadas. É utilizado para experiências na área da Eletricidade.



Aparelho com ligação de lâmpadas em série e em paralelo

ME/400956/27

Escola Secundária Augusto Gomes

Dispositivo de lâmpadas em série e em paralelo, instrumento utilizado no Laboratório de Física. Base retangular que suporta um painel vertical que suporta as lâmpadas.



Aparelho para testar lâmpadas
ME/402436/1424
Escola Secundária de Passos Manuel

Instrumento científico, utilizado nas aulas de Física. É constituído por uma caixa de metal com originais aplicações, aberta na parte da frente. Nesta zona encontram-se quatro lâmpadas avermelhadas e dois botões com interruptor, para testar o seu funcionamento.

2023/05/08

Resumo do Artigo Liceu Emídio Garcia, Bragança de Maria Isabel Alves Baptista (Parte 1)



Isabel Baptista, em Liceus de Portugal, apresenta algumas datas históricas referentes ao Liceu Emídio Garcia (Bragança), nomeadamente as da sua criação e início de funcionamento: 1836 (Decreto-lei de 17 de novembro); 1844 (Decreto-lei de 20 de setembro); 1853 (Portaria de 19 de maio). O início de funcionamento foi no ano letivo de 1853/54.

No que diz respeito às suas designações, o liceu de Bragança não teve mudanças significativas, a saber:

- Nome de origem: Liceu Nacional de Bragança;
- A partir de 1911: Liceu Central de Emídio Garcia;
- A partir de 1828: Liceu Nacional de Bragança.

Na sua origem o referido liceu era de frequência masculina, só a partir do final do séc. XIX é que passa a ser misto. No que diz respeito às seções, temos a considerar em 1968 o desdobramento (8 turmas) para a o Edifício da Junta Distrital; em 1971 no Liceu de Mirandela e em 1974 assinala-se as seções liceal de Mogadouro e a seção Liceal de Mirandela do Douro.

A sua localização foi, primeiramente, em instalações provisórias, a partir de 1853 ocupa a ala nascente do Convento de S. Bento (conjuntamente com o Governo Civil, Tribunal, Alfândega, etc.), mais tarde, em 1867 o liceu passa a instalar-se no Antigo Hospital Militar. A partir de 1911 para além de continuar no Antigo Hospital Militar (chamado o Liceu de Baixo), ocupa também o Antigo Colégio dos Jesuítas (chamado o Liceu de Cima). A partir de 1927 fica apenas circunscrito ao Antigo Colégio dos Jesuítas e, posteriormente, em 1968 no Alto da Boavista.

Reitores do Liceu:

- Eusébio Dias Poças Falcão - 1845-1849
- Caetano Pinto de Oliveira Soares - 1849-1855;
- Miguel Carlos de Novais e Sá - 1855-1861;
- Albino Augusto Garcia de Lima - 1861-1868;
- Cónego José Maria Lopo - 1868;
- Augusto Garcia de Lima - 1868-1869;
- José Manuel Pereira Lopes - 1869-1875;
- João António Pires Vilar - 1875-1878;
- Pe. José António Franco - 1878-1879;
- João António Pires Vilar - 1878-1881;
- Leopoldo Augusto Ramires 1881;

- João Henrique Pinheiro - 1881-1886;
- João António Pires Vilar - 1886-1896;
- António Alberto Charula Pessenha - 1896-1897;
- Pe. Francismo Manuel de Moraes - 1897-1898;
- António José da Rocha - 1898-1899;
- João António Pires Vilar - 1899;
- António Augusto Gonçalves - 1900;
- José Marcelino de Sá Vargas - 1900-19004;
- António Olímpio Cagigal - 1904-1906;
- Abílio Augusto Madureira Beça - 1906;
- Adrião Martins Amado - 1906-1910;
- Francisco Manuel Vaz - 1910;
- José Joaquim Pinto - 1910;
- Adrião Martins Amado - 1910-1928;
- António Augusto Pires Quintela - 1928-1945;
- Eurico Pires de Moraes Carrapatoso - 1945-1955;
- Mário Abílio Costa - 1955-1959;
- Manuel Lopes Silva - 1959-1962;
- Domingo dos santos Rijo - 1962-1967;
- Francisco Alvares Pires - 1967-1969;
- Justino de Carvalho de Vasconcelos - 1970-1972;
- Acácio Augusto Pereira da Cruz - 1972-1974.

A investigação de Maria Isabel Alves Baptista² refere-se exaustivamente aos reitores que fizeram parte da escola até 1974, por sua vez, a Divisão de Serviços da Documentação e de Arquivo da Secretaria-Geral da Educação e Ciência apresenta-nos um fundo arquivístico de alguns desses mesmos reitores; cuja organização das séries documentais inventariadas segue a estrutura adotada pela Portaria de Gestão de Documentos n.º 1310/2005, de 21 de dezembro:

Âmbito Cronológico:

PT/MESG/AAC/IEL/002/0002/00008
 PT/MESG/AAC/IEL/002/0002/00008B
 PT/MESG/AAC/IEL/002/0002/00008A
 PT/MESG/AAC/IEL/002/0054/00495
 PT/MESG/AAC/IEL/002/0058/00533
 PT/MESG/AAC/IEL/002/0065/00611
 PT/MESG/AAC/IEL/002/0064/0592A
 PT/MESG/AAC/IEL/002/0049/00409
 PT/MESG/AAC/IEL/002/0064/00592
 PT/MESG/AAC/IEL/002/0018/00116

Cotas:

1935-[s.m.]-[s.d.] / 1936-[s.m.]-[s.d.]

 1957-[s.m.]-[s.d.] / 1958-[s.m.]-[s.d.]
 1959-[s.m.]-[s.d.] / 1960-[s.m.]-[s.d.]
 1946-[s.m.]-[s.d.] / 1947-[s.m.]-[s.d.]
 1932-[s.m.]-[s.d.] / 1933-[s.m.]-[s.d.]
 1954-[s.m.]-[s.d.] / 1955-[s.m.]-[s.d.]
 1933-[s.m.]-[s.d.] / 1934-[s.m.]-[s.d.]
 1940-[s.m.]-[s.d.] / 1941-[s.m.]-[s.d.]

Associações do Liceu de Bragança:

- Academia do Liceu de Bragança (s. d.). (associação de estudantes com carácter informal);
- Solidárias da Mocidade Portuguesa (s. d.);
- Grupo Beneficente (fundado pelo Reitor Manuel Pereira) - 1926/27.

Baptista, Maria Isabel Alves (2003). *Liceu Emídio Garcia (Braga)*. In: *Liceus de Portugal: histórias, arquivos, memórias*. Lisboa: Edições Asa, pp. 142-1951

² Professora coordenadora na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança, exercendo funções do Departamento de Supervisão da Prática Pedagógica de Educadores de Infância e Professores do Ensino Básico - 1.º Ciclo.

2023/05/11

Recursos Bibliográficos usados na elaboração do Analítico Liceu Emídio Garcia, Bragança (Parte 2)



O controlo bibliográfico, inicialmente efetuado pelas bibliotecas através dos seus catálogos bibliográficos, foi, efetivamente, um instrumento de gestão de informação, quer a nível uniformização de recolha de dados, quer a nível de divulgação internacional.

As publicações dos antigos liceus são, por assim dizer, um manual extracurricular que, a seu modo, rege formas de conduta individuais e sociais. Assim, ao valorizar a história da educação e sua reconstrução a partir de acervos bibliográficos, evidencia, por assim dizer, a importância da preservação da memória cultural para a formação de identidade social - as publicações escolares são elementos vivos da história da educação.

Publicações do Liceu Emídio Garcia (Bragança):

- **Alvorada.** Bragança: Liceu Nacional de Bragança, 1952-1954.
- **Rataplan.** Bragança: Liceu Nacional de Bragança, 1962-1971.

Bibliografia utilizada para a elaboração da investigação:

ALVES, Francisco Manuel (1982). *Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança*. Bragança: Tipografia Académica, T. 10 (1982).

Reedição do Museu Abade de Baçal.

ANUÁRIO DO LICEU NACIONAL DE BRAGANÇA. Bragança: Tipografia Adriano Rodrigues, as. 1910-1911.

ANUÁRIO DO LICEU NACIONAL DE BRAGANÇA. Porto: Tipografia Viúva de José da Silva Mendonça, as. 1907/08, 1908/09.

BOLETIM DA DIRECÇÃO-GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. Lisboa: Imprensa Nacional, a. 1905.

CARVALHO, João (1997). *Bragança*. Editorial Presença.

CARVALHO, Eduardo (1995). *Bragançanismo: tentativas históricas e literárias*. Bragança: A voz do Nordeste.

LIVROS DE ACTAS DA JUNTA GERAL DE DISTRITO. Bragança: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Bragança, Núcleo do Governo Civil, as. 1839-1843.

LIVRO DE ACTAS DAS SESSÕES DA JUNTA GERAL DE DISTRITO. Bragança: Biblioteca Publica e Arquivo Distrital de Bragança, Núcleo do Governo Civil, as. 1843-53.

FOLHAS DOS PROFESSORES. Bragança: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Bragança, Núcleo do Governo Civil, as. 1853-54.

JACOB, João (1997). *Bragança*. Lisboa: Editorial Presença.

RELATÓRIO DO LICEU, ANO LECTIVO DE 1859/60. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Arquivos das Secretarias de Estado (deposit.), as. 1859-60.

RELATÓRIO DO LICEU NACIONAL DE BRAGANÇA. Lisboa: Arquivo Geral do Ministério da Educação Nacional (deposit.), as.1935/36; 1940/41; 1954/55; 1957/58.

RATAPLAN. Bragança: Liceu Nacional de Bragança, n.º 7 (dez. 1963); n.º 8-9 (maio 1964); n.º 11 (mar. 1965); n.º 20 (mar. 1969).

Baptista, Maria Isabel Alves (2003). *Liceu Emídio Garcia (Braga)*. In: *Liceus de Portugal: histórias, arquivos, memórias*. Lisboa: Edições Asa, pp. 151-159

2023/05/15

Peça do mês de maio/2023



Embutideira

Embutideira utilizada em contexto das práticas pedagógicas do Curso Tecnológico de Artes e Ofícios. Trata-se de um cubo, utilizado frequentemente em trabalhos de ourivesaria, em que cada face apresenta vários semicírculos embutidos que permitem dar formas aos metais.

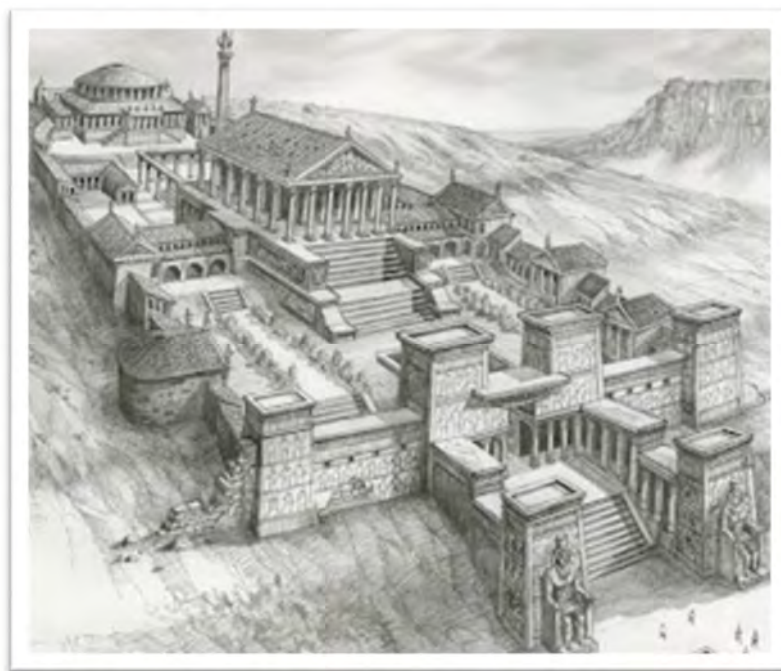
Está inventariado com o número ME/402679/179 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária do Restelo.

2023/05/18

As Bibliotecas e a História - Alexandria, a Biblioteca Desaparecida (Parte I)

«Para grande parte da humanidade, especialmente no Ocidente, a Biblioteca de Alexandria tem sido o mito fundador da biblioteca, o edifício ao qual conferimos muita da nossa erudição de biblioteca. Universal, compendiosa e cataclismicamente incendiada pelos Romanos ou, dependendo de como o Ocidente se sente, pelos Árabes ou pelos judeus.»

(Martin Latham, p. 102, 2023)



Aspetto provável de Alexandria
Fonte: segredosdomundo.r7.com

A Biblioteca de Alexandria (em grego clássico: Βιβλιοθήκη τῆς Ἀλεξανδρείας; em latim: Bibliotheca Alexandrina; em árabe: مكتبة الإسكندرية), fundada no século III a.C., na cidade com o mesmo nome, fazia parte do império macedónio. Construído num curto período de onze anos, o império macedónio contribuiu com a difusão da cultura grega no Oriente. Alexandre, “o Grande”, ou “Magno”, fundou uma grande quantidade de cidades e promoveu a fusão da cultura grega com a dos povos conquistados, dando origem ao Império da Macedónia. Ao perfazer trinta anos, Alexandre havia criado um dos maiores impérios do mundo antigo, que se estendia da Grécia até ao Egito e ao noroeste da Índia.

O mais importante epicentro do saber

Com cerca de meio milhão de habitantes, por volta de 200 a.C., a cidade de Alexandria assistiu à construção de um dos maiores centros de cultura, jamais existentes, na história humana. A ideia de construir uma megabiblioteca, foi do primeiro rei grego Ptolomeu I, que governou a zona geográfica do Egito, logo após a morte de Alexandre. Dada a sua importância, a inauguração da biblioteca de Alexandria tem sido apelidada de início da História Moderna; isto porque, mais do que uma biblioteca, foi o mais importante epicentro do saber e pesquisa que o mundo antigo conheceu. Esta antiga biblioteca ensinou algumas das mais brilhantes mentes humanas que alguma vez existiram. Podemos mesmo afirmar que as sementes da nossa presente cultura ocidental foram semeadas na antiga Alexandria.

A sua construção resultou de um processo cultural de integração de valores distintos dos mundos grego, persa e egípcio. Adquirir um exemplar de um manuscrito de cada um dos povos da Terra para integrar o seu acervo, constituía um dos seus grandes propósitos. O método mais comum para adquirir “livros” passava pela compra dos mesmos, sendo que havia vários mercados e feiras onde se podiam adquirir. Deste modo, Alexandria concentrou em si a maior e

mais importante coleção de “livros” da antiguidade. O objetivo de Ptolomeu era possuir todas as obras escritas existentes, não só do mundo grego, mas do restante mundo, também.

«Embora não exista informação a esse respeito, atrevo-me a imaginar que a ideia de criar uma biblioteca universal tenha nascido na mente de Alexandre. O plano tem as dimensões da sua ambição, leva a marca da sua sede de totalidade. “Considero a Terra”, proclamou Alexandre num dos primeiros decretos que promulgou, “como minha”. Reunir todos os livros existentes é outra forma – simbólica, mental, pacífica – de possuir o mundo.»

(Irene Vallejo, p. 38, 2020)

Papel único no campo intelectual

Atualmente, por definição, biblioteca é um lugar onde se guardam livros e outras publicações, no entanto, a biblioteca de Alexandria contava com um instituto de pesquisa, laboratórios, zoológico, jardim botânico, observatório astronómico e inúmeros locais de descanso e de debate. No campo filosófico a Escola de Alexandria pretendia rivalizar com a Escola de Atenas, na difusão do neoplatonismo e do aristotelismo.

«A Biblioteca abriu-se à medida da amplitude do mundo. Incluiu as obras mais importantes de outras línguas traduzidas para grego. Um tratadista bizantino escreveu sobre aquele tempo: “Recrutaram-se de cada povo sábios, os quais, para além de dominarem a sua própria língua, conheciam lindamente o grego; foram confiados a cada grupo os seus respetivos textos, e assim, de todos, se preparou uma tradução.»

(Irene Vallejo, p. 39, 2020)

Os reis do Egito apoiavam a biblioteca, enviando emissários para as mais variadas regiões com o propósito de adquirirem manuscritos em todos os idiomas. Os papiros que chegavam com os comerciantes ao porto de Alexandria, eram copiados e devolvidos aos donos. Contudo, os inúmeros manuscritos

antigos não eram apenas guardados na biblioteca de Alexandria, eles eram usados como material de pesquisa e referência por todos os novos eruditos e os “livros” mais importantes eram copiados por escribas locais e trocados por mais “livros” de outros locais do mundo antigo. Com o passar do tempo a coleção aumentou exponencialmente, sendo possível calcular um total de 400, 500 mil “livros”, no total.

REFERÊNCIA E SUGESTÕES:

(BIBLIOGRAFIA, WEBGRAFIA e ILUSTRAÇÕES)

BARBIER, Frédéric (2018). *De Alexandria às bibliotecas virtuais*. São Paulo: edusp.

BATTLES, Matthew (2003). *A conturbada história das bibliotecas*. São Paulo: Planeta do Brasil.

CASSON, Lionel (2018). *Bibliotecas no mundo antigo*. São Paulo: Vestígio.

FLOWER, Derek Adie (2002). *Biblioteca de Alexandria – as histórias da maior biblioteca da antiguidade*. São Paulo: Nova Alexandria.

JEVENOIS, Pablo de (2009). *Biblioteca de Alexandria – o enigma revelado*. Lisboa: Ésquilo.

LATHAM, Martin (2023). *Crônicas de um livreiro*. Lisboa: Edições 70.

MANGUEL, Alberto (1999). *Uma história da leitura*. Lisboa: Editorial Presença.

SEGREDOS DO MUNDO (2021). *Biblioteca de Alexandria – O que é, história, incêndio e a nova versão*. [em linha]. [Consult. 13.04.2023]. Disponível: <https://segredosdomundo.r7.com/biblioteca-de-alexandria/>

VALLEJO, Irene (2020). *O infinito num junco*. Lisboa: Bertrand Editora.

WIKIPÉDIA (2020). *Bibliotheca Alexandrina*. [em linha]. [Consult. 12.04.2023]. Disponível: https://pt.wikipedia.org/wiki/Bibliotheca_Alexandrina

2023/05/22

Educação e Monarquia: Filipe III (1605 - 1665)

D. Filipe III (1605-1665), “o Grande”, era filho de Filipe II de Portugal e de D. Margarida de Áustria, tendo subido ao trono em 1621.

Durante o seu reinado, os países europeus procuraram acabar com a hegemonia espanhola. Desta forma, os ataques dos holandeses às colónias portuguesas intensificaram-se durante este período, com a conquista da Baía em 1624 e de Pernambuco em 1630.

O governo foi entregue ao Duque de Olivares que esteve no poder durante 25 anos. A política do Duque primou pela tirania causando revoltas na Catalunha e em Portugal. Tentando evitar o descontentamento sentido, a Duquesa de Mântua e Miguel de Vasconcelos ficaram à frente do governo. Apesar disso, em dezembro de 1640, a população revolta-se e a 15 de dezembro D. João é coroado rei de Portugal. Os conflitos entre Portugal e Espanha perduraram até 1668.



(Imagem retirada da Internet)

A segunda metade do reinado de Filipe III contou com um exercício pessoal do poder.

Ao nível cultural, Filipe III foi um patrono das artes, quer da pintura, quer do teatro, favorecendo o trabalho de inúmeros dramaturgos. Apoiou pintores, como Velázquez, Eugénio Cajés, Vicente Carducho, Gonzalez e Nardi e adquiriu inúmeras obras no estrangeiro.

Ao nível arquitetónico, mandou edificar um novo palácio, o Bom Retiro, cuja construção se iniciou em 1630. O projeto, da autoria de Alonso Carbonell, ficou concluído em 1640 e tornou-se um polo agregador de artistas e escritores.

2023/05/25

Educação e Monarquia: D. João IV (1604 - 1656)

D. João IV (1604 – 1656), “o Restaurador”, era o filho de D. Teodósio II de Bragança e de D. Ana de Velasco e Girón. D. João pertencia à Casa Real de Bragança que tinha grande prestígio em Portugal e que beneficiou da degradação do governo de Filipe III e do aumento de impostos. Casou com D. Luísa de Gusmão em 1633. Foi ele o rei escolhido para terminar com o domínio filipino em Portugal.

O monarca conseguiu o apoio da maior parte da população, o que lhe permitiu fazer face aos confrontos militares com Espanha na Guerra da Restauração. No entanto, houve uma enorme divisão no que respeita à nobreza, que chegou a intentar contra a vida do próprio rei. Houve assim a necessidade de um processo diplomático nas cortes europeias para obter o reconhecimento da independência e justificar que D. João era, na verdade, o legítimo herdeiro da coroa.



(Imagem retirada da Internet)

Em 1641 iniciaram-se os confrontos. A primeira grande vitória portuguesa deu-se na Batalha do Montijo em 1644, seguida de um fracasso espanhol no cerco de Elvas. Espanha encontrava-se envolvida na Guerra dos Trinta Anos, pelo que só a partir de 1659 se pode dedicar à anulação da independência portuguesa. Isto permitiu à coroa portuguesa fortalecer e consolidar a sua posição militar e financeira. Durante o período que se seguiu houve diversos conflitos nas colónias portuguesas, nomeadamente com os Países Baixos que pretendiam manter os territórios conquistados no Brasil.

A principal preocupação deste monarca foi, obviamente a guerra com Espanha e a afirmação do país nas cortes europeias. Apesar disso, ao nível interno foram tomadas medidas importantes: a criação de um Conselho de Guerra (1640); a reforma do Conselho da Fazenda (1642); a criação da Junta dos Três Estados (1643); do Conselho Ultramarino (1643); e da Companhia da Junta de Comércio (1649).

Em 1653 foram convocadas Cortes em Lisboa, onde se aclamou D. Afonso VI como futuro rei de Portugal e onde foi pedido apoio militar e financeiro. O monarca veio a falecer em 1656, tendo confiado a regência à rainha.

Ao nível cultural, poder-se-á afirmar que D. João IV recebeu uma educação cuidada com boa preparação ao nível das Letras Clássicas e da Teologia. A música fazia parte dos seus gostos pessoais, tendo lições com o mestre inglês, Robert Tornar. Foi um compositor de destaque (atribui-se-lhe a autoria da peça *Adeste Fidelis*) e possuía a maior biblioteca musical da Europa, destruída pelo terramoto.

No que respeita à educação, enfatizou-se a democratização do acesso ao ensino. De acordo com João Amós Coménio, todas as crianças, independentemente do nível social ou género, deviam ser enviadas para as escolas.

Ao nível do ensino das artes foi criada a *Aula de Fortificações e Arquitetura Militar* na Ribeira das Naus, em 1647. O mestre que incentivou a sua criação foi Luís Serrão Pimentel (1613 – 1678), engenheiro militar. No que respeita à escultura, esta restringiu-se sobretudo ao trabalho em madeira, em relevo, para a elaboração de retábulos. O prestígio das oficinas de pintura de Espanha fez com que muitos artistas aperfeiçoassem a sua arte neste país.

2023/05/29

A grande empreitada do designado "Plano dos Centenários" - um projeto ambicioso do Estado Novo, ou um projeto político de um modelo educativo para Portugal: breves considerações

O Plano dos Centenários constituiu um projeto de construção de escolas em larga escala, levado a cabo pelo Estado Novo em Portugal, entre 1941 e 1974. A designação do plano é tornada oficial por um artigo da Lei do Orçamento Geral do Estado para o ano de 1941: "O governo iniciará em 1941 a execução do plano geral da rede escolar, que será denominado dos Centenários³ e em que serão fixados o número, localização e tipos de escolas a construir para completo apetrechamento do ensino primário, inscrevendo-se no orçamento as verbas necessárias para as obras a realizar em participação com os corpos administrativos ou outras entidades" (art.º 7.º da Lei n.º 1985, de 17 de Dezembro de 1940).

De acordo com o teor das ordens de serviço enviadas durante o mês de outubro de 1941 pelo Diretor-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais para as quatro Direções Regionais de Edifícios, Duarte Pacheco teve a intenção de rapidamente iniciar os trabalhos para a construção de 200 edifícios. Coube a cada uma das Direções Regionais estudar a localização de um grupo de 50 escolas, organizando e remetendo ao Diretor-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, os respetivos Mapas de distribuição dos Edifícios. Os mapas, examinados e alterados pela Comissão de Revisão da Rede Escolar, fixavam o número de edifícios e de salas a construir em cada freguesia. De entre os

³ A designação de "Plano dos Centenários", vem expressa no ponto 11 do Despacho do Conselho de Ministros, de 15 de julho de 1941, que passamos a transcrever: "O plano de construção de escolas primárias foi aprovado pelo Governo, nas suas linhas gerais, em dezembro de 1940, e essa aprovação ratificada agora em face dos mapas e especificações organizados de acordo com as determinações do Conselho de Ministros reunido em 27 de dezembro. Por aquele motivo se lhe deu, na lei 1:985, o nome de «Plano dos Centenários», ligando às comemorações dos nossos oito séculos de história a realização de medida de tam largo alcance para a Nação. Embora sobejamente demonstrado, afirma-se mais uma vez por esta forma que o grande jubileu nacional não foi apenas motivo de solenidades festivas, mas impulso decisivo em numerosíssimas realizações do maior interesse nacional."

critérios invocados para justificar as necessidades por distrito, e as prioridades por concelho, estas eram:

- Mau estado das instalações escolares existentes;
- Elevado número de crianças inscritas para a frequência do ensino primário;
- Facilidades na aquisição dos terrenos, ofertas locais de materiais de construção;
- Falta de salas para separação dos sexos.

A Comissão de Revisão da Rede Escolar publicou no início de 1943 o número de salas a construir por distritos, concelhos e freguesias (*Diário do Governo*, II Série, de 5 de abril), referência obrigatória para todas as decisões sobre a construção de escolas primárias. Paralelamente, as Repartições Técnicas da DGEMN procederam ao estudo de um questionário que, depois de respondido pelos municípios, permitisse avaliar as condições locais para o lançamento dos futuros programas anuais de construção.

Após o envio do questionário às Câmaras Municipais, em 1944, deu-se início à Fase I do Plano dos Centenários que incluía apenas os concelhos cujas câmaras responderam (cerca de um terço). Atendendo à situação dos municípios, o Estado passaria a conceder uma comparticipação para a construção e todos os edifícios seriam adequados à respetiva região (atendendo à população escolar e à predominância da matéria prima construtiva.) As fases seguintes sucederam-se até finais de setembro de 1969, quando a Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias cessou funções.

A primeira fase do Plano dos Centenários compreendia a construção de 561 edifícios com 1 250 salas de aula, distribuídos por todos os distritos do país, incluindo as ilhas adjacentes. Pretendia-se que esse ritmo fosse mantido por 10 anos até se concluírem cerca de 12 500 salas de aula. O total previsto no Plano dos Centenários compreendia cerca de 11 458 salas de aula a que correspondiam 6 809 edifícios.

AS PRIMEIRAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS

Dada a urgência de iniciar os trabalhos, Duarte Pacheco teve a intenção de rapidamente iniciar a construção de 200 edifícios em todo o país. Assim, cada Direção Regional, na dependência da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, estudaria a localização de 50 escolas. Como os novos projetos ainda não estavam prontos, foram construídos, conforme a região, os projetos tipo Rogério de Azevedo e Raul Lino com as alterações exigidas pelo Plano, introduzindo novos conceitos e requisitos que modificaria, e diluiria a linguagem expressa pelos arquitetos. Os projetos tipo Rogério de Azevedo e Raúl Lino fazem parte dos projetos tipo regionalizados, desenvolvidos pela Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em 1935, e destinados a serem construídos em série de harmonia com as características da arquitetura regional, impostas não só pela aplicação dos materiais próprios dessas regiões, como também pelas variações do clima.

Os projetos da autoria do arquiteto Rogério de Azevedo eram destinados às regiões do Norte e Centro do país. Existem soluções para 1, 2, 2 sobrepostas, 3 e 4 salas de aula. As soluções de 3 e 4 salas de aula desenvolvem-se em 2 pisos. É usada sempre a mesma planta, em L, variando o aspeto exterior conforme a região. Conhecem-se seis tipos, resultando em 32 soluções: tipo Minho (Tijolo); tipo Alto Minho (Granito); tipo Douro (Granito); tipo Beira Alta (Granito); tipo Beira Litoral (Cantarias); tipo Trás-os-Montes (Xisto).



Rogério de Azevedo. Escola Primária em Gualtar, Braga. Tipo Minho (2 salas).

Os projetos da autoria do arquiteto Raul Lino eram destinados às regiões do Sul do país. Existem soluções para 1, 2, 3 e 4 salas de aula. As soluções de 3 e 4 salas desenvolvem-se em 2 pisos. É usada sempre a mesma planta, variando o aspeto exterior conforme a região: tipo Estremadura (Cantaria); tipo Alentejo e Algarve (Tijolo); tipo Algarve.



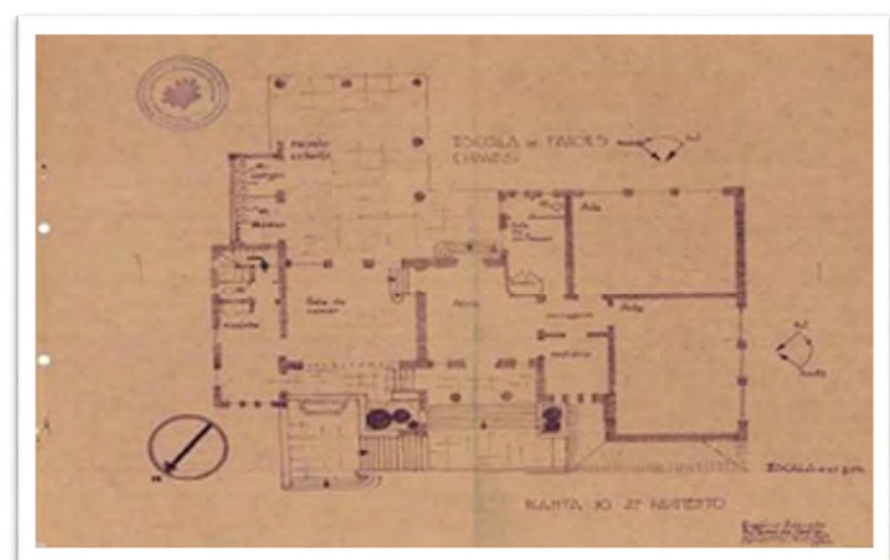
Raul Lino. Escola Primária em Santa Vitória, Beja. Tipo Algarve (3 salas).

Alguns constrangimentos na execução do Plano dos Centenários. Os casos das escolas construídas “à margem do Plano”

De acordo com Filomena Beja, *“Foi difícil atingir a fase de execução das primeiras Escolas do Plano dos Centenários. A II Guerra Mundial fazia rarear os materiais de construção e as ferramentas: a falta de carvão e gasolina dificultava o fornecimento dos estaleiros e as deslocações, tanto dos empreiteiros, como dos técnicos que deveriam fiscalizar as obras”*⁴. As dificuldades sentidas refletiram-se na construção dos espaços escolares, não sendo de estranhar o surgimento de alguns edifícios gémeos em vez de edifícios simples de igual número de salas.

Face aos inúmeros constrangimentos provocados pela Guerra, conclui-se que os projetos regionalizados de 1935, tal como foram idealizados, não se adaptavam às novas exigências então criadas, obrigando a uma economia de construção. Perante a situação o Ministro Duarte Pacheco determinou que todos os projetos fossem revistos e adaptados às novas exigências. Nesta sequência (ou em virtude destas condicionantes), houve casos pontuais – no distrito de Vila Real é particularmente evidente esta constatação -, em que as populações e o poder local se empenharam na construção de edifícios escolares para as comunidades locais, uma vez que o poder central não dispunha de meios financeiros e técnicos que pudessem equipar todo o território nacional de uma forma global e sistémica. Estas construções (geralmente com o apoio de benfeitores ou das populações e entidades locais), tiveram a designação apropriada de “Construções à margem do Plano”.

⁴ BEJA, Filomena, et al. *Muitos anos de escola. Edifícios para o ensino infantil e primário: anos 40, anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação, Departamento de gestão de Recursos Educativos, Vol. 2, 1996, p.36



Escola Primária de Faiões, Chaves, construída “à margem do Plano dos Centenários”.
 Notação no canto inferior direito: Rogério Azevedo/ Baltazar de Castro Arquitetos. Porto, 4/ 932

BIBLIOGRAFIA

BEJA, Filomena, et al. (1996). *Muitos anos de escola. Edifícios para o ensino infantil e primário: anos 40, anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação, Departamento de gestão de Recursos Educativos, Vol. 2, 1996.

PIMENTA, Paulo Sérgio Pereira - *A ESCOLA PORTUGUESA. Do “Plano dos Centenários” À Construção da Rede Escolar no Distrito de Vila Real. Tese de Mestrado em Educação na Área de Especialização História da Educação e Pedagogia*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, 2006.

PORTUGAL, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - *Mapa definitivo das obras de escolas primárias: plano dos centenários; Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1943.

2023/06/01

Exposição virtual “O Sonómetro no Museu Virtual da Educação”

O sonómetro é um instrumento utilizado para medir o nível de pressão sonora, ou seja, para aferir a intensidade de um som. O seu nome deriva da junção do latim, “sonu” e do grego “métron” (medida).

O tipo de sonómetro apresentado é um modelo que se utiliza para demonstrações das leis das vibrações transversais, em contexto das práticas pedagógicas de física. O seu objetivo é o estudo das cordas vibrantes.

O estudo da propagação de ondas em meios materiais elásticos, deformáveis de forma não permanente, é a base do estudo físico das ondas sonoras, isto é, da acústica. Em física, uma onda é um tipo de perturbação que se propaga através de um meio material, transportando energia.

As vibrações podem ser transversais ou longitudinais no que respeita à sua direção. No primeiro caso, em que a onda transversal que se propaga por uma corda vibratória, a vibração é efetuada perpendicularmente à direção de propagação. A velocidade de propagação é tanto maior quanto maior a tensão aplicada à corda e tanto menor quanto maior for a densidade do material que constitui a corda.

As perturbações aos chegarem à extremidade, serão refletidas, de acordo com a 3.^a Lei de Newton, mas em sentido contrário. A vibração da corda será o resultado das duas perturbações.

Os sonómetros desta exposição são modelos bastante simples, constituídos por uma caixa de ressonância retangular, onde se encontram de cordas fixas reguláveis e uma escala graduada.



Sonómetro

ME/400270/197

Escola Secundária de Jácome Ratton

O sonómetro permite verificar experimentalmente as leis das vibrações transversais. Por exemplo, consideremos as duas cordas extremas com a mesma tensão, de forma a produzirem sons com a mesma altura e, por isso, com igual número de vibrações. Se colocarmos um cavalete móvel ao meio de uma das cordas, cada metade produz um som que está uma oitava acima do som produzido pela outra, mostrando que o número de vibrações se tornou duplo (1.^a Lei).

É composto por uma caixa oca em madeira, aberta na base e com três aberturas circulares (diâmetros -3 cm) nas faces de maior comprimento. Na parte superior apresenta dois cavaletes fixos e dois móveis, estando os primeiros à distância de 40 cm. Sobre os cavaletes assentam três cordas metálicas, fixas numa das extremidades por parafusos, enquanto na outra, as cordas exteriores se encontram fixas a parafusos móveis (cravelhas), que permitem variar a sua tensão. Por sua vez, a corda central é tendida, na outra extremidade, por um peso, depois de passar pela gola de uma roldana, que se encontra fixa lateralmente na caixa. Dispõe, ainda, na face frontal, de uma escala em papel, que indica a razão entre o comprimento das cordas, quando se colocam os cavaletes móveis.

Comparando com a corda central, tendida por um peso, podemos verificar que o número de vibrações cresce com a raiz quadrada da tensão, isto é, se os pesos que a tendem se tornarem 4, 9 ou 16 vezes maiores, o número de vibrações torna-se, respetivamente, 2, 3 ou 4 vezes maior (3.^a Lei). Pode ainda substituir-

se uma das cordas, por outra de espessura diferente. Nos instrumentos de corda é por meio das cravelhas que se faz variar a tensão e, portanto, o número de vibrações, do qual depende a altura do som.



Sonómetro

ME/400439/529

Escola Secundária Sebastião e Silva

Instrumento utilizado em contexto das práticas pedagógicas, no Laboratório de Física. É composto por uma caixa oca em madeira, aberta na base e com cinco aberturas circulares nas faces de maior comprimento. Na parte superior apresenta dois cavaletes fixos onde assentam três cordas metálicas, fixas numa das extremidades por parafusos, enquanto na outra, as cordas exteriores se encontram fixas a parafusos móveis (cravelhas), que permitem variar a sua tensão. Por sua vez, a corda central é tendida, na outra extremidade, por um peso, depois de passar pela gola de uma roldana, que se encontra fixa lateralmente na caixa. O sonómetro permite verificar experimentalmente as leis das vibrações transversais.



Sonómetro

ME/400956/30

Escola Secundária Augusto Gomes

Instrumento utilizado em contexto das práticas pedagógicas, no Laboratório de Física. É composto por uma caixa oca em madeira, aberta na base. Na parte superior apresenta dois cavaletes fixos onde assentam cordas metálicas, fixas numa das extremidades por parafusos, enquanto na outra, as cordas exteriores se encontram fixas a parafusos móveis (cravelhas), que permitem variar a sua tensão. Por sua vez, a corda central é tendida, na outra extremidade, por um peso, depois de passar pela gola de uma roldana, que se encontra fixa lateralmente na caixa. O sonómetro permite verificar experimentalmente as leis das vibrações transversais.



Sonómetro

ME/401018/382

Escola Secundária de Bocage

Sonómetro formado por uma caixa de madeira de pinho utilizado para a verificação experimental das leis das cordas vibrantes. Sobre o tampo encontram-se dois cavaletes fixos e a tensão da corda é regulável por meio de um peso que atua por intermédio da roldana fixa lateralmente. Um terceiro cavalete móvel pode deslizar ao longo da caixa, permitindo assim variar à nossa vontade o segmento vibrante da corda. O comprimento desta parte vibrante é dado pela régua pintada no tampo da caixa.

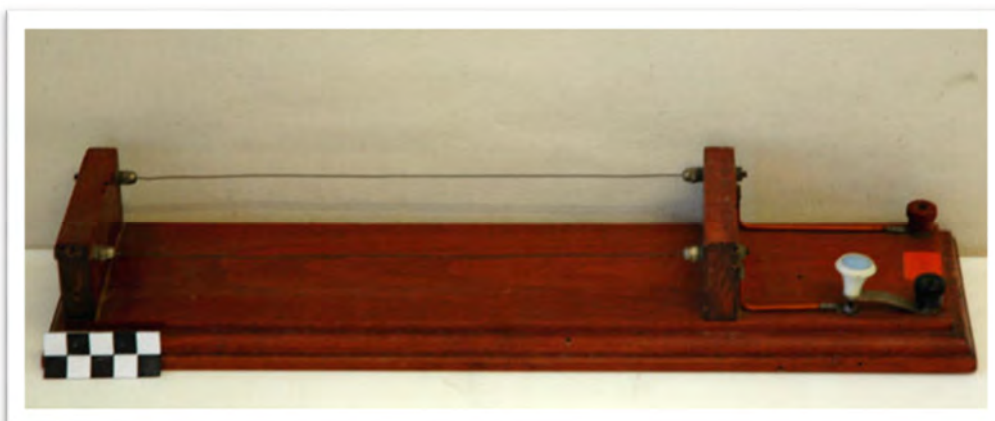


Sonómetro

ME/401663/19

Escola Secundária Eça de Queirós

O sonómetro é um instrumento de medida de intensidades sonoras, expressando as medições em decibel (dB), utilizado nas práticas pedagógicas de física e relacionado com as matérias de acústica. A experiência é feita através de cordas vibrantes, fixadas numa caixa de ressonância com escala graduada.



Sonómetro

ME/ESMC/133

Escola Secundária Machado de Castro

O sonómetro é um instrumento de medida de intensidades sonoras, expressando as medições em decibel (dB), utilizado nas práticas pedagógicas de física e relacionado com as matérias de acústica. A experiência é feita através de cordas vibrantes, fixadas numa caixa de ressonância com escala graduada.

2023/06/05

Resumo do Artigo Liceu José Estêvão, Aveiro de Alcino Martins de Carvalho (Parte 1)



(Imagem a preto e branco do pátio do Liceu José Estêvão, Aveiro retirada da internet)

Alcino Martins de Carvalho, em *Liceus de Portugal*, menciona Decretos-lei e datas referentes à criação do Liceu José Estêvão (Aveiro), nomeadamente os seguintes: 1836 (Decreto-Lei de 17 de novembro); 1844 (Decreto-Lei de 20 de setembro) e 1851 (Portaria de 27 de setembro). Aclara-se, ainda, quando foi o início do seu funcionamento: ano letivo de 1851-52.

São apresentadas várias designações desde a sua criação até 1975, inicialmente, foi denominado Liceu Nacional de Aveiro, a partir de 1916, passa a Liceu Central de Aveiro. Em 1919 chama-se Liceu Central de Vasco da Gama, em 1927 Liceu de José Estêvão e a partir de 1947 Liceu Nacional de Aveiro.

São conhecidas várias secções do referido liceu, em 1948 a Secção Feminina (futura Escola Secundária Homem Cristo); em 1971 a Secção Liceal de Oliveira de Azeméis e a Secção Liceal de Ovar e a Secção Liceal de Vila da Feira; em 1973 a Secção Liceal de Águeda.

A sua localização foi, primeiramente, em instalações provisórias, a partir de 1851 no Paço Episcopal, em janeiro de 1852 numa casa particular (localização desconhecida). A partir de 1856 a sua localização passa a ser na Dependência do Convento de Santo António (junto ao Parque da Cidade). Em edifícios construídos para o liceu, a partir de 1860 no Edifício na Praça do Município (atual Praça da República). Em 1952 no Quinta das Angra (atual Avenida 25 de Abril).

Reitores do Liceu:

- João de Moura Coutinho de Almeida de Eça - 1851-1854;
- Manuel Joaquim de Oliveira Santos (Reitor Interino) - 1854-1856;
- João de Moura Coutinho de Almeida de Eça - 1856;
- Germano António Ernesto de Pinho (Reitor Interino) - 1856-1857;
- Francisco José de Oliveira Queirós - 1857-1861
- Manuel Gonçalves Figueiredo - 1862;
- Germano António Ernesto de Pinto (Reitor Interno) - 1863;
- Manuel Gonçalves Figueiredo - 1864-1869;
- Clemente Pereira Gomes de Carvalho - 1869-1871;
- João José Pereira de Sousa e Sá (Reitor Interino) - 1871;
- João de Moura Coutinho de Almeida de Eça - 1871-1885;
- João José Pereira de Sousa e Sá (Reitor Interino) - 1886;
- Cónego José Cândido de Oliveira Vidal 1886-1892
- João da Maia Romão (Reitor Interino) - 1892;
- Manuel Gonçalves Figueiredo - 1892-1894;
- João da Maia Romão (Reitor Interino) - 1894;
- Manuel Gonçalves Figueiredo - 1894-1895;
- Francisco Augusto da Fonseca Regala - 1895-1910;

- Álvaro de Moura Coutinho de Almeida de Eça - 1910-1926;
- José Pereira Tavares (Reitor Interino) - 1926;
- Álvaro de Moura Coutinho de Almeida de Eça - 1926;
- José Pereira Tavares - 1926-1931;
- João Joaquim Pires - 1931-1938;
- Luís Tavares de Lima (Vice-reitor) - 1938;
- Feliciano Ramos - 1938;
- Euclides Simões de Araújo - 1938-1940;
- José Pereira Tavares - 1940-1957;
- António Fernando Marques da Rocha (Vice-reitor) - 1957;
- Orlando de Oliveira - 1957-1975.

O analítico de Alcino Martins de Carvalho⁵ elenca pormenorizadamente uma listagem dos reitores que fizeram parte da escola até 1974, por sua vez, a Divisão de Serviços da Documentação e de Arquivo da Secretaria-Geral da Educação e Ciência apresenta-nos um fundo arquivístico de alguns desses mesmos reitores; cuja organização das séries documentais inventariadas segue a estrutura adotada pela Portaria de Gestão de Documentos n.º 1310/2005, de 21 de dezembro.

Esta documentação⁶ é, em si mesmo, um repertório de extrema importância para a avaliação pedagógica e inventariação de modos de ensino. Notamos que, grosso modo, esta documentação cujo cota e âmbito cronológicos apresentamos no quadro seguinte, são estruturas essenciais para reconstruir a história da escola e das políticas educativas adotadas:

Âmbito Cronológico:

Cotas:

1944-[s.m.]-[s.d.] / 1945-[s.m.]-[s.d.] PT/MESG/AAC/IEL/002/0069/00708

1938-[s.m.]-[s.d.] / 1939-[s.m.]-[s.d.] PT/MESG/AAC/IEL/002/0009/00062

⁵ O Diretor do Conselho Executivo da *Escola Secundária José Estêvão*.

⁶ Os *relatórios de reitor*, grosso modo, são uma apreciação das condições pedagógicas das instalações e do material de ensino; emissão de pareceres didáticos; estudo do rendimento do ensino em cada liceu e sua correlação com os professores; elaboração de estatísticas; classificação do serviço dos

1939-[s.m.]-[s.d.] / 1940-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0012/00074
1937-[s.m.]-[s.d.] / 1938-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0003/00018
1936-[s.m.]-[s.d.] / 1937-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0064/00599
1952-[s.m.]-[s.d.] / 1953-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0044/00359
1947-[s.m.]-[s.d.] / 1948-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0030/00186
1951-[s.m.]-[s.d.] / 1952-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0039/00307
1955-[s.m.]-[s.d.] / 1956-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0052/00452
1956-[s.m.]-[s.d.] / 1957-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0053/00466
1949-[s.m.]-[s.d.] / 1950-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0035/00248
1953-[s.m.]-[s.d.] / 1954-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0045/00372
1945-[s.m.]-[s.d.] / 1946-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0025/00157
1943-[s.m.]-[s.d.] / 1944-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0020/00124
1954-[s.m.]-[s.d.] / 1955-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0049/00407
1932-[s.m.]-[s.d.] / 1933-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0064/0589A
1933-[s.m.]-[s.d.] / 1934-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0064/00589
1942-[s.m.]-[s.d.] / 1943-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0016/00104
1948-[s.m.]-[s.d.] / 1949-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0033/00219
1950-[s.m.]-[s.d.] / 1951-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0037/00278
1944-[s.m.]-[s.d.] / 1945-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0069/00708
1938-[s.m.]-[s.d.] / 1939-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0009/00062
1939-[s.m.]-[s.d.] / 1940-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0012/00074
1937-[s.m.]-[s.d.] / 1938-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0003/00018
1936-[s.m.]-[s.d.] / 1937-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0064/00599
1952-[s.m.]-[s.d.] / 1953-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0044/00359

O primeiro edifício construído para o Liceu foi inaugurado a 15 de fevereiro de 1860, o arquiteto responsável foi Agostinho Lopes Pereira Nunes. Sofreu obras de ampliação e beneficiação em 1895, 1908, 1916 e 1919. O segundo edifício construído foi inaugurado a 25 de maio de 1952, projetado para 600 alunos (16 turmas), o arquiteto responsável foi José Costa e Silva. Sofreu, ainda, obras de ampliação e beneficiação em 1961.

Destacam-se, ainda, associações do Liceu:

- Academia do Liceu de Aveiro (existiu até fevereiro de 1934);
- Associação Escolar de Liceu de Aveiro (1934-1942 - criada graças aos esforços de Agostinho da Silva. Em 1942 os seus bens foram entregues à Mocidade Portuguesa);
- Associação dos Antigos Alunos de Liceu de Aveiro (os seus estatutos são de 1929, ainda esteve ativa em 1963);
- “Solidários” (1927-1928, neste ano publica-se o seu relatório Provisório, impulsionados por Fonseca Júnior e Agostinho da Silva);
- Caixa Escolar (Criado em 1909 pelo Reitor Augusto Regala, espólio absorvido pela Mocidade Portuguesa);
- Orfeão Académico (criado ca. 1909).

CARVALHO, Alcino Martins de (2003). *Liceu José Estêvão (Aveiro)*. In: *Liceus de Portugal: histórias, arquivos, memórias*. Lisboa: Edições Asa, pp. 74-89.

2023/06/08

Recursos Bibliográficos usados na elaboração do Analítico Liceu José Estêvão, Aveiro (Parte 2)



(Imagem a preto e branco da biblioteca do Liceu José Estêvão, Aveiro retirada da internet)

Apresentam-se as publicações periódicas do Liceu José Estêvão (Aveiro) até ao ano de 1975 e a bibliografia usada para a elaboração do artigo *Liceu José Estêvão (Aveiro)*, em *Liceus de Portugal*.

Publicações periódicas:

ALMA ACADÉMICA / red. Alípio Antunes, Beja de Souto, Miguel Peres ; comp. e impressão Minerva. - 11 nov. 1923 - 26 de jan. 1931.

ALVORADA / corpo red. Aires Martins, Alves Coelho ; propriedade dos alunos do Liceu de Aveiro. - 1 dez. 1932 - 4 jun. 1933.

A BATINA : *folha académica* / comp. e impressão na Typ. Do Campeão das Províncias. - dez. 1908 (n.º único).

A BRIOSA : *jornal académico* / corpo edit. Manuel dos santos Pata, António Gomes da Rocha Madahil. - 15 de nov. de 1911 -
Substitui: A Verdade (a partir de nov. de 1911).

FORAL / aut. pelo Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa ; imp. e composição Gráfica do Vouga. - set. de 1958.
Publicações dos Centros Escolares n.º 1 da PPF e n.º 2 do MIP - reúne textos dos alunos.

O GAROTO : *órgão académico de humorismo, literatura, desporto, cinema e crítica* / dir. A. Nunes da Silva ; comp. e impressão Minerva Central. - 11 nov. 1933 - 9 dez. 1933.

LABOR : revista trimestral de educação e ensino e extensão cultural do Liceu Vasco da Gama / red. e administração Liceu de Aveiro. - jan. de 1926 - jun. 1973.

O NEÓFOTO : *jornal dos académicos da Nova Reforma* / dir. Dr. Heitor. - 20 de abr. de 1899) -

A VERDADE : *semanário académico* / dir. Manuel dos Santos Pata ; comp. e impressão Minerva Central. - 26 jun. 1910 - 23 ago. de 1911.

A REVOLUÇÃO / homenagem de um grupo de estudantes do liceu. - 31 jan. 1898 (n.º único).

A VOZ ACADÉMICA / jornal propriedade da Associação Escolar do Liceu ; edição e composição Minerva Central. - 18 mar. 1953 - n.º 27 (dez. de 1940).

Bibliografia usada na elaboração do analítico:

CATALOGO-ALMANACH DA IMPRENSA AVEIRENSE. *Catalogo-almanach da imprensa aveirense.* Aveiro: Imprensa Aveirense, 1884.

COSTA, Carlos Manuel (1996). *Percursos de Homem Cristo: ideologia e política na República Velha (1910 - 1917).* Lisboa: Biblioteca do ICI (dissertação de mestrado).

ESTEVÃO, José (1983). *Discursos parlamentares.* Aveiro: Câmara Municipal.

GOMES, Marques (1875). *Memórias de Aveiro.* Aveiro: Tipografia Comercial.

LABOR. N.º 1-9 (1926 e 1927).*

LITORAL. Aveiro, 2 dez. 1977).*

SACRAMENTO, Mário (1975). *Diário.* Porto: Limiar.

SANTOS, António Zagalo dos (1943). “A Imprensa periódica do Distrito de Aveiro”. In: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. 9 (1943).

TAVARES, José Pereira (1973). “História do Liceu de Aveiro”. In: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. 3 (1973).

TAVARES, José Pereira (1951). “Livro comemorativo do 1.º centenário do Liceu”. In: Separata da *Labor*, n.º 155 (1951).

TAVARES, José Pereira (1954). “O novo edifício do Liceu de Aveiro”. In: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. 20 (1954).

TAVARES, José Pereira (1999). *Exame de consciência*. Aveiro: Associação Cultural de Professores Labor e Centro de Formação José Pereira Tavares.

VICENTE, António Pedro (1995). “Arlindo Vicente: o homem e a política”. In: *Revista de história das ideias*, vol. 17 (1995).

VICENTE, Filipa (1995). “Arlindo Vicente: o pintor e a sua obra”. *Revista de história das ideias*, vol. 17 (1995).

A VOZ ACADÉMICA. N.º 1-27 (1935 a 1940).⁷

CARVALHO, Alcino Martins de (2003). *Liceu José Estêvão (Aveiro)*. In: *Liceus de Portugal: histórias, arquivos, memórias*. Lisboa: Edições Asa, pp. 90-95.

⁷ não foram facultados todos os dados catalográficos pelo autor.

2023/06/12

Educação e Monarquia: D. Afonso VI (1643 – 1683)

D. Afonso VI (1643 - 1683), “o Vitorioso”, era o filho de D. João IV e de D. Luísa de Gusmão. À data da morte de D. João, em 1656, D. Teodósio, o filho mais velho e herdeiro do trono tinha falecido. D. Afonso tinha apenas 13 anos, pelo que a sua mãe ficou encarregue da regência do reino. Este monarca foi vítima de uma doença em criança e tinha problemas de saúde mental e física. A sua incapacidade governativa era visível e D. Luísa convocou um Conselho de Estado que deliberou o afastamento de D. Afonso e elegeu como rei o seu irmão D. Pedro.



(Imagem de D. Afonso VI retirada da Internet)

No entanto, o Conde de Castelo Melhor, Luís de Vasconcelos e Sousa, tomou o partido de D. Afonso e afastou a regente. Durante o seu reinado teve de fazer face a várias investidas castelhanas em Portugal, com uma grande vitória portuguesa, o que valeu o cognome.

Em 1666, D. Afonso casou por procuração com D. Maria Francisca Isabel de Saboia. A rainha afastou o Conde Castelo Melhor e em 1667 D. Afonso abdicou do trono a favor do irmão. Em março de 1668, o casamento foi anulado e o rei foi exilado para Angra do Heroísmo. Regressou a Portugal em 1674 e foi preso no Palácio de Sintra, onde faleceu em 1683.

No que respeita a medidas educativas, não surgem referências: foi um reinado instável, com um monarca debilitado e deposto.

2023/06/15

Peça do mês de junho/2023



Fogão

Fogão a gás de um bico. Trata-se de uma única peça que de um lado possui um suporte sobre um bico de fogão para pousar um determinado objeto para aquecimento, e que do outro possui um pequeno recipiente para o gás.

Está inventariado com o número ME/ESDJC/112 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária D. João de Castro.

2023/06/19

Educação e Monarquia: D. Pedro II (1648 – 1706)

D. Pedro II (1648-1706), “o Pacífico”, era o filho de D. João IV e de D. Luísa de Gusmão, irmão do anterior monarca, D. Afonso VI. Chegou ao poder através de um golpe palaciano.

Nas Cortes de 1668 foi nomeado regente do reino e, após a anulação do casamento de D. Afonso VI, casou com a cunhada, D. Maria Francisca. Neste ano foi assinada a paz com Espanha no Tratado de Lisboa.

D. Pedro só subiu ao trono em 1683, após a morte do irmão, ano em que faleceu a sua esposa. D. Pedro voltou a casar em 1687 com D. Maria Sofia de Neuburgo.

Ao nível interno foi um reinado marcado pelo incremento da economia interna, destacando-se a ação do Conde da Ericeira que impulsionou a indústria portuguesa.



(Imagem de D. Pedro II retirada da Internet)

Externamente, houve um envolvimento na Guerra da Sucessão Espanhola. As relações comerciais com Inglaterra também se reativaram através da assinatura do Tratado de Methuen.

Em 1674 convocou a Junta dos Três Estados pedindo apoio financeiro para a defesa da nação, sobretudo os territórios das colónias, onde os os navios enfrentavam graves perigos.

D. Pedro II, devido à chegada do ouro do Brasil, levou a cabo várias obras por todo o país. Ao nível do ensino artístico, em 1689, publicou o *Regimento dos Mestres Architetos* dos Paços Reais, um documento orientador do ensino da arquitetura civil. Os mestres deviam ter até 4 aprendizes e dar lições diárias.

2023/06/22

Exposição virtual: "Azulejaria dos séculos XVII e XVIII na Escola Artística António Arroio"

O azulejo é uma peça de cerâmica, de forma geralmente quadrada (15 x 15 cm), com uma das faces vidrada e brilhante. Trata-se de um ex-libris da cultura portuguesa, seja monocromático ou policromático, seja liso ou em relevo. Foi utilizado no revestimento de superfícies interiores ou exteriores ou apenas como elemento decorativo isolado. Deriva da palavra árabe “azzellj”, pequena pedra polida.

O azulejo foi usado com maior consistência a partir do reinado de D. Manuel I. Ganhou características únicas devido à diversidade de povos e influências do Império Ultramarino Português e seguiu caminhos artísticos diferenciados.

Durante o século XVI desenvolveu-se a técnica da majólica, importada de Itália. Outra inovação foi o uso dos “enxaquetados”, que se dispõem de forma axadrezada, criando uma interessante dinâmica visual. Por sua vez, o azulejo padrão, apostou na repetição de formas geométricas em grandes superfícies.

No século XVII a produção de azulejos diminuiu, mas regressam no período da Restauração influenciados pelas tendências indianas, persas e chinesas, sobretudo ao nível da cor dominante que é o azul. Tornam-se mias ornamentados e diversificados. Surge assim o chamado “azulejo de tapete” com representações fantásticas e religiosas. A nobreza investiu na construção de palácios revestidos de azulejos com cenas policromáticas.

O barroco trouxe o exuberante para a estética do azulejo que sofrem alterações na volumetria e nos temas. O Rococó traz de volta a policromia com o amarelo, o verde o violeta e o azul cobalto. Após o terramoto de 1755, o azulejo padrão volta a ser produzido em massa devido à necessidade urgente de reconstrução da capital.

Após as invasões francesas e as guerras liberais, o azulejo retomou em força com uma identidade cosmopolita e urbana. Existem dois núcleos de produção principais no país: em Lisboa, a Fábrica Viúva Lamego e no Porto, a Fábrica de Cerâmica das Devesas.

A introdução da *Art Nouveau* na viragem para o século XX diversificou a produção deste material. Com a ditadura vários nomes se destacaram como Maria Keil, Júlio Resende, Júlio Pomar, Sá Nogueira, Abel Manta ou Eduardo Nery.

Nesta exposição destacam-se alguns fragmentos de azulejos dos séculos XVII e XVIII que se encontram na Escola Artística António Arroio e que continuam a servir de inspiração para novos e atuais trabalhos.



Azulejo

ME/404172/261

Escola Secundária Artística António Arroio

Azulejo de origem portuguesa datado do século XVII. Trata-se de um conjunto de dois azulejos, fragmentos de um painel, onde se encontra representada,

parcialmente, uma figura masculina. Está pintado em tons de azul sobre fundo branco. O revestimento é vidrado.



Azulejo

ME/404172/249

Escola Secundária Artística António Arroio

Azulejo de origem portuguesa datado do século XVII. Trata-se de um fragmento de um painel de azulejos, mais concretamente de um friso em azul, sobre fundo branco. O revestimento é vidrado.



Azulejo

ME/404172/247

Escola Secundária Artística António Arroio

Azulejo de origem portuguesa, datado do século XVIII. Trata-se de um fragmento de um painel de azulejos pintado a azul, branco e amarelo. O revestimento é vidrado.



Azulejo

ME/404172/244

Escola Secundária Artística António Arroio

Azulejo de origem portuguesa, datado do século XVIII. Trata-se de um fragmento de um painel de azulejos pintado a azul, branco e rosa. O revestimento é vidrado.



Azulejo

ME/404172/242

Escola Secundária Artística António Arroio

Azulejo de origem portuguesa, datado do século XVIII. Trata-se de um fragmento de um painel de azulejos com motivos florais pintados a azul e branco, sobre um fundo amarelo. O revestimento é vidrado.



Azulejo

ME/404172/243

Escola Secundária Artística António Arroio

Azulejo de origem portuguesa, provavelmente dos séculos XVII ou XVIII. Trata-se de um fragmento de um painel de azulejos, mais concretamente de um friso em azul, sobre fundo branco. O revestimento é vidrado.

2023/06/26

Resumo do Artigo Liceu Sá de Miranda, Braga de Rodrigo Azevedo (Parte 1)



(Imagem da fachada do Liceu Nacional Sá de Miranda, Braga, retirada da internet)

Rodrigo Azevedo em *Liceus de Portugal* destaca dois Decretos-Lei que estão na base da criação do Liceu Sá de Miranda: 1836 (decreto-Lei de 17 de novembro) e 1844 (Decreto-lei de 20 de setembro). O início de funcionamento do liceu foi no ano letivo de 1845/46.

Este liceu, como todos os liceus nacionais, sofreu várias designações:

- Nome de origem: Liceu Nacional de Braga;
- A partir de 1896: Liceu Nacional / Central de Braga,
- A partir de 1936: Liceu Nacional de Sá de Miranda;
- A partir de 1947: Liceu Nacional de Braga.

Na sua origem, esta escola tem uma frequência exclusivamente masculina, ainda assim, temos de considerar a frequência de 6 alunas - uma em 1894, outra

em 1896 e 1899 e três em 1901. A sua localização, a partir de 1845, instala-se no Convento dos Congregados do Oratório e em 1921 no edifício do Colégio do Espírito Santo (principais remodelações a partir de 1929).

O Liceu contou com as seguintes associações:

- **Associação de estudantes** (desde 1872);
- **Associação de ex-alunos** (s. d.);
- **Caixa Escolar** (1912-1943).

Reitores do liceu:

- António Maria Pinheiro - 1845-1870;
- Luís Costa Pereira - 1870-1876;
- Domingos Moreira Guimarães - 1876-1881;
- Francisco José Vieira de Brito - 1881-1885;
- José Alves de Moura - 1886-1890;
- Francisco José Vieira de Brito - 1890-1892;
- Júlio Celestino da Silva - 1892-1895;
- António José da Silva Correia Simões - 1895-1897;
- Gonçalo José Fernandes Vaz - 1897-1900;
- António José da Silva Correia Simões - 1900-1904;
- José Alves de Moura - 1904-1906;
- José Martins Barreto Júnior - 1906-1912;
- Alfredo Machado - 1912-1913;
- António Luís Machado Guimarães - 1913-1914
- Alfredo Machado - 1914;
- António ferreira Botelho - 1914-1916;
- José Martins Barreto Júnior - 1917-1918;
- António Ferreira Botelho - 1918-1919;
- Raúl Correia Barbosa - 1918-1919;
- José Martins Barreto Júnior - 1920;
- António Ferreira Botelho - 1920-1926;
- José Martins Barreto Júnior - 1926-1927;

- Alfredo Tenório de Figueiredo - 1927;
- José Martins Barreto Júnior - 1927-1928;
- Francisco Eusébio Fernandes Prieto - 1928-1947;
- Francisco Miranda de Andrade (Vice-reitor) - 1947-1948;
- Feliciano Ferreira Ramos - 1958-1966;
- Armando Amaral Soares (Vice-reitor) - 1967;
- Joaquim Loureiro de Amorim (Vice-reitor) - 1968-1974.

O analítico de Rodrigo de Azevedo elenca e apresenta uma listagem de todos os reitores que fizeram parte da escola até 1974, por sua vez, a Divisão de Serviços da Documentação e de Arquivo da Secretaria-Geral da Educação e Ciência apresenta-nos um fundo arquivístico de alguns desses mesmos reitores; cuja organização das séries documentais inventariadas segue a estrutura adotada pela Portaria de Gestão de Documentos n.º 1310/2005, de 21 de dezembro.

Esta documentação é, em si mesmo, um repertório de extrema importância para a avaliação pedagógica e inventariação de modos de ensino. Notamos que, grosso modo, esta documentação cujo cota e âmbito cronológicos apresentamos no quadro seguinte, são estruturas essenciais para reconstruir a história da escola e das políticas educativas adotadas:

Âmbito cronológico:

Cota:

1937-[s.m.]-[s.d.] / 1938-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0003/00016
1958-[s.m.]-[s.d.] / 1959-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0056/00505
1949-[s.m.]-[s.d.] / 1950-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0035/00250
1947-[s.m.]-[s.d.] / 1948-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0030/00188
1936-[s.m.]-[s.d.] / 1937-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0063/00566
1950-[s.m.]-[s.d.] / 1951-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0037/00280
1933-[s.m.]-[s.d.] / 1934-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0064/00580
1951-[s.m.]-[s.d.] / 1952-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0039/00309

Os *relatórios de reitor*, grosso modo, são uma apreciação das condições pedagógicas das instalações e do material de ensino; emissão de pareceres didáticos; estudo do rendimento do ensino em cada liceu e sua correlação com os professores; elaboração de estatísticas; classificação do serviço dos professores; realização de inquéritos e sindicâncias; instrução de processos movidos a professores, etc.

Azevedo, Rodrigo (2003). *Liceu Sá de Miranda (Braga)*. In: *Liceus de Portugal: histórias, arquivos, memórias*. Lisboa: Edições Asa, pp. 118-137.

2023/06/29

Recursos Bibliográficos usados na elaboração do Analítico Liceu Sá de Miranda, Braga (Parte 2)



(Imagem da fachada do Liceu Nacional Sá de Miranda, Braga, retirada da internet)

Publicações do Liceu:

- **Jornal Académico.** Braga: Liceu Nacional de Braga, 1877-1878
- **Homenagem do Luso-Independência.** Braga: Liceu Nacional de Braga, 1884. (n.º único).
- **A Academia de Braga às damas bracarenses.** Braga: Liceu Nacional de Braga, 1885. (n.º único).
- **A escola.** Braga: Liceu Nacional de Braga, 1885.
(em benefício da Sociedade Filantropa da Academia Bracarense por ocasião da sua quermesse, n.º único).
- **Homenagem da Academia Bracarense aos Heróis de 1640.** Braga: Liceu Nacional de Braga, as. 1890 ; 1892 ; 1894 ; 1895 ; 1903 ; 1905; 1932.

- **A pátria.** Braga: Liceu Nacional de Braga, 1892-1894
- **A alma nova.** Braga: Liceu Nacional de Braga, 1893
- **O canto do académico,** Braga: Liceu Nacional de Braga, 1893
- **O gigante.** Braga: Liceu Nacional / Central de Braga, 1897
- **Alma Pátria.** Braga: Liceu Nacional / Central de Braga, 1897. (n.º único).
- **Gratidão.** Braga: Liceu Nacional / Central de Braga, 1900. (n.º único).
- **O lusíada.** Braga: Liceu Nacional / Central de Braga, 1914-1916
- **A carapuça,** Braga: Liceu Nacional / Central de Braga, 1916
- **ABA - Academia de Bracara Augusta,** Liceu Nacional de Braga, 1968-1974
- **Dois pontos.** Liceu Nacional de Braga, 1972-1974
- **Comemoração do 1.º de Dezembro.** Braga: Liceu Nacional de Braga, (s.d.). (n.º único).

Bibliografia utilizada:

ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL. *Livros de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Braga.* Braga: Arquivo da Câmara Municipal, (s. d.).

AZEVEDO, Rodrigo (1993). “Os alunos do Liceu de Braga durante a 1.^a República”. In: *Bracara Augusta*, vol. 44, pp. 197-245.

AZEVEDO, Rodrigo (1999). “Experiências de exploração dos arquivos escolares - o caso do arquivo da Escola Secundária Sá de Miranda.” In: *Para a História do ensino liceal em Portugal* (actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma Jaime Moniz, 1894-1895), pp. 79-103.

AZEVEDO, Rodrigo (1999). “Os Liceu de Braga e a Reforma Jaime Moniz”. In: *Bracara Augusta*, vol. 44, pp. 105-129.

CONSELHO SUPERIOR DE INSTRUÇÃO PÚBLICA. *Relatório do Comissário Reitor ao Conselho Superior de Instrução Pública.* Lisboa: Arquivo nacional Torre do Tombo (deposit.), 1895.

O CONSTITUINTE, n.º 179 (15 abr. 1882).

ESCOLA SECUNDÁRIA DE SÁ DE MIRANDA. *Livros do Copiador de Correspondência Expedita.* Braga: Arquivo da escola Secundária de Sá de Miranda, [s. d.).

ESCOLA SECUNDÁRIA DE SÁ DE MIRANDA. *Livro de Actas das Sessões do Conselho Escolar do Liceu.* Braga: Arquivo da Escola Secundária de Sá de Miranda, (s. d.).

LICEU NACIONAL DE BRAGA. *Liceu Nacional de Braga, 1836/1986.* Braga: Escola Secundária Sá de Miranda, (s. d.).

LICEU NACIONAL / CENTRAL DE BRAGA. *Anuário do liceu de 1924/25.* Braga: Liceu Nacional / Central de Braga, (s. d.).

LICEU NACIONAL DE BRAGA. “Relatório do reitor, ano lectivo de 1845/1846”. in: *Livro n.º 1 de copiador de Correspondência Expedita*, (s. d.).

LICEU DE SÁ DE MIRANDA. *Relatório do reitor de 1932/33 do Liceu de Sá de Miranda.* Lisboa: Arquivo Histórico do Ministério da Educação (deposit.), (s. d.).

LICEU NACIONAL DE SÁ DE MIRANDA. *Relatório do Liceu Nacional de Sá de Miranda referente ao ano escolar de 1938/39.* Lisboa: Arquivo Histórico do Ministério da Educação (deposit.), (s. d.).

MOTA, António Augusto Riley (1945). “Liceus de ontem e liceus de hoje”. In: *Liceus de Portugal, Boletim da Acção Educativa do Ensino Liceal*, n.º 47 (nov. 1945), pp. 75-82.

PARDAL, José Manuel (1992). “Os piolhos-galinhas”. In: *Associação Académica da Universidade do Minho*, 1992.

O PROGRESSISTA, n.º 236 (22 mar. 1985).

O PROGRESSISTA, n.º 346 (5 de maio 1986).

Azevedo, Rodrigo (2003). *Liceu Sá de Miranda (Braga)*. In: *Liceus de Portugal: histórias, arquivos, memórias*. Lisboa: Edições Asa, pp. 138-141.

2023/06/30

Dos Livros e das Bibliotecas

1 de Julho – Dia Mundial das Bibliotecas



(Imagem de José Luís Borges, junto de uma prateleira com livros. Do lado esquerdo pode ler-se: "Siempre imaginé el paraíso como una especie de biblioteca". Imagem retirada da internet)

«Todas as grandes bibliotecas começaram com um primeiro livro.»

«As bibliotecas são a ténue linha vermelha entre a civilização e a barbárie.»

«Uma das maiores e mais valiosas aprendizagens do homem, foi ter aprendido a ler.»

«Um bom livro é como um bom amigo que te ajuda a ver a vida sob outros pontos de vista.»

«Ler bons livros é como conversar com as melhores mentes do passado.»

«Pode-se cantar, falar, rir, chorar, gritar em silêncio... a isso se chama ler.»

«Ler, talvez não te faça mais inteligente, contudo, fará de ti menos ignorante.»

«Um leitor vive mil vidas antes de morrer; aquele que não lê, apenas vive uma.»

«Ler livros é o melhor passatempo que a humanidade inventou.»

«Uma criança que lê tornar-se-á um adulto que reflete.»

«Viver sem ler seria como viver sem viver.»

Faça da leitura um exercício diário!

Celebra-se a **1 de julho o Dia Mundial das Bibliotecas**, efeméride que visa enaltecer a importância da leitura na educação e formação das pessoas.

A leitura desempenha um papel preponderante na promoção do desenvolvimento cultural, científico, político e, consequentemente, económico e social dos povos e das pessoas.

Para celebrar o **Dia Mundial das Bibliotecas** comece a ler um livro, os benefícios são muitos; segundo a ciência: alarga o vocabulário, desperta a inteligência, previne doenças, reduz o stress. Ler é um hábito que pode e deve ser cultivado!

Fonte: *World Wide Web*.

2023/07/03

Exposição virtual: "Arquitetura: Época Pré-Clássica e Clássica"

A produção artística grega caracterizou-se por uma unidade ideológica e morfológica que privilegiou duas vertentes: a dimensão humana e o racionalismo. Os primeiros templos foram construídos cerca do século VII a. C., assumindo uma forma estrutural estandardizada: o trilito – dois pilares de apoio encimados por um elemento horizontal. Desenvolveram-se três sistemas formais – a ordem dórica (mais simples), a ordem jónica (capitel com duas volutas) e a ordem coríntia (mais ornamentada). Orientada para a construção de templos, a arquitetura grega foi bastante inovadora no que respeita à construção de teatros. O carácter público das construções gregas determinou as suas principais características: a simetria, a harmonia, a monumentalidade, o equilíbrio e o rigor das formas, bem como a valorização da perspetiva e da proporcionalidade.

A arquitetura romana foi essencialmente prática, pragmática e realista, tendo absorvido a maior parte das características gregas. Uma vez que a cultura romana se orientava para a cidade e para os edifícios públicos e privados, podemos distinguir a construção de templos, termas, teatros e anfiteatros, bem como de aquedutos, banhos públicos, pontes, mercados, estradas, etc. Partindo do sistema de trilito grego, os romanos acrescentaram o arco, a abóbada e a cúpula que conferiram uma monumentalidade às construções.

A arte egípcia caracterizou-se pela unidade estética e continuidade estilística que se definiram desde os primórdios. O seu objetivo era a glorificação do faraó e do poder religioso. A arquitetura que chegou até nós tem uma natureza essencialmente religiosa: templos e túmulos. Inicialmente muito simples, os túmulos evoluíram para o seu formato icónico de pirâmide, abandonado durante o período dos Impérios Médio e Novo. Durante este período, a arquitetura orientou-se para a construção de templos, com uma larga avenida de acesso ladeada por esfinges, que conduzia à entrada do templo, onde se erguiam

obeliscos. Os templos estavam divididos em três partes: o pátio (zona pública), a sala hipostila e o santuário.

Nesta exposição, os quadros parietais fornecem uma visão geral e pormenorizada da arquitetura grega, romana e egípcia, destinados à visualização em contexto das aulas de História da Arte.



Imagem parietal de arquitetura/Clássica

ME/400180/9

Escola Secundária Eng. Acácio Calazans Duarte

Imagem parietal de arquitetura clássica utilizada como apoio visual para as matérias de História e História da Arte. Podemos observar no lado esquerdo, uma cariátide; ao centro o Erechthéion, com o Pórtico das Cariátides e a Lanterna de Lísicrates. No lado direito encontra-se parte de um anfiteatro e, numa escala maior, parte de um templo dórico, vendo-se o envasamento, as colunas e parte do entablamento. Na parte inferior é visível um capitel coríntio e pormenor de decoração geometrizarante.



Imagem parietal de arquitetura/Clássica

ME/401018/483

Escola Secundária de Bocage

Quadro parietal representativo da arte romana clássica. No quadro estão representados os seguintes elementos: do lado esquerdo a silhueta de uma ponte aqueduto, parte de uma basílica e um templo com pórtico e colunas jónicas. Ao centro vemos a Coluna de Trajano e no lado direito o Arco de Constantino, o Coliseu e a estátua de César Augusto. Na zona inferior esquerda observa-se um capitel composto e parte de um friso decorativo com elementos vegetalistas.



Imagem parietal de arquitetura/Clássica

ME/402436/698

Escola Secundária de Passos Manuel

Quadro com cercadura fina dourada e cinzenta com fundo bege claro. Compõe-se de 14 pequenos quadros/imagens de tamanhos variados que documentam os vários espaços da casa grega, cortes das ordens gregas: dórica, jónica e coríntia, excertos de pinturas murais, perspectivas aéreas. As cores dominantes são o vermelho e o bege.



Imagem parietal de arquitetura/Clássica

ME/402436/699

Escola Secundária de Passos Manuel

Quadro parietal com cercadura estreita castanha com fundo bege claro. Apresenta várias imagens de plantas da casa romana, pinturas murais, mosaicos e capitéis. As cores predominantes são os vermelhos, castanhos, verdes e azúis.

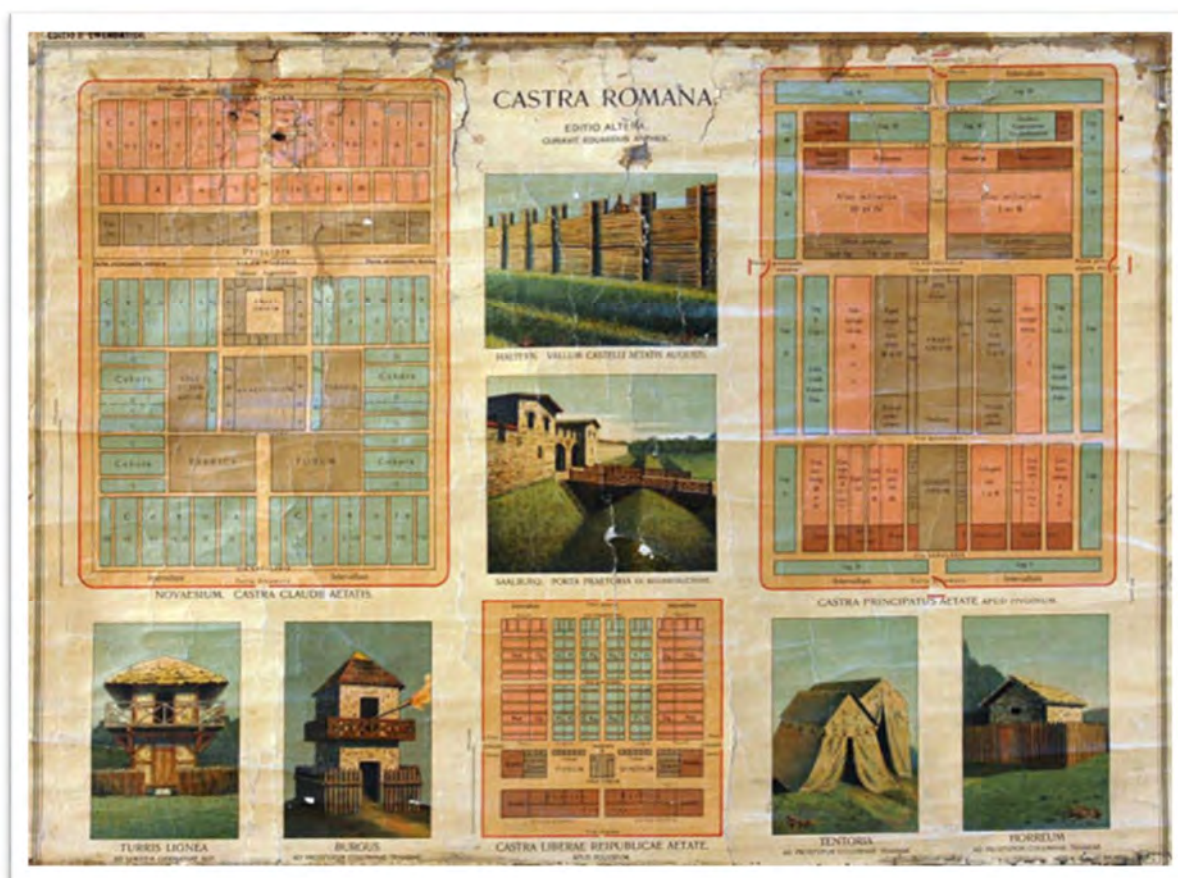


Imagem parietal de arquitetura/Clássica

ME/402436/704

Escola Secundária de Passos Manuel

Quadro parietal com cercadura fina cinzenta e branca com fundo bege claro. O espaço está dividido em 9 quadros de dimensões variadas com os vários tipos de plantas e desenhos. As cores predominantes são o rosa, o cinzento, o verde-escuro e verde-claro e o castanho.



Imagem parietal de arquitetura/Egípcia

ME/401018/481

Escola Secundária de Bocage

Quadro parietal representativo da arte egípcia. No quadro está representado um obelisco com inscrições hieroglíficas, a fachada de um templo (pilone) à frente do qual se perfilam dois grupos de pequenas esfinges, duas colunas, uma de capitel lotiforme e outra de capitel palmiforme. Ao fundo, no cimo vislumbram-se as pirâmides. Na parte inferior esquerda aparece o busto da rainha Nefertiti, um padrão decorativo com elementos geométricos e o perfil de uma cadeira.

2023/07/06

Educação e Monarquia: D. João V (1689 – 1750)

D. João V (1689-1750), “o Magnânimo”, era filho de D. Pedro II e de D. Maria Sofia de Neuburgo. Casou em 1708 com D. Maria Ana de Áustria.

Este foi o monarca absoluto por excelência em Portugal, não tendo reunido Cortes durante todo o seu reinado. O principal ministro foi o Cardeal da Mota.



(Imagem de D. João V retirada da Internet)

Numa época de conflitos europeus, D. João manteve uma política de neutralidade, empenhando-se na defesa dos interesses portugueses ao nível do comércio ultramarino. Neste sentido assinou o Tratado de Utreque em 1714 com

França e Espanha para que a suserania de Portugal sobre o Brasil fosse reconhecida.

A chegada do ouro do Brasil marcou todo este reinado e permitiu um enorme investimento cultural, técnico, científico e educativo.

Tendo em conta a política de opulência, D. João V mandou edificar inúmeros edifícios, procurando transformar Lisboa numa capital europeia de prestígio. Podem referir-se alguns projetos como a *Igreja do Menino Deus*, edificada em 1711 e a reconstrução da zona do Terreiro do Paço. O grande edifício da época foi sem dúvida o *Palácio de Mafra* e o Mosteiro, o maior monumento do barroco português – o Barroco Joanino. As obras iniciaram-se em 1717 sob a orientação de João Frederico Ludovice.



(Imagem do Convento de Mafra retirada da Internet)

Com a construção do Convento de Mafra houve necessidade de recorrer a escultores estrangeiros. A. Giusti, escultor italiano começou a dirigir a *Escola de Escultura de Mafra* em 1753. O Convento também funcionou como *Casa de Risco*, orientada por João Frederico Ludovice. A *Casa do Risco de Lisboa*, deverá ter-se tornado insuficiente para a procura.

Houve, assim, uma renovação das artes devido à vinda de pintores e técnicos desenhadores que ensinaram os operários nas construções. Estas alterações verificaram-se não só ao nível arquitetónico, mas também ao nível das artes decorativas, pintura, escultura, ourivesaria, mobiliário, azulejaria e talha dourada.

A importância dada por D. João V à cultura levou-o a construir a chamada *Biblioteca Joanina* (1717 – 1728) da Universidade de Coimbra e a Torre da Universidade, concluída em 1733. Como forma de promover o estudo e a investigação aumentou a verba da Universidade para a compra de livros.



(Imagem da Biblioteca Joanina retirada da Internet)

Entre 1730 e 1740 construiu-se o *Aqueduto das Águas Livres* que pretendia trazer água até à capital. O arquiteto responsável foi Manuel da Maia. Também o *Miradouro de São Pedro de Alcântara* foi edificado neste período.



(Imagem do Aqueduto das Águas Livres retirada da Internet)

O projeto mais extravagante foi a *Capela de São João Batista*, projetada por Nicola Salvi e Luigo Vanvitelli. Foi construída em Roma e posteriormente transportada para Lisboa para ser montada na Igreja de São Roque.

A produção literária foi uma das formas de afirmar Portugal como grande nação, abordando temas como a história, a geografia ou a língua portuguesa. Com este objetivo foi fundada a *Real Academia Portuguesa de História* em 1722. A obra de maior relevo da Academia foi a *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* da autoria de António Caetano de Sousa. Destacaram-se autores como Jacob de Castro Sarmiento, António Ribeiro Sanches, Francisco Xavier de Oliveira.

A música foi outra das áreas de investimento deste reinado, com a fundação de um seminário de música em 1713. D. João V introduziu a ópera italiana em Portugal, cerca de 1730 e mandou construir um teatro de ópera no Palácio de Belém em 1739.

As ciências foram igualmente privilegiadas pelo monarca, sobretudo a medicina, com traduções de obras estrangeiras. Em 1731 foi fundada uma escola de cirurgia no Hospital Real de Todos os Santos, em Lisboa e em 1746, foram aprovados os estatutos de uma academia cirúrgica no Porto. As outras ciências

não tiveram desenvolvimentos particularmente notórios devido ao papel da Inquisição.

A necessidade de uma instrução popular generalizada e gratuita começou a tomar forma durante o reinado de D. João V, apoiado pelas ideias de Martinho de Mendonça (1693 – 1743) e de Luís António Verney (1713-1792) através do *Verdadeiro Método de Estudar*.

Martinho de Mendonça foi um pedagogo cuja preocupação se centrava no processo de aprendizagem que deveria ocorrer em espaços que motivassem a criança, fomentando a sua curiosidade natural. Os livros utilizados deviam ter imagens que captassem a atenção dos alunos. A leitura foi igualmente objeto de estudo e o pedagogo sugeriu a utilização de jogos e atividades lúdicas para auxiliar neste processo. O perfil do professor poderia condicionar a aprendizagem e, desta forma, Martinho de Mendonça mostrou-se contra os mestres autoritários e despóticos.

Por seu lado, Verney afirmou que as crianças só teriam condições para a aprendizagem a partir dos 7 anos. Apesar destas teorias, a prática demonstrava o contrário: educação rígida, severa e autoritária.

No que respeita aos Mestres-Escola, a sua diversidade era notória até meados do século XVIII, uma vez que exerciam estas funções cumulativamente com outras atividades profissionais. Mesmo quando se dedicavam em exclusivo a esta profissão, a sua remuneração era variável e indeterminada. Todas as suas ações eram controladas e supervisionadas pela Igreja.

A vinda de estrangeirados para Portugal e a divulgação das novas ideias iluministas diminuiu a esfera de influência da Igreja. A instrução passou a estar cada vez mais sob a alçada estatal, estabelecendo-se um plano de rede escolar, consoante a densidade populacional. Criaram-se 479 escolas primárias que subiu para 526 em 1773. Mais tarde seria lançado um imposto sobre o consumo, o “subsídio literário”, que financiava estas escolas.

~

2023/07/10

Resumo do Artigo Liceu José Falcão, Coimbra de António Simões Rodrigues (Parte I)



(Imagem da fachada do Liceu José Falcão, Coimbra retirada da internet)

António Simões Rodrigues na sua investigação, *Liceu José Falcão (Coimbra)* apresenta a data de criação do Liceu: 1836 (Decreto-lei de 17 de novembro) e o início de funcionamento do Liceu, no ano letivo de 1836/37.

Designações:

- Nome de origem: Liceu de Coimbra.
- A partir de 1839: Liceu Nacional de Coimbra.
- A partir de 1895: Liceu Central de Coimbra.
- A partir de 1928: Liceu Nacional de Júlio Henrique (continua a existir o Liceu José falcão).

- A partir de 1931: Liceu Normal de José Falcão / Liceu Normal de Júlio Henriques.
- A partir de 1936: Liceu Normal de D. João III (fusão dos anteriores).
- A partir de 1974: Liceu Normal de José Falcão.

Na sua origem o liceu apresenta uma frequência exclusiva masculina, mas a partir do final do século XIX passa a ser misto. Ainda assim, entre os anos letivos de 1934/136 nenhuma aluna manifestou interesse na sua frequência.

O arquiteto responsável pelo edifício foi Carlos Ramos. O edifício construído para o liceu foi inaugurado do dia 16 de outubro de 1936. Foi projetado para 480 alunos, sofrendo obras de ampliação e beneficiação em 1938 e 1968. A sua localização foi, primeiramente, em instalações provisórias, a partir de 1836 o referido liceu ocupa as instalações do Colégio das Artes, em 1860 no Hospital da Conceição e a partir de 1870 no Edifício de S. Bento e, finalmente, em 1936, no Edifício localizado na Av. D. Afonso Henriques.

Reitores do liceu:

- José Manuel de Lemos - 1840-1841;
- Sebastião Correia de Sá e Mendes - 1841-1848;
- João Machado Abreu (Vice-reitor da Universidade) - 1848-1850;
- José Machado de Abreu - 1850-1853;
- Sem reitor - 1853-1854;
- Basílio Alberto de Sousa Pinto - 1859-1863;
- Vicente Ferrer de Neto Paiva - 1863-1864;
- José Ernesto de Carvalho rego (Vice-reitor da Universidade) - 1864-1866;
- António Luís de Seabra - 1866-1868;

- Júlio Máximo de Oliveira Pimental - 1869-1880;
- Luís da Costa Almeida - 1880-1883;
- Raimundo da Silva Mota - 1883-1894;
- António Gonçalves Guimarães - 1895-1898;
- António Garcia de Vasconcelos - 1898-1900;
- Manuel de Azevedo de Araújo Gomes - 1900-1901;
- Manuel Joaquim Teixeira - 1902-1903;
- Luís Santos Viegas - 1903-1905;
- António de Vasconcelos - 1905-1906;
- Luís Santos Veiga - 1906-1908;
- Luís António Trincão - 1908-1909;
- António Tomé - 1909-1912;
- Sílvia Pélico Lopes Ferreira Neto - 1912-1916;
- João Gualberto Barros e Cunha - 1916-1918;
- Alberto Álvaro Dias Pereira - 1918-1926;
- José Custódio de Moraes - 1926-1930;
- Aníbal de Amaral Cabral - 1930-1934;
- Alberto Sá de Oliveira - 1934-1936;
- José Maria Correia Cardoso - 1929-1930;
- José Sousa Vieira - 1930-1931;
- Alberto Cardoso Pires Figueiredo - 1931-1933;
- Alberto Sá de Oliveira - 1933-1934;
- Aníbal do Amaral Cabral - 1934-1936;
- Alberto Sá de Oliveira - 1936-1942;

- Pedro Marques Gomes - 1942-1943;
- Feliciano Ramos - 1943-1946;
- Mário dos santos Guerra - 1946-1969;
- Manuel Dias Vieira - 1969-1974.

O Estudo de António Simões Rodrigues⁸ lista o conjunto de reitores que fizeram parte da escola até 1974, por sua vez, a Divisão de Serviços da Documentação e de Arquivo da Secretaria-Geral da Educação e Ciência apresenta-nos um fundo arquivístico de alguns desses mesmos reitores; cuja organização das séries documentais inventariadas segue a estrutura adotada pela Portaria de Gestão de Documentos n.º 1310/2005, de 21 de dezembro:

Âmbito Cronológico:**Cotas:**

1930-[s.m.]-[s.d.] / 1931-[s.m.]-[s.d.] PT/MESG/AAC/IEL/002/0069/00704

Rodrigues, António Simões (2003). *Liceu José Falcão (Coimbra)*. in: *Liceus de Portugal: histórias, arquivos, memórias*. Lisboa: Edições Asa, pp. 222-232

⁸ Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde é professor e investigador do Instituto de História Económica e Social.

2023/07/13

Recursos Bibliográficos usados na Elaboração do Analítico Liceu José Falcão, Coimbra de António Simões Rodrigues (Parte II)



(Imagem da fachada do Liceu José Falcão, Coimbra retirada da internet)

O dinamismo de uma escola vê-se, *a priori*, pelas suas publicações culturais, pois, estas espelham o dinamismo académico de uma geração e cultura política:

- **O gaiato: revista literária e recreativa dos estudantes.** Coimbra: Liceu Central de Coimbra, 1897.
- **O cábula: periódico dos estudantes do liceu.** Coimbra: Liceu Central de Coimbra, 1899.
- **O clarim: quinzenário dos estudantes do liceu e da universidade.** Coimbra: Liceu Central de Coimbra, 1902.

- **A aurora: semanário literário e noticioso dos estudantes do liceu.** Coimbra: Liceu Central de Coimbra, 1904.
- **A careta: jornal semanal infantil dos estudantes do liceu.** Coimbra: Liceu Central de Coimbra, 1907. (n.º único).
- **O gorro: semanário ilustrado dos alunos do liceu.** Coimbra: Liceu Central de Coimbra, 1909.
- **O elo: semanário dos estuantes do liceu.** Coimbra: Liceu Central de Coimbra, 1909-1910.
- **O académico: jornal** / dirigido por Fernandes Martins. Coimbra: Liceu Central de Coimbra, 1911.
- **O alvorecer: semanário académico dos alunos do liceu.** Coimbra: Liceu Central de Coimbra, 1914.
- **O fantasmas: jornal dos alunos da 5.ª classe do Liceu de Coimbra.** Coimbra: Liceu Central de Coimbra, 1914.
- **O cábula: periódico manuscrito dos estudantes do liceu.** Coimbra: Liceu Central de Coimbra, 1921.
- **O bicho: jornal do Liceu de Coimbra**/ dir. António Pedro da Costa. Coimbra: Liceu Central de Coimbra, 1926. (saíram 4 n.º).
- **O brado académico.** Coimbra: Liceu Nacional de Júlio Henrique, 1930
- **Ensaio: quinzenário da academia liceal** / dir. Políbio Gomes dos Santos. Coimbra: Liceu Nacional de Júlio Henrique, 1932.

- **Alvorada: jornal cultural dos estudantes do José Falcão.** Coimbra: Liceu Nacional de Júlio Henrique/ dir. Fernando Namora, 1935.

- **O estudante.** [jornal dactilografado] / de alunos do D. João III] ; dir. Ilídio Gomes. [Coimbra: **Liceu Nacional D. João III**, ca. 194-].

- **D. Bibas.** [Jornal dactilografado]. Coimbra: Liceu Normal de José Falcão, 1942.

- **A mensagem: jornal do Liceu Nacional D. João III.** Coimbra: Liceu Normal de José Falcão, 1945. (Edição Comemorativa do centenário do nascimento de Eça de Queirós).

- **Revista de finalistas do Liceu D. João III.** Coimbra: Liceu Normal de José Falcão, as. 1952/53 e 1953/54.

- **O pátio: jornal do Centro de Cultura do Estudante do Liceu Normal D. João III.** Coimbra: Liceu Normal de José Falcão, 1964.

Bibliografia usada na elaboração do artigo:

ABREU, José Maria (1864). *Legislação Académica de 1855 até 1864 e suplemento à mesma legislação desde 1772 até 1863.* Coimbra: Imprensa da Universidade.

ANUÁRIO DO LICEU DE COIMBRA. Coimbra: Liceu Nacional de Coimbra, as. letivos 1870/71 - 1979/80; 1900/1912/13.

CATÁLOGO DA BIBLIOTECA DO LICEU NORMAL D. JOÃO III: SÉCULOS XV A XVII. Coimbra [s.n.], 1969.

COIMBRA. AQUIVO HISTÓRICO DA ESCOLA SECUNDÁRIA JOSÉ FALCÃO. *Livros de Actas da Assembleia de Delegados da Associação Escolar do Liceu de Coimbra*, 1936.

COIMBRA. AQUIVO HISTÓRICO DA ESCOLA SECUNDÁRIA JOSÉ FALCÃO.

Livro de Actas da Congregação do Liceu de Coimbra, as. 1840-1858; 1858-1876; 1876-1901; 1901-1912; 1912-1916; 1916-1926; 1926-1924.

COIMBRA. AQUIVO HISTÓRICO DA ESCOLA SECUNDÁRIA JOSÉ FALCÃO.

Livro de Actas do Conselho de Metodólogos do Liceu de Coimbra, [s.d.].

GOMES, J. F. (1984). *Estudos de história pedagógica*. Coimbra: Livraria Almedina

GOMES, J. F. (1980). *Estudos para a história do século XIX*. Coimbra: Livraria Almedina.

GOMES, J. F. (1977). *Dez estudos pedagógicos*. Coimbra: Livraria Almedina.

MATOSO, José (1993). “História de Portugal”. in: *O Liberalismo*, vol. 5 (1993).

RELAÇÃO E ÍNDICES ALFABÉTICO DOS ESTUDANTES MATRICULADOS NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, DE 1820 a 1870. Coimbra Imprensa da Universidade ; Liceu de Coimbra, vol. 13 (1820-1870).

RODRIGUES, Manuel Augusto (1990). *A universidade de Coimbra e os seus reitores: para uma história da instituição*. Coimbra: Arquivo da Universidade.

VASCONCELOS, António de (1938). *Escritos vários*. Coimbra: Coimbra Editora.

David, Artur (2003). *Liceu Nuno Álvares (Castelo Branco)*. In: *Liceus de Portugal: histórias, arquivos, memórias*. Lisboa: Edições Asa, pp. 233-241.

2023/07/17

Peça do mês de julho/2023



Indicador de nível

Instrumento utilizado no âmbito das práticas pedagógicas de Física. Consiste num recipiente com êmbolo interior que se liga a uma vareta graduada, que sobe à medida que os líquidos são introduzidos pela torneira lateral.

Está inventariado com o número ME/400117/26 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária D. Pedro V.

2023/07/20

Educação e Monarquia: D. José I (1714 – 1777)

D. José I (1714-1777), “o Reformador”, era o terceiro filho de D. João V e de D. Maria Ana de Áustria. Subiu ao trono em 1750 e teve um reinado marcado pela crise económica que resultou da concorrência estrangeira pelo domínio das colónias e pela diminuição das remessas do ouro do Brasil.

Ao nível externo, seguiu a política do seu pai, mantendo-se neutro em relação aos conflitos europeus. O absolutismo continuou reforçado com este monarca que decretou algumas medidas radicais contra a nobreza e o clero: expulsão dos Jesuítas e execução de alguns nobres acusados de conspiração, como os Távara.



(Imagem de D. José I retirada da Internet)

O seu homem de confiança foi o primeiro ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal. A sua política teve em conta a reorganização legislativa, económica e social do país.

O acontecimento que marcou todo o seu reinado foi o terramoto de 1755, seguido de um maremoto e de vários incêndios que devastaram a cidade de Lisboa. Graças à rápida ação do Marquês de Pombal, em menos de um ano a baixa da cidade foi totalmente reconstruída. Optou-se por um traçado ortogonal, com ruas direitas, amplas e edifícios semelhantes entre si, usando o método antissísmico conhecido por “gaiola”. Os novos edifícios já tinham saneamento básico. Neste projeto participaram os engenheiros Eugénio dos Santos, Manuel da Maia e Carlos Mardel.

Na sequência deste evento, o Marquês de Pombal aumentou consideravelmente os seus poderes e a sua esfera de influência. Para tal contribuiu o atentado contra o rei em setembro de 1758, na sequência do qual, vários membros da nobreza foram condenados à morte. Em 1759, foram expulsos os Jesuítas.

Apesar deste tipo de política ditatorial, foi nesta época que se aboliu a escravidão em Portugal continental e em que terminou a distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos.

A partir de 1774, D. José foi considerado inapto para governar e a regência foi assumida pela rainha D. Mariana Vitória.

Ao nível educativo, foram várias as medidas tomadas, no sentido de desenvolver a instrução em Portugal. Em 1772 o Marquês de Pombal efetuou uma reforma na universidade: toda a estrutura foi revista, criando-se 6 faculdades, Teologia, Direito Canónico, Direito Civil, Medicina, Matemática e Filosofia. Os programas foram atualizados e recrutaram-se novos professores nacionais e estrangeiros. A orientação desta reforma baseou-se nas ideias iluministas: crítica ao aristotelismo formalista e verbalista e uso do método experimental.

Tentou acompanhar a ciência da época com a criação de um Laboratório Químico, um Jardim Botânico, um Gabinete de Física e um Observatório Astronómico. Pela primeira vez existiam compêndios escolhidos que forneciam aos estudantes as bases das matérias lecionadas.

No que respeita ao ensino das artes, após o terramoto de 1755 foi criada a *Casa do Risco de Lisboa*, que veio substituir a *Aula do Paço da Ribeira*. O seu primeiro chefe foi Eugénio dos Santos.

Em 1762, foi criada a *Real Escola Náutica* no Porto. Em 1763 surgem as *Aulas de Desenho* na Real Fábrica de Sedas; em 1766 na Fábrica de Estuques; e em 1767 na Fábricas das Caixas.

Igualmente em 1766 abriram-se cursos de Desenho e Arquitetura Civil no *Colégio Real dos Nobres* e em 1772, na Universidade de Coimbra. Em 1768, com a fundação da Imprensa Régia, começou a funcionar a *Aula Oficial de Gravura Artística* que funcionou até 1787.

Em meados do século XVIII foi criada uma escola de barristas associada ao Convento de Alcobaça, no âmbito do ensino conventual. O ensino oficial da escultura decaiu devido a questões económicas e à diminuição de encomendas.

Em 1772, com a Carta de Lei de 6 de novembro, o Marquês de Pombal tentou organizar um Sistema Nacional de Ensino, tornando o ensino primário da alçada do Estado. Apesar de tudo, a medida não abrangia toda a população, uma vez que os mais desfavorecidos (assalariados, agricultores ou artesãos) limitavam-se a frequentar as escolas paroquiais.

Embora limitada, esta reforma exigiu uma uniformização na formação e nas competências dos mestres, bem como a criação de um maior número de escolas. O governo criou 479 vagas para mestres, mas a morte do rei inviabilizou o projeto. Nas escolas elementares pombalinas ensinava-se o catecismo, a leitura, a escrita, a aritmética e a gramática, bem como regras de civilidade. A *Real Mesa Censória* inspecionava e selecionava os professores oficiais e particulares.

O ensino elementar destinava-se a alunos do género masculino, uma vez que as mulheres estavam remetidas às tarefas caseiras. Mesmo ao nível de professores, só em 1790 surgiram as primeiras três Mestras.

2023/07/24

Educação e Monarquia: D. Maria I (1734 – 1816)

D. Maria I (1734 – 1816), “a Piedosa”, era filha primogénita de D. José I e de D. Mariana Vitória de Áustria. Casou com o seu tio, D. Pedro III, príncipe consorte, em 1760 e subiu ao trono em 1777.

Ao nível do comércio externo, D. Maria retomou o comércio da rota do cabo, uma vez que Inglaterra e França se encontravam envolvidas nos processos revolucionários. Liberalizou a economia e extinguiu as Companhias do Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba.

Ao nível interno, o Marquês de Pombal foi afastado do governo e os presos políticos foram libertados. Concedeu asilo a vários nobres franceses que fugiram do Terror da Revolução Francesa.

D. Maria fundou várias instituições culturais e de assistência pública: a *Academia Real das Ciências de Lisboa* e a *Academia Real de Marinha* (1779), a *Casa Pia de Lisboa* (1780) e a *Real Biblioteca Pública da Corte* (1796). A Casa Pia foi verdadeiramente inovadora, uma vez que se destinava à educação de crianças órfãs ou financeiramente muito desfavorecidas. Fez igualmente intervenções em vários edifícios, nomeadamente no palácio de Queluz.



(Imagem de D. Maria I retirada da Internet)

A par destas instituições, D. Maria mandou edificar a Basílica da Estrela e o Teatro de S. Carlos em Lisboa. No Porto, construiu o Hospital de Santo António e o Teatro de São João.

A partir de 1792, D. Maria foi considerada mentalmente instável e foi o seu filho que se encarregou dos assuntos de Estado. Em 1799 foi D. João que assumiu o cargo de regente. Em 1807, em virtude das invasões francesas, D. Maria embarcou para o Brasil, juntamente com a família real, onde viria a falecer.

No que respeita às políticas educativas, depois da morte de D. José I muitas escolas primárias foram encerradas e outras entregues a religiosos. O governo tendeu a valorizar o ensino da formação profissional qualificada. Devido a este desinteresse pela instrução elementar, a *Junta das Escolas* pediu, em 1801, a criação de 200 escolas. Foram abertas apenas 21. A abertura de escolas particulares foi dificultada pelo governo.

Relativamente ao ensino artístico, em 1779 os estudos da *Real Escola Náutica do Porto* foram ampliados e em 1780 criou-se a *Aula de Desenho e Debuxo*. Em 1803 foi incorporada na *Academia Real de Marinha e Comércio*, com diretores

como Vieira Portuense e Domingos Sequeira. Nos reinados seguintes, em 1836 com D. Maria II passou para a Academia de Belas Artes e em 1881, com D. Luís deu origem à atual Escola de Belas Artes.

Em 1780 surgiu a aula de *Desenho na Casa Pia*. Neste ano, Volkmar Machado fundou a *Academia do Nu* no Palácio de Gregório de Barros e Vasconcelos. Com a morte do proprietário, passaram para o Palácio de Pina Manique, com professores como Machado de Castro e Pedro Alexandrino.

Em 1781 J. Carneiro da Silva, incentivou a criação da *Aula Régia de Desenho*, com *Desenho Histórico ou de Figura* e *Desenho de Arquitetura Civil*, a cargo de José da Costa e Silva. Tratava-se de um ensino público. Aqui os alunos aprendiam aritmética e geometria elementar. Posteriormente passavam a copiar desenhos de arquitetos e estudavam noções de perspetiva. Domingos Sequeira estudou aqui.

Em 1802 a *Gravura Artística* reabriu com F. Bartolozzi e separou-se da *Imprensa Régia* em 1805. No reinado de D. João VI em 1823 passará para a Intendência das Obras Públicas. Ainda em 1802 tentou renovar-se o ensino da pintura na escola que se destinava às obras do Palácio da Ajuda.

Apesar da intervenção do estado, a ação dos mestres foi muito importante. Durante o século XVIII, André Gonçalves teve vários alunos.

2023/07/27

Educação e Monarquia: D. João VI (1767 – 1826)

D. João VI (1767 - 1826), “o Clemente”, era o segundo filho de D. Maria I e de D. Pedro III. Em 1785 casou com D. Carlota Joaquina Teresa Caetana de Bourbon e Bourbon.

Em 1807 foi forçado a exilar-se no Brasil, juntamente com toda a família real, em virtude das Invasões Francesas. A corte chegou ao Brasil em janeiro de 1808.

A falta de infraestruturas para acomodar os membros da família real fez com que D. João tivesse que optar pela criação de várias instituições e serviços públicos, fomentando a economia, a cultura e as artes. Estes avanços foram precisamente a base da premente autonomia do Brasil.

Após um período de regência, com a morte de D. Maria em 1816, D. João foi aclamado rei.

O monarca tinha uma orientação liberal e iluminista e foi auxiliado por vários intelectuais no governo do reino, como foi o caso de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Uma das preocupações foi implementar formas de incrementar o desenvolvimento económico da nação e o seu progresso cultural.

A *Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica para o Desenho, Gravura e Impressão das cartas Hidrográficas, Geográficas e Militares*, criada em 1798 por D. Maria I, ganhou um elevado destaque com D. João VI. O seu objetivo era a produção mapas e cartas náuticas de todo o Império. A *Casa Literária do Arco do Cego* (1789 – 1801) realizava e publicava estudos sobre a agricultura, as manufaturas, as ciências e as artes.



(Imagem de D. João VI retirada da Internet)

A situação em Portugal estava caótica: não havia alimentos, o comércio decaiu e a balança comercial encontrava-se em défice. As tropas francesas humilharam os habitantes e tiveram ações extremamente agressivas. Inglaterra mandou tropas para Portugal para reorganizar o exército e proceder à defesa de pontos estratégicos. A guerra, a fome, a doença e o exílio fez com que Portugal perdesse cerca de 1/6 da população. O general William Beresford tornou-se chefe do exército, mas acabou por ter amplos poderes, reprimindo qualquer revolta liberal. Para tornar esta situação ainda mais angustiante o Brasil abriu os seus portos a todas as nações em 1810 e foi elevado á categoria de reino em 1815.

Esta situação (a ausência do rei, a ineficácia da regência, os problemas económicos e sociais e a difusão das ideias liberais) fizeram com que se desse a Revolução de 1820, ou seja, um pronunciamento militar que teve origem no Porto, mas que se entendeu a Lisboa. O objetivo era eleger Cortes Constituintes e elaborar uma Constituição, como viria a suceder em 1822.

D. João regressou a Portugal em 1821 e jurou a Constituição. Em 1822, D. Pedro, o príncipe herdeiro que tinha ficado no Brasil, declara a independência desta ex-colónia.

Em Portugal, a situação estava marcadamente instável: o infante D. Miguel tentou executar movimentos militares para impor o absolutismo. D. João conseguiu resolver a situação e D. Miguel foi exilado. Em 1826, o rei faleceu e entregou a regência do reino à infanta D. Isabel Maria, em nome de D. Pedro.

A ação educativa e cultural de D. João no Brasil foi absolutamente vital para o desenvolvimento do país: criou a Imprensa Régia, o Jardim Botânico, o Arsenal da Marinha, a Fábrica de Pólvora, o Corpo de Bombeiros. Desenvolveu uma rede de escolas e fundou várias sociedades e academias para estudos literários, artísticos e científicos.

Devido à revolução liberal de 1820, a estrutura do ensino oficial foi profundamente afetada. Nas Cortes de 1821 declarou-se a necessidade de investir no ensino obrigatório e gratuito para todos os cidadãos. No entanto, a Constituição de 1822 não contemplou a obrigatoriedade escolar nem o direito ao ensino.

A organização do ensino em Portugal teve, desde sempre, vários problemas: má distribuição da rede escolar, falta de professores e desinteresse. Os liberais preocupavam-se com a instrução pública pois a escola formava os cidadãos, aptos a cumprir os seus deveres cívicos.

O plano de reforma do ensino surgiu de forma mais clara num folheto publicado por Mouzinho de Albuquerque em 1823. Os Liceus deviam substituir parcialmente os estudos menores. As escolas secundárias formariam alunos para o acesso a lugares na administração e os liceus encaminhariam para a universidade. O currículo incluía latim, grego, lógica e retórica, às quais de juntaram a matemática, a física, a química e línguas estrangeiras. Apesar dos esforços, o plano não passou do papel.

No que respeita à instrução elementar, a revolução liberal prometeu educação generalizada, mas as dificuldades financeiras inviabilizaram o projeto. Entre

1823 e 1834, as escolas particulares foram extintas, bem como muitas escolas públicas devido aos conflitos entre liberais e absolutistas.

Ao nível do ensino artístico, Machado de Castro, que tinha estudado em Mafra, veio para Lisboa em 1770 e aqui organizou a *Aula de Escultura* de Lisboa. Em 1823 integrou-se na *Aula Régia de Desenho* em 1836 na Academia.

2023/07/31

Exposição virtual: "Arquitetura: do Românico ao Barroco"

O Românico foi o primeiro estilo artístico da Cristandade Ocidental, congregando elementos romanos, germânicos, bizantinos, islâmicos e arménios. Devido ao importante papel desempenhado pela Igreja, privilegiou-se a construção de edifícios religiosos como mosteiros, igrejas ou catedrais. A planta era normalmente composta por três a cinco naves e o estilo acentuadamente defensivo. A arte deste período é indissociável da religião cristã, pedagógica, com figuras lineares e sem perspetiva.

O Gótico afirmou-se na Europa dos séculos XII a XIV e teve uma estética de elevação espiritual, caracterizando-se pela construção de catedrais: uso do arco ogival, da abóbada de nervuras cruzadas e dos contrafortes. A planta adota a cruz latina, com três naves. A arte continua a representar temas da Bíblia, com uma função de ensino dos fundamentos do Cristianismo. Surge uma inovação neste período que foi o uso do vitral.

O Renascimento surgiu no século XV prolongando-se até ao século XVII, retomando a arquitetura da Antiguidade Clássica: a busca da perfeição e da harmonia, a disposição ordenada dos elementos, os arcos de volta perfeita, a utilização da perspetiva e da proporção e a presença de aspetos humanistas. As artes tornam-se independentes da arquitetura. São construídas igrejas, catedrais, palácios e fortalezas.

O Barroco apareceu em finais do século XVII, com a consolidação das monarquias absolutas. Tinha como características a representação realista, a procura do movimento, os contrastes luminosos e o gosto pelo teatral. Continuaram-se a construir igrejas e palácios, com traçados geométricos, dinâmicos e formas curvas e ovais, abandonando-se os esquemas de composição mais rígidos.

Nesta exposição, que inclui várias imagens parietais, são representados os vários estilos arquitetónicos, para visualização e aprendizagem em História da Arte.



Imagem parietal de arquitetura/Românica

ME/400180/4

Escola Secundária Eng. Acácio Calazans Duarte

Imagem parietal de arquitetura românica utilizada como apoio visual para as matérias de História e História da Arte. Trata-se de uma perspetiva de um claustro, vendo-se quatro colunas com diferentes tipos de capitéis, dos simples, sem decoração, aos vegetalistas e geometrizarantes, com elementos entrelaçados. No lado esquerdo, pode observar-se uma igreja românica de três naves, com dois campanários, junto à abside. Na parede do claustro, está patente uma planta cruciforme de igreja românica e mais ao fundo uma abóbada de berço. No chão, do lado direito, destacam-se duas pedras tumulares, emolduradas com motivos florais esculpidos. Ao fundo do claustro destaca-se a arcada de volta inteira.



Imagem parietal de arquitetura/Românica

ME/400180/5

Escola Secundária Eng. Acácio Calazans Duarte

Imagem parietal de arquitetura românica utilizada como apoio visual para as matérias de História e História da Arte. Trata-se do interior de uma igreja com perspetiva focada na nave central. Lateralmente (em ambos os lados) observam-se colunas monocilíndricas que suportam arcos de volta perfeita. O teto é plano e decorado com frescos. No conjunto destaca-se uma exuberante decoração com frescos iconográficos, policromados, predominando os tons ocre e azul. As personagens inscrevem-se em largas bandas horizontais. No nível superior observam-se janelões com arcos de volta perfeita. Ao fundo, ao centro, vemos o altar-mor e duas representações de Cristo. É notória a influência bizantina em todo o conjunto.



Imagem parietal de arquitetura/Gótica

ME/400180/2

Escola Secundária Eng. Acácio Calazans Duarte

Imagem parietal de arquitetura gótica utilizada como apoio visual para as matérias de História e História da Arte. Trata-se do interior de uma catedral gótica, com perspetiva focada na nave central. À esquerda, observa-se uma sequência de colunas, com base, fuste e capitel, ornadas com estatuária iconográfica, fazendo o suporte ao arcaria em ogiva e respetiva abóbada, com cruzamentos nervurados. Na galeria superior de circulação, observam-se colonatas, vitrais e pequenas rosáceas. Do lado direito, simétrica sequência de colunas e estatuária diferenciada. Ao centro, destaque para a abside profusamente iluminada com vitrais e representação estilizada do altar. No plano inferior, ilustração do pavimento e bancos dispostos simetricamente. Percebe-

se, no conjunto, a intenção de realçar a verticalidade das formas, com valorização da altura. Predominam os tons cinza e pedra, já esbatidos.



Imagem parietal de arquitetura/Gótica

ME/400180/7

Escola Secundária Eng. Acácio Calazans Duarte

Imagem parietal de arquitetura gótica utilizada como apoio visual para as matérias de História e História da Arte. Trata-se de uma representação de um conjunto arquitetónico constituído por edifícios civis e religiosos, de estilo gótico, ladeando uma ampla praça. À esquerda, imponente edifício em arcada, aparentemente sede do poder político comunal, a julgar pelas insígnias esculpidas em pedras de armas, formando um friso por cima do arco inferior. Destacam-se arcos em ogiva e pináculos de pedra rendilhada. Ainda à esquerda, mas em segundo plano, outro edifício evidencia idênticos elementos arquitetónicos. Ao centro, em destaque, está representada uma catedral exemplificativa desta nova estética: percebe-se a intenção de valorizar a altura; observam-se arcos em ogiva, duas torres encimadas por pináculos, uso de vitrais e pequenas rosáceas. O alçado lateral evidencia arcos botantes. À direita, quatro edifícios completam o conjunto, sendo o primeiro muito mais pormenorizado do

que os restantes: cinco pisos com arcos ogivais, vitrais, rosáceas e pináculos. No centro do quadro, em primeiro plano, uma pequena torre concentra todos os elementos arquitetónicos já referidos. Num plano posterior, visualiza-se um casario urbano e, no cimo de um monte, uma representação muito simplificada de uma construção conventual.



Imagem parietal de arquitetura/Renascentista

ME/400180/11

Escola Secundária Eng. Acácio Calazans Duarte

Imagem parietal de arquitetura renascentista utilizada como apoio visual para as matérias de História e História da Arte. Na imagem estão representados alguns edifícios e elementos arquitetónicos do Renascimento bem como da escultura. No lado direito perfilam-se três edifícios civis do Renascimento nórdico, enquanto do lado esquerdo se situam edifícios de aparência italiana. No centro, está representado o monumento equestre a Bartolomeo Colleoni, de Andrea del Verrochio.

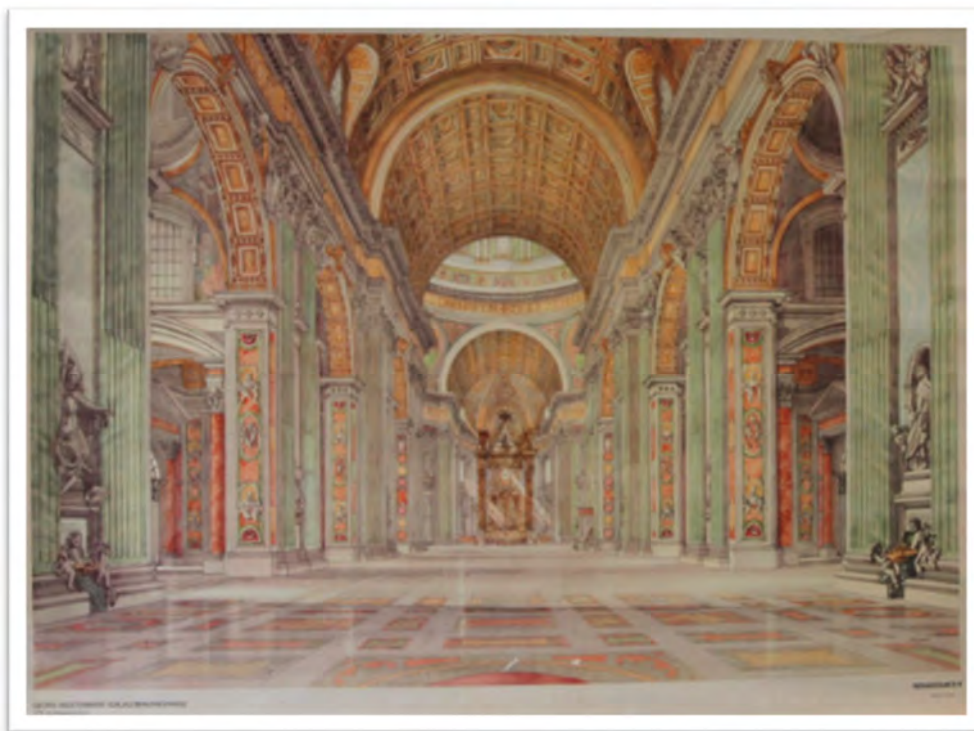


Imagem parietal de arquitetura/Renascentista

ME/400180/3

Escola Secundária Eng. Acácio Calazans Duarte

Imagem parietal de arquitetura renascentista utilizada como apoio visual para as matérias de História e História da Arte. Trata-se do interior de uma igreja renascentista, provavelmente o interior da Basílica de S. Pedro em Roma, com perspectiva focada na nave central. À esquerda e à direita, observa-se uma sequência de colunas e arcadas ornadas com baixo-relevo. Na nave central fica em destaque o teto, profusamente trabalhado e pavimento, dando uma sensação de profundidade. Predominam os tons laranja e vermelho da decoração que contrastam com o cinzento esverdeado da pedra utilizada na construção. A arquitetura renascentista retoma o modelo arquitetónico da cruz grega, coroado por uma cúpula, notando-se o abandono da verticalidade das igrejas góticas. Há um maior dinamismo atribuído aos espaços internos e às fachadas.



Imagem parietal de arquitetura/Barroca

ME/400180/6

Escola Secundária Eng. Acácio Calazans Duarte

Imagem parietal de arquitetura barroca utilizada como apoio visual para as matérias de História e História da Arte. Trata-se de uma representação de interior barroco europeu, com colunas de cores diferentes e tetos ricamente decorados, com aplicações em relevos e pinturas, que conferem grande dinamismo e emotividade à imagem. O barroco nasce marcado pela reação da Igreja Católica ao movimento protestante. O desenvolvimento dos regimes absolutistas vai igualmente contribuir para o florescimento deste estilo, caracterizado, em traços gerais, pela monumentalidade das dimensões, opulência das formas e excesso de ornamentação.



Imagem parietal de arquitetura/Barroca

ME/400180/8

Escola Secundária Eng. Acácio Calazans Duarte

Imagem parietal de arquitetura barroca utilizada como apoio visual para as matérias de História e História da Arte. Trata-se de uma representação de vários edifícios e elementos da arquitetura barroca europeia. Ao centro e em primeiro plano observa-se um jardim com uma balaustrada na entrada. Mais ao longe, vê-se outro jardim, de tipologia diferente e mais à direita, numa colina, observa-se uma representação do que parece ser o Mosteiro de Melk, na Áustria, de Jakob Prandtauer. O barroco nasce marcado pela reação da Igreja Católica ao movimento protestante. O desenvolvimento dos regimes absolutistas vai igualmente contribuir para o florescimento deste estilo, caracterizado, em traços gerais, pela monumentalidade das dimensões, opulência das formas e excesso de ornamentação.

2023/08/03

Resumo do Artigo Liceu D. Maria, Coimbra de Maria Judite Seabra (Parte I)



(Imagem da fachada do Liceu Infanta D. Maria, Coimbra retirada da internet)

Judite Seabra na sua investigação apresenta data chave da criação e funcionamento do Liceu Infanta D. Maria: Criação: 1918 (Decreto-lei de 14 de julho) e início de funcionamento no ano letivo de 1918/19.

Designações:

- Nome de origem: Liceu Feminino de Coimbra;
- A partir de 1919: Liceu Nacional Infanta D. Maria.

Desde a sua origem que foi um liceu de frequência feminina. A sua localização começou por ser em instalações provisória, a partir de 1919 passa a instala-se numa Casa particular na Avenida Sá da bandeira, n.º 111. A partir de 1932 ocupa a Quinta da rainha (local da atual Maternidade e Centro de saúde e Assistência Materno-Infantil Bissaya Barreto). Mais tarde, em 1937 a escola ocupa o Edifício

de S. Bento. Em 1948, localiza-se na quinta do Gavino - Calhabé (atual Rua Infanta D. Maria).

O edifício construído de raz para o Liceu foi inaugurado no dia 1 de outubro de 1948, projetado para 560 alunas pelo Arquiteto Fernando de Sá. O projeto aprovado em 1938, e alterado pelo Arquiteto Francisco Assis em 1944.

Reitores do Liceu Infante D. Maria:

- António de Almeida e Sousa - 1919-1910;
- Maria Emília Salvador - 1920-1921;
- Susana Rodrigues de Carvalho - 1922-1928;
- Maria Teresa Silva Basto - 1928-1929;
- Elisa Figueira - 1929-1937;
- Dionysia Camões - 1937-1966;
- Amélia Rosa Matos - 1966-1972;
- Alice Gouveia - 1972-1974.

A Investigação de Maria Judite Seabra ⁹ transcreve uma listagem dos reitores que fizeram parte da escola até 1974, por sua vez, a Divisão de Serviços da Documentação e de Arquivo da Secretaria-Geral da Educação e Ciência apresenta-nos um fundo arquivístico de alguns desses mesmos reitores; cuja organização das séries documentais inventariadas segue a estrutura adotada pela Portaria de Gestão de Documentos n.º 1310/2005, de 21 de dezembro:

⁹ Doutora em educação coma tese de doutoramento: *Os liceus na sociedade coimbrã (1840-1930)*. Coimbra: Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Dissertação de Doutoramento em História e Filosofia da Educação.

Âmbito cronológico:

Cota:

1939-[s.m.]-[s.d.] / 1940-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0012/00077
1937-[s.m.]-[s.d.] / 1938-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0004/00026
1938-[s.m.]-[s.d.] / 1939-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0009/00057
1941-[s.m.]-[s.d.] / 1942-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0014/00091
1942-[s.m.]-[s.d.] / 1943-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0015/00103
1955-[s.m.]-[s.d.] / 1956-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0052/00455
1944-[s.m.]-[s.d.] / 1945-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0023/00147
1958-[s.m.]-[s.d.] / 1959-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0057/00516
1940-[s.m.]-[s.d.] / 1941-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0018/00114
1957-[s.m.]-[s.d.] / 1958-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0055/00503
1943-[s.m.]-[s.d.] / 1944-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0021/00129
1959-[s.m.]-[s.d.] / 1960-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0060/00551
1954-[s.m.]-[s.d.] / 1955-[s.m.]-[s.d.]	PT/MESG/AAC/IEL/002/0050/00425

Os *relatórios de reitor*, grosso modo, são uma apreciação das condições pedagógicas das instalações e do material de ensino; emissão de pareceres didáticos; estudo do rendimento do ensino em cada liceu e sua correlação com os professores; elaboração de estatísticas; classificação do serviço dos professores; realização de inquéritos e sindicâncias; instrução de processos movidos a professores, etc.

Seabra, Maria Judite (2003). *Liceu Infanta D. Maria (Coimbra)*. In: *Liceus de Portugal: histórias, arquivos, memórias*. Lisboa: Edições Asa, pp. 202-219.

2023/08/07

Recursos Bibliográficos usados na elaboração do Analítico Liceu Infanta D. Maria, Coimbra (Parte 2)



(Imagem da fachada do Liceu Infanta D. Maria, Coimbra retirada da internet)

Apresenta a bibliografia usada por Maria Judite Seabra na elaboração do seu estudo *Liceu Infanta D. Maria*. Na presente bibliografia descascam-se muitas referências bibliográficas do próprio Arquivo da Escola Secundária Infanta D. Maria. Os relatórios dos reitores investigados encontram-se à guarda da Secretaria-Geral da educação e Ciência, na Divisão de Serviços de Documentação e de Arquivo.

Os estudos sobre arquivos escolares atualmente têm adquirido relevância no campo da história da educação. Com base na análise dos arquivos e dados escolares, poder-se-á compreender determinado período histórico e reinterpretar o passado, assim como entender as transformações nos processos de escolarização e do posicionamento das escolas como lugares de memória.

Bibliografia:

ARQUIVO PARTICULAR DA FAMÍLIA DIONYSIA CAMÕES [Manuscrito].

Verso contendo um pedido de uma professora à reitora [cedido]. [s.d.].

AVEZEDO, Rodrigo (1993). *Os alunos do Liceu de Braga*. Braga: Câmara Municipal de Braga.

COIMBRA. ARQUIVO DA ESCOLA SECUNDÁRIA INFANTA D. MARIA. *Livro de actas das Sessões do Conselho Administrativo.* [s.d.].

COIMBRA. ARQUIVO DA ESCOLA SECUNDÁRIA INFANTA D. MARIA. *Livro de actas do Conselho Escolar.* [s.d.].

COIMBRA. ARQUIVO DA ESCOLA SECUNDÁRIA INFANTA D. MARIA. *Livro de actas das sessões culturais.* [s.d.].

COIMBRA. ARQUIVO DA ESCOLA SECUNDÁRIA INFANTA D. MARIA. *Livro de termos de matrícula.* [s.d.].

COIMBRA. ARQUIVO DA ESCOLA SECUNDÁRIA INFANTA D. MARIA. *Livros de auto de posso.* [s.d.].

COIMBRA. ARQUIVO DA ESCOLA SECUNDÁRIA INFANTA D. MARIA. *Livros de termos de exames.* [s.d.].

COIMBRA. ARQUIVO DA ESCOLA SECUNDÁRIA INFANTA D. MARIA. *Livros de frequências.* [s.d.].

COIMBRA. ARQUIVO DA ESCOLA SECUNDÁRIA INFANTA D. MARIA. *Livros do cadastro de pessoal.* [s.d.].

COIMBRA. ARQUIVO DA ESCOLA SECUNDÁRIA INFANTA D. MARIA. *Livros referentes às exposições.* [s.d.].

COIMBRA. ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. *Processos de inscrição dos alunos na Faculdade de Letras.* [s.d.].

COIMBRA. ARQUIVO DA ESCOLA SECUNDÁRIA INFANTA D. MARIA. *Relatórios da reitora.* [s.d.].

COSTA, D. António da (1893). *A mulher em Portugal.* Lisboa: Livraria Féran.

CUNHA, Pedro José da (1916). *O ensino secundário do sexo feminino em Portugal.* Separata Educação Geral e Técnica. Lisboa: Cada Portuguesa.

GRAÍNHA, M. Borges (1905). *A Instrução secundária de ambos os sexos no estrangeiro e em Portugal.* Lisboa: Tipografia Universal.

LA FUENTE, Maria Rosa (1989). *O ensino secundário feminino: os primeiros vinte anos da Escola Maria Pia.* Lisboa: M. La Fuente.

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

LISBOA. ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Liceus “Criação, categorias e denominação”, Lisboa Secção do Ensino Secundário* [s. d.].

LISBOA. ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Relatórios de reitores, Liceu da Infanta D. Maria.* Lisboa. [s. d.].

LISBOA. ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Relatório dos reitores, Liceu da Infanta D. Maria.* [s. d.].

MACHADO, Bernardino (1899). *O ensino primário e secundário.* Coimbra: Tipografia França Amado.

OSÓRIO, Ana de Castro (1905). *Às mulheres portuguesas*. Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso.

PESRANA, Alice (1892). “O que deve ser a instrução secundária da mulher”. In: *Actas do Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano*. Lisboa: [s. n.]. 1892.

PORTUGAL. MISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS (1948). *8.º Relatório dos trabalhos realizados em 1947/48 em cumprimento dos programas aprovados pela Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário*. Lisboa: Mistério das Obras Públicas.

ROCHA, Maria Cristina Tavares Teles da (1881). *A educação feminina entre o particular e o público*. Lisboa: M. C. Teles da Rocha.

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

SEABRA, Maria Judite (1998). “O destino escolar no feminino: do Liceu de Coimbra à universidade, durante a 1.ª República”. In: *Actas do 1.º Congresso Luso-Brasileiro de História de Educação: Leitura e Escrita em Portugal e no Brasil 1500-1970*, vol. 3 (1998).

SEABRA, Maria Judite (1999). *Os liceus na sociedade coimbrã (1840-1930)*. Lisboa: M. Judite Seabra.

Tese de Doutoramento apresentada à universidade de Lisboa.

SEABRA, Maria Judite (1983). *A mulher e o dote na segunda metade do século XVIII*. Separata Antropologia Portuguesa. Coimbra: Universidade, Instituto de Antropologia, vol. 1 (1983).

Seabra, Maria Judite (2003). *Liceu Infanta D. Maria (Coimbra)*. In: *Liceus de Portugal: histórias, arquivos, memórias*. Lisboa: Edições Asa, pp. 220-221.

2023/08/10

Exposição Virtual: "Os Cinco Sentidos no Museu Virtual da Educação"

O corpo humano possui cinco sentidos que são a visão, audição, paladar, olfato e tato. Através dos recetores sensoriais conseguimos ter uma perceção do meio ambiente que nos rodeia: estes recebem o estímulo exterior, transformando-o num impulso nervoso que é enviado ao cérebro e interpretado pelo sistema nervoso.

Através da visão captamos os estímulos luminosos e conseguimos perceber imagens. O olho, dotado de células fotossensíveis na retina, é o recetor destes estímulos que nos permitem compreender formas e cores. A mensagem recebida é enviada ao cérebro que a descodifica.

A audição recebe as ondas sonoras e através dela conseguimos captar os sons existentes no meio ambiente.

O paladar permite diferenciar os sabores e a temperatura e está diretamente relacionado com o olfato. As papilas gustativas, células sensoriais, encontram-se na língua, palato, faringe, epiglote e laringe.

O nariz é o órgão responsável pela captação de partículas que nos permitem diferenciar os cheiros presentes no ar. Através dos quimiorrecetores os seres humanos conseguem cheirar até 10 mil odores diferentes.

O tato distribui-se pelo nosso corpo ao longo da pele e das mucosas. Através dele conseguimos sentir pressão, dor, variação da temperatura, entre outros.

Nesta exposição, da qual constam várias imagens parietais, podemos observar a constituição do olho humano, do ouvido, da pele, da língua e do sistema olfativo, bem como a articulação deste com o sistema nervoso central.



Imagem parietal do corpo humano/Órgãos dos sentidos

ME/342129/39

Escola Secundária Marquesa de Alorna

Quadro parietal em relevo do corpo humano utilizado para ilustrar as aulas de Ciências Naturais, numa representação do globo ocular, ouvido e pele (corte transversal). Apresenta a legenda em francês no canto superior esquerdo.

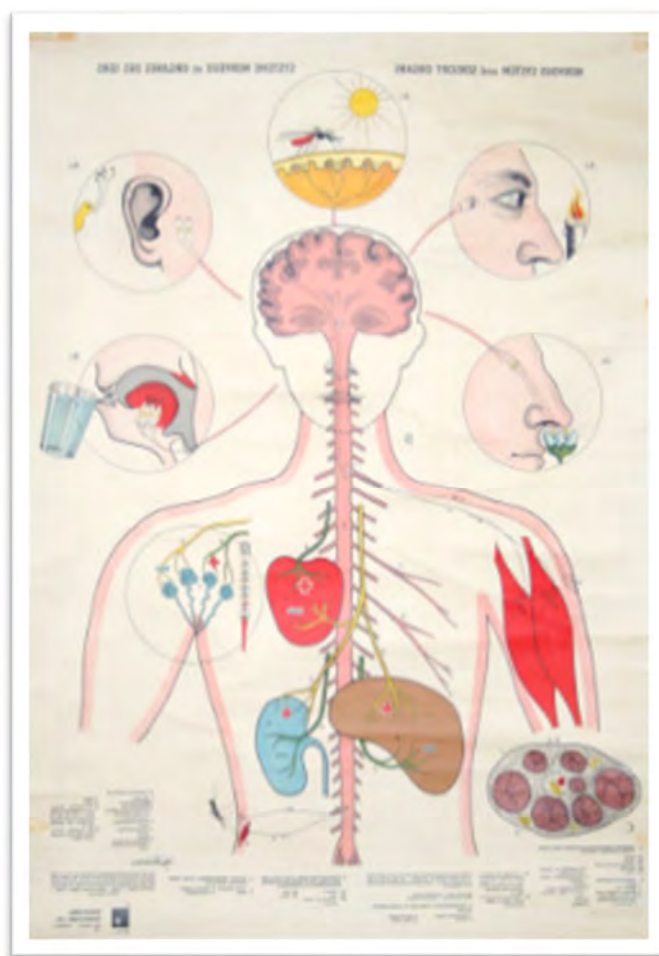


Imagem parietal do corpo humano/Sistema nervoso e órgãos dos sentidos

ME/400129/148

Escola Secundária D. Sancho II

Quadro parietal com a representação esquemática da relação entre os vários órgãos dos sentidos com o sistema nervoso.

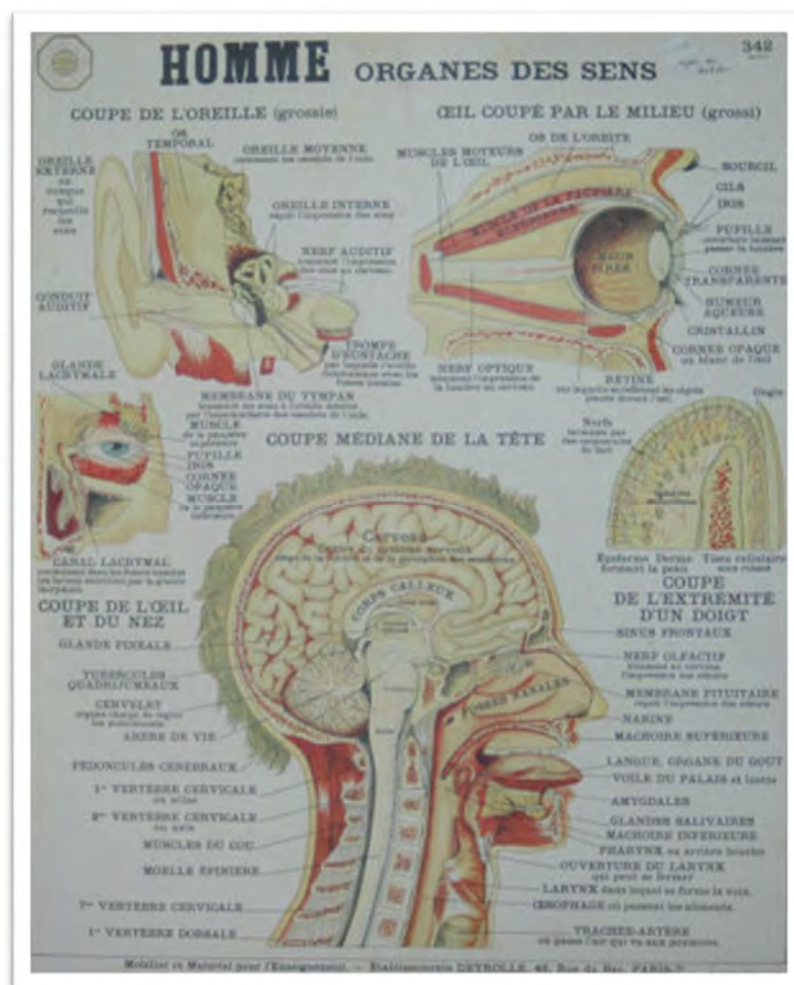


Imagem parietal do corpo humano/Órgãos dos sentidos

ME/400129/221

Escola Secundária D. Sancho II

Imagem parietal, representativa dos órgãos dos sentidos, utilizada para ilustrar matérias lecionadas nas aulas de Ciências Naturais. Podemos observar os diversos órgãos dos sentidos, através de cinco imagens totalmente identificadas, em corte e aumentadas, incluindo o sistema auditivo, o olho, o corte transversal de um dedo e da cabeça humana.

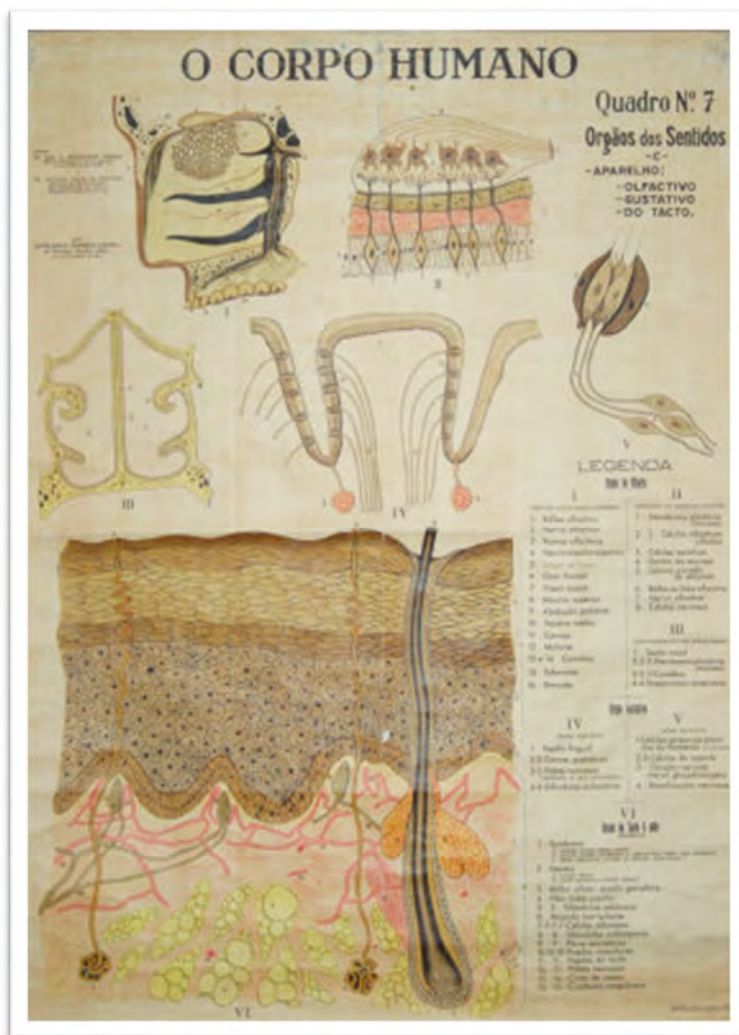


Imagem parietal do corpo humano/Órgãos dos sentidos

ME/400439/237

Escola Secundária Sebastião e Silva

Quadro utilizado em contexto pedagógico, para apoio visual nas aulas de Biologia. O título encontra-se no topo da imagem, e tem a designação de Quadro nº. 7, representando os órgãos dos sentidos, nomeadamente o aparelho olfativo, gustativo e do tato. Os desenhos apresentam imagens ampliadas e coloridas, em fundo creme, de grande rigor. Apresenta os vários aspetos dos diversos órgãos através de uma imagem geral a que se juntam outras com os pormenores. Tem ainda uma legendagem exaustiva, junto ao canto inferior direito.



Imagem parietal do corpo humano/Órgãos dos sentidos

ME/400257/54

Escola Secundária Infanta D. Maria

O quadro servia para ilustração das aulas de Biologia. Estão representados os órgãos dos sentidos: olfato, paladar e tato, cujas ilustrações estão dispostas na vertical. O quadro apresenta uma esquadria a negro sobre fundo claro. À esquerda, apresenta 5 ilustrações sobre o olfato; ao centro encontram-se 8 ilustrações do paladar e à direita, 6 ilustrações do tato. Cada ilustração apresenta a respetiva identificação.

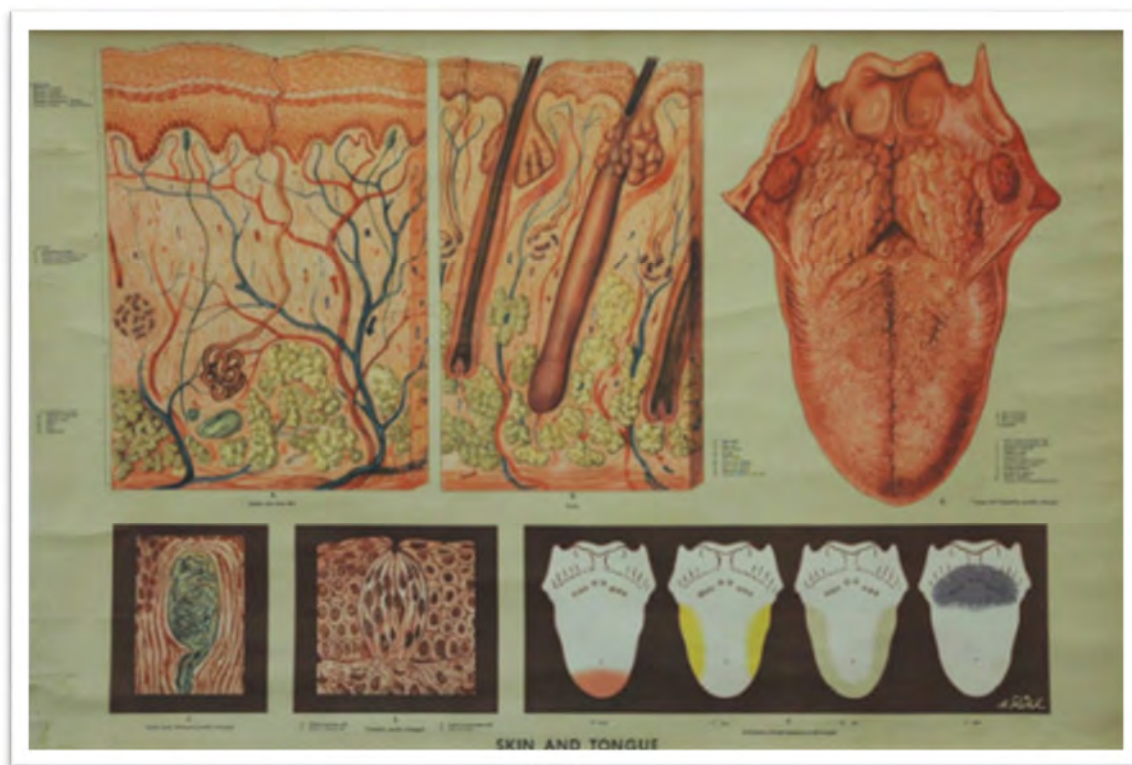


Imagem parietal do corpo humano/Órgãos dos sentidos

ME/401018/46

Escola Secundária de Bocage

O quadro representa em A- corte da pele onde é visível: a) epiderme (com camada córnea, granulosa, espinhosa e camada basal; b) derme (constituída por glândulas sebáceas, nervos, vasos sanguíneos); c) hipoderme (constituída por tecido adiposo glândulas sudoríparas, vasos sanguíneos); B- corte da pele colocando em evidência o pelo; C- corte do corpúsculo de Meissner; D- língua e epiglote; E- detalhe do botão gustativo; F- áreas do paladar da língua 16- doce, 17- ácido, 18- sal, 19- amargo.

2023/08/14

Peça do mês de agosto/2023



Lanterna de Reuter

Lanterna de Reuter utilizada no Laboratório de Físico para a prática pedagógica.

Está inventariado com o número ME/401250/884 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária D. Dinis.

2023/08/17

Educação e Monarquia: D. Pedro IV (1798 – 1834)

D. Pedro IV (1798 - 1834), “o Rei Soldado”, era filho de D. João VI e de D. Carlota Joaquina. Embarcou para o Brasil juntamente com a família real, no seguimento das invasões francesas. Em 1818 casou com D. Maria Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo. Deste casamento nasceram D. Maria da Glória, futura D. Maria II de Portugal e Pedro, futuro D. Pedro II, Imperador do Brasil.

Aquando da vinda do seu pai, D. João VI, a Portugal para jurar a Constituição de 1822, D. Pedro permaneceu no Brasil, assegurando a regência. Acabou por liderar o movimento independentista brasileiro, declarando a sua independência a 7 de setembro de 1821.



(Imagem de D. Pedro IV retirada da Internet)

Com a morte de D. João em 1826, a regência de Portugal fica nas mãos da infanta D. Isabel Maria. D. Pedro decidiu abolir a Constituição de 1822 e outorgou aos portugueses a Carta Constitucional de 1826. Abdicou do trono português a favor da sua filha D. Maria da Glória que tinha, nessa altura, apenas 7 anos. Determinou que D. Maria casaria com o seu tio D. Miguel que se encontrava exilado e que este deveria jurar a Carta Constitucional.

D. Miguel jurou a Carta, mas pouco tempo depois (1827) repôs o absolutismo em Portugal, faltando ao compromisso assumido. A maior parte dos liberais foram perseguidos e muitos tiveram de se exilar.

Em virtude desta situação, D. Pedro abdicou do trono do Brasil a favor do seu filho, D. Pedro II (1831), e partiu para Portugal, onde reuniu um exército fiel à causa liberal. Desembarcou no Porto e deu-se início à Guerra Civil que opôs liberais e absolutistas. Esta guerra só terminará em maio de 1834 na Convenção de Évora-Monte: D. Miguel foi expulso de Portugal e a Carta Constitucional foi reposta. As Cortes de 1834 confirmaram a regência de D. Pedro, que viria a falecer um mês depois.

No que respeita a políticas educativas, a Carta Constitucional de 1826 instituiu a frequência da instrução primária obrigatória para todos os cidadãos. Foram constituídos os primeiros currículos que se centravam na aquisição de conhecimentos básicos de leitura, escrita e aritmética.

2023/08/21

Educação e Monarquia: D. Maria II (1819 – 1853)

D. Maria II (1819 - 1853), “a Educadora”, era filha de D. Pedro IV e de D. Leopoldina de Áustria. Em 1826, o seu pai abdicou da coroa portuguesa a seu favor, sendo que D. Maria tinha apenas sete anos. Como contrapartida outorgou a Carta Constitucional ao país e estabeleceu o casamento da filha com o tio, D. Miguel, exilado no estrangeiro.

D. Miguel regressou, celebrou esponsais com D. Maria em 1828 e jurou fidelidade à Carta Constitucional. No entanto, pouco depois declarou-se rei absoluto e iniciou um movimento de perseguição aos liberais.

D. Pedro IV, para salvaguardar os interesses de D. Maria, abdicou do trono do Brasil para o seu filho, D. Pedro II em 1831. Reuniu apoios para a causa liberal e organizou um exército que invadiu o território português. Seguiu-se o período de guerra civil que terminaria em 1834 na Convenção de Évora-Monte. Neste ano morreu D. Pedro e D. Maria subiu ao trono.

Em 1835, a rainha casou com o príncipe Augusto de Leuchtemberg, que morreria dois meses depois. A 9 de abril de 1836 casou em segundas núpcias com D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gota.

O seu reinado começou de forma bastante difícil: o país estava destruído pelas invasões francesas e pela guerra civil, enfrentando uma grave crise financeira. Ao nível interno existia uma enorme instabilidade devido à oposição entre cartistas e vintistas.



(Imagem de D. Maria II retirada da Internet)

Os movimentos de revolução e contrarrevolução sucederam-se: Revolução de Setembro, Belenzada, Revolta dos Marechais (1837). Em 1838 foi aprovada a Constituição. Em 1842, um novo golpe repôs a Carta Constitucional e um governo liderado por Costa Cabral.

Em 1846, deu-se o movimento da Maria da Fonte e seguidamente a Patuleia que mergulhou o país numa nova guerra civil. As Juntas revolucionárias surgiam recorrentemente opondo-se ao governo. Este foi um período de transição da monarquia para o constitucionalismo que abalou a sociedade portuguesa.

D. Maria II morreu em 1853 ao dar à luz o seu décimo primeiro filho.

Apesar dos problemas enfrentados, esta época marcou a modernização de Portugal no que respeita às políticas de saúde, obras públicas e educação. As

estruturas feudais foram progressivamente abandonadas e em 1851 iniciou-se um período de prosperidade com a Regeneração.

Em 1834 houve um novo arranque do ensino primário que enfrentou vários desafios, uma vez que houve maior interesse no ensino médio e superior. Seria sobretudo nos meios urbanos, entre a pequena burguesia e os operários que o ensino primário foi acolhido com satisfação. Em 1835 através do Decreto de 7 de setembro, estipulou-se que o ensino primário seria gratuito para todos os cidadãos. Os pais e as entidades locais eram responsáveis pelo cumprimento da frequência escolar obrigatória a partir dos 7 anos de idade.

Ainda em 1835, Guilherme Dias Pegado publicou o Projeto de Lei para a organização da Universidade em Portugal, retomando as ideias de Mouzinho de Albuquerque.

Em 1836, Passos Manuel legislou sobre a instrução pública estipulando que nos Liceus (um por capital de província e dois em Lisboa) se ensinariam línguas e ciências. Previa-se a criação de laboratórios e jardins botânicos.

Nas classes primárias estipulou-se a liberdade e obrigatoriedade do ensino com a introdução de exercícios físicos. O Decreto de 15 de novembro reforçou a obrigação que os pais e as entidades municipais tinham na educação das crianças. Partiu-se do pressuposto que o acesso gratuito à escolaridade seria o suficiente para garantir a universalidade da frequência escolar. No entanto, tal não se efetivou.

Passos Manuel previa igualmente a fundação de Escolas Politécnicas, Escolas Médicas e a reorganização da Biblioteca Nacional. Apesar disso, só se conseguiram implantar os liceus.

Quanto ao ensino técnico, Passos Manuel também lançou as bases do Ensino Profissional com as Conservatórias de Artes e Ofícios em Lisboa e Porto. O objetivo era fomentar o desenvolvimento industrial que reclamava mão de obra qualificada. Em 1836, a Academia incluía pintura, arquitetura, escultura e gravura.

Em 1843, após a entrada em vigor da Carta Constitucional, continuou-se a implementar a obrigatoriedade da frequência escolar. Em 1844, Costa Cabral criou um *Conselho Superior de Instrução Pública* em Coimbra, com a função de dirigir e inspecionar o ensino primário, secundário e superior.

Como forma de incentivar a formação de alunos, sugeriu-se a atribuição de uma quantia aos professores que propusessem a exame alunos que estivessem devidamente preparados. A Instrução Primária foi dividida em dois graus, o que criou uma discriminação social: as escolas do 2.º grau encontravam-se em locais onde a indústria e o comércio eram predominantes, supondo-se que os alunos não frequentariam outro nível de estudos. O que aconteceu, de facto, era o número insuficiente de professores e de escolas públicas, bem como a pouca afluência dos alunos motivada pela ignorância e miséria das classes mais desfavorecidas.

Em 1852, Fontes Pereira de Melo organizou o ensino industrial e criou o ensino elementar, o ensino preparatório para o ensino industrial, o ensino secundário e complementar. Ensinava-se aritmética, geografia, química, física, desenho de máquinas e economia. Aqui se formavam mecânicos, oficiais químicos, forjadores, fundidores, serralheiros e torneiros. Para se aceder ao ensino industrial era necessário ter 12 anos e saber ler e escrever.

2023/08/24

Educação e Monarquia: D. Miguel I (1802 – 1866)

D. Miguel I (1802 - 1866), “o Absolutista”, era o filho de D. João VI e de D. Carlota Joaquina, tendo reinado apenas 4 anos, de 1828 a 1834. Embarcou para o Brasil em 1807, juntamente com a família real.

Na sequência da revolução liberal de 1820, D. Miguel regressou a Portugal em 1821, opondo-se ao novo regime. Assumiu-se como líder dos partidários do Antigo Regime e levou a cabo vários movimentos militares como a Vila-Francada (1823) e a Abrilada (1824).



(Imagem de D. Miguel I retirada da Internet)

A Vila-Francada levou à dissolução das Cortes e à queda da Constituição de 1822. D. Miguel tornou-se comandante-chefe do exército português. Depois do segundo golpe, a Abrilada, D. João VI interveio, destituiu o filho do seu cargo e exilou-o.

Na sequência da morte de D. João VI e da abdicação do trono português a favor de D. Maria, por parte de D. Pedro, D. Miguel regressou ao país. Comprometeu-se a jurar a Carta Constitucional e casou com a sua sobrinha. Pouco tempo depois, dissolve as Câmaras, nomeia um novo ministério e convoca corte tradicionais com a presença dos três estados, declarando-se monarca absoluto.

Os liberais foram alvo das perseguições miguelistas e muitos exilaram-se no estrangeiro. Milhares de pessoas foram executadas durante este período de terror.

D. Pedro abdicou a favor do seu filho, o futuro D. Pedro II do Brasil e reuniu um grupo de liberais que desembarcou em Portugal com o objetivo de repor a situação. Iniciou-se a Guerra Civil (1832-34) que terminou na Convenção de Évora-Monte com a vitória dos liberais e com a subida ao trono de D. Maria II. D. Miguel foi exilado para a Alemanha onde casou com D. Adelaide de Loewenstein-Wertheim-Rochefort-Rosenberg em 1851. Faleceu em 1866.

No que respeita a medidas educativas durante este reinado, não se conhecem projetos. Tratou-se de um período politicamente instável do qual se aponta somente um retrocesso nas políticas educativas.

2023/08/28

Educação e Monarquia: D. Pedro V (1837 – 1861)

D. Pedro V (1837 - 1861), “o Esperançoso”, era o filho primogénito de D. Maria II e de D. Fernando. Subiu ao trono em 1853 aquando da morte da sua mãe, embora D. Fernando tenha governado o reino como regente durante dois anos. Durante esse período o príncipe aproveitou para viajar pela Europa acompanhado pelo seu irmão D. Luís.

Em 1855, com 18 anos foi aclamado rei. Em abril de 1858 casou com D. Estefânia de Hohenzollern-Sigmaringen, que viria a morrer em julho de 1859.

No início do reinado, o governo era mantido pelo Duque de Saldanha, destacando-se a figura de Fontes Pereira de Melo nas Obras Públicas. D. Pedro viajou pelo país com o objetivo de o dinamizar, introduzindo os caminhos de ferro, construindo estradas, implantando o sistema métrico, etc. Desta forma, em 1856 inaugurou o primeiro troço de caminho de ferro entre Lisboa e o Carregado.

Entre 1853 e 1856 o país sofreu uma epidemia de cólera e em 1856/57 de febre amarela. O monarca tornou-se muito popular uma vez que percorria os hospitais e indagava os doentes sobre o seu estado. De facto, a saúde pública foi uma das suas preocupações, tendo fundado hospitais públicos e instituições de caridade, nomeadamente o Hospital de Dona Estefânia.



(Imagem de D. Pedro V retirada da Internet)

D. Pedro foi um grande defensor da abolição da escravatura e em 1857 teve de lidar com um problema diplomático com França: foi apreendido um barco francês em Moçambique, envolvido no tráfico de escravos, proibido no Império Português. Houve ainda alguns diferendos com Inglaterra pela posse de territórios e ainda com a Santa Sé.

Foi um monarca culto e de uma educação superior. Escreveu dois volumes de um *Diário* que relatava as viagens que fez na Europa e produziu artigos para duas revistas. O seu interesse pela escrita fez com que criasse o *Curso Superior de Letras* em 1859, bem como o *Observatório da Ajuda*.

Em 1859, Fontes Pereira de Melo criou a Direção-Geral da Instrução no Ministério do Reino. Alterando entre a centralização e a descentralização burocrática e administrativa, o ensino primário não se alterou grandemente até

à República. A inspeção tornou-se um elemento basilar da política nacional de instrução. A situação económica dos professores afastava os candidatos e o seu número era insuficiente para a percentagem de analfabetismo. Optou-se por criar mais escolas elementares por todo o país para habilitar os alunos para a prática das artes industriais.

O monarca faleceu com apenas 26 anos de febre tifoide, o que causou bastante tristeza em vários quadrantes sociais. O seu irmão D. Luís sucedeu-lhe, uma vez que não tinha descendência.

2023/08/31

Educação e Monarquia: D. Luís I (1838 – 1889)

D. Luís I (1838 – 1889), “o Popular”, era o filho segundo de D. Maria II e de D. Fernando. Subiu ao trono em 1861 após a morte do seu irmão, D. Pedro V.

Em 1862 casou com D. Maria Pia de Saboia. O seu reinado foi marcado pela tolerância e pela acalmia política, apesar de alguns momentos perturbadores como o levantamento militar em Braga, em 1862, contra o aumento de impostos. Igualmente em 1867 e 1868 houve movimentos reivindicativos, conhecidos como a Janeirinha do Norte.

Em 1870 houve um incidente com maior gravidade, em que o Marechal Duque de Saldanha se revoltou, impondo a demissão do governo junto do rei e presidindo a um novo ministério. D. Luís manteve uma posição moderadora nesta situação.

Houve ainda perturbações de índole cultural, com a famosa *Questão Coimbrã* (1865-66) e com a suspensão das *Conferências Democráticas do Casino* (1871).

Em 1876 fundou-se um novo partido, o Partido Progressista que resultou da fusão do partido Histórico e Reformista. Nesta fase entrou-se no modelo de rotativismo entre o Partido Progressista e o Regenerador.

O reinado de D. Luís foi o período áureo das obras públicas lideradas por Fontes Pereira de Melo. Podem destacar-se as obras nos portos de Lisboa e Leixões, o alargamento da rede viária ou a construções de edifícios emblemáticos como o Palácio de Cristal no Porto.

Ao nível administrativo, terminou a pena de morte para crimes civis e a escravatura foi definitivamente abolida. Publicou-se o primeiro Código Civil em 1868.

Retomaram-se as expedições africanas com Serpa Pinto (1877-78) que explorou o território de Benguela até à colónia de Natal ou com Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens que em 1884 atravessaram África de Luanda e Tete. Neste ano realizou-se a Conferência de Berlim, que definiu a partilha de África pelas potências europeias. Portugal apresentou o Mapa Cor-de-Rosa, em que reclamava a soberania dos territórios entre Angola e Moçambique. Inglaterra opôs-se e este episódio culminou no Ultimato Inglês em 1890.

O Republicanismo começa a ter uma forte implementação no país e em 1878 foi eleito no Porto o primeiro deputado do partido Republicano.



(Imagem de D. Luís I retirada da Internet)

D. Luís I era um homem profundamente instruído e culto, tendo traduzido várias obras de Shakespeare. O seu interesse pelas ciências, nomeadamente pela oceanografia, levou ao financiamento de vários projetos científicos, incluindo barcos de pesquisa oceanográfica. Um dos seus hobbies era a fotografia. O monarca fundou ainda várias associações culturais.

No que respeita às políticas educativas, sabe-se que em 1860 as escolas oficiais eram cerca de 2000 e chegarão aos 4.5 milhares em 1910. Entre 1860 e 1863 a História Natural, a Física e a Química voltaram a fazer parte do currículo. No entanto, o ensino básico continuava a ter o problema de sempre: as crianças não frequentavam a escola por falta de empenho dos pais, pela miséria em que viviam e pelo trabalho infantil. O analfabetismo em Portugal era elevadíssimo. Assim, em 1876, a *Carta de Lei* de Rodrigues Sampaio voltou a reafirmar a obrigatoriedade de frequência da instrução primária para as crianças entre os seis e os doze anos, de ambos os sexos.

Em 1861 foi criada em Lisboa a *Sociedade Promotora das Belas Artes*.

Em 1864 com a proposta de João Crisóstomo, o ensino industrial dividiu-se em ensino geral e ensino especial com uma parte teórica e uma parte de ensino prático, ministrado em oficinas. Foram estabelecidas escolas industriais em Guimarães, Covilhã e Portalegre. No entanto, poucas medidas saíram do papel.

Em 1875 foi proposta uma reforma do ensino das Belas-Artes. Em 1881, a Academia dividiu-se em Academia propriamente dita e em Escola. Os movimentos artísticos renovaram-se inspirados nas correntes estrangeiras. Os artistas agruparam-se em grémios, defendendo os seus interesses e novos métodos de ensino.

Em 1878, António Augusto Gonçalves fundou a *Escola Livre de Artes do Desenho* em Coimbra. Em 1881 surgiu o *Grupo do Leão*.

Em 1884 Costa Cabral reorganizou o Ensino Secundário e os estudos liceais passaram a ter 6 cadeiras retirando-se as línguas e as disciplinas científicas, ficando apenas a matemática. Neste ano, António Augusto de Aguiar criou escolas de *Desenho Industrial* em Lisboa, Porto, Coimbra e Caldas da Rainha.

Em 1886, Emílio Júlio Navarro dividiu o Ensino Industrial em ensino elementar, ensino preparatório (para cursos especiais) e ensino especial (especialidades técnicas industriais). O Ensino Comercial foi dividido em elementar, preparatório e superior. Estas medidas não conseguiram implementação devido aos problemas económicos da nação.

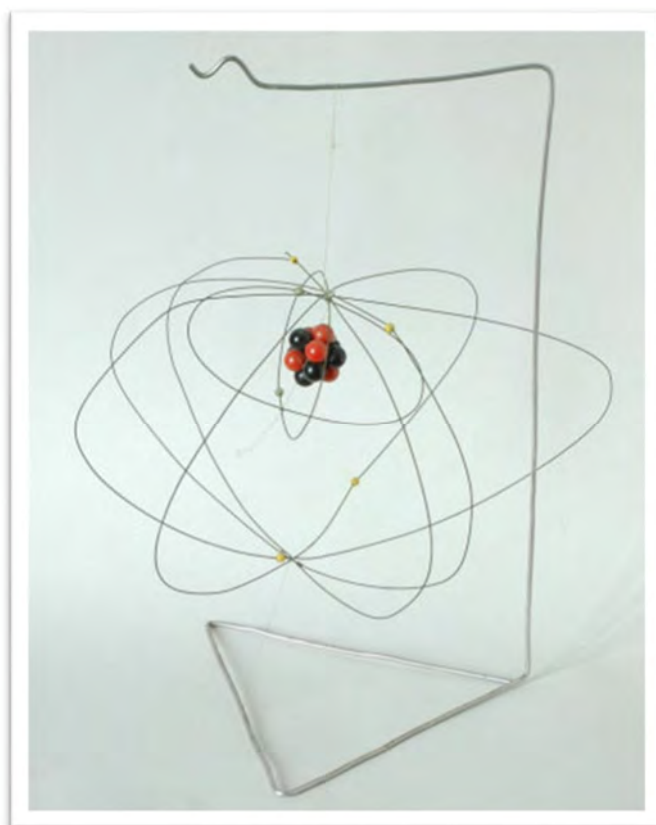
2023/09/04

Exposição Virtual: "O Átomo no Museu Virtual da Educação"

O átomo é a porção mais pequena de matéria que caracteriza um elemento químico. É composto por um núcleo de prótons e neutrões, com carga elétrica positiva, à volta do qual circulam os eletrões, com carga negativa. Para os gregos antigos era a porção de matéria indivisível. Os eletrões do átomo estão ligados ao núcleo através de uma força eletromagnética. Por sua vez, os átomos ligam-se quimicamente entre si, formando uma molécula. A molécula é um grupo eletricamente neutro que possui pelo menos dois átomos ligados. Se um átomo tiver o mesmo número de eletrões e prótons, designa-se como eletricamente neutro. Se a carga de eletrões e neutrões variar é denominado de ião. O ião resulta de um átomo ou molécula que perdeu ou ganhou eletrões. O número de prótons determina o elemento químico e o número de neutrões determina o isótopo desse elemento.

Com o desenvolvimento da química experimental, o estudo do átomo foi retomado, mas foi só no século XIX que John Dalton introduziu o conceito de massa atómica. Amedeo Avogadro criou o conceito de mole, ou seja, o número de átomos contidos numa quantidade de um elemento cuja massa é numericamente igual à massa atómica. Em meados do século XIX, Dimitry Mendeleev notou a existência de semelhanças entre as propriedades químicas dos elementos que se podia expressar através da criação de uma tabela. Surgiu a tabela periódica de Mendeleev, em que os elementos químicos se organizam de acordo com as propriedades e peso atómico. No final do século XIX questionou-se a indivisibilidade do átomo: Joseph Thompson descobriu a existência dos eletrões. Em 1911 Ernest Rutherford provou a existência de prótons e do núcleo do átomo. Em 1913 Niels Bohr propôs um modelo de átomo que permitiu explicar as propriedades químicas dos elementos conhecidos. Em 1932, James Chadwick descobriu o neutrão.

Nesta exposição estão patentes alguns modelos de átomos de substâncias químicas conhecidas, que permitem a visualização concreta dos constituintes do átomo. Eram utilizados em contexto das práticas pedagógicas de química.



Átomo de néon

ME/404652/390

Escola Secundária de Pedro Nunes

É composto por uma base metálica triangular com uma haste curva, em peça única. O modelo encontra-se suspenso por um fio de nylon onde se encontram em órbitas elípticas feitas em fio metálico, tendo o núcleo ao centro, formado por várias bolas de plástico interligadas por fio de nylon.



Átomo de lítio

ME/404652/391

Escola Secundária de Pedro Nunes

É composto por uma base metálica triangular com uma haste curva, em peça única. O modelo encontra-se suspenso por um fio de nylon onde se encontram em órbitas elípticas feitas em fio metálico, tendo o núcleo ao centro, formado por bolas de plástico interligadas por fio de nylon.



Átomo de carbono

ME/404652/392

Escola Secundária de Pedro Nunes

É composto por uma base metálica triangular com uma haste curva, em peça única. O modelo encontra-se suspenso por um fio de nylon onde se encontram em órbitas elípticas feitas em fio metálico, tendo o núcleo ao centro, formado por bolas de plástico interligadas por fio de nylon.



Átomo de deutério

ME/404652/394

Escola Secundária de Pedro Nunes

É composto por uma base metálica triangular com uma haste curva, em peça única. O modelo encontra-se suspenso por um fio de nylon onde se encontram em órbitas elípticas feitas em fio metálico, tendo o núcleo ao centro, formado por duas bolas de plástico interligadas por fio de nylon.



Átomo de hélio

ME/404652/396

Escola Secundária de Pedro Nunes

É composto por uma base metálica triangular com uma haste curva, em peça única. O modelo encontra-se suspenso por um fio de nylon onde se encontram em órbitas elípticas feitas em fio metálico, tendo o núcleo ao centro, formado por bolas de plástico interligadas por fio de nylon.



Modelo de átomo

ME/402801/11

Escola Secundária Dr. Solano de Abreu

Trabalho realizado no âmbito das práticas pedagógicas das aulas de Física. Trata-se de um modelo de um átomo segundo Thomson, realizado pelo aluno João Miguel Rodrigues da Assunção. O átomo é a menor partícula que caracteriza um elemento químico. Em 1897, Thomson idealizou um aparelho para medir a carga elétrica do eletrão. Com base nesta experiência, e considerando o átomo eletricamente neutro (com quantidades iguais de partículas positivas e negativas), representou o átomo como uma esfera uniforme, de carga positiva, incrustada de eletrões (partículas negativas). Este modelo é comumente chamado "pudim de passas".

2023/09/07

Resumo do Artigo Liceu Nuno Álvares, Castelo Branco de Artur David (Parte 1)



(Imagem da fachada do Liceu Nuno Álvares, Castelo Branco retirada da internet)

Artur David na sua investigação apresenta datas chave da criação e funcionamento do Liceu Nuno Álvares de Castelo Branco: 1836 (decreto-lei de 17 de novembro); 1844 (Decreto-Lei de 20 de setembro). A sua organização data entre 1848 e 1851 e o seu funcionamento no ano letivo de 1851/51.

Designações:

- Nome de origem: Liceu Nacional de Castelo Branco;
- A partir de 1911: Liceu Nacional Central de Castelo Branco;
- A partir de 1918: Liceu Nacional Central de Nuno Álvares;
- A partir de 1936: Liceu Nacional de Nuno Álvares.

Na sua origem este liceu é de frequência masculina, somente em 1885 foi matriculada a primeira aluna e no ano seguinte, em 1886, foram matriculadas mais duas alunas. Em 1997 já foram matriculadas 7 alunas. A partir do final do séc. XIX o liceu, passa definitivamente a ter uma frequência mista.

A sua localização é, primeiramente, em instalações provisórias. A partir de 1863 passa a instalar-se no Palacete no largo da Sé. A partir de 1946, passa a instalar-se na Av. Nuno Álvares - em edifício construído para o liceu.

Edifício construído para o liceu inaugurado em 2 de maio de 1964, projetado para 600 alunos. O arquiteto foi José Costa e Silva. Sofreu obras de ampliação e beneficiação em 1958 e 1962.

Associações do liceu:

- Tuna - anterior a 1898;
- Orfeão - 1912/13-1974:
- Associação Académica Albicastrense - 1946-?

Reitores:

- José António Mourão - 1852;
- José Joaquim Magro (Interino) - 1852-1853;
- Francisco António Rodrigues Gusmão - 1853-1855;
- José Marques Leite (Interino) - 1855-1860;
- António José de Sousas (Interino) - 1860-1862;
- José Marques Leite - 1862-1866;
- António José de Sousa (Interino) - 1866-1867;
- João Teixeira de Vasconcelos - 1867-1868;

- Joaquim José Pombo - 1868-1871;
- Joaquim Duarte Moreira de Sousa - 1871-1876;
- José Joaquim Ruivo Godinho - 1876-1886;
- Pedro de Melo Coutinho de Albuquerque - 1886-1890;
- José Domingos Ruivo Godinho - 1890-1895;
- Augusto Sousa Tavares - 1895-1896;
- Alfredo Alves da Mota - 1897;
- José Ramos Preto - 1897-1898;
- José de Vasconcelos Freire (Interino)- 1898-1900;
- Alfredo Alves da Mota - 1900-1901;
- José de Vasconcelos Freire (Interino) - 1901-1904;
- Alfredo Alves da Mota - 1904-1906;
- José de Vasconcelos Freire - 1906;
- Augusto Sousa Tavares - 1906-1910;
- Gastão Randolfo Nunes Correia Mendes - 1910;
- José Barros Nunes de Lima Nobre - 1910-1916;
- Augusto Sousa tavares - 1916-1917;
- José Eloy Nunes Cardoso Júnior - 1917-1918;
- José de Sousa Vieira - 1918-1919
- Augusto Sousa tavares (Interino) - 1919;

- José Eloy Nunes Cardoso Júnior - 1919-1920;
- Augusto Sousa Tavares - 1920-1921;
- José Barros Nunes de Lima Nobre - 1921-1924;
- João Matilde Xavier Lobo - 1924-1927;
- João Joaquim Pires - 1927-1930;
- João Matilde Xavier Lobo - 1930-1932;
- António Nunes Prudente - 1932-1935;
- João Matilde Xavier Lobo - 1935-1941;
- António Martins Afonso - 1941-1942;
- José Ascenso - 1942-1945;
- Joaquim Sérvulo Correia - 1945-1951;
- José Augusto Gomes de Pina - 1951-1953;
- Sebastião António Mourão Correia - 1953-1959;
- José Catanas Diogo - 1959-1974.

A Investigação de Artur David ¹⁰ nesta investigação apresenta uma listagem dos reitores que fizeram parte da escola até 1974, por sua vez, a Divisão de Serviços da Documentação e de Arquivo da Secretaria-Geral da Educação e Ciência apresenta-nos um fundo arquivístico de alguns desses mesmos reitores; cuja organização das séries documentais inventariadas segue a estrutura adotada pela Portaria de Gestão de Documentos n.º 1310/2005, de 21 de dezembro:

¹⁰ Professor na Escola Secundária Nun'Álvares, Castelo Branco.

Âmbito Cronológico:

Cotas:

1930-[s.m.]-[s.d.] / 1931-[s.m.]-[s.d.] PT/MESG/AAC/IEL/002/0069/00703

David, Artur (2003). *Liceu Nuno Álvares (Castelo Branco)*. In: *Liceus de Portugal: histórias, arquivos, memórias*. Lisboa: Edições Asa, pp. 160-171.

2023/09/11

Recursos Bibliográficos usados na elaboração do Analítico Liceu Nuno Álvares, Castelo Branco (Parte 2)



(Imagem da fachada do Liceu Nuno Álvares em Castelo Branco, retirada da internet)

Publicações do Liceus:

- **O Cri-cri.** Castelo Branco: Liceu Nacional de Castelo Branco, 1883
- **A Infância.** Castelo Branco: Liceu Nacional de Castelo Branco, 1895-1896
- **A estrela d'alva.** Castelo Branco: Liceu Nacional de Castelo Branco, 1898
- **A lula.** Castelo Branco: Liceu Nacional de Castelo Branco, 1904
- **O átomo.** Castelo Branco: Liceu Nacional de Castelo Branco, 1909
- **O petiz.** Castelo Branco: Liceu Nacional de Castelo Branco, 1910

- **A infância.** Castelo Branco: Liceu Nacional Central de Castelo Branco, 1914-1918
 - **A Mocidade.** Castelo Branco: Liceu Nacional Central de Castelo Branco, 1915-1917
 - **O casmurro.** Castelo Branco: Liceu Nacional Central de Castelo Branco, 1915
 - **O eco.** Castelo Branco: Liceu Nacional Central de Castelo Branco, 1915
 - **A aurora.** Castelo Branco: Liceu Nacional Central de Castelo Branco, 1916-1919
 - **A juventude.** Castelo Branco: Liceu Nacional Central de Nuno Álvares, 1919
 - **A Academia.** Castelo Branco: Liceu Nacional Central de Nuno Álvares, 1926
 - **Os corvos.** Castelo Branco: Liceu Nacional Central de Nuno Álvares, 1930-1931
 - **Mocidade livre.** Castelo Branco: Liceu Nacional Central de Nuno Álvares, 1931-1932
 - **Brado académico.** Castelo Branco: Liceu Nacional Central de Nuno Álvares, 1932-1933
 - **Juventude académica.** Castelo Branco: Liceu Nacional Central de Nuno Álvares 1934
 - **O moscardo.** Castelo Branco: Liceu Nacional de Nuno Álvares, 1937
 - **O apeiron.** Castelo Branco: Liceu Nacional de Nuno Álvares [manuscrito], 1937
 - **O vento.** Castelo Branco: Liceu Nacional de Nuno Álvares, 1940
- (n.º único integrado nas Comemorações Centenárias de 1940)

- **O desertar.** Castelo Branco: Liceu Nacional de Nuno Álvares, 1951
- **Brado do centro.** Castelo Branco: Liceu Nacional de Nuno Álvares, 1958
(órgão do Centro da M. P. do Liceu). 1958
- **O Planalto.** Castelo Branco: Liceu Nacional de Nuno Álvares, 1972

Bibliografia usada na elaboração do artigo:

ANUÁRIO DO LICEU CENTRAL DE CASTELO BRANCO. Castelo Branco: Tipografia J. L. Peleção, as. letivos 1911-12; 1912-13; 1913-14; 1914-15; 1915-16.

ANUÁRIO DO LICEU NACIONAL DE CASTELO BRANCO. Castelo Branco: Tipografia J. L. Peleção, as. letivos 1907-08; 1909-10; 1910-11.

AZEVEDO, Cândido Mendes de (1911). *O Colégio de S. Fiel - resposta ao relatório do Advogado Sr. José Ramos Preto*. Madrid: Imprenta de Gabriel Lopez del Horno.

BABO, Alexandre (1972). *Sem vento de feição*. Fundão: Ed. Jornal do Fundão.

A BEIRA BAIXA [Jornal]. Castelo Branco: Edit. António Rodrigues Cardoso, n.º 1937-1975

BENTO, Carlos (1962). *Bibliografia dos antigos mestres e escolares do Liceu de Castelo Branco*. Castelo Branco: [s. n.]

BRUNO, Sampaio (1887). *Os modernos publicistas portugueses*. Porto: Liv. Chardron de Lello e Irmão.

CASIMIRO, Acácio (1930). *Fastos de Companhia de Jesus restaurada em Portugal: 1892-1930*. Porto: [s.n.].

CASTELO BRANCO. ARQUIVO DO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CASTELO BRANCO. *Auto da Querela Pública*, Proc. N.º 383, Mç 23.8, 1958

CASTELO BRANCO. ARQUIVO DISTRITAL DE CASTELO BRANCO. *Fundo dos Arquivos Notariais*, Mç. 23, L. 211 (fls. 17v - 19V); L. 213 (nota n.º 371)

CASTELO BRANCO. ARQUIVO HISTÓRICO DA ESCOLA SECUNDÁRIA NUN'ÁLVARES. *Livros de actas do Concelho Disciplinar*. [s.d.].

CASTELO BRANCO. ARQUIVO HISTÓRICO DA ESCOLA SECUNDÁRIA NUN'ÁLVARES. *Livros de actas do Concelho Escolar do Liceu*. [s.d.].

CASTELO BRANCO. ARQUIVO HISTÓRICO DA ESCOLA SECUNDÁRIA NUN'ÁLVARES. *Livros de correspondência confidência confidencial*. [s.d.].

CASTELO BRANCO. ARQUIVO HISTÓRICO DA ESCOLA SECUNDÁRIA NUN'ÁLVARES. *Livros de correspondência recebida*. [s.d.].

CASTELO BRANCO. ARQUIVO HISTÓRICO DA ESCOLA SECUNDÁRIA NUN'ÁLVARES. *Livros de correspondência expedita.* [s.d.].

CASTELO BRANCO. ARQUIVO HISTÓRICO DA ESCOLA SECUNDÁRIA NUN'ÁLVARES. *Livros de juramento e posse.* [s.d.].

CASTELO BRANCO. ARQUIVO HISTÓRICO DA ESCOLA SECUNDÁRIA NUN'ÁLVARES. *Livro e maços de estatísticas.* [s.d.].

CASTELO BRANCO. ARQUIVO HISTÓRICO DA ESCOLA SECUNDÁRIA NUN'ÁLVARES. *Livros de matriculas e frequências.* [s.d.].

CASTELO BRANCO. ARQUIVO HISTÓRICO DA ESCOLA SECUNDÁRIA NUN'ÁLVARES. *Livros dos termos de exames.* [s.d.].

CASTELO BRANCO. ARQUIVO HISTÓRICO DA ESCOLA SECUNDÁRIA NUN'ÁLVARES. *[Maço contendo a documentação sobre as Comemorações e Prémios Camoneano].*

CASTELO BRANCO. ARQUIVO HISTÓRICO DA ESCOLA SECUNDÁRIA NUN'ÁLVARES. *Pautas dos alunos.* [s.d.].

CATROGA, Fernando (1993). “Os caminhos polémicos da geração nova”. In: *História de Portugal*, vol. 5, pp. 569-581.

COMISSÃO CENTRAL DA ROMAGEM (1948). *Livro comemorativo da romagem de saudade dos escolares do Liceu de Castelo Branco.* Castelo Branco: Ed. da Comissão Central da Romagem.

CORREIO DA BEIRA [Semanário]. Castelo Branco: Órgão do Partido Progressista em Castelo Branco. Semanário, n.º jan.- abr. 1890.

DA ACÇÃO REGIONAL AO IV CONGRESSO BEIRÃO. Vila Nova de Famalicão: Tip. Minerva, 1929.

ESTUDOS DE CASTELO BRANCO: REVISTA DE HISTÓRIA E CULTURA. [Castelo Branco: s. n.], vol. 3 (jan. 62); vol. 3 (jun. 64); vol. 19 (jan. 66); vol. 22 (abr. 67); vol. 29 (abr. 69); vol. 36 (mar. 71).

DIAS, José Lopes (1946). *Liceu velho... Liceu novo.* Lisboa: Tipografia Papelaria Fernandes.

LABOR. Aveiro, Liceu vasco da Gama, n.º 75 (out. 1936); n.º 107 (mar. 1940).

LAGES, António Mendes (1883). *O Sr. Mariano de Carvalho e o Colégio de S. Fiel.* Lisboa: Tipografia da Cruz do Operário.

LICEUS DE PORTUGAL: BOLETIM DA ACÇÃO EDUCATIVA DO ENSINO LICEAL. Lisboa: Ministério da Educação Nacional, n.º 9, 10, 11 (jun.-dez. 1941); n.º 23 (fev. 1943); n.º 55, 56 (maio-jun. 1946).

LISBOA. INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS TORRE DO TOMBO. *Fundo das Congregações, vária sobre o Colégio de S. Fiel, Residência de Castelo Branco e Confraria.* [s.d.].

LISBOA. INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS TORRE DO TOMBO. *Fundo do Ministério da Justiça e Negócios Eclesiásticos.* [s.d.].

LISBOA. INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS TORRE DO TOMBO. Fundo do Ministério do Reino, ASE, DGIP, mç. 3644-3646; 3835-3848; 385-3853; 3853; 3854.

LISBOA: ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Relatórios Anuais dos reitores do Liceu de Castelo Branco, as. letivos 1950-51 - 1959-60.*

LOBO, Ernesto Pinto (1995). *Castelo Branco antiga (1800-1950).* Castelo Branco: Ed. J. P. L.

LOPES, F. Pina (1958). *História da imprensa académica albicastrense.* Castelo Branco: Ed. J. P. L.

LOPES, F. Pina (1958). *42 parlamentos da monarquia pela Beira Baixa: 1834-1910.* [S. l.]: Ed. Império Lda.

MORAIS, Francisco ; **DIAS**, José Lopes (1955). *Estudantes da Universidade de Coimbra naturais de Castelo Branco.* Vila Nova de Famalicão: Tipografia Minerva.

NOBRE, José Barros (1915). “Breve notícia sobre a organização e funcionamento do Liceu de Castelo Branco até à reforma da instrução secundária de 1895”. In: *Anuário do Liceu de Castelo Branco*, as. letivos 1913-1914.

PAXÊCO (1924). *Cartas de Teófilo*. Lisboa: Portugália Editora.

PRETO, José Ramos (1911). *Relatório sobre o extinto Colégio de S. Fiel da Companhia*. Lisboa: Tipografia Maurício e Comp.

A RECONQUISTA [Semanário regionalista]. Castelo Branco: Dir. da Paróquia, n.º 1945.

REFOIOS, Joaquim Augusto de Sousa (1901). *O Colégio de S. Fiel no Lourical do Campo e o de N. Sr.ª da Conceição na Covilhã*. Coimbra: Ed. F. França Amado.

RELATÓRIO DO LICEU NACIONAL DE CASTELO BRANCO. Castelo Branco: Tipografia J. L. Peleção, as. letivos 1896-97; 1899-00; 1906-07.

ROXO, António (1890). *Monografia de Castelo Branco*. Elvas: Tipografia Progresso.

SANTOS, Manuel Tavares dos (1958). *Castelo Branco na história e na arte*. Castelo Branco: Manuel T. Santos.

SEABRA, Jorge de (1945). *Recordando o passado*. Castelo Branco: Tipografia Portela Feijão.

TAVARES, Luís Gonzaga (1999). *Romagens da saudade*. Castelo Branco: Ed. Associação dos Antigos Alunos do Liceu de Castelo Branco.

A UNIÃO [Semanário]. Castelo Branco: Órgão da União Republicana de Castelo Branco,

15 dez. 912 - 26 mar. 1974.

VELOSO, J. M. de Queiroz (1909). *O ensino secundário em Portugal: discurso pronunciado na Câmara dos Senhores Deputados na Sessão de 21 de agosto de 1908*. Lisboa: Imprensa Nacional.

VOZ DA ACADEMIA [Jornal] Órgão Oficial da Academia albicastrense. Castelo Branco: Ed. João Dias Folgado, as. 9/12/17 e 17/02/19.

David, Artur (2003). *Liceu Nuno Álvares (Castelo Branco)*. In: *Liceus de Portugal: histórias, arquivos, memórias*. Lisboa: Edições Asa, pp. 172-183.

2023/09/14

Peça do mês de setembro/2023



Padrão de D. João I

Maqueta de um padrão executada em madeira. É composto por alto pedestal moldurado inferiormente por plinto, escócia e liste e superiormente por equino e ábaco sobre o qual assenta uma coluna monolítica cilíndrica munida de base

toscana e capitel compósito cujas volutas e folhas de acanto são dadas pela decoração de anjos com as asas abertas; abaixo destas figuras o escudo português em balão. O conjunto é rematado por pequena pirâmide escalonada coroada por uma esfera. O padrão original foi erguido no reinado de D. João III em comemoração do encontro, no local, das tropas de D. João I e as de D. Nuno Álvares Pereira dias antes da Batalha de Aljubarrota.

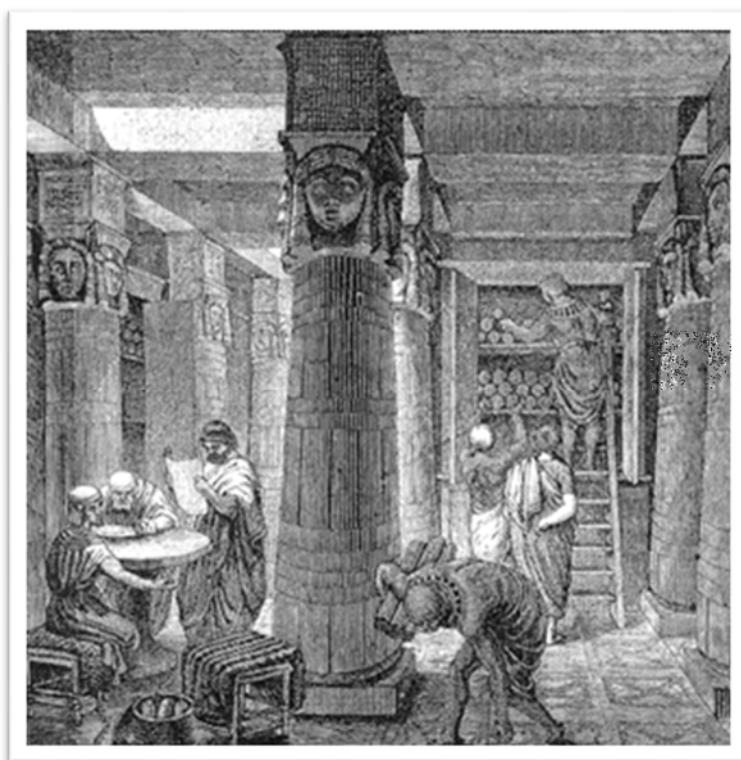
Esta inventariado com o número ME/400270/662 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária Jácome Ratton.

2023/09/18

As Bibliotecas e a História - Alexandria, a Biblioteca Desaparecida (Parte II)

«A Biblioteca tornou realidade a melhor parte do sonho de Alexandre: a sua universalidade, o seu afã de conhecimento, o seu incomum desejo de fusão. Nas prateleiras de Alexandria foram abolidas as fronteiras, e ali conviveram, por fim calmamente, as palavras dos gregos, dos judeus, dos egípcios, dos iranianos e dos indianos. Talvez esse território mental tenha sido o único espaço acolhedor para todos eles.»

(Irene Vallejo, p. 40, 2020)



Alexandria – fonte de conhecimento.

Fonte: segredosdomundo.r7.com

(Imagem de vários estudiosos consultando diversos documentos na biblioteca de Alexandria)

Aglutinadora e Difusora de Conhecimento

A biblioteca de Alexandria cumpria um dos mais importantes propósitos: a difusão do conhecimento. Eruditos de todo o mundo eram atraídos a Alexandria, tornando-a um centro avançado de aprendizagem, debate de ideias e conhecimento. No auge da sua popularidade, muitas mentes brilhantes do tempo convergiam a Alexandria, tornando-a um centro avançado de aprendizagem e conhecimento. Entre os frequentadores de Alexandria estavam Zenódoto de Éfeso, Euclides de Alexandria, Arquimedes, Dionísio de Trácia, Ptolomeu, Hiparco, Apolónio de Rodes, Eratóstenes de Cirene, entre outros estudiosos. Estes sábios e outros fizeram com que a biblioteca de Alexandria fosse considerada uma das maiores realizações e um dos mais importantes legados da Antiguidade, por preservar a maior parte do conhecimento do mundo antigo. Na área da Filosofia, o Centro Cultural rivalizou mesmo com a famosa Escola de Atenas. A biblioteca de Alexandria contou com mais de quatrocentos rolos de papiro, podendo, talvez, ter chegado ao meio milhão de manuscritos, conforme apontam vários historiadores do período, contendo, por exemplo, obras de grandes pensadores da Antiguidade, como Sócrates, Platão, Homero, entre outros. Esse acervo riquíssimo de papiros e manuscritos contribuiu para atrair diversos estudiosos, sendo que os trabalhos produzidos por eles continuam a ter a sua importância até aos nossos dias; o caso de obras de Astronomia, Geometria, etc.

Às obras aí guardadas era dedicado um especial cuidado na verificação do conteúdo, sendo anotados o seu número de linhas e outras informações sobre os autores. Essas obras eram compostas essencialmente por rolos de papiro, que os gregos apelidavam de “kilindros”. Para se referir uma obra composta por vários “kilindros” usava-se o termo “biblion”. O termo “theke”, designação genérica e sufixo para armário, prateleira ou arrecadação, foi, por sua vez, associado à forma de organização e arrumação dos “biblion”, daí resultando o atual termo “biblioteca”.

Localização e Aparência

Ao longo de várias centenas de anos, dignitários de todo o mundo eram convidados a Alexandria para estudar nas salas da Biblioteca e, deste modo, trocar informações e conhecimento com os vários estudiosos residentes. Era o local de conhecimento mais importante da antiguidade, no entanto, é muito difícil, se não mesmo impossível, identificar com precisão onde se encontrava, quais as suas características arquitetónicas, os documentos que guardava e a identidade precisa de todos os que a procuraram. Não sabemos bem como seria o seu aspeto exterior, uma vez que não existem provas que o testemunhem com clareza.

«As bibliotecas anteriores eram privadas e estavam especializadas nas matérias úteis para os seus donos. Até as que pertenciam a escolas ou grupos profissionais amplos eram apenas um instrumento ao serviço das suas necessidades particulares. A antecessora que mais se aproximou à Biblioteca de Alexandria – a biblioteca de Assurbanipal em Nínive, no norte do atual Iraque – destinava-se ao uso do rei. A Biblioteca de Alexandria, variada e completíssima, englobava livros de todos os temas, escritos em todos os cantos da geografia conhecida. As suas portas estavam abertas a todas as pessoas ávidas de saber, aos estudiosos de qualquer nacionalidade e a todo aquele que tivesse aspirações literárias aprovadas. Foi a primeira biblioteca da sua espécie e a que mais perto estive de possuir todos os livros que existiam naquela altura.»

(Irene Vallejo, p. 39, 2020)

O Ocaso de uma Vida de Esplendor

«O mundo antigo guarda diversos mistérios, e o incêndio da biblioteca de Alexandria é um deles. Localizada em Alexandria, no Egito, surgiu no século III a.C. e abrigou completamente todo o conhecimento histórico e cultural da antiguidade. No entanto, esse lugar que guardava tamanho

estudo e conhecimento, foi destruído por um incêndio e, com toda a certeza, muito se perdeu com essa destruição.»

Fonte: <https://segredosdomundo.r7.com/biblioteca-de-alexandria/>

No auge da sua popularidade, muitas mentes brilhantes convergiam a Alexandria, mas, com o passar do tempo, o esplendor da biblioteca começou a desvanecer. O reinado de Ptolomeu IV marca o início do declínio da dinastia, assim como da biblioteca. Outros centros de conhecimento no mundo começaram a surgir como substitutos. Perto do Mar Egeu, a biblioteca de Pérgamo era uma rival de Alexandria, tanto em cultura, como em esplendor. Facto inoxidável e seguro é que a biblioteca de Alexandria, no ano de 48 a.C., sofreu um incêndio de proporções devastadoras e muitos manuscritos importantes foram totalmente destruídos e queimados. Contudo, as causas que conduziram a uma perda tão trágica ainda hoje são alvo de discussão e análise pelos diversos estudiosos. Claro que como em todas as grandes tragédias e catástrofes, também sobre esta pendeu um manto de mitos. Por ser um assunto controverso e inexato é difícil chegar a uma conclusão única e definitiva. A solução mais aceite passa, porventura, por um agudizar e crescendo de situações várias, até o seu fim ter sido despoletado por Júlio César.

Com o fim da dinastia Ptolemaica, em 30 a.C., Alexandria tornou-se a capital de uma província romana, reclamada por César Augusto, sobrinho de Júlio César e primeiro Imperador Romano. Por volta de 200 d.C., Alexandria enfrentou uma invasão e pilhagens nunca vistas.

Testemunho e Vestígio do Passado

Os momentos mais importantes de aprendizagem e conhecimento eram parte do passado da grande cidade, para sempre. A história do que realmente levou à destruição total da biblioteca, pode ter sido perdida no tempo. Testemunhos de diferentes fontes conflituam uns com os outros, bem como a opinião dos

historiadores modernos, o que faz que o assunto permaneça controverso. Atualmente, os únicos vestígios da biblioteca de Alexandria, são as ruínas remanescentes do edifício do Templo de Serápis, no qual foram guardados alguns manuscritos pertencentes à biblioteca. Os vestígios existentes apontam para fragmentos não só da biblioteca, mas também do museu e de alguns espaços circundantes ao centro intelectual da cidade. Sem dúvida, a antiga biblioteca de Alexandria foi testemunha de avanços significativos, guardando-se, até hoje, um passado repleto de vestígios e de memória.

«A importância e o legado da Biblioteca de Alexandria são percebidos pelo facto de que muitos a consideraram como a primeira universidade do mundo, já que o modelo é seguido até aos nossos dias. Ela também teve enorme importância ao fomentar e abrigar conhecimentos do Mundo Antigo.»

Fonte: <https://www.historiadomundo.com.br/>

REFERÊNCIA E SUGESTÕES:

(BIBLIOGRAFIA, WEBGRAFIA e ILUSTRAÇÕES)

BARBIER, Frédéric (2018). *De Alexandria às bibliotecas virtuais*. São Paulo: edusp.

BATTLES, Matthew (2003). *A conturbada história das bibliotecas*. São Paulo: Planeta do Brasil.

CASSON, Lionel (2018). *Bibliotecas no mundo antigo*. São Paulo: Vestígio.

FLOWER, Derek Adie (2002). *Biblioteca de Alexandria – as histórias da maior biblioteca da antiguidade*. São Paulo: Nova Alexandria.

JEVENOIS, Pablo de (2009). *Biblioteca de Alexandria – o enigma revelado*. Lisboa: Ésquilo.

LATHAM, Martin (2023). *Crónicas de um livreiro*. Lisboa: Edições 70.

MANGUEL, Alberto (1999). *Uma história da leitura*. Lisboa: Editorial Presença.

SEGREDOS DO MUNDO (2021). *Biblioteca de Alexandria – O que é, história, incêndio e a nova versão*. [em linha]. [Consult. 13.04.2023]. Disponível: <https://segredosdomundo.r7.com/biblioteca-de-alexandria/>

VALLEJO, Irene (2020). *O infinito num junco*. Lisboa: Bertrand Editora.

WIKIPÉDIA (2020). *Bibliotheca Alexandrina*. [em linha]. [Consult. 12.04.2023]. Disponível: https://pt.wikipedia.org/wiki/Bibliotheca_Alexandrina

2023/09/21

Educação e Monarquia: D. Carlos I (1863 - 1908)

D. Carlos I (1863 - 1908), “o Martirizado”, era o filho de D. Luís e de D. Maria Pia de Saboia. Em 1886 casou com D. Amélia de Orléães.

Subiu ao trono em 1889 e o seu reinado ficou marcado pelo crescente descrédito da monarquia e pela implantação do republicanismo em Portugal. Um dos eventos que mais abalou a monarquia portuguesa foi o ultimato inglês. Portugal foi obrigado a abandonar os territórios africanos que pretendia e a diplomacia portuguesa foi humilhada. Os sentimentos antibritânicos foram comuns a todos os quadrantes sociais.

Os republicanos aproveitaram este momento e revoltaram-se, no Porto a 31 de janeiro de 1891, proclamando a República. A revolta fracassou, mas o número de representantes republicanos na assembleia aumentava de ano para ano.



(Imagem de D. Carlos I retirada da Internet)

Em 1906, devido a este clima de instabilidade política, D. Carlos chamou João Franco para formar governo. De imediato a Assembleia foi encerrada e iniciou-se um período de ditadura e de repressão política. Os protestos não se fizeram esperar e em 1908 uma nova tentativa de golpe de estado foi dominada, tendo sido feitos muitos prisioneiros. D. Carlos promulgou um decreto no qual se estabelecia a deportação para os conspiradores.

A 1 de fevereiro de 1908, a família real desembarcava em Lisboa, no Terreiro do Paço, vinda de Vila Viçosa. Foi então que ocorreu o regicídio, em que morreram D. Carlos e D. Luís Filipe, príncipe herdeiro.

D. Carlos foi um monarca apreciador das novas tecnologias europeias, como por exemplo a luz elétrica. Mandou instalar esta “novidade” no Palácio das Necessidades e planeou estender a eletrificação a todas as ruas de Lisboa. Estas medidas foram consideradas extravagantes e desnecessárias.

Dedicou-se à fotografia e à pintura, sendo um apaixonado por ornitologia e oceanografia. Neste contexto, fundou o Aquário Vasco da Gama, que pretendia ser um museu oceanográfico.

Ao nível educativo, em 1890 fundou-se o *Grémio Artístico*. A este juntou-se em 1899 a *Sociedade Promotora* e passaram a designar-se de *Sociedade Nacional de Belas Artes* em 1901.

Em 1891, com João Franco, ficaram em funcionamento 2 escolas industriais completas, 5 incompletas e 12 elementares. O ensino industrial foi dividido em 2 ramos: arte industrial e ciência industrial.

O ensino comercial foi reduzido a 3 anos e a 2 graus: guarda –livros e negociantes, por um lado, e empregados de contabilidade, financeiros e grandes negociantes, por outro.

Em 1895 implantou-se a Reforma de Jaime Moniz. Em 1897, com António José da Cunha, as escolas industriais deviam continuar a ministrar o ensino de Desenho e os conhecimentos teóricos necessários a operadores e aprendizes. Os cursos industriais femininos foram abolidos e substituídos por Lavoros

Femininos. As escolas elementares de comércio dividiram-se em instrução elementar, prática geral e profissional.

A grande inovação deveu-se ao Decreto de 18 de junho de 1896, com a regulamentação administrativa e o recenseamento escolar ligados ao *Regulamento Geral do Ensino Primário*. A estrutura curricular passou a assentar em quatro classes: o 1.º grau com a 1.ª, 2.ª e 3.ª classes e o 2.º grau com a 4.ª classe. Em 1901 só era obrigatória a frequência do 1.º grau de ensino que incluía leitura, escrita, cálculo, doutrina cristã, agricultura, desenho, ginástica e trabalhos para o currículo feminino. O 2.º grau incluía aritmética, gramática, ciências naturais, história pátria e educação cívica.

O decreto de 24 de dezembro de 1901 passou a exigir o exame do 1.º grau para acesso a lugares públicos, iniciando um processo de valorização sócio profissional e educativa. Apesar disso, em 1911, 75% da população portuguesa era analfabeta.

Em 1898 criou-se um Plano de Inquérito Técnico para se averiguar a causa do fracasso no ensino técnico.

2023/09/25

Educação e Monarquia: D. Manuel II (1889 - 1932)

D. Manuel II (1889 - 1932), “o Desventuroso”, era o filho segundo de D. Carlos e de D. Amélia. Casou em 1913 com D. Vitória Augusta de Hohenzollern-Sigmaringen, não tendo deixado descendência.

Após a morte de D. Carlos e de D. Luís, reuniu-se o Conselho de Estado, que afastou Costa Cabral, revogou alguns decretos da ditadura franquista e libertou os presos políticos. D. Manuel iniciou uma viagem pelo país sendo bem-recebido pela população. No entanto, a propaganda republicana não deixou de grassar por todo o reino.



(Imagem de D. Manuel II retirada da Internet)

Duas grandes questões marcaram este reinado. Em primeiro lugar, a *questão Hinton*: um industrial inglês, residente na Madeira, que solicitou uma indemnização ao estado português devido à revogação do monopólio do açúcar. A intervenção de Inglaterra, obrigou ao pagamento da importância solicitada. Por outro lado, a *questão do Crédito Predial*, ou seja, o desfalque na instituição efetuado por figuras de destaque do regime.

Em 1910 realizaram-se eleições e o Partido Republicano duplicou o número de deputados na Assembleia. A 5 de outubro de 1910 deu-se o triunfo do republicanismo em Portugal. D. Manuel deixou o país e exilou-se em Inglaterra.

D. Manuel estudou línguas, história e música, interessando-se sobretudo por livros. Em 1929 publicou o primeiro volume da obra *Livros Antigos Portugueses 1489-1600, da Bibliotheca de Sua Magestade Fidelíssima Descriptos por S. M. El-Rey D. Manuel em Três volumes*. Em 1932 saiu o segundo volume e o terceiro foi publicado postumamente sobre a orientação da sua bibliotecária, Miss Margery Withers.

Não há referências importantes no que respeita ao problema educativo, dada a situação de instabilidade e de revolução vividas no país.

2023/09/28

Exposição virtual “Brasões no Museu Virtual da Educação

O brasão é um conjunto de emblemas e signos distintivos de uma família nobre ou de uma coletividade. O desenho de um brasão é, geralmente, colocado num escudo de armas e também em bandeiras, vestuário ou até em elementos arquitetónicos e mobiliário.

A heráldica é uma ciência auxiliar da História que descreve e interpreta as representações de símbolos e cores inscritos em escudos de armas, para identificar indivíduos, famílias ou clãs. A partir da Idade Média o escudo de armas foi-se generalizando e as regras para a sua utilização foram sendo definidas.

Durante o século XIX perdeu importância e passou a aplicar-se a municípios, corporações e outras entidades coletivas, mas já com uma função de emblema. Os brasões podem ser simples (representam uma entidade) ou compostos (representam mais do que uma entidade) e podem representar um monarca, um estado, um cargo, uma família, uma entidade coletiva, entre outros.

O elemento obrigatório de um brasão é o escudo, que contém o seu desenho fundamental. Outros elementos exteriores podem ser o grito de guerra ou grito de armas, as insígnias, os troféus, as condecorações, o lema, entre muitos outros. O seu formato também pode variar: ogival, quadrado, oval, etc.

Nesta exposição, composta por vários brasões produzidos na Escola Secundária da Batalha, podemos observar as diversas características descritas: o escudo, o desenho, os elementos exteriores e o formato diverso.



Brasão

ME/160301/3

Escola Secundária da Batalha

Brasão em alto-relevo, composto por escudo de forma clássica, com cruz florenciada ao centro. O escudo é encimado por coroa e está assente num painel retangular.



Brasão

ME/160301/39

Escola Secundária da Batalha

Brasão das armas de Portugal, composto por medalhão circular onde se destaca um escudo com cinco escudetes em cruz, cada um carregado com cinco besantes organizados em aspa. Na bordadura do escudo, surgem os sete castelos. O escudo é encimado por um elmo, visto de frente, que é ladeado por elementos vegetalistas.



Brasão

ME/160301/4

Escola Secundária da Batalha

Brasão das armas de Portugal, composto por cinco escudetes em cruz, cada um carregado com cinco besantes organizados em aspa. Na bordadura, surgem os sete castelos.



Brasão

ME/160301/59

Escola Secundária da Batalha

Brasão das armas de Portugal, composto por medalhão de formas contracurvadas onde se destaca um escudo com cinco escudetes em cruz, cada um carregado com cinco besantes organizados em aspa. Na bordadura do escudo, surgem os sete castelos. A moldura do escudo apresenta formas contracurvadas, semelhantes a uma concha, que são rematadas, em cima e em baixo, por elementos ornamentais (pequenas esferas e elementos vegetais estilizados).



Brasão

ME/160301/8

Escola Secundária da Batalha

Brasão de armas composto por escudo esquartelado (dividido em quatro áreas), sendo que no cantão superior esquerdo e inferior direito se repetem as seguintes figuras: três leões (símbolo do brasão de armas de Inglaterra) em "passante", ou seja, a caminharem, com a pata direita levantada e todas as demais no chão. No cantão inferior esquerdo, destaca-se uma lira (símbolo do brasão de armas da Irlanda) e no cantão superior direito surge um leão em "rampante", isto é, em pé, ereto e visto de perfil, com as patas dianteiras levantadas.



Brasão

ME/160301/9

Escola Secundária da Batalha

Brasão de armas cujo escudo é ocupado por uma cruz com nervuras escavadas, símbolo usado pela Ordem dos Templários.

2023/10/02

O Espaço Europeu da Educação - o que é?



(Imagem de uma criança, uma mulher com alguma idade e de um jovem retirada do site EEE)

O [Espaço Europeu da Educação](#) ou *European Education Area* é uma iniciativa que pretende ajudar os estados-membros da União Europeia a criar sistemas de educação e formação mais resilientes e inclusivos. O lema é “eliminar os obstáculos à aprendizagem e melhorar o acesso a uma educação para todos”.

A ideia de criar este Espaço foi apoiada pelos líderes europeus na Cimeira Social de Gotemburgo, na Suécia, em 2017. As primeiras medidas foram adotadas em 2018 e 2019.

Sendo a educação a base da realização pessoal, da empregabilidade e de uma cidadania ativa e responsável, torna-se vital para as sociedades europeias garantir o acesso à educação e formação ao longo da vida.

O Espaço Europeu da Educação articula-se com a *Agenda de Competências para a Europa* e com o *Espaço Europeu da Investigação*. Os domínios prioritários são:

- A melhoria da qualidade e da equidade na educação e na formação;
- Os professores, formadores e dirigentes escolares;
- A educação digital;
- A educação tecnológica;
- O Espaço Europeu da Educação no mundo.

A cooperação entre os diversos estados permitiu alcançar alguns progressos:

- quase 95 % das crianças frequentam a educação pré-escolar a partir dos 4 anos de idade;
- mais de 40 % dos jovens adultos têm uma formação superior
- quase 90 % dos jovens que abandonam o sistema escolar concluem o ensino secundário ou estão inscritos em ações de formação
- 80 % dos recém-diplomados do Erasmus+ encontram emprego em menos de três meses após a conclusão dos seus estudos

Estes resultados representam progressos significativos, mas são ainda necessários mais esforços, em especial no que diz respeito à percentagem de jovens de 15 anos com competências insuficientes na leitura e nas áreas da matemática e das ciências e à participação de adultos na aprendizagem

Em setembro de 2020, a Comissão apresentou ações concretas no que respeita ao espaço Europeu da Educação, através da criação de um Quadro Estratégico para 2021 – 2030. O objetivo é apoiar os estados-membros nas reformas do ensino, da investigação, da política social, do emprego e da juventude bem como identificar metas e indicadores para orientar os trabalhos e acompanhar os progressos.

Fonte: <https://education.ec.europa.eu/pt-pt>

2023/10/05

Objetivos do Quadro Estratégico do Espaço Europeu da Educação



(Imagem de um livro sobre o Quadro Estratégico retirada do site do EEE)

O *Quadro Estratégico* definiu sete objetivos para serem alcançados.

Até 2025:

- pelo menos 60 % dos recém-diplomados do EFP devem beneficiar de uma aprendizagem em contexto laboral durante o período de ensino e formação profissionais;
- pelo menos 47 % dos adultos na faixa etária entre os 25 e os 64 anos deverão ter participado em ações de aprendizagem nos 12 meses anteriores.

Até 2030:

- menos de 15 % de jovens de 15 anos com conhecimentos insuficientes de leitura, matemática e ciências;
- menos de 15 % dos alunos do oitavo ano com insuficiente literacia informática;

- pelo menos 96 % das crianças entre os 3 anos e a idade de escolaridade obrigatória na educação e acolhimento da primeira infância;
- menos de 9 % dos alunos a abandonar precocemente o ensino e a formação;
- pelo menos 45 % dos jovens entre os 25 e os 34 anos com um diploma de ensino superior.

A cooperação irá processar-se da seguinte forma: até 2025, o quadro estratégico manterá todos os métodos de aprendizagem interpares existentes entre os Estados-Membros e as partes interessadas. Nomeadamente:

- grupos de trabalho compostos por peritos nomeados pelos países e pelas principais partes interessadas;
- atividades de aprendizagem interpares organizadas por um Estado-Membro para dar a conhecer as boas práticas seguidas a nível nacional ou para estudar um problema concreto em conjunto com outros Estados-Membros;
- avaliações interpares nas quais um grupo de Estados-Membros faculta orientações a outro Estado-Membros sobre um desafio nacional específico;
- aconselhamento interpares que reúne pares experientes de um pequeno número de administrações nacionais para prestar aconselhamento sobre a conceção ou a execução de uma política em resposta a um desafio nacional específico.

Paralelamente, o *Monitor da Educação e da Formação* dá conta dos progressos realizados na consecução das metas e dos indicadores relacionados com a realização do *Espaço Europeu da Educação*:

- reúne um vasto leque de dados que ilustram a evolução dos sistemas nacionais de educação e formação em toda a União Europeia (UE);
- mede os progressos realizados pelos países na consecução dos objetivos a nível da UE do quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da

educação e da formação rumo ao *Espaço Europeu da Educação* e mais além (2021-2030).

- analisa os principais desafios em matéria de educação e a evolução recente das políticas a nível nacional e da UE. Destaca medidas políticas que podem tornar os sistemas educativos europeus mais reativos às necessidades da sociedade e do mercado de trabalho.

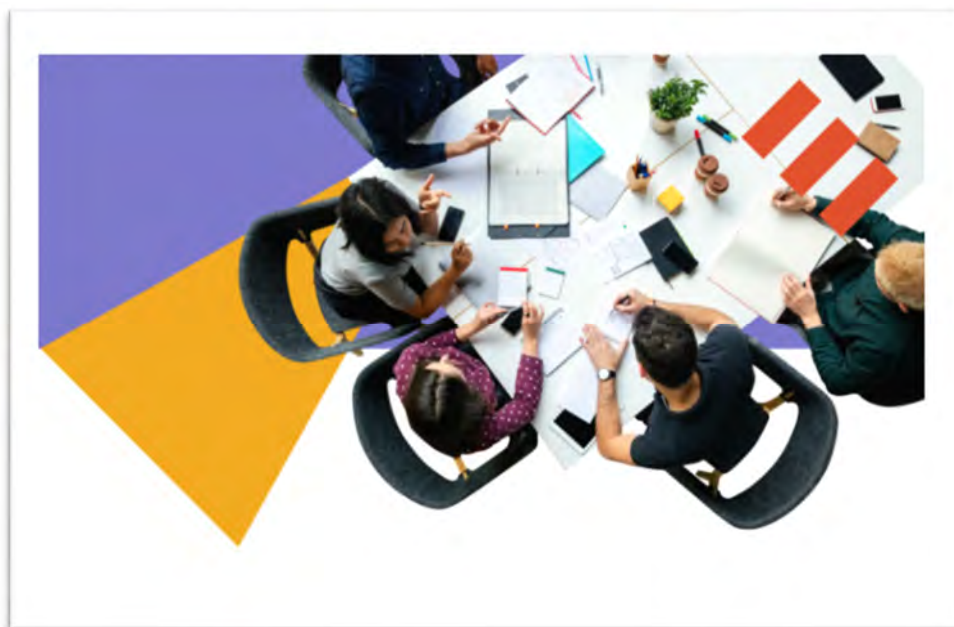
A análise incluída no *Monitor da Educação e da Formação* contribui para a avaliação dos progressos socioeconómicos mais vastos realizados pelos Estados-Membros através do processo do *Semestre Europeu*.

A *Cimeira Europeia da Educação* funciona também como um fórum para os Estados-Membros e as partes interessadas cooperarem e trocarem boas práticas em matéria de política de educação e formação.

Fonte: <https://education.ec.europa.eu/pt-pt>

2023/10/09

Grupos de Trabalho do Espaço Europeu da Educação



(Imagem de vários alunos sentados numa mesa de estudo retirada do site do EEE)

Os grupos de trabalho são compostos por funcionários das administrações nacionais nomeados pelos Estados-Membros da União Europeia e por outros países participantes. Vários representantes de organizações de partes interessadas e de parceiros sociais são igualmente nomeados para os grupos, que são coordenados pela Comissão Europeia. Estes grupos de trabalho foram inicialmente criados no âmbito do programa de trabalho *Educação e Formação para 2010*. Os novos grupos de trabalho apoiarão os Estados-Membros e a Comissão na concretização do Espaço Europeu da Educação, em sintonia com o *Plano de Ação para a Educação Digital*, a *Agenda de Competências para a Europa* e outras iniciativas emblemáticas da UE em matéria de educação, formação e competências.

Os grupos de trabalho centram-se em temas de interesse comum, a saber:

1. Educação e acolhimento na primeira infância: “apoio aos Estados-Membros na aplicação da [Recomendação do Conselho, de 2019, relativa a sistemas de educação e acolhimento na primeira infância de elevada qualidade](#) e do seu principal componente, o *Quadro de Qualidade da UE para a Educação e Acolhimento na Primeira Infância*. O grupo favorecerá sobretudo a aprendizagem entre pares com base na medição, no acompanhamento e na avaliação da qualidade e dará seguimento aos resultados do grupo de trabalho EF 2020, que se centrou na inclusão, na profissionalização do pessoal e na gestão da pandemia de COVID-19 no setor da educação e acolhimento na primeira infância”.

2. Escolas: “tem como objetivo promover a obtenção de melhores resultados nas competências básicas e a conclusão bem-sucedida de percursos de educação e formação por parte de todos os aprendentes; promover a educação para a transição ecológica; e reforçar a aptidão e a motivação na profissão docente”.

Inclui ***Percursos para o Sucesso Escolar*** que “apoia a aplicação e o seguimento da próxima recomendação do Conselho sobre percursos para o sucesso escolar, promovendo a aprendizagem mútua e o intercâmbio de boas práticas, nomeadamente sobre questões relacionadas com o bem-estar na escola”.

Também faz parte deste grupo a ***Educação para a Sustentabilidade Ambiental*** que “faz o acompanhamento da Recomendação do Conselho sobre a educação para a sustentabilidade ambiental e promoverá a aprendizagem mútua e o intercâmbio de ideias sobre possíveis formas de a educação apoiar a transição para uma Europa mais verde e mais sustentável, incluindo o desenvolvimento de competências em matéria de sustentabilidade”.

3. Ensino Superior: “apoia as reformas dos Estados-Membros e de outros países participantes que queiram maximizar o potencial dos seus sistemas de ensino superior. O apoio às reformas incluirá a promoção da transformação do setor do ensino superior, bem como a preparação dos licenciados para a evolução das sociedades e dos mercados de trabalho. Tal implica também contribuir para a construção de uma Europa mais forte, reforçando a capacidade de inovação da Europa no âmbito dos esforços para criar o Espaço Europeu da Educação até 2025, em consonância com a Estratégia Europeia para as Universidades. Para o efeito, o grupo de trabalho promoverá a aprendizagem mútua em matéria de reforma das políticas nos sistemas de ensino nacionais e debaterá as iniciativas estratégicas europeias em matéria de ensino superior a nível técnico. O grupo de trabalho incentivará sinergias entre as missões de educação, de investigação e de inovação das instituições de ensino superior, no contexto do Espaço Europeu da Educação e do Espaço Europeu da Investigação, assegurando simultaneamente a coerência com o Espaço Europeu do Ensino Superior”.

4. Ensino e formação profissionais e transição ecológica: tem como objetivo “permitir intercâmbios técnicos que ajudarão os Estados-Membros a aplicar os princípios e objetivos da [Recomendação do Conselho sobre o ensino e a formação profissionais \(EFP\) em prol da competitividade sustentável, da justiça social e da resiliência](#), e da [Declaração de Osnabrück sobre o ensino e a formação profissionais](#) como facilitador da recuperação e da transição justa para a economia digital e a economia verde, com especial relevância para a transição ecológica”.

5. Educação de adultos: criar oportunidades para todos: o seu objetivo é “permitir intercâmbios e contributos que apoiarão os Estados-Membros na execução das ações da *Agenda de Competências para a Europa de 2020*: requalificação e melhoria das competências dos adultos, capacitando-os para uma aprendizagem contínua ao longo da vida. O grupo de trabalho apoiará igualmente o reforço das capacidades com vista à aplicação da [Recomendação do Conselho de 2016 sobre percursos de melhoria de competências: novas oportunidades para adultos](#) das recomendações do Conselho de 2022 relativas às [contas individuais de aprendizagem](#) e às [micro credenciais](#). Os trabalhos estão

também em conformidade com o Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais. O grupo de trabalho centrar-se-á nas estratégias nacionais em matéria de competências, nas competências para a vida e no financiamento da educação de adultos. O grupo adotará ainda uma abordagem holística da educação de adultos que abranja toda a população adulta e todos os tipos de competências, a fim de permitir que os adultos prosperem na sua vida pessoal e profissional”.

6. Educação digital: aprendizagem, formação e avaliação: o seu objetivo é “apoiar os Estados-Membros na execução de reformas políticas em consonância com o [Plano de Ação para a Educação Digital 2021-2027](#). Centrar-se-á, em especial, na promoção de uma educação digital inclusiva e de elevada qualidade na UE, tendo simultaneamente em conta a transformação digital, as implicações e os ensinamentos retirados da pandemia de COVID-19.

7. Igualdade e valores na educação e na formação: o objetivo “centra-se em reformas estruturais destinadas a promover a igualdade na educação e na formação. Tem por base os valores da UE (incluindo a luta contra a radicalização, a educação e a formação para a cidadania, a dimensão europeia da educação, a desinformação e a inclusão dos refugiados e migrantes na educação e formação). O grupo de trabalho analisa igualmente os domínios pertinentes relacionados com a igualdade, tendo em conta a dupla abordagem da educação inclusiva para todos e da atenção a grupos específicos da população. Paralelamente à utilização de abordagens centradas em grupos (como a igualdade de género, a luta contra o racismo, a igualdade dos ciganos, as pessoas oriundas da imigração, as pessoas LGBTQI e as pessoas com deficiência), o grupo de trabalho analisa ainda as questões transversais que apresentam benefícios para a sociedade e que são de grande importância para todos os grupos discriminados e desfavorecidos (nomeadamente a luta contra a segregação na educação e a gestão da diversidade).”

Fonte: <https://education.ec.europa.eu/pt-pt>

2023/10/12

Temas Centrais do EEE: melhorar a qualidade e a equidade na educação e na formação



(Imagem de um homem numa cadeira de rodas, a colocar livros numa prateleira retirada do site do EEE)

Todos os cidadãos da União Europeia têm direito à educação, à formação e à aprendizagem inclusiva e de qualidade, com a promoção de valores comuns. A promoção da dimensão europeia do ensino é fundamental para a coesão da sociedade europeia.

O que se verifica é que as experiências educativas refletem o meio social dos cidadãos, ou seja, alunos de meios desfavorecidos ou em contexto rural, tendem a ter um aproveitamento insuficiente.

A disparidade de género, o sexismo e o assédio prejudicam gravemente a experiência educativa, afetando sobretudo elementos do género feminino. Esta diferenciação de género é ainda visível em algumas áreas de estudo como a engenharia, indústria transformadora e construção (26% de estudantes do sexo feminino), bem como as tecnologias da informação e da comunicação (18% de estudantes do sexo feminino).

Tendo em vista esta situação, a União Europeia procura combater desigualdades sociais, económicas, culturais, étnicas ou raciais, em prol do sucesso escolar. Só a educação e a formação de qualidade permitem dotar os cidadãos de competências básicas e digitais necessárias à prosperidade social.

Em 2018 a “percentagem de estudantes que não eram capazes de realizar tarefas básicas de matemática, ciências e leitura foi de 22,5% em leitura, 22,9% em matemática e 22,3% em ciências (PISA 2018, OCDE).” Para que se possa efetuar uma mudança nestes resultados são necessários educadores qualificados e um investimento eficaz e sustentável na educação e formação.

A União Europeia está a resolver este tipo de problemas através de várias ações:

- implementar a iniciativa *Percursos para o Sucesso Escolar*,
- promover o multilinguismo e os valores comuns,
- assegurar investimentos de qualidade na educação,
- reforçar as *Ações Jean Monnet*,
- desenvolver uma abordagem europeia das micro credenciais,
- tornar o *Programa Erasmus+* e o *Corpo Europeu de Solidariedade* mais inclusivos,
- promover a mobilidade de jovens voluntários em atividades de solidariedade transfronteiras,
- aplicar o quadro europeu de qualidade para criar sistemas de educação e de acolhimento na primeira infância de alta qualidade,
- apoiar a criação de centros de excelência profissional.

Existem ainda programas específicos, como:

Estratégia para a Igualdade de Género (2020-2025).

Plano de Ação da UE Contra o Racismo.

Quadro estratégico da UE para a Igualdade, a Inclusão e a Participação dos Ciganos.

Estratégia para a Igualdade de Tratamento das Pessoas LGBTQ.

Estratégia sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2021-2030).

Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

Fonte: <https://education.ec.europa.eu/pt-pt>

2023/10/16

Temas Centrais do EEE: educação inclusiva



(Imagem de um professor auxiliando uma aluna que se encontra a estudar retirada do site EEE)

Em dezembro de 2017 foi aprovado o *Pilar Europeu dos Direitos Sociais* “que salienta a importância das dimensões social, educativa e cultural das políticas europeias para construir um futuro europeu comum.” O primeiro princípio deste Pilar refere: “Todas as pessoas têm direito a uma educação inclusiva e de qualidade, a formação e aprendizagem ao longo da vida, a fim de manter e adquirir competências que lhes permitam participar plenamente na sociedade e gerir com êxito as transições no mercado de trabalho”.

Uma educação inclusiva e de qualidade desde a infância é fundamental para criar os alicerces da coesão social, da mobilidade social e de uma sociedade equitativa. Os domínios prioritários no domínio da educação e da formação são a educação inclusiva, a igualdade, a equidade, a não discriminação e a promoção das competências cívicas.

A *Estratégia Europa 2020* e o *Quadro Estratégico EF 2020* definiram duas metas a atingir até 2020:

- reduzir para menos de 10% a [taxa de abandono](#) do ensino escolar ou de atividades de formação entre os jovens dos 18 aos 24 anos,
- aumentar para, pelo menos, 40% a percentagem de pessoas com idades entre os 30 e os 34 anos que [concluíram uma formação de nível superior](#).

Foram tomadas várias iniciativas políticas para promover a educação inclusiva:

- [Recomendação do Conselho](#) sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida,
- [Recomendação do Conselho](#) relativa à promoção de valores comuns, da educação inclusiva e da dimensão europeia do ensino.

Em maio de 2018, a Comissão duplicou o orçamento destinado ao [Programa Erasmus+](#), permitindo a milhões de “jovens europeus de todos os meios sociais estudar, receber formação ou fazer um período de aprendizagem no estrangeiro, incluindo também um quadro europeu de inclusão e estratégias nacionais de inclusão.”

O progresso dos países da União Europeia no domínio da educação inclusiva são monitorizados através do processo do [Semestre Europeu](#) e do [Monitor da Educação e da Formação](#). A Comissão tem igualmente levado a cabo uma vasta gama de ações neste domínio, entre as quais se destacam:

- a criação de um grupo de trabalho sobre a promoção de valores comuns e a educação inclusiva, que produziu um compêndio conciso de boas práticas neste domínio, acessível em linha através da plataforma *Yammer*,
- uma iniciativa que recorre a [modelos de referência](#) positivos para promover a inclusão social e prevenir a exclusão e a radicalização violenta entre os jovens,
- o desenvolvimento de um [conjunto de ferramentas](#) para animadores de juventude que trabalham com jovens em risco de marginalização,

- a criação do [Prémio Europeu para a Inclusão Social através do Desporto](#).

Atualmente encontram-se em implementação os seguintes projetos:

- alargamento do [conjunto europeu de ferramentas para as escolas](#), uma plataforma em linha dirigida às escolas e aos professores que disponibiliza exemplos de boas práticas e recursos para a introdução de abordagens colaborativas nas escolas com o objetivo de reforçar a inclusividade e garantir a igualdade de oportunidades,
- alargamento da [plataforma em linha eTwinning](#), que visa ligar professores e salas de aula de toda a Europa e apoiar cursos de formação de professores na área da educação para a cidadania,
- disponibilização de incentivos às instituições de ensino superior para atribuírem créditos às atividades de voluntariado e elaborarem programas curriculares que combinem conteúdos académicos e participação cívica,
- implantação do [Corpo Europeu de Solidariedade](#), uma iniciativa da UE dirigida aos jovens que lhes dá a oportunidade de fazer voluntariado ou trabalhar em projetos, no seu próprio país ou no estrangeiro, em benefício das comunidade e regiões
- implantação da iniciativa de [intercâmbio virtual Erasmus+](#), que permite aos jovens europeus e do sul do Mediterrâneo participar em experiências interculturais em linha significativas no âmbito da sua educação formal ou não formal.

Fonte: <https://education.ec.europa.eu/pt-pt>

2023/10/19

Peça do mês de outubro/2023



Válvula retificadora

Válvula retificadora utilizada em contexto das práticas pedagógicas de Física. Este tipo de válvulas é, geralmente, utilizado em grandes aparelhos de raios X. Normalmente a retificação é feita por 4 válvulas iguais montadas em ponte de Graetz de modo que a ampola de raios X receba tensão contínua.

A peça está inventariada com o número ME/404433/240 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária Padre António Vieira.

2023/10/23

Temas Centrais do EEE: valores comuns, refugiados e migrantes, educação para o crescimento e para o emprego



(Imagem de três crianças que fazem juntas uma construção retirada do site do EEE)

A União Europeia procura reforçar a coesão social, erradicar a xenofobia, a radicalização e nacionalismo fraturante, defendendo: “A dignidade humana, a liberdade, a democracia, a igualdade, o Estado de direito e o respeito pelos direitos humanos, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias, são valores partilhados pelos Estados-Membros da UE. Formam o tecido da nossa União, que liga países, comunidades e pessoas”.

Assim, a integração dos refugiados e dos migrantes nos sistemas de educação e formação é fundamental pelas dificuldades de adaptação a um novo tipo de aprendizagem. Existem orientações e boas práticas que permitem orientar os profissionais de ensino a dar resposta a estas necessidades.

Os profissionais do ensino e da formação podem beneficiar de orientações e do intercâmbio de boas práticas para conseguirem dar resposta às necessidades de aprendizagem dos estudantes em salas de aula cada vez mais diversificadas e multilingues.

A União Europeia adotou um Plano de Ação sobre a Integração e a Inclusão (2021 – 2027) que visa promover a inclusão através do envolvimento de toda a sociedade, através do financiamento, de orientações e de parcerias.

As atividades de aprendizagem mútua entre os estados europeus facilitam a colaboração entre responsáveis políticos. Existem vários programas a que os países podem recorrer para a integração de migrantes:

- Apoio através do Erasmus+ que integra migrantes em todos os setores da educação,
- Apoio em linha para promover a integração,
- [SIRIUS](#), a rede para a educação dos migrantes
- Plataforma Digital Europeia para a Educação Escolar destinada a profissionais para partilha de informações, materiais e serviços.
- Plataforma eTwinning que liga as escolas através de ferramentas TIC, permitindo à comunidade escolar trocar experiências e oferecerem assistência,
- Apoio Linguístico em Linha do Erasmus+, dando oportunidade aos migrantes de aprender a língua local, facilitando a sua integração,
- Cursos em Linha Abertos a Todos ([MOOC- Massive Open Online Courses](#)),

No que respeita à educação para o crescimento e o emprego, a União Europeia defende que uma “educação eficaz permite alinhar as competências da mão de

obra pelas necessidades da economia europeia.” Há necessidade de uma mão de obra qualificada que assegure uma maior produtividade e inovação.

Apesar deste esforço, os dados apontam para um desfasamento entre as competências adquiridas pelo ensino e as competências do mercado de trabalho: 20% da população ativa tem um nível baixo de competências no domínio da literacia e numeracia, o que fragiliza o desenvolvimento económico.

Como tal, apesar de cada país ser responsável pelo seu sistema de ensino, a União Europeia apoia a modernização dos sistemas de educação nacionais. São efetuadas análises à situação de cada país com o objetivo de definir uma política de ensino e formação que acompanhem os novos desafios e identifiquem áreas em que seja necessário efetuar um investimento.

Fonte: <https://education.ec.europa.eu/pt-pt>

2023/10/26

Exposição virtual “Castiçais no Museu Virtual da Educação”

O castiçal é um utensílio que pode ser feito em diversos materiais e que serve como suporte para velas. Um castiçal que sirva para mais do que uma vela tem a designação de candelabro. Foi uma peça indispensável na iluminação noturna até ao surgimento da eletricidade. Geralmente é composto por três partes: a base (que pode ter diversos formatos), a haste e o aparador ou arandela. O seu fabrico rapidamente adequou-se ao estilo da época, desde o neoclássico ao barroco, passando a constituir um elemento decorativo.

As referências ao candelabro podem encontrar-se nos textos bíblicos. Deve ser uma peça de ouro puro e ter espaço para sete velas. O Livro do Êxodo descreve detalhadamente a sua elaboração, devendo possuir sete braços. O profeta Zacarias teve uma visão em que um anjo o elucida sobre a importância do candelabro, ladeado por dois ramos de oliveira que simbolizavam o azeite da unção que dá o poder espiritual e temporal aos homens. As setes velas representam os olhos de Deus que percorrem toda a terra. Este castiçal de sete braços tem o nome de *menorah* na cultura judaica. Para os cristãos, o candelabro está associado à cruz de Cristo. Os sete braços representavam os sete arcanjos superiores.

Nesta exposição, os castiçais foram elaborados pelos alunos em contexto das práticas pedagógicas de várias disciplinas como Artes ou Mecanotecnia. A maior parte foi elaborada em ferro forjado e constituem peças únicas produzidas nas escolas portuguesas.



Castiçal

ME/404172/173

Escola Secundária Artística António Arroio

Castiçal de formato cilíndrico executado por aluno. O revestimento é vidrado e tem flores e folhas pintadas a azul sobre um fundo branco.



Castiçal

ME/402679/157

Escola Secundária do Restelo

Castiçal elaborado em contexto das práticas pedagógicas do Curso Tecnológico de Artes e Ofícios, da autoria de um aluno. Trata-se de uma peça elaborada em ferro forjado, envernizado e pintado. A base é constituída por uma placa quadrada, com recortes na ponta e ligeiramente abaulada, que se liga ao fuste central através de um parafuso. Temos dois fustes que apresentam uma torção na ponta, com ligação à arandela, tentando obter um aspecto natural, de pé da flor. A arandela tem formato de flor, com pétalas abertas, da qual emerge o bocal, com pétalas recortadas.



Castiçal

ME/402643/54

Escola Rainha Santa Isabel

Castiçal feito por alunos nas aulas de metalo-mecânica, utilizando como material ferro forjado.



Castiçal

ME/401420/24

Escola Secundária Dr. Azevedo Neves

Castiçal elaborado no âmbito das aulas de Artes Decorativas, no ano letivo de 2004/05, disciplina lecionada pela Professora Isabel Faria responsável pelo desenvolvimento de um importante núcleo desta disciplina. Trata-se de uma peça elaborada em ferro forjado, envernizado. A base é constituída por três apoios em formato de "S" que se ligam ao fuste central, constituído por duas colunas torsas agrupadas, com ligação simples à arandela. Esta tem um formato de flor, com pétalas abertas, da qual emerge o bocal, em forma de botão de flor, com pétalas recortadas. Inclui uma vela vermelha.



Castiçal

ME/400348/73

Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho

Castiçal (conjunto de seis) em ferro forjado, envernizado. Base constituída por três peixes virados para o exterior, apresentando-se com a boca aberta, apoiados sobre o ventre e com as caudas erguidas ao longo do fuste, a que estão ligadas pelas barbatanas. Fuste constituído por três colunas torsas agrupadas, com ligação simples à arandela que é circular e lisa. Bocal cilíndrico, liso.



Castiçal

ME/400270/902

Escola Secundária Jácome Ratton

Suporte para velas formado por uma base redonda, de onde se eleva uma haste em forma de cone invertido, no topo da qual existe um cilindro oco. Peça construída na oficina de mecanotecnia pelos alunos no âmbito da formação em serralharia.

2023/10/30

Temas Centrais do EEE: o multilinguismo



(Imagem de uma sala de aula com várias crianças que fazem desenhos retirada do site do EEE)

A multiplicidade linguística na Europa é fundamental para definir a identidade de cada cidadão e da sua herança comum, fomentando a união na diversidade.

No entanto, as competências linguísticas são imprescindíveis para a mobilidade, cooperação e compreensão mútua além-fronteiras. Assim sendo, a União Europeia promove a aprendizagem de línguas através da política educativa comum:

- a nível individual, a aprendizagem de línguas cria oportunidades pessoais e profissionais,
- a nível social, promove a sensibilização cultural, a compreensão mútua e a coesão social,

- a nível empresarial, os trabalhadores com competências linguísticas e interculturais são um recurso vital, ajudando as empresas a ter êxito e a crescer nos mercados mundiais.

São vários os programas que promovem a diversidade linguística:

- Programa Erasmus+ que permite desenvolver diversas competências num país diferente,
- O projeto [LISTIAC](#) (Linguistically Sensitive Teaching in All Classrooms),
- O Projeto [MultiMind](#), uma plataforma de investigação e formação no âmbito do multilinguismo.

Todos os anos, a Comissão publica o Monitor da Educação e da Formação que mostra a evolução dos sistemas de educação e formação dos Estados-Membros da União Europeia. A recolha de dados sobre o ensino e a aprendizagem são igualmente realizados em parceria com o Eurostat e a OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos).

Através do [PISA](#) (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) é possível medir a capacidade dos alunos de 15 anos no que respeita à utilização de competências em leitura matemática e ciências.

A Comissão coopera igualmente com o Conselho da Europa e o seu Centro Europeu de Línguas Modernas que promove a inovação no ensino das línguas através do apoio da sala de aula multilingues e da iniciativa [RELANG](#) que estabelece equivalências entre exames e níveis de línguas.

O multilinguismo é uma das oito competências essenciais necessárias para a realização pessoal, estilos de vida saudáveis e sustentáveis, a empregabilidade, a cidadania ativa e a inclusão social, tal como foi sublinhado pelos Estados-Membros da UE na [Recomendação do Conselho sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida](#).

No entanto, demasiados jovens europeus ainda acabam os estudos sem conhecimentos práticos de uma segunda língua.

O [inquérito da UE sobre competências linguísticas de 2011-12](#) (realizado em 14 Estados-Membros) revelou que

- 42% dos alunos de 15 anos testados tinham atingido o nível de «utilizador independente» (B1/B2 do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas) na primeira língua estrangeira
- 25% tinham atingido este nível numa segunda língua estrangeira
- 14% dos alunos não tinham sequer um conhecimento básico de uma língua estrangeira

Por estas razões, a UE definiu como prioridade fundamental o objetivo de melhorar o ensino e a aprendizagem de línguas desde cedo. Em 22 de maio de 2019, os ministros da Educação da UE adotaram a [Recomendação do Conselho relativa a uma abordagem global do ensino e aprendizagem de línguas](#).

A importância da aprendizagem de línguas desde cedo é também salientada na [Recomendação do Conselho relativa a sistemas de educação e acolhimento na primeira infância de elevada qualidade](#).

No que respeita ao reforço das competências linguísticas, a estratégia a nível da UE para melhorar a aprendizagem de línguas é definida na Recomendação do Conselho relativa a uma abordagem global do ensino e aprendizagem de línguas. Na recomendação, os Estados-Membros acordaram em trabalhar no sentido de:

- fomentar a aprendizagem de línguas até ao final da escolaridade obrigatória, ajudando todos os jovens a adquirir competências em, pelo menos, outra língua europeia para além da(s) língua(s) da sua escolaridade;
- incentivar a aquisição de uma (terceira) língua adicional a um nível que lhes permita interagir com um grau de fluência medido em função do [Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas \(QECR\)](#) do Conselho ou da Europa;

- incentivar o desenvolvimento de abordagens abrangentes para melhorar o ensino e a aprendizagem das línguas a nível nacional, regional, local e escolar;
- introduzir o conceito de sensibilização para as línguas no domínio da educação e da formação, que proporciona um quadro inclusivo para a aprendizagem de línguas, tendo em conta a variedade de competências linguísticas dos alunos;
- assegurar que um maior número de professores de línguas beneficiam de oportunidades de aprendizagem e estudo no estrangeiro;
- identificar e promover métodos de ensino inovadores, inclusivos e multilingues, utilizando ferramentas e plataformas a nível da UE, como o portal [School Education Gateway](#) e a plataforma eTwinning.

O [documento de trabalho dos serviços](#) da Comissão descreve o contexto científico e factual da recomendação.

Em toda a UE, os alunos migrantes trazem para a sala de aula as suas competências linguísticas e uma multiplicidade de novas línguas, com potenciais vantagens a nível individual, mas também a nível das escolas e da sociedade.

Embora os números variem consideravelmente de país para país – de 1 % na Polónia a 40 % no Luxemburgo – no conjunto da UE, quase 10 % dos alunos aprendem numa língua que não é a sua língua materna.

Trata-se por isso de saber qual a melhor forma de aproveitar o potencial da [diversidade linguística](#) da UE. Os dados disponíveis mostram que os alunos migrantes têm geralmente piores resultados escolares nas competências de base.

As escolas devem, portanto, adaptar os métodos de ensino de modo a atender de forma positiva aos contextos culturais e linguísticos dos alunos, criando as condições para que possam ter bons resultados escolares.

Os temas da diversidade linguística nas escolas, das salas de [aula multilingues](#) e da sensibilização para as línguas nas escolas são ainda mais integrados na nova iniciativa [Percursos para o sucesso escolar](#).

Selo Europeu das Línguas

Dia Europeu das Línguas

O [Dia Europeu das Línguas](#) comemora-se anualmente a 26 de setembro, constituindo uma oportunidade para:

- sensibilizar o público para a grande variedade de línguas existente na Europa
- promover a [diversidade linguística](#) e cultural
- incentivar pessoas de todas as idades a aprender línguas – conhecer várias línguas facilita os contactos interpessoais e a [procura de emprego e contribui para o crescimento das empresas](#)

O Dia Europeu das Línguas foi estabelecido pela Comissão Europeia e pelo [Conselho da Europa](#), que representa 800 milhões de europeus de 47 países. A iniciativa conta com a participação de diversos institutos culturais e linguísticos, associações, universidades e, em especial, escolas. O Dia Europeu das Línguas foi criado em 2001 – o Ano Europeu das Línguas – e, desde então, tem sido comemorado anualmente.

No que respeita à diversidade linguística, sabemos que as línguas não só definem a identidade de uma pessoa como fazem parte de um património comum. Podem servir de ponte para chegar a outros povos e culturas, promovendo a compreensão mútua e o desenvolvimento de um sentimento comum de identidade europeia.

A adoção de políticas e iniciativas eficazes em matéria de multilinguismo pode reforçar as oportunidades dos cidadãos. As competências linguísticas podem também melhorar a empregabilidade dos indivíduos, facilitar o acesso a serviços

e o exercício de direitos e contribuir para a solidariedade mediante o reforço do diálogo intercultural e da coesão social.

Fonte: <https://education.ec.europa.eu/pt-pt>

2023/11/02

Temas Centrais do EEE: diversidade linguística



(Imagem de vários adultos de costas, abraçados, retirada do site do EEE)

“As línguas não só definem a identidade de uma pessoa como fazem parte de um património comum. Podem servir de ponte para chegar a outros povos e culturas, promovendo a compreensão mútua e o desenvolvimento de um sentimento comum de identidade europeia”.

As competências linguísticas dos cidadãos melhoraram a empregabilidade, facilitam o acesso a serviços e a exercício de direitos e contribuem para a solidariedade mediante o reforço do diálogo intercultural e da coesão social.

A UE tem, atualmente, três alfabetos e [24 línguas oficiais](#). Cerca de 60 outras línguas são faladas em determinadas regiões ou por grupos específicos. A imigração também trouxe um número importante de outras línguas para a UE, calculando-se que vivam atualmente dentro das suas fronteiras cidadãos nacionais de, pelo menos, 175 países diferentes.

A diversidade linguística está consagrada no artigo 22.º da [Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia](#), que proíbe a discriminação de pessoas pertencentes a grupos minoritários e exige o respeito da diversidade cultural,

religiosa e linguística em toda a UE. Todos os países têm graus diferentes de diversidade linguística e formas diferentes de gerir esta diversidade

A União Europeia promove a diversidade linguística através de programas europeus no domínio da educação e da cultura como o Erasmus+ e o Europa Criativa. O Programa [Europa Criativa](#) também apoia a tradução literária, a fim de permitir um acesso mais alargado a obras literárias importantes e de manter a diversidade linguística na UE.

A UE tem, atualmente, três alfabetos e [24 línguas oficiais](#). Cerca de 60 outras línguas são faladas em determinadas regiões ou por grupos específicos. A imigração também trouxe um número importante de outras línguas para a UE, calculando-se que vivam atualmente dentro das suas fronteiras cidadãos nacionais de, pelo menos, 175 países diferentes.

A diversidade linguística está consagrada no artigo 22.º da [Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia](#). O respeito pelos direitos das pessoas pertencentes a minorias é um elemento fundamental da Carta, que proíbe a discriminação de pessoas pertencentes a grupos minoritários e exige o respeito da diversidade cultural, religiosa e linguística em toda a UE. A Comissão assegura que os direitos fundamentais, nomeadamente o direito à não discriminação, são respeitados aquando da aplicação do direito da UE.

No entanto, os Estados-Membros têm o direito exclusivo de definir ou reconhecer as minorias nacionais dentro das suas fronteiras, incluindo os direitos dos grupos minoritários à autodeterminação (conforme estabelecido na [Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias](#) do Conselho da Europa e na [Convenção-Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais](#)). Este direito estende-se às línguas nacionais ou regionais minoritárias.

Todos os países têm graus diferentes de diversidade linguística e formas diferentes de gerir esta diversidade. As regiões bilingues e as salas de aula multilingues que existem em toda a Europa recorrem a várias abordagens pedagógicas interessantes. A edição de 2017 da publicação Números-chave sobre o ensino de línguas nas escolas da Europa da rede Eurydice da União

Europeia, que reúne os centros nacionais de análise da educação existentes em todos os países do [Programa Erasmus+](#), incluía medidas de apoio ao ensino de línguas regionais ou minoritárias. Uma publicação mais recente da Eurydice apresenta um panorama específico das medidas tomadas pelas entidades competentes no domínio da educação para apoiar o ensino de línguas regionais e minoritárias nas escolas.

Para promover a diversidade linguística, todos os anos, a 26 de setembro, a Comissão associa-se ao Conselho da Europa, ao [Centro Europeu de Línguas Modernas](#), a institutos de línguas e a cidadãos de toda a Europa para comemorar o Dia Europeu das Línguas, organizando diversos eventos e atividades a fim de promover a diversidade linguística e a aprendizagem de línguas.

Os programas europeus no domínio da educação e da cultura continuarão a apoiar projetos de aprendizagem de línguas. Através de programas de financiamento como o Erasmus+ e o Europa Criativa, a União Europeia apoia a aprendizagem de línguas e a diversidade linguística mediante, por exemplo, programas de mobilidade, projetos de cooperação e o apoio às Capitais Europeias da Cultura. Graças a estes programas, surgiram muitos projetos com bons resultados que contribuem para promover a aprendizagem e a visibilidade das línguas regionais e minoritárias na Europa, alguns dos quais são citados a título de exemplo no documento da rede Eurydice sobre o ensino das línguas regionais ou minoritárias nas escolas da Europa.

O Programa [Europa Criativa](#) também apoia a tradução literária, a fim de permitir um acesso mais alargado a obras literárias importantes e de manter a diversidade linguística na UE.

O multilinguismo é uma das oito competências essenciais necessárias para a realização pessoal, estilos de vida saudáveis e sustentáveis, a empregabilidade, a cidadania ativa e a inclusão social, tal como foi sublinhado pelos Estados-Membros da UE na [Recomendação do Conselho sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida](#).

Apesar disso, muitos jovens europeus acabam os estudos sem conhecimentos práticos de uma segunda língua:

- 42% dos alunos de 15 anos testados tinham atingido o nível de «utilizador independente» na primeira língua estrangeira;
- 25% tinham atingido este nível numa segunda língua estrangeira;
- 14% dos alunos não tinham sequer um conhecimento básico de uma língua estrangeira.

Desta forma, a União Europeia definiu como prioridade fundamental melhorar o ensino e a aprendizagem de línguas, procurando:

- fomentar a aprendizagem de línguas até ao final da escolaridade obrigatória, ajudando todos os jovens a adquirir competências em, pelo menos, outra língua europeia para além da(s) língua(s) da sua escolaridade;
- incentivar a aquisição de uma (terceira) língua adicional a um nível que lhes permita interagir com um grau de fluência;
- melhorar o ensino e a aprendizagem das línguas a nível nacional, regional, local e escolar;
- introduzir o conceito de sensibilização para as línguas no domínio da educação e da formação;
- assegurar que um maior número de professores de línguas beneficia de oportunidades de aprendizagem e estudo no estrangeiro
- identificar e promover métodos de ensino inovadores, inclusivos e multilingues, utilizando ferramentas e plataformas a nível da UE, como o portal [School Education Gateway](#) e a plataforma [eTwinning](#).

A existência de salas de aula multilingues apresenta-se como fundamental em todo este processo, aproveitando o potencial da [diversidade linguística](#) da União

Europeia. As escolas devem, portanto, adaptar os métodos de ensino de modo a atender de forma positiva aos contextos culturais e linguísticos dos alunos, criando as condições para que possam ter bons resultados escolares.

A comemoração do Dia Europeu das Línguas comemora-se a 26 de setembro e tem como objetivo:

- sensibilizar o público para a grande variedade de línguas existente na Europa;
- promover a [diversidade linguística](#) e cultural;
- incentivar pessoas de todas as idades a aprender línguas.

Fonte: <https://education.ec.europa.eu/pt-pt>

2023/11/06

Temas Centrais do EEE: Competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida



(Imagem de vários alunos adultos sentados num anfiteatro retirada do site do EEE)

As [competências essenciais](#) incluem conhecimentos, aptidões e atitudes de que todos precisam para a realização e o desenvolvimento pessoais, a empregabilidade, a [inclusão](#) social e a cidadania ativa com o objetivo de:

- Proporcionar a todos um [ensino de elevada qualidade](#), bem como formação e aprendizagem ao longo da vida;
- Apoiar o pessoal educativo na aplicação de métodos de ensino e aprendizagem baseados nas competências;
- Promover uma variedade de métodos e contextos para a aprendizagem contínua;

- Experimentar abordagens alternativas para avaliar e validar competências essenciais.

Foram identificadas oito competências essenciais necessárias para a realização pessoal, um estilo de vida saudável e sustentável, a empregabilidade, a cidadania ativa e a inclusão social:

- Literacia
- Multilinguismo
- Aptidões nos domínios da matemática, das ciências e da engenharia
- Competências digitais e ligadas à tecnologia
- Aptidões interpessoais, e a capacidade de adquirir novas competências
- Cidadania ativa
- Empreendedorismo
- Sensibilidade e expressão culturais

A constante evolução da economia europeia implica que os cidadãos necessitem de acompanhar estas mudanças e de ter competências essenciais para o fazer: a leitura e a escrita, a numeracia, as competências digitais, o pensamento crítico, a criatividade e a capacidade de trabalhar em equipa.

A educação e a formação desempenham um papel crucial permitindo aos jovens, em particular, desenvolver essas competências e criando, assim, as condições para um início de vida o mais prometedor possível. Para melhor identificar e gerir a aquisição das competências, atitudes e conhecimentos requeridos e prevenir a falta e a desadequação das competências, o setor da educação e da formação tem de ser mantido a par das necessidades da economia da UE.

Desta forma existem várias iniciativas europeias que promovem as competências essenciais:

- [Recomendação sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida](#)
- [Agenda de Competências para a Europa](#)
- [Plano de Ação para a Educação Digital](#) da Comissão
- [Coligação para a Criação de Competências e Emprego na Área Digital](#)
- [Plano de Ação Empreendedorismo 2020](#)
- [ESCO](#), classificação multilingue das competências/aptidões, qualificações e profissões europeias
- [Panorama das Competências](#).

A União Europeia promove a educação para o empreendedorismo assegurando a competitividade da Europa e crescimento da economia europeia. O [programa Erasmus+](#) inclui uma série de ações de apoio ao empreendedorismo, dirigidas tanto a pessoas que estudam ou seguem uma formação como a pessoas que participam em projetos de parcerias estratégicas no estrangeiro. Além disso, foram criados vários instrumentos para apoiar o desenvolvimento de um espírito empreendedor entre os cidadãos da UE, como o [HEInnovate](#) dirigido às instituições de ensino superior.

Fonte: <https://education.ec.europa.eu/pt-pt>

2023/11/09

Temas centrais do EEE: professores, formadores e dirigentes escolares



(Imagem desenhada de dois alunos a consultarem aparelhos informáticos. Imagem retirada da Internet)

Os professores, formadores e dirigentes escolares desempenham um papel fundamental na oferta de educação de qualidade e inclusiva, com a aplicação de programas inovadores e novas práticas de ensino. Os conhecimentos, [competências](#) e atitudes dos professores e dirigentes escolares são de grande importância. A sua qualidade e profissionalismo têm um efeito direto nos resultados da aprendizagem dos alunos.

Como tal, os docentes precisam de desenvolver continuamente as suas competência, assegurando a qualidade da sua [formação profissional](#), tanto inicial como contínua, assim como o acesso a apoio adequado ao longo de toda a sua vida profissional.

A falta de profissionais desta área deve remeter-nos para a valorização do trabalho dos professores e para o apoio para o desenvolvimento de competências. A União Europeia adotou várias medidas neste sentido:

- desenvolver 25 Academias de Professores Erasmus+ até 2025 para criar redes de instituições de formação de professores, de associações de professores e de partes interessadas;
- criar orientações europeias para a elaboração dos quadros de carreira nacionais com vista a apoiar a progressão na carreira dos profissionais do ensino escolar
- aumentar a quantidade e a qualidade dos períodos de mobilidade dos professores
- implementar o [Prémio Europeu do Ensino Inovador](#) para reconhecer o trabalho dos professores e das suas escolas

A diminuição do prestígio das profissões docentes e a escassez de pessoal podem estar a prejudicar a qualidade do ensino escolar em muitos países da UE. A maioria dos países procura motivar e ajudar o seu pessoal a atingir níveis de excelência nestas profissões tão exigentes e, ao mesmo tempo, atrair um leque mais vasto de pessoas competentes para o ensino escolar.

A União Europeia tem elaborado políticas adequadas para as profissões docentes através de: um grupo de trabalho composto por representantes dos ministérios da Educação e de organizações de partes interessadas de toda a EU que se reúne regularmente para examinar políticas específicas relativas aos professores e dirigentes escolares, debater desafios comuns e partilhar boas práticas. Estes grupos de trabalho elaboraram orientações dirigidas aos responsáveis políticos sobre uma série de temas relacionados com as profissões docentes.

Fonte: <https://education.ec.europa.eu/pt-pt>

2023/11/13

Exposição virtual: “O coração e o sistema circulatório”

O coração é um órgão muscular cuja função é bombear o sangue através de veias e artérias, permitindo a sua circulação no corpo humano fornecendo oxigénio e nutrientes e eliminando resíduos metabólicos. Situa-se na cavidade torácica, entre os pulmões. Está dividido em quatro cavidades, sendo as da zona superior denominadas aurículas e as da parte inferior, ventrículos.

O sistema circulatório é constituído pelo coração e pelos vasos sanguíneos e funciona através de dois tipos de circulação. A circulação sistémica ou grande circulação é realizada entre o coração e o resto do corpo humano: o sangue oxigenado parte do ventrículo esquerdo e, através da artéria aorta, chega a todo o organismo, realizando diversas trocas de substâncias. O sangue volta ao coração pela veia cava. A circulação pulmonar ou pequena circulação é realizada entre o coração e os pulmões.

O coração é conhecido desde a Antiguidade, embora a sua função não fosse completamente entendida. No século II, Galeno foi o primeiro a distinguir o sangue venoso do sangue arterial. Apesar de algumas descobertas, só com William Harvey se conseguiu descrever de forma precisa a circulação sanguínea.

As doenças cardiovasculares têm sido uma das causas de morte mais comuns provocadas por excesso de peso, falta de exercício físico, tabaco, hipertensão, colesterol ou diabetes. Como tal o estudo deste órgão reveste-se da maior importância. Nesta exposição são apresentados vários modelos anatómicos desmontáveis, para um conhecimento mais profundo deste tema, bem como imagens parietais ilustrativas.



Modelo anatómico de coração

ME/342129/12

Escola Secundária Marquesa de Alorna

Modelo do coração decomponível em várias partes, utilizado para ilustrar as aulas de Ciências Naturais.



Modelo anatómico de coração

ME/346779/149

Escola Secundária com 3º Ciclo Clara de Resende

Modelo de coração humano, utilizado para ilustrar as aulas de Ciências Naturais. Constituído por várias peças desmontáveis, permite visualizar a composição deste órgão e o seu modo de funcionamento. O modelo pode ser colocado no topo de uma haste que assenta numa base quadrangular para melhor visualização.

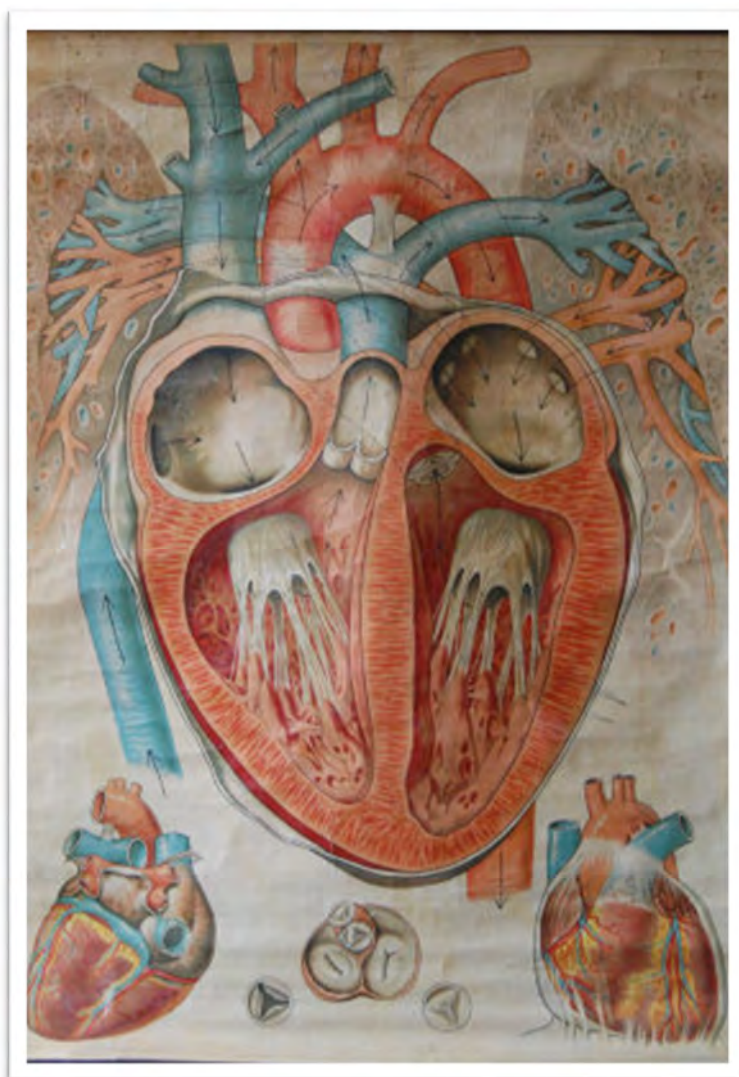


Imagem parietal do corpo humano/Coração

ME/400208/115

Escola Secundária de Francisco Rodrigues Lobo

Quadro que representa pormenorizadamente um coração. É composto por uma imagem central, bastante ampliada deste órgão, com corte transversal. Em baixo surgem mais duas imagens do coração, em duas posições diferentes.



Modelo anatómico de coração

ME/400798/133

Escola Secundária Almeida Garrett

Modelo anatómico do coração humano, composto por artérias, veias, aurícula direita e esquerda, parede cardíaca, músculo cardíaco, válvulas, átrios e ventrículos, montado sobre eixo e base de madeira. Utilizado como material de apoio didático nas aulas de Ciências Naturais/Biologia.

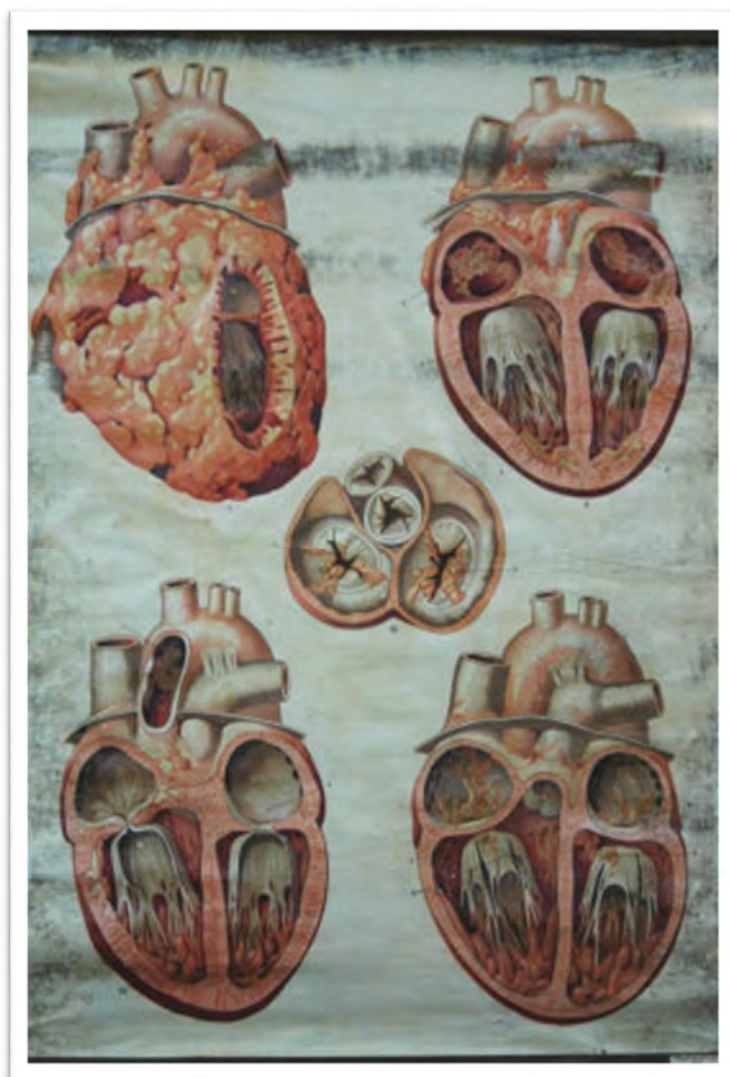
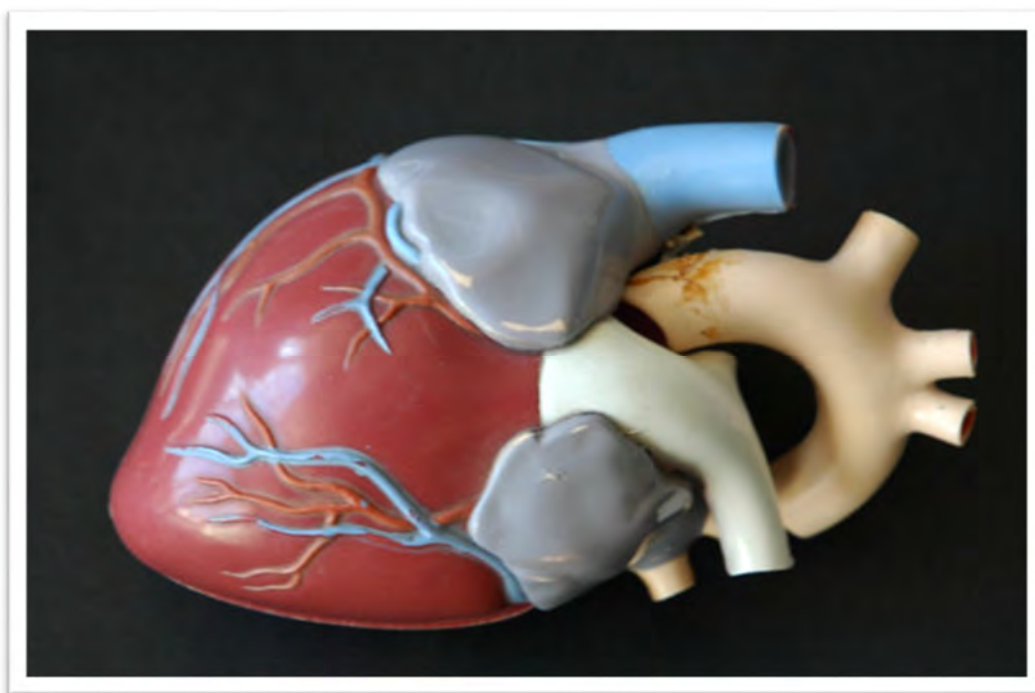


Imagem parietal do corpo humano/Coração

ME/401857/642

Escola Secundária de Gil Vicente

O quadro era utilizado nas aulas de Ciências Naturais, para apoio no estudo da anatomia humana (coração). O quadro apresenta cinco ilustrações a cores, sobre fundo claro. Em cima, à esquerda, está uma vista geral e externa do coração (I); à direita, encontra-se um corte longitudinal do mesmo (II); ao centro, encontra-se, visto de cima, um corte transversal do coração; ao fundo, à esquerda, e à direita, estão dois cortes longitudinais do coração, mostrando em pormenor as aurículas, os ventrículos, as artérias, o miocárdio, etc. (IV / V).



Modelo anatómico de coração

ME/402631/585

Escola Secundária Rainha D. Leonor

Modelo de coração humano, utilizado para ilustrar as aulas de Ciências Naturais. Constituído por várias peças desmontáveis, que permitem visualizar a composição deste órgão e o seu modo de funcionamento.

2023/11/16

Peça do mês de novembro/2023



Rosa do Deserto

Espécime utilizado para observação nas matérias de Geologia. Integra uma grande coleção da Escola, com espécimes maioritariamente recolhidos pelos alunos e professores. Encontra-se acondicionado numa caixa sem tampa.

A peça está inventariada com o número ME/400208/327 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária de Francisco Rodrigues Lobo.

2023/11/20

Temas centrais do EEE: Educação Digital



(Imagem de vários adultos sentados numa secretária a trabalhar num computador portátil. Imagem retirada do site do EEE)

As competências digitais são fundamentais, garantindo que cada cidadão tem acesso a um emprego. Num futuro próximo, o ensino e o acesso ao emprego estarão condicionados a um nível de competências digitais. As mudanças tecnológicas implicam o desenvolvimento de competências ao longo da vida de forma a garantir a competitividade económica e a participação na vida social.

O Plano de Ação de Educação Digital fornece ferramentas de autorreflexão gratuitas:

- [SELFIE](#) (Self-Reflection on Effective Learning by Fostering the Use of Innovative Educational Technologies). Trata-se de uma ferramenta personalizável, fácil de utilizar e gratuita para ajudar as escolas a avaliar a sua situação em termos da aprendizagem na era digital.

- [SELFIE](#) para Aprendizagem em Contexto Laboral (WBL) é uma ferramenta em linha gratuita para as escolas e empresas do ensino e formação profissionais (EFP). Ajuda-as a tirar o máximo partido das tecnologias digitais no ensino, na aprendizagem e na formação. A SELFIE WBL ajuda igualmente as escolas e as empresas a prepararem-se para a era digital.
- [SELFIE](#) For Teachers cujo objetivo é apoiar e desenvolver as competências digitais dos docentes.

Fonte: <https://education.ec.europa.eu/pt-pt>

2023/11/23

Temas centrais do EEE: Educação Ecológica



(Imagem de três crianças a observar uma planta com uma lupa, junto de um professor. Imagem retirada do site do EEE)

A União Europeia pretende encorajar o ensino a contribuir para a transição ecológica e para a sustentabilidade. Os estudantes de todas as idades têm de ser capazes de desenvolver os conhecimentos, as competências e as atitudes para viver de forma mais sustentável, mudar os padrões de consumo e contribuir para um futuro mais ecológico. A educação e a formação são essenciais para ajudar as pessoas a passar da tomada de consciência à ação individual e coletiva em favor do ambiente.

No entanto, apesar de existirem cada vez mais iniciativas, a educação para a sustentabilidade ambiental ainda não faz parte das práticas educativas na UE.

A Comissão Europeia está a combater estes problemas através de um conjunto de ações:

- a [Educação ao Serviço da Proteção do Clima](#), uma comunidade em crescimento de estudantes e professores que tomam uma posição ativa em questões relacionadas com as alterações climáticas e a sustentabilidade;
- uma proposta de recomendação do Conselho sobre a aprendizagem direcionada para os objetivos da sustentabilidade ambiental;
- o novo [Quadro Europeu de Competências em Matéria de Sustentabilidade](#) estabelece conhecimentos, competências e atitudes que todos os estudantes necessitarão para a transição ecológica;
- a iniciativa *Investigadores nas Escolas* dá aos jovens investigadores a oportunidade de dialogarem com professores e estudantes sobre as alterações climáticas e o desenvolvimento sustentável;
- colaboração com o Banco Europeu de Investimento (BEI), que permite aos Estados-Membros acederem ao financiamento para infraestruturas educativas sustentáveis e o desenvolvimento de capacidades e pedagogias
- os programas Erasmus+ (2021-2027) e Corpo Europeu de Solidariedade tornaram-se mais verdes e mais digitais.

Os europeus consideram as alterações climáticas um dos problemas mais graves com que o mundo se depara nos dias de hoje. O setor da educação e formação, como todos os setores, deve tomar medidas para dar resposta a esta crise planetária:

- dotar os discentes e os educadores dos conhecimentos, competências e atitudes necessárias para uma economia e uma sociedade mais ecológicas e sustentáveis;
- ajudar as instituições de ensino e formação a integrar a sustentabilidade no ensino e na aprendizagem e em todos os aspetos do seu funcionamento;

- criar um entendimento comum sobre as mudanças profundas e transformadoras necessárias na educação e na formação para a sustentabilidade e a transição ecológica.

O Conselho da União Europeia adotou uma [Recomendação sobre a aprendizagem em prol da transição ecológica e o desenvolvimento sustentável](#) que pode ser integrada em todos os aspetos da educação e da formação. Apela aos Estados-Membros que:

- tornem a aprendizagem para a transição ecológica e o desenvolvimento sustentável uma prioridade nas políticas e nos programas de educação e formação;
- proporcionem a todos os alunos oportunidades para estudar a crise climática e a sustentabilidade no ensino formal e no não formal;
- mobilizem fundos nacionais e da UE para investir em equipamentos, infraestruturas e recursos ecológicos e sustentáveis;
- apoiem os educadores para que estes desenvolvam os conhecimentos e as competências necessárias para dar aulas sobre a crise climática e a sustentabilidade e para aprender a lidar com a eco ansiedade dos seus alunos
- criem ambientes de aprendizagem propícios à sustentabilidade que abranjam todas as atividades e áreas de funcionamento de um estabelecimento de ensino e permitam um ensino e uma aprendizagem práticos, interdisciplinares e pertinentes para os contextos locais;
- envolvam ativamente os estudantes e o pessoal, as autoridades locais, as organizações de juventude e a comunidade de investigação e inovação na aprendizagem para a sustentabilidade.

A Comissão Europeia apoia a aplicação da recomendação através de um grupo de trabalho específico sobre a sustentabilidade na educação, Aprendizagem para a Sustentabilidade. O grupo publicou uma série de [documentos informativos](#)

[e mensagens políticas fundamentais](#) sobre temas como a sustentabilidade de toda a escola, os planos curriculares e as competências, a conceção de políticas eficazes e a formação de professores.

O [Quadro Europeu de Competências em matéria de Sustentabilidade \(«GreenComp»\)](#), foi publicado em janeiro de 2022 e pode ser utilizado em programas e políticas de educação e formação em contextos formais, não formais e informais. O quadro define os quatro grupos de competências relacionados com a sustentabilidade que devem ser adquiridos pelos aprendentes de todas as idades. Cada competência tem três subpartes, a saber:

1. Incorporar valores de sustentabilidade

- valorizar a sustentabilidade;
- apoiar a equidade;
- promover a natureza.

2. Integrar a complexidade na sustentabilidade

- pensamento sistémico;
- pensamento crítico;
- enquadramento de problemas.

3. Agir em prol da sustentabilidade

- agência política;
- ação coletiva;
- iniciativa individual.

4. Prever futuros sustentáveis

- literacia sobre o futuro;
- adaptabilidade;
- pensamento exploratório.

5. Financiamento

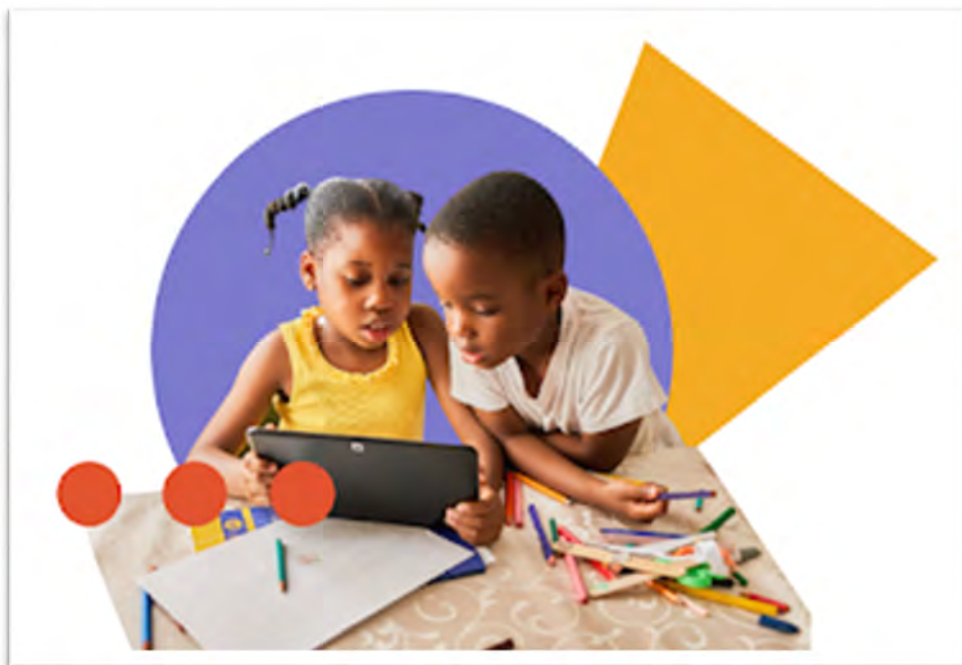
Três das academias, iniciadas em 2022 e com uma duração de três anos, centram-se especificamente na sustentabilidade:

- A [EduSTA](#) (Academy for Sustainable Future Educators) criará percursos de aprendizagem em que os professores possam desenvolver e demonstrar as suas competências em matéria de educação para a sustentabilidade através de emblemas digitais.
- O projeto [TAP-TS](#) (Teacher Academy Projects) produzirá, testará e validará pacotes de recursos relacionados com a sustentabilidade destinados às escolas e à formação de professores.
- A [CLIMADEMY](#) centra-se em ajudar os professores a compreender melhor as causas, o impacto e as possibilidades de atenuação das alterações climáticas e criará uma rede de professores com formação no domínio das alterações climáticas.

Fonte: <https://education.ec.europa.eu/pt-pt>

2023/11/27

Temas centrais do EEE: o Espaço Europeu da Educação no mundo



(Imagem de duas crianças sentadas numa mesa com papeis e lápis de cor, observando um tablet.
Imagem retirada do site do EEE)

A cooperação internacional ao nível da educação é fundamental para solucionar os desafios globais existentes e emergentes. A partilha de conhecimentos, políticas e práticas nestes domínios ajuda também a atingir as prioridades geopolíticas da União Europeia.

Para solucionar estes desafios, a União Europeia está a tomar as seguintes medidas:

- expandir a dimensão internacional do Programa Erasmus+ (2021-2027), através de projetos de cooperação e de intercâmbio de pessoas;
- promover a atratividade do ensino superior europeu através do projeto *Study in Europe*;
- participar em diálogos políticos sobre educação e outros temas conexos com inúmeros países e regiões do mundo inteiro.

No que respeita às instituições de ensino superior é necessário estabelecer relações com o mundo exterior além-fronteiras, para realizar o seu objetivo de dotar os profissionais e os decisores do futuro das competências relevantes. Dar uma dimensão internacional às políticas de ensino superior da UE contribui para a realização dos objetivos políticos internos da UE em matéria de educação e formação. A cooperação internacional neste domínio apoia igualmente a [inovação](#) e a [criação de emprego](#) na UE através da mobilidade de competências entre países. Um período de estudo ou de ensino no estrangeiro é reconhecido por todos como um fator que melhora a empregabilidade individual.

Para além disso, é uma ferramenta eficaz para apoiar os esforços da diplomacia pública da UE em todo o mundo, incentivando o apoio às políticas da União Europeia além das suas fronteiras. Muitos projetos de cooperação no domínio do ensino superior estão a desenvolver competências que são necessárias para realizar progressos efetivos também relativamente a outros objetivos, por exemplo, para melhorar a eficiência energética, proteger o ambiente marinho ou garantir a segurança alimentar.

O programa Erasmus+ apoia a modernização dos programas de ensino, contribui para melhorar a qualidade do ensino e da educação, apoia uma governação mais transparente da educação e a cooperação entre os setores público e privado neste domínio.

É importante promover o ensino superior europeu a estudantes e investigadores de países que não pertencem à União Europeia. A iniciativa da Comissão [Estudar na Europa](#) disponibiliza uma plataforma que permite promover e facultar informações sobre os [sistemas e as instituições de ensino superior](#) dos países europeus. A plataforma e as suas atividades nas redes sociais ajudam os estudantes a fazer uma escolha fundamentada sobre destinos e programas de estudo na Europa, informando-os também sobre aqueles que podem ser menos conhecidos no estrangeiro.

Fonte: <https://education.ec.europa.eu/pt-pt>

2023/11/30

Temas centrais do EEE: Diálogo Político



(Imagem de quatro estudantes num corredor retirada do site do EEE)

A União Europeia organizou uma série de fóruns de diálogo sobre a política em matéria de ensino superior, com vários países e regiões fora da Europa.

Parceria Oriental - iniciativa política conjunta que visa aprofundar e reforçar as relações entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e seis países parceiros do Leste, por outro: a Arménia, o Azerbaijão, a Bielorrússia, a Geórgia, a República da Moldávia e a Ucrânia.

São debatidas questões políticas em quatro plataformas temáticas:

- Reforço das instituições e boa governação;
- Desenvolvimento económico e oportunidades de mercado;
- Conectividade, eficiência energética, ambiente e alterações climáticas;
- Mobilidade e contactos entre as pessoas.

São privilegiadas as seguintes prioridades:

- Apoiar e capacitar os jovens, contribuindo para a elaboração de uma política de juventude inclusiva e baseada em dados concretos;
- Apoiar a educação, a formação e a transição dos jovens para o mundo do trabalho através de um diálogo entre pares sobre as políticas e as instituições.

Cooperação UE-Sul do Mediterrâneo - A Comissão Europeia está empenhada em:

- Apoiar a modernização dos sistemas de ensino superior;
- Reforçar o apoio ao ensino e à mobilidade para fins de aprendizagem de estudantes, professores, pessoal universitário e jovens dos países do Sul do Mediterrâneo.

São vários os Programas que a União Europeia disponibiliza: [Erasmus+](#), [Ações Marie Skłodowska Curie](#) ou a [Fundação Europeia para a Formação](#).

Plataforma dos Balcãs Ocidentais para a Educação e a Formação - Esta cooperação inclui a Albânia, a Bósnia e Herzegovina, a Macedónia do Norte, o Kosovo, o Montenegro e a Sérvia.

O objetivo de longo prazo deste diálogo consiste em prestar assistência aos Balcãs Ocidentais com os seus esforços de reforma e prepará-los para as responsabilidades decorrentes da futura adesão à União Europeia, incluindo a plena participação nos programas da UE no setor do ensino.

África - A Parceria Estratégica África- UE, que envolve 107 universidades em 41 países africanos, bem como organismos regionais e estudantes. O diálogo resultou nas seguintes iniciativas: [Tuning Africa](#) (processo de colaboração que passa em revista as competências e aptidões necessárias para uma determinada disciplina) e a [Harmonização dos sistemas de garantia da qualidade e de acreditação do ensino superior em África \(HAQAA\)](#) que apoia o quadro pan-africano de garantia da qualidade e de acreditação.

África participa também ativamente no [programa Erasmus+](#) e os investigadores africanos beneficiam de apoio através das [Ações Marie Skłodowska Curie](#). O [Programa de Mobilidade Académica Intra-África](#) financia parcerias e ações de mobilidade entre universidades africanas.

Brasil - A UE e o Brasil assinaram uma [Declaração conjunta sobre a cooperação no domínio da educação e da formação](#). A Comissão e as autoridades brasileiras responsáveis pela educação e a formação realizaram dois diálogos políticos a nível governamental e um simpósio.

Japão - O Acordo de Parceria Estratégica entre a UE e o Japão inclui uma série de diálogos políticos sobre educação, cultura e desporto. A cooperação com o Japão no âmbito de programas da UE, principalmente o Erasmus+, é bem reconhecida e as partes chegaram a acordo sobre uma nova cooperação para a mobilidade dos investigadores.

China - Na última década, a União Europeia e a China cooperaram estreitamente nos domínios da educação e formação, da cultura, do multilinguismo e da juventude. A cooperação consistiu em diálogos políticos regulares a nível governamental, bem como em realizações concretas em termos de projetos e eventos conjuntos. O HPPD é o mecanismo abrangente que congrega todas as iniciativas conjuntas UE-China no domínio dos intercâmbios entre pessoas. Estas iniciativas decorrem das conclusões dos diálogos entre dirigentes e altos funcionários, nas quais se definem os objetivos a longo prazo, se trocam boas práticas e se exploram os eventuais domínios da futura cooperação. O HPPD visa contribuir para reforçar a confiança mútua e para consolidar a compreensão intercultural entre a UE e a China.

Índia - A União Europeia e a Índia cooperam numa série de questões no domínio da educação, nomeadamente:

- A modernização do ensino superior;
- A excelência académica;
- A mobilidade dos docentes e dos estudantes;
- O ensino e a formação profissionais;
- A aprendizagem ao longo da vida;
- A transparência;
- A qualidade e a equidade na educação;
- O reconhecimento mútuo das qualificações.

México - Desde 2010, a Comissão Europeia e as autoridades mexicanas responsáveis pela educação e a formação realizaram dois diálogos políticos a nível governamental. O objetivo destes diálogos consistiu em debater, a alto nível, temas de interesse comum, a fim de proceder ao intercâmbio de boas práticas e de identificar áreas concretas para futura cooperação.

África do Sul - a União Europeia e a República da África do Sul reconheceram o contributo fundamental da educação e da formação para o desenvolvimento das sociedades e economias baseadas no conhecimento, bem como o papel crucial que desempenham na promoção do crescimento e do emprego.

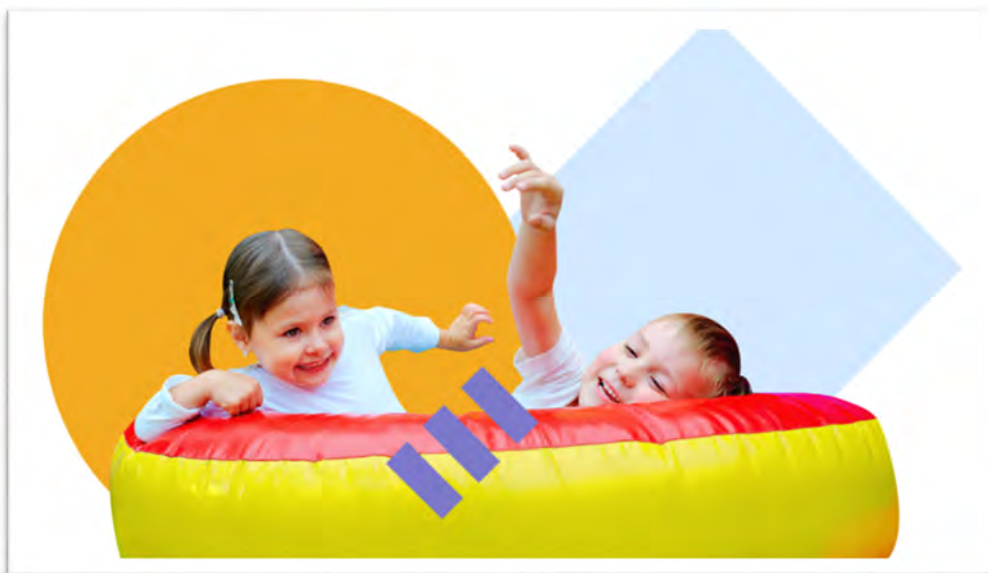
Coreia do Sul - A União Europeia (UE) e a República da Coreia (RC) cooperam, em especial no domínio do ensino superior, reconhecendo ambas o contributo fundamental deste domínio para o desenvolvimento de uma economia globalmente competitiva e baseada no conhecimento, promovendo assim o crescimento económico e o emprego.

Estados Unidos da América - A cooperação com os Estados Unidos da América é apoiada através de programas da União Europeia para a cooperação universitária abertos a todo o mundo, sendo fomentada por outras iniciativas complementares, incluindo uma vertente bilateral do *Programa Fulbright-Schuman* que financia licenciaturas e pós-graduações, bem como investigação e conferências no domínio das relações UE-EUA. O [Seminário de jovens dirigentes da UE e dos EUA](#) é uma plataforma que visa promover os contactos interpessoais entre a UE e os Estados Unidos.

Fonte: <https://education.ec.europa.eu/pt-pt>

2023/12/04

EEE - Níveis de Ensino: Educação e Acolhimento na Primeira Infância



(Imagem de duas crianças a brincar retirada do site do EEE)

Este nível de ensino refere-se a crianças desde o nascimento até ao primeiro ano do ensino básico, cuja idade pode variar em cada Estado Membro.

As iniciativas neste nível de ensino incluem centros de dia e o ensino pré-escolar. Um elevado nível da educação nesta fase da vida da criança é um garante do sucesso educativo, bem-estar, empregabilidade e integração social. Como tal, é especialmente importante em casos de crianças que provêm de meios mais desfavorecidos.

A Comissão Europeia apoia os diversos estados e facilita a cooperação entre todos fornecendo dados e análises sobre esta área que está identificada como prioritária.

O Conselho da União Europeia identificou 5 componentes chave para um ensino de qualidade:

- acesso à educação e acolhimento na primeira infância;

- formação de profissionais especializados;

definição de currículos apropriados

- administração e financiamento;
- monitorização e avaliação dos sistemas.

O objetivo é conseguir que pelo menos 96% das crianças entre os 3 anos e a idade de início do ensino básico tenham acesso à educação na primeira infância.

Fonte: <https://education.ec.europa.eu/pt-pt>

2023/12/07

EEE - Níveis de Ensino: Ensino Escolar



Imagem de três crianças junto de uma professora. Um dos alunos tem na mão papel e um lápis, outro observa um microscópio e o último tem na mão um tablet. Imagem retirada do site do EEE)

A Comissão Europeia apoia este nível de ensino no âmbito nacional através da colaboração com os responsáveis políticos para desenvolver políticas e sistemas de ensino escolar e também através do programa Erasmus+.

As áreas prioritárias identificadas para o ensino escolar foram as seguintes:

- desenvolvimento de competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida;
- generalização de uma aprendizagem de elevada qualidade;
- apoio a alunos com necessidades educativas especiais, migrantes e redução do abandono escolar,
- apoio aos professores e dirigentes escolares

- ensino escolar equitativo e eficiente.

É imprescindível garantir o acesso de todos a uma educação inclusiva de qualidade de modo a promover o potencial de jovens e crianças, contribuindo para o desenvolvimento de competências essenciais. O domínio de áreas como a leitura, a matemática e as ciências são fundamentais para a progressão académica.

Atualmente os dados de que a União Europeia dispõe permite afirmar que um em cada 5 jovens de 15 anos de idade não possui competências suficientes de leitura, matemática e ciências. 10% dos jovens abandonaram precocemente a educação e apenas 84.3% dos jovens entre os 20 e os 24 anos de idade concluíram o ensino secundário. As causas desta situação apontam para os contextos socio económicos e culturais. Para além disso, o bem-estar dos alunos e o sentimento de pertença à escola estão a diminuir.

A União Europeia criou a iniciativa *Percursos para o Sucesso Escolar* no intuito de fazer face a estes desafios. As recomendações do Conselho do Espaço Europeu da Educação focam-se nos seguintes aspetos:

- gestão e governação das escolas, incluindo as questões relativas à garantia da qualidade;
- modalidades de aprendizagem — currículos e programas de estudos, métodos de avaliação, apoios e meios pedagógicos específicos, transição entre níveis de ensino;
- apoio aos alunos, ambiente de aprendizagem propício ao bem-estar dos alunos e interação positiva respeitadora da diversidade e promotora do bem-estar dos alunos na escola;
- reforço do papel dos professores na eliminação das desvantagens que afetam o desempenho escolar;
- participação dos pais e famílias na tomada de decisões e nas atividades escolares;

- colaboração dentro das escolas e fora das escolas com as partes interessadas e a comunidade em geral.

Foi igualmente criado o Prémio Europeu do Ensino Inovador que tem como objetivos celebrar os êxitos dos professores e das escolas e valorizar o seu trabalho; promover práticas de ensino e aprendizagem excepcionais; proporcionar meios para a aprendizagem mútua; e salientar o valor do [Programa Erasmus+](#) para a colaboração dos professores europeus e a criação do Espaço Europeu da Educação.

Fonte: <https://education.ec.europa.eu/pt-pt>

2023/12/11

EEE - Níveis de Ensino: Ensino Escolar – O Abandono Escolar



(Imagem de um professor que cumprimenta um aluno retirada do site do EEE)

O abandono escolar está associado ao desemprego, exclusão social, pobreza e problemas de saúde. As causas desta situação são variadas: problemas pessoais ou familiares, dificuldades de aprendizagem, situação socioeconómica precária, a forma como o sistema de ensino está organizada, o ambiente escolar e as relações entre professores e alunos.

As políticas para reduzir o abandono escolar precoce devem abordar uma série de questões e combinar políticas sociais e educativas. Os estudos feitos mostram que o impacto dos instrumentos políticos da UE é positivo: em média, a taxa de abandono escolar precoce diminuiu de 13,4 % em 2011 para 10,2 % em 2019 em toda a Europa.

No entanto, continua a haver diferenças consideráveis entre países e grupos demográficos. As pessoas de origem migrante, os jovens do sexo masculino e os residentes em zonas rurais têm maiores probabilidades de terminar o seu percurso escolar antes da conclusão da escolaridade obrigatória.

O conjunto de [ferramentas europeias](#) para as escolas proporciona aos decisores políticos e aos profissionais do ensino recursos e exemplos de práticas eficazes para promover o sucesso escolar e evitar o abandono escolar precoce.

O conjunto de ferramentas está organizado em torno de cinco áreas temáticas que são condições essenciais para uma abordagem do abandono escolar precoce que envolva toda a comunidade escolar. Cada área temática é descrita de forma mais pormenorizada no conjunto de ferramentas e complementada com medidas e exemplos práticos.

Fonte: <https://education.ec.europa.eu/pt-pt>

2023/12/14

Peça do mês de dezembro/2023



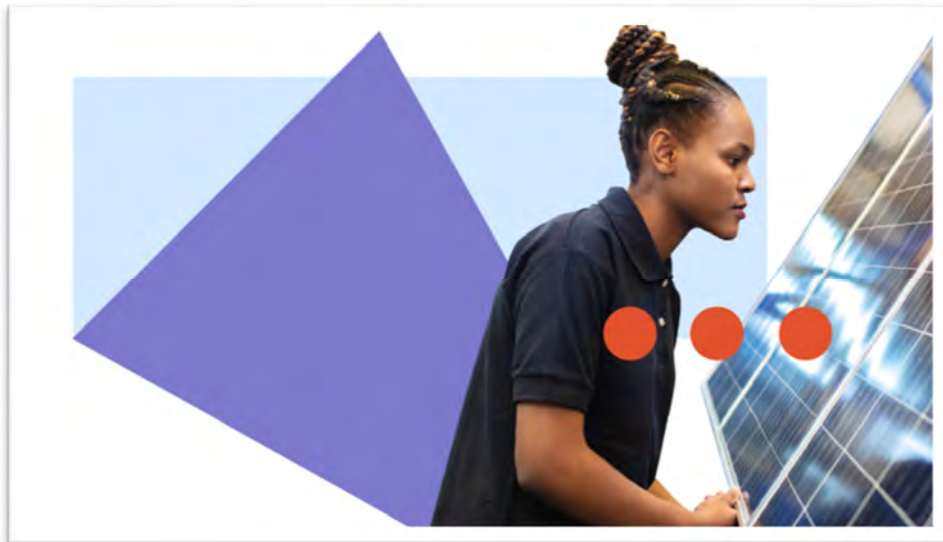
Transmissor de micro-ondas

Transmissor de micro-ondas utilizado no Laboratório de Física. O transmissor e recetor de micro-ondas permitem transmitir energia pela atmosfera sem recorrer a cabos. As micro-ondas são ondas eletromagnéticas com comprimentos de onda maiores que os dos raios infravermelhos, mas menores que o comprimento de onda das ondas de rádio. Estes modelos de transmissor e recetor permitem testar essa transferência de energia.

A peça está inventariada com o número ME/401250/283 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária de D. Dinis.

2023/12/18

EEE - Níveis de Ensino: Ensino Escolar – A Garantia da Qualidade



(Imagem de uma jovem que observa um painel interativo retirada do site do EEE)

A garantia da qualidade implica a revisão sistemática da prestação do ensino para manter e melhorar a sua qualidade, equidade e eficiência, englobando a autoavaliação das escolas, a avaliação externa (incluindo a inspeção), a avaliação dos professores e dos dirigentes escolares, bem como a avaliação dos alunos.

A Comissão ajuda os países da UE a desenvolverem os seus sistemas de garantia da qualidade. O grupo de trabalho que se dedica a esta área examina aspetos específicos das políticas relacionadas com a garantia da qualidade na educação, debate desafios comuns, partilha boas práticas e formula orientações sobre a garantia da qualidade para o desenvolvimento das escolas.

A qualidade também passa pelo multilinguismo nas escolas, uma vez que alunos migrantes trazem para a sala de aula as suas competências linguísticas e uma multiplicidade de novas línguas. No conjunto da UE, quase 10 % dos alunos aprendem numa língua que não é a sua língua materna.

É decisivo aproveitar este potencial e as escolas devem, portanto, adaptar os métodos de ensino de modo a atender de forma positiva aos contextos culturais e linguísticos dos alunos, criando as condições para que possam ter bons resultados escolares.

A Comissão colabora com as autoridades nacionais para identificar as estratégias mais eficazes para a aprendizagem de línguas em contextos multilingues e facilitar o intercâmbio das melhores práticas neste domínio.

No âmbito da estratégia geral da Comissão para as profissões docentes, serão criados recursos e material de apoio para os professores que trabalham com alunos de várias nacionalidades na sala de aula.

O bem-estar dos alunos nas escolas permite-lhes aprender e desenvolver o seu potencial. Isto significa sentirem-se seguros, valorizados, respeitados, integrados e ativos na vida académica. Passa também pelo relacionamento positivo com os professores e colegas, criando um sentimento de pertença.

Atualmente, os alunos sentem-se menos ligados à escola e assiste-se a um aumento do (cyber)bullying, com consequências extremamente negativas. Cerca de 20% das crianças em idade escolar têm ou tiveram, problemas de saúde mental, nomeadamente ansiedade e depressão, que se agravou durante o período pandémico.

O bem-estar dos professores e dos alunos está relacionado: os professores precisam de se sentir bem para contribuírem para o bem-estar físico e mental dos seus alunos.

As escolas são o ponto de partida para a valorização da saúde mental, uma vez que são o espaço onde as crianças permanecem por mais tempo durante o seu dia. Tem de haver um equilíbrio entre as competências cognitivas, sociais e emocionais para que a aprendizagem seja feita de forma positiva.

Fonte: <https://education.ec.europa.eu/pt-pt>

2023/12/21

Exposição virtual: “Retratos no Museu Virtual da Educação”

Um retrato é uma representação de uma pessoa através da pintura, desenho, fotografia ou mesmo através da escrita e da oralidade. Não deve apenas reproduzir a fisionomia, mas também o carácter e a personalidade. No que se refere à pintura, podem ser utilizados diversos materiais e técnicas pelos artistas. Geralmente inicia-se com um esboço a lápis, tinta, carvão ou óleo. O rosto é a primeira coisa a ser completada, seguindo-se o resto: corpo, paisagem, etc. O retrato pictórico perdeu alguma importância com a descoberta da fotografia.

Nesta exposição encontram-se retratos de alguns pintores de destaque no panorama nacional. É o caso de Leopoldo Battistini (1865 – 1936) pintor e ceramista italiano que se estabeleceu em Portugal em 1889. Foi professor de Desenho e Pintura na Escola Industrial de Brotero, em Coimbra e posteriormente, em 1903, na Escola Marquês de Pombal, em Lisboa. Renovou a indústria da cerâmica tendo fundado a “Fábrica de Cerâmica Constância” igualmente em Lisboa.

António Tomás da Conceição Silva (1869 – 1958) foi igualmente pintor e ceramista. Foi diretor do Grémio Artístico e estudou em Paris. Em 1901 foi um dos fundadores da Sociedade Promotora e exerceu o cargo de professor de Pintura e Desenho na Escola de Belas-Artes de Lisboa, na Escola Industrial Rodrigues Sampaio (1916) e na Escola Marquês de Pombal (1924). Abel Cardoso (1877 – 1964) também aqui surge representado, tendo estudado Belas Artes no Porto e em Paris.

Tomaz Pelayo (1898 – 1968) completou o Curso Especial de Pintura em 1925 e estudou em Paris entre 1925 e 1932. Foi professor na antiga Escola Industrial e Comercial de Santo Tirso, que adotará posteriormente o seu nome como patrono.



Pintura/Retrato

ME/401778/284

Escola Secundária de Fonseca Benevides

Pintura de autoria de José I. Ferreira Lobo (1883-1938) que retrata um homem de bigode com casaco, a óleo, lembrando a pintura naturalista. Será, supostamente, o Sr. José, o caseiro da prima Rita de Matos. 1911.



Pintura/Retrato

ME/402163/1

Escola Secundária Marquês de Pombal

Autorretrato de Leopoldo Battistini. Rosto fechado de cabelo grisalho, com óculos, trajando casaco vermelho com gravata do mesmo tom e camisa branca. Década de 30.



Pintura/Retrato

ME/402163/11

Escola Secundária Marquês de Pombal

Tia Tomásia, retrata a fâcies das gentes da campina ribatejana, figurando com lenço roxo na cabeça e em que se pode observar toda uma angústia estampada no rosto, reveladora da vida dura que levou. 1916. Autoria: Leopoldo Battistini.



Pintura/Retrato

ME/402163/78

Escola Secundária Marquês de Pombal

Retrato de um antigo professor de Português, realizado por António Tomás Conceição Silva, enquanto professor de Desenho da Escola Industrial Marquês de Pombal. Em fundo escuro surge, em primeiro plano, o retrato do professor a meio corpo e a três quartos virado para a direita. Rosto comprido, testa larga, cabelo e bigode grisalho com um ligeiro sorriso nos lábios. Traja casaco preto, camisa de colarinho branca e gravata preta. Em segundo plano visualiza-se o tampo de uma mesa onde se encontra um lápis, um compasso, uma régua e vários livros e ao fundo uma estante. Faz parte de um conjunto de quadros a óleo, que homenageiam os mestres da 1.^a fase da Escola e que se encontram a decorar a Sala do Conselho Pedagógico. 1930



Pintura/Retrato

ME/402187/187

Escola Secundária Martins Sarmiento

Pintura a óleo do primeiro Reitor do Liceu, o Dr. Manuel Jesus de Pimenta, da autoria de Abel Cardozo. A pintura está montada em moldura de madeira amarela. 1929



Pintura/Retrato

ME/402916/58

Escola Secundária de Tomaz Pelayo

Autorretrato de Tomaz Pelayo (1898 - 1968), patrono da escola. A pintura está montada em moldura de madeira pintada e foi realizada em óleo sobre tela. 1962

2023/12/25

EEE - Níveis de Ensino: Ensino Superior



(Imagem de dois adultos observando um tablet numa secretária onde se encontra um microscópio.
Imagem retirada do site do EEE)

O ensino superior deve assentar em valores partilhados, como a excelência e a inclusão. A Europa alberga perto de 5 000 instituições de ensino superior, 17,5 milhões de estudantes do ensino superior, 1,35 milhões de docentes do ensino superior e 1,17 milhões de investigadores.

O ensino superior ocupa uma posição única na educação, na investigação e na inovação, servindo a sociedade e a economia. Desempenha um papel fundamental ao contribuir para:

- a realização do Espaço Europeu da Educação (EEE) e do Espaço Europeu da Investigação (EEI), em sinergia com o Espaço Europeu do Ensino Superior;

- o desenvolvimento de economias sustentáveis e resilientes e para tornar a nossa sociedade mais ecológica, mais inclusiva e mais digital;
- proporcionar excelentes perspectivas de emprego aos europeus qualificados.

Uma vez que a Europa necessita de mais pessoas com competências de alto nível, os Estados-Membros da UE fixaram o objetivo de, até 2030, pelo menos 45 % dos jovens entre os 25 e os 34 anos obterem uma qualificação superior.

A Estratégia Europeia para as Universidades propõe centrar a atenção na consecução de quatro objetivos fundamentais:

- reforçar a dimensão europeia do ensino superior e da investigação através de um conjunto de iniciativas que visem tornar-se a expressão visível de uma abordagem europeia, com um apoio financeiro adequado, a fim de ajudar as universidades a construir pontes e de levar a cooperação transnacional a um nível superior;
- apoiar as universidades enquanto faróis do nosso modo de vida europeu, provendo competências de qualidade, relevantes e adaptadas ao futuro, a diversidade e a inclusão, e a proteção das práticas democráticas, dos direitos fundamentais e dos valores académicos;
- dotar as universidades dos meios necessários para agirem enquanto agentes de mudança na dupla transição ecológica e digital;
- reforçar as universidades enquanto motores da liderança da Europa e do seu papel a nível mundial, aprofundando a cooperação internacional dentro e fora da Europa e ajudando as universidades a tornarem-se mais viradas para o exterior e mais competitivas na cena mundial.

O apoio à execução estratégica baseia-se em quatro iniciativas, a saber:

- continuar a implementar a iniciativa das [Universidades Europeias](#) em 60 Universidades Europeias, alcançando a meta de mais de 500 universidades até meados de 2024;

- trabalhar no sentido da criação de um estatuto jurídico para as alianças de instituições de ensino superior até meados de 2024;
- analisar as opções e as medidas necessárias para a obtenção de um diploma europeu conjunto (um diploma conjunto baseado em critérios europeus comuns) até meados de 2024;
- expandir a iniciativa do [Cartão Europeu de Estudante](#), com a implantação de um identificador europeu único de estudante disponível para todos os estudantes em mobilidade em 2022 e para todos os estudantes das universidades europeias até meados de 2024.

A Proposta de recomendação do Conselho sobre a construção de pontes para uma cooperação europeia eficaz no domínio do ensino superior visa permitir uma cooperação transnacional mais profunda e sustentável entre as instituições de ensino superior, dar resposta aos atuais desafios e assegurar uma execução mais eficaz dos programas e atividades educativas conjuntas, congregar capacidades e recursos ou atribuir diplomas conjuntos.

Fonte: <https://education.ec.europa.eu/pt-pt>

2023/12/28

EEE - Níveis de Ensino: Iniciativa Universidades Europeias



(Imagem com dois jovens retirada do site das Universidades Europeias)

O ensino superior deve assentar em valores partilhados, como a excelência e a inclusão. A Europa alberga perto de 5 000 instituições de ensino superior, 17,5 milhões de estudantes do ensino superior, 1,35 milhões de docentes do ensino superior e 1,17 milhões de investigadores.

O ensino superior ocupa uma posição única na educação, na investigação e na inovação, servindo a sociedade e a economia. Uma Universidade Europeia é uma aliança transnacional que conduzirá às universidades do futuro, promovendo a identidade e os valores europeus e revolucionando a qualidade e competitividade da Educação Superior Europeia.

A iniciativa Universidades Europeias estabelece o apoio a 60 Universidades Europeias, envolvendo mais de 500 instituições de ensino superior até meados de 2024.

Para apoiar a plena implantação das Universidades Europeias, foi lançado um novo convite à apresentação de propostas Erasmus+ para apoiar as universidades europeias em toda a Europa, com um orçamento total de 384 milhões de EUR. Após o convite à apresentação de propostas Erasmus+ de 2022, são agora 44 as Universidades Europeias, que reúnem, atualmente, 340 instituições de ensino superior em capitais e regiões remotas de 31 países, de todos os Estados-Membros da UE, bem como da Islândia, da Noruega, da Sérvia e da Turquia. Ao estabelecerem parcerias com cerca de 1 300 parceiros associados, desde organizações não governamentais (ONG), empresas, cidades e órgãos de poder local e regional, as Universidades Europeias podem aumentar substancialmente a qualidade e o âmbito do ensino superior na Europa.

A existência de procedimentos administrativos em linha simples e seguros e a divulgação de informações é essencial para fomentar a mobilidade dos estudantes em toda a Europa. É também crucial promover a participação dos estudantes em atividades educativas e culturais. Desta forma a Iniciativa Cartão Europeu de Estudante criará um balcão único em linha, através da aplicação móvel Erasmus+, para que os estudantes possam gerir todas as etapas administrativas relacionadas com o seu período de mobilidade — antes, durante e após a sua estadia. Esta aplicação vai permitir aos estudantes encontrarem todas as informações de que necessitam para aproveitarem ao máximo a sua experiência de mobilidade no estrangeiro.

Até 2025, todos os estudantes na Europa deverão poder usufruir dos benefícios da Iniciativa Cartão Europeu de Estudante. Este cartão garante o intercâmbio seguro de informações e facilitará a transição entre instituições de ensino superior. Além disso, graças ao cartão, os estudantes poderão ainda aceder a cursos e a serviços em linha prestados noutras instituições de ensino superior. Permitirá igualmente a escolha dos programas de estudo e usufruir de atividades culturais em toda a Europa a preços reduzidos.

Os estudantes não serão os únicos beneficiários da iniciativa, na medida em que esta simplificará os procedimentos administrativos e a carga administrativa dos estabelecimentos de ensino superior, fomentando assim a mobilidade de todos.

As vantagens da Iniciativa Cartão Europeu de Estudante são:

- acesso fácil a materiais didáticos antes da mobilidade, matrículas eletrónicas e reconhecimento automático de créditos;
- acesso imediato aos serviços da universidade de acolhimento, tais como bibliotecas, transporte e alojamento;
- descontos em atividades culturais em toda a União Europeia;
- gestão simplificada de todo o processo de mobilidade por via eletrónica — da seleção dos estudantes ao reconhecimento de créditos;
- identificação dos estudantes e intercâmbio simplificado e seguro dos respetivos dados, incluindo os registos académicos, entre instituições de ensino superior, por via eletrónica;
- redução dos encargos administrativos associados à mobilidade de estudantes.

Fonte: <https://education.ec.europa.eu/pt-pt>



Secretaria-Geral da Educação e Ciência